



TUDE M. DE SOUSA



GEREZ

(Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)



COIMBRA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE: 1927

GEREZ

(Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)

TUDE M. DE SOUSA

GEREZ

(Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)

2.^a EDIÇÃO

Com Introdução
de
Henrique Barreto Nunes

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

2009

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

GEREZ (Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)
2.ª Edição

AUTOR

Tude M. de Sousa

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Terras de Bouro

EXECUÇÃO GRÁFICA

Graficamares, Lda.

DEPÓSITO LEGAL

293017/09

ISBN

978-972-9046-17-9

EDIÇÃO 2009

PREFÁCIO

O concelho de Terras de Bouro ocupa um território que está cheio de história, quer pela passagem e vivência de vários povos, quer pela sua localização entre o Homem e o Cávado com ligação estratégica à Galiza.

A este facto junta-se a existência das serras do Gerês e Amarela que muito contribuíram para moldar o *modus vivendi* dos terrabourenses, afeiçoando-os a uma vida árdua e de luta em defesa de causas comunitárias.

O Município de Terras de Bouro, consciente do seu papel interventivo junto da comunidade, entende que cuidar do futuro do concelho passa também pelo conhecimento e divulgação do seu passado histórico onde encontrámos a identidade cultural dos Terrabourenses.

Por isso, desde a década de oitenta, tem prestado apoio à publicação de obras e estudos que se debruçaram sobre o legado patrimonial do concelho os quais contribuem para a procura turística na vertente cultural, uma das actividades económicas emergentes.

Uma das figuras incontornáveis e jamais esquecidas do Gerês é Tude Martins de Sousa que, apesar de ter vivido, apenas, cerca de onze anos no Gerês, onde exerceu a função

de Regente Florestal, deixou-nos uma vasta bibliografia e marcas evidentes de apego e afecto ao Gerês e seu Povo.

Tendo sido Tude de Sousa um polígrafo que muito contribuiu para divulgar a Serra do Gerês e os costumes das suas gentes, o Município tem o prazer de associar a presente edição de uma das suas obras a duas efemérides: a proximidade do Dia Mundial do Livro, sabendo que contribuirá para incentivar a leitura, e as Comemorações do 35.º aniversário da Revolução do 25 de Abril, dando a conhecer factos do património etnográfico, ambiental e literário do concelho.

Aos familiares, o Município agradece a anuência, desde a primeira hora, para que a obra fosse reeditada, sendo intenção do Município continuar a reconhecer e a divulgar o trabalho bibliográfico de Tude de Sousa e muito gostaria de poder comemorar o 60.º aniversário do seu falecimento, em 2011, com a criação de um espaço museológico relativo à Serra do Gerês onde os textos e o espólio de Tude de Sousa deveriam ter um lugar de destaque.

O Município agradece, também, ao Sr. Dr. Henrique Barreto Nunes, insigne bibliófilo e conhecedor da escrita de Tude Martins de Sousa, o facto de ter assinado a *Introdução* que muito enriquece esta edição.

Paços do Concelho de Terras de Bouro,
21 de Março de 2009.

O Presidente do Município,
António José Ferreira Afonso

INTRODUÇÃO

TUDE DE SOUSA, UM ALENTEJANO APAIXONADO PELO GERÊS

Tude Martins de Sousa é natural da freguesia de Amieira, concelho de Nisa, onde nasceu em 24 de Janeiro de 1874, filho de pais de condição humilde: *nasci pobre, muito pobre mesmo*, escreverá ele 60 anos mais tarde, numa nota autobiográfica (SOUSA, 1936).

O pai era assalariado rural e a mãe criada de uma senhora da poderosa e rica família Maggessi, a quem ficou a dever a protecção aos seus familiares, mas sobretudo a educação.

Em 1884, depois de ter passado algum tempo em casa de D. Maria Amália Maggessi, em Castelo de Vide, fez o exame de instrução primária em Portalegre.

Nesse mesmo ano, cumprindo a vontade da sua protectora, senhora muito religiosa que entendia que a vida eclesiástica era a mais adequada para a sobrevivência de um rapaz pobre, ingressou, contrariado, no Seminário de Portalegre, que viria a abandonar cinco anos mais

tarde, com alívio, embora reconhecendo que ali o seu espírito desabrochou e recebeu as primeiras luzes, que o prepararam para as lidas do futuro.

Em 1889, com 15 anos de idade, matriculou-se na Escola Agrícola de Coimbra, onde frequentou um curso de poucos anos que parecia ser o mais conveniente para a sua situação.

O seu apego às letras começou então a revelar-se, tendo publicado num jornal de Lisboa, “A Vanguarda” (18 de Dezembro de 1891) o seu primeiro artigo, debruçando-se em tom crítico sobre o ensino secundário agrícola.

Apenas com 19 anos, em 1893, concluiu o curso de Regente Agrícola, tendo regressado a Castelo de Vide e começado de imediato a colaborar regularmente na imprensa portalegrense (“O Campeão de Portalegre” e “A Plebe”), escrevendo sobre temas diversos, em especial relacionados com assuntos agrícolas e a reforma do seu ensino.

Logo após o falecimento da sua protectora, em 1895, foi nomeado ecónomo da Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando (Elvas), entretanto fundada, na qual se manteve até 1904, tendo continuado a colaborar nos jornais locais e mesmo de Lisboa.

Embora sendo muito novo, goza localmente de algum prestígio devido às qualidades que lhe reconheciam (*é activo, é talentoso e é honrado*), sendo-lhe augurados altos voos.

Porém, em Setembro de 1904, após concurso documental público a que se candidatou, foi nomeado Regente Florestal

nos Serviços de Arborização da Serra do Gerês, com o objectivo de proteger e desenvolver a floresta e disciplinar a actividade agro-pastoril da população local.

Convém recordar que a instalação dos serviços florestais no Gerês não tinha sido accite de forma pacífica.

A visita feita pelo rei D. Luís e família real à serra, realizada em Outubro de 1887, esteve certamente na origem da descoberta do Gerês florestal, apesar de alguns visitantes anteriores, de entre os quais vários cientistas, terem já alertado para a variada e rica vegetação espontânea que ali se podia encontrar.

Por essa razão, considerando que havia uma grande riqueza nacional a salvar e a defender da devastação que os povos mal informados iam produzindo, foi entregue ao Estado, em 17 de Agosto de 1888, a parte da serra que se entendia dever integrar o seu património.

Houve reacções, por vezes violentas, da população serrana, como por exemplo a que sucedeu em 1890, a qual não aceitava de bom grado a intromissão de serviços do Estado naquilo que desde sempre consideravam seu (a caça, os pastos, as madeiras, os matos, a serra no seu todo), o que motivou forte repressão por parte de forças militares, até que, pouco a pouco, a situação se foi esclarecendo e a natural revolta dos povos da serra apaziguando (SOUSA, 1926; CAPELA, J., 2000).

Tude de Sousa certamente não desconhecia esta situação, embora o seu primeiro contacto com o Gerês se tenha devido à necessidade de utilizar as suas termas para tratar maleitas do fígado, muito pouco tempo antes

da sua nomeação como regente florestal, conforme deixou registado em folhetim jornalístico (SOUSA, 1904).

Mas vamos dar-lhe a palavra, recorrendo a um texto autobiográfico em que recorda a sua experiência geresiana:

Porque a minha nova função pública, no Gerez, era completamente diferente daquela donde saíra, impunha-se-me o dever de bem a assimilar e de bem a desempenhar, entregando-me para isso com decidida vontade ao seu estudo.

(...)

Isto me foi, aliás, até certo ponto fácil, porque desde logo me conquistaram os assuntos florestais, sobretudo os daquela maravilhosa serra do Gerez, em que os problemas do revestimento das encostas e os do regime pastoril dos seus povos, tanto se prendiam com os encantos da sua etnografia, por demais desconhecida.

Posso dizer que por ele me apaixonei, não só no respeitante às minhas obrigações de funcionário, como também no relativo à valorização da estância termal e ao estudo e à conquista daquelas rudes e desamparadas povoações alpestres, que era preciso trazer ao convencimento de que, tanto o Estado, como a floresta, não eram seus inimigos, antes, estavam na serra para lhe proporcionarem ensinamentos e riqueza (SOUSA, 1936).

Num dos seus primeiros escritos geresianos explicou que foi a solidão e o isolamento que inicialmente o

impeliram ao estudo da serra e das suas gentes, da sua história e etnografia:

As noites infinitas do inverno, passadas no isolamento triste de duas serras, que se levantam a prumo, deixando cá ao fundo uma estreita faixa, onde mal se vive e pouco se convive, obrigam-nos involuntariamente, mesmo, a procurar na limitadíssima bagagem de recursos para matar o tempo, toda a sorte de expedientes ao fim de se tornar mais curtas e menos fastidiosas as horas. Em tais casos vêm sempre em primeiro plano os livros, prazer espiritual incomparável de quem na leitura encontra o melhor meio de estudo e apreciável recurso, ainda não excedido para quem acha neles o seu melhor passatempo (SOUSA, 1905).

Da vastíssima bibliografia de Tude de Sousa, organizada por Guilherme Felgueiras (FELGUEIRAS, 1951), constam mais de 300 títulos, dos quais pelo menos 70 versam temas geresianos (NUNES, 1982).

Aliás, o seu nome começou a ser notado nos meios cultos nacionais depois da publicação na prestigiada revista “Portugália”, editada no Porto entre 1899 e 1908, onde pontificavam os nomes de Ricardo Severo, Fonseca Cardoso e Rocha Peixoto, de um artigo em que pela primeira vez foi feita uma descrição exacta e bem documentada sobre a vida comunitária dos povos geresianos (SOUSA, 1907).

Ficou a dever-se a Rocha Peixoto, figura de proa da etnografia portuguesa que, com intuítos científicos, em companhia de seu primo Manuel Monteiro, tinha percorrido

demoradamente o Gerês e outras regiões serranas do norte do país, o convite para Tude de Sousa colaborar na sua revista.

O gosto pela escrita não o impediu contudo de cumprir escrupulosamente as suas funções como regente florestal, realizando o trabalho habitual dos técnicos da sua especialidade, apostando na arborização correcta da serra, organizando sementeiras e plantações, criando viveiros, promovendo o povoamento piscícola das correntes de água, melhorando as áreas de pastagem, até porque ficou responsável pelos Serviços a partir de 1905. Dessa actividade profissional deixar-nos-á relato no seu livro “Mata do Gerês” (1926), de que adiante falarei.

Tude de Sousa foi sempre um cidadão atento e interventivo, como se pode adivinhar através da sua colaboração na imprensa, por isso não admira que a proclamação da República (5 de Outubro de 1910) tenha encontrado nele um seguidor entusiasta.

Conta, entre outros, com o apoio do Dr. Manuel Monteiro, governador civil de Braga, junto de quem consegue a criação da primeira escola no Gerês (NUNES, 1982).

Unidos por laços de amizade e admiração mútuas, estão juntos num comício republicano realizado na vila do Gerês em Junho de 1911.

Vivendo-se um período conturbado, com a ameaça latente das incursões de Paiva Couceiro, Tude de Sousa não hesita em proclamar, segundo “O Primeiro de Janeiro” de 20 de Junho de 1911, *a decidida e forte boa vontade dos*

povos do Gerês de defender a Pátria de qualquer incursão de portugueses degenerados. Que tendo eles a guarda das chaves desta porta da fronteira saberiam conserva-la à custa da própria vida.

Imbuído dos mais generosos ideais republicanos e apoiado pelo Governo, Tude de Sousa começou a celebrar desde 1913 a Festa da Árvore, uma iniciativa dirigida às escolas primárias e que contava com a colaboração empenhada dos respectivos professores, realizando diversas actividades de sensibilização e proferindo palestras que depois fazia publicar em revistas ou brochuras.

Com a comemoração do Dia da Árvore pretendia-se espalhar o amor à árvore, a necessidade de promover a sua protecção, de dar a conhecer a sua utilidade e importância, de clamar pela sua valorização a nível nacional.

Esta relação apaixonada com a serra e as suas gentes foi infelizmente interrompida em 1915, quando, por indicação de Manuel Monteiro, figura prestigiada que entretanto tinha ocupado importantes cargos públicos (deputado, presidente da sua câmara, ministro), o regente florestal foi convidado a dirigir a Colónia Penal Agrícola de Sintra, tendo passado a viver naquela vila, rodeado igualmente por uma mata exuberante, onde também deixou marcas evidentes da sua competência, dedicação e saber. Aliás sobre Sintra escreveu inúmeros artigos e monografias, a exemplo do que também fez relativamente à sua terra natal (SOUSA, 1992).

Não se julgue porém que o interesse de Tude de Sousa pelo Gerês decresceu com a sua ida para Sintra.

Logo em 1916 deu total apoio à Conferência Florestal realizada no Gerês, tendo organizado a reunião e guiado diversas excursões científicas pela serra, através das quais deu a conhecer aos colegas os trabalhos promovidos pelos Serviços Florestais sob a sua direcção e revelou aspectos menos conhecidos da flora, da fauna, da paisagem e da história geresianas (SOUSA, 1919).

Para além das monografias publicadas em 1926 e 1927, que adiante referirei, foram mais de 50 os artigos sobre o Gerês que assinou após a sua partida, nos mais importantes jornais nacionais, em revistas científicas e culturais ou em obras colectivas de grande relevância (NUNES, 1982).

Já depois da sua aposentação, com 74 anos de idade, prestou preciosa colaboração à organização da I Reunião de Botânica Peninsular, realizada no Gerês em 1948, para cujos participantes elaborou uma bibliografia e uma informação detalhada sobre o Gerês (SOUSA, 1948), que subscreveu como um *velho amigo da serra*, à qual em 1913 já augurava que viria a ser um grande parque nacional (SOUSA, 1913).

Mesmo nas vésperas da sua morte, ocorrida em 16 de Julho de 1951, publicou num jornal portuense um pequeno texto sobre as ruínas da Calcedónia, no qual reproduzia uma carta de 1914 do P^o Martins Capela, ao qual chamava *grande mestre e serrano ilustre*, referindo a *veneração permanente que ainda merece a sua alta memória* (SOUSA, 1951).

Segundo o seu principal biógrafo, Guilherme Felgueiras, *serviu sempre e exaltou a Serra com entusiasmo e*

dedicação. O seu enraizado amor àquele cenário deslumbrante e audacioso nas paragens raianas do Minho, a sua interferência no progresso da estância e nos serviços de arborização do perímetro florestal, a par de outros empreendimentos notáveis, fizeram com que, em Agosto de 1927, recebesse as homenagens oficiais e a consagração pública, dando-se o seu nome ao frondoso Parque das Termas do Gerês, e colocando-se ali, festivamente, uma placa alusiva, com a assistência do Ministro da Instrução, Dr. Alfredo Magalhães (FELGUEIRAS, 1951).

É tempo de, recordando a já referida considerável produção bibliográfica de temática geresiana de Tude de Sousa, relevar três títulos fundamentais, que ainda hoje continuam a ser obras de referência imprescindíveis para o estudo da serra, do seu revestimento florestal, das suas gentes, da sua história e do seu diversificado património cultural e natural:

Serra do Gerês: estudos, aspectos, paisagens. Porto: Liv. Chardron, 1909.

No seu prefácio o autor revela que, desde a sua nomeação, *quanto mais íamos percorrendo a região e entrando no convívio dos seus povos, mais se nos ia radicando a disposição de nos interessarmos no seu estudo, sob os múltiplos aspectos em que ele nos seduzia. Por muitos lados surpreendíamos o Gerez como uma região inédita, ao mesmo passo que imperfeitamente conhecida por outros.*

Daí a necessidade da elaboração desta monografia,

através da qual procura revelar que o Gerês é mais do que as suas águas, tentando *dar um aspecto geral de serra, que mereça o interesse dos estudiosos e dos excursionistas*, pois no seu entender esta *é das regiões de Portugal mais merecedoras de apreço, de estudo e de serem visitadas*.

Como se poderá ver através desta reedição, o autor conseguiu cumprir o seu projecto, descrevendo a serra nos seus aspectos físicos e humanos, preocupando-se em aliar às preocupações científicas o desejo de divulgação da sua história e das suas belezas, tendo em atenção os interesses dos turistas.

O livro mereceu uma recensão extremamente encorajadora do P.^c Martins Capela, o qual, apesar de alguns reparos e correcções, quase todas de cariz religioso, concordando que *em tão pouco tempo de residência no Gerez (6 anos apenas), ninguém faria mais e melhor*, não se eximiu de afirmar:

Lisongeira para seu auctor é por certo a impressão resultante da leitura da "Serra do Gerez". Dá-nos ideia dum homem trabalhador, sagaz observador e deveras afeiçoado ao estudo physico e ethnographico daquella nossa tão pittoresca região alpestre.

O estylo é claro e sóbrio, como convém num trabalho sério de informação positiva; e para maiores esclarecimentos soccorre-se o auctor amiúde de outros trabalhos impressos, mesmo de documentos manuscriptos e tradições locais, recolhidas com decidido empenho de quem muito deseja saber.

Por tudo isto receba o estudioso auctor os emboras que bem merece (CAPELA, M., 1910).

Mata do Gerês: subsídios para uma monografia florestal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

Sendo nomeado em Outubro de 1905 responsável pela regência florestal do Gerês, o autor dedicou-se desde essa altura, com todo o entusiasmo, ao serviço, ao estudo e à administração daquelas montanhas.

Este livro, iniciado em 1911, é no seu entender um trabalho propriamente de índole florestal, com uma vertente histórica, fixando a génese do perímetro florestal na posse do Estado e a sua evolução e uma vertente técnica, dando conta com detalhe dos trabalhos realizados como regente florestal.

Gerês: notas etnográficas, arqueológicas e históricas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927

Esta obra é valorizada por um bem estruturado prefácio do seu velho amigo Dr. Manuel Monteiro, então juiz do Tribunal Internacional de Alexandria, que considera que *neste livro se revelam os aspectos mais interessantes da vida económica e da vida religiosa do Gerês, que fica a dever a este homem do Sul, pela acção, o seu novo revestimento florestal, e pela palavra escrita um raro subsídio para o estudo do povo português.*

No prólogo, Tude de Sousa explica-nos que, porque em si *não se desvaneceu ainda o velho e forte amor pelo Gerês* resolveu coligir alguns dos seus artigos publicados

em jornais e revistas, que juntou a outro material então recolhido e que permanecia inédito.

A propósito deste livro, o professor de Antropologia da Universidade do Minho, Doutor Luís Polanah, que considerava Tude de Sousa antes de tudo um técnico florestal cuja sensibilidade e cultura o fizeram interessar-se pela vida e psicologia da humilde gente entre a qual viveu, escreveu:

Publica a pequena obra sobre o Gerês, em 1927, quando já se havia retirado da actividade profissional. Nela condensa o essencial de vários artigos dispersos que escrevera desde a primeira década deste século. Trata-se de um trabalho valioso a que geralmente não se tem procurado atribuir a atenção a que tem todo o direito. Não é, evidentemente, uma obra de factura científica, com uma base teórica, os assuntos bem distribuídos e analisado, a perspectiva sistémica aplicada à compreensão do comportamento do homem da montanha; mas é, por múltiplas razões, uma importante contribuição, que seja de amador, mas que não é lícito ser ignorado por nenhum antropólogo. As suas informações são correctas, o seu sentido de observação apurado, as fontes escritas, sobretudo dos arquivos paroquiais, que refere, as mais adequadas e oportunas para nos abrir pistas para um mais adequado estudo do problema numa perspectiva histórica e institucional (POLANAH, 1992).

Se por vezes os seus juízos sobre os comportamentos da população serrana, nomeadamente no modo como encararam a criação de mata (e a repressão daí decorrente)

e as “exigências” dos Serviços Flo-restais, parecem contraditórios, como bem notou José Viriato Capela, professor catedrático de História da Universidade do Minho, que no entanto considera *fundamentais as suas obras para o conhecimento dos povos do Gerês* (CAPELA, J., 2000), em Tude de Sousa é sempre de exaltar a importância que atribuiu ao contexto histórico para a ecologia da paisagem.

É por isso extremamente louvável a iniciativa da Câmara Municipal de Terras e Bouro em reeditar as duas obras que agora se apresentam.

Seria contudo interessante tentar saber do destino do seu espólio (onde se poderá encontrar, por exemplo, correspondência de apreciável valia) e, já agora, reunir num volume a restante produção bibliográfica geresiana de Tude de Sousa, dispersa por numerosas publicações científicas, de divulgação ou jornais, pois esses artigos e comunicações ainda hoje se podem revelar de grande importância para quem pretender estudar o Gerês (e serras vizinhas), quer quanto à sua cobertura natural, quer quanto à ocupação humana.

Não me vou debruçar sobre o restante, mas igualmente notável, percurso pessoal e profissional de Tude Martins de Sousa, que faleceu na Amadora em 16 de Julho de 1951.

Fica-nos a imagem de um homem que, à sua competência técnica e devoção pelo trabalho aliou qualidades humanas raras, de grande merecimento, exaltadas por todos quantos com ele conviveram e que no Gerês deixou marcas inapagáveis que o fazem ombrear com o dos maiores

estudiosos e divulgadores deste santuário da Natureza a que os homens por vezes não dão o justo valor nem defendem com a convicção com que o fez aquele *modesto alentejano, velho amigo da serra* que ao Gerês sempre prestou uma sustentada e conseqüente *homenagem de admiração verdadeira*.

BIBLIOGRAFIA

CAPELA, José Viriato

2000 “Os povos da Serra do Gerês em luta contra a mata e os Serviços Florestais (1888-1910)” in *Terras de Bouro: passado com história*. Terras de Bouro: Câmara Municipal, p. 27-38.

CAPELA, M. Martins

1910 “Através dos prelos: Serra do Gerez”. *Estudos Sociaes*. Coimbra, 6:4 (Jul. 1910) p. 115-120.

FELGUEIRAS, Guilherme

1951 “Tude Martins de Sousa”. *A Granja*, Lisboa, 10:4 (Out. -Dez. 1951) p.195-230.

NUNES, Henrique Barreto

1982 “Tude de Sousa, Manuel Monteiro e o Gerês”. *Anuário da Sociedade Broteriana*. Lisboa, 48 (1982) p. 35-49.

POLANAH, Luís

1992 “A propósito do comunitarismo na Serra do Gerês”. In *Terras de Bouro: o homem e a serra*. Terras de

Bouro: Câmara Municipal, p. 57-65.

SOUSA, Tude Martins de

1904 “Do Gerez”. *A Plebe*, Portalegre (21 Ago. 1904; 28 Ago. 1904; 4 Set. 1904).

1905 “Notas de um serrano”. *A Plebe*, Portalegre, (3 de Dez. 1905).

1907 “Regimen pastoril dos povos da Serra do Gerez”. *Portugália*, Porto, 2:3 (1907) p.459-472; 2:4 (1908) p. 646-652.

1913 “O problema do Gerez”. *O Século*, Lisboa (15 Nov. 1913).

1919 *Conferência florestal de 1916: excursões dos conferentes*. Lisboa: Tip. La Bécara.

1926 *Mata do Gerês: subsídio para uma monografia florestal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

1936 “Solilóquio” in Sousa, T. M. e Rasquilho, Francisco V.- *Amieira: do antigo priorado do Crato (subsídio para uma monografia)*. Figueira da Foz: Tip. Popular, 1936, p. xi-xxxi. (Ed. Facsimilada - Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1982).

1944 “Serra do Gerez: notas de história florestal”.
Agros, Lisboa, 27: 3/6 (Mai-Dez. 1944), p. 125-130).

1948 “Notícia sobre o Gerês”. *A Granja*, Lisboa, 7:2/4
(Abr.- Dez. 1948) p.61-66.

1951 “Notas geresianas sobre a Calcedónia e outras”. *O
Comércio do Porto*, Porto (25 Jun.1951).

1992 *Estudos dispersos*. Recolha e apresentação de
António Ventura. Nisa: Câmara Municipal.

Braga, 31 de Dezembro de 2008.

Henrique Barreto Nunes

*BIBLIOGRAFIA SOBRE O GERÊS
DE
TUDE MARTINS DE SOUSA*

(Organizada por Henrique Barreto Nunes)

1. *Do Gerez*. «A Plebe», Portalegre, 21 Ago. 1904; 28 Ago. 1904; 4 Set. 1904 *.

2. *Notas de um serrano*. «A Plebe», Portalegre, 6 Nov. 1904; 27 Nov. 1904; 18 Dez. 1904; 25 Dez. 1904; 1.5 Jan. 1905; 22 Jan. 1905; 5 Fev. 1905; 2 Abr. 1905; 13 Ago. 1905; 3 Dez. 1905; 17 Dez. 1905; 14 Jan. 1906; 11 Fev. 1906*.

3. *Cartas do Gerez*. «Diário de Notícias», Lisboa, 7 Jun. 1906; 28 Jun. 1906 *.

4. *Regimen pastoril dos povos da serra do Gerez*. «Portugália», Porto, 2(3) 1907, p. 459-472, il.; 2(4) 1908, p.646-652 (Sep.).

5. *A caça no Gerez*. «O Caçador», Viana do Castelo, n.º único (1908) *.

6. *Caldas e serra do Gerês: as caldas*. «Ilustração Portuguesa», Lisboa, 6(127), 27 Jul. 1908, p.106-109, il.

7. *Caldas e serra do Gerês: a serra*. «Ilustração Portuguesa», Lisboa, 6(128) 3 Ago. 1908, p.141-148, il.

8. *O Gerez florestal*. «O Século», Lisboa, 15 Ago. 1908.

9. *Montes e árvores*. «O Século», Lisboa, 15 Nov. 1909 e 30 Nov. 1909.

10. *Rocha Peixoto e o Gerez* in «Recordação: homenagem dos alunos da Escola Industrial Infante D. Henrique ao inolvidável archeologo que foi A. A. da Rocha Peixoto Porto»: Typ. Universal, 1909, p. 28-29.

11. *Serra do Gerez: estudos, aspectos, paisagens*. Porto, Liv. Chardron, 1909.

12. *Caldas do Gerez*. «O Porto», Porto, 3 Ago. 1910 *

13. *A Portella do Homem (Gerez)*. «Ilustração Portuguesa», Lisboa, 2.ª Série, 12(289) 4 Set. 1911, p. 309-312, il.

14. *Serra do Gerez (turismo)*. «O Primeiro de Janeiro», Porto, 28 Fev. 1911, p. 1.

15. *Arborisação florestal dos baldios: um bom exemplo*. «O Século», Lisboa, 10 Maio 1912, p. 3.

16. *Na Serra do Gerez a caça ao veado deve ser proibida...* «O Século», Lisboa, 30 Nov. 1912.

17. *O pinheiro silvestre em Portugal*. «A Voz do Lavrador», Lisboa, 7.Jul.1912.

18. *Caldas e serra do Gerez*. «Diário do Norte», Porto, 14.Set.1913.

19. *Praias e termas: Gerez*. «O Primeiro de Janeiro», Porto, 7.Ago.1913.

20. *O problema do Gerez*. «O Século», Lisboa, 15.Nov.1913, p.1.

21. *Serra do Gerez: notas para estudo de aclimação florestal*. «A Voz d'O Lavrador», Lisboa, 2. série, 13.Jan.1913, p. 3-4; 14/16.Fev.-Abr.1913, p. 58-59; 17.Maio.1913, p. 79-80; 12/20'.Jun.-Ago.1913, p. 93-94; 21/23. Set.-Nov.1913, p. 107-108; 25/27.Jan.-Mar, 1914, p. 9-13; 28/30.Abr.-Jun. 1914, p. 23-24 *

22. *Á tradição, o valor e o culto da árvore*. Porto, Liv. Chardron, 1913.

23. *Do Gerez: a propósito da crise do Douro*. «O Primeiro de Janeiro», Porto, 9.Jul.1914.

24. *Serra do Gerez*. «Ilustração Portuguesa», Lisboa, 3 série, 14(424) 6.Abr.1914, p. 432-433, il.

25. *A serra, as pastagens e o gado*. Lisboa, Ministério do Fomento, 1914.

26. *A árvore na escola primária*. «Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública», Lisboa, 1(3) Maio1916, p.175-190.

27. *Do Gerez: página de história*. «O Primeiro de Janeiro», Porto, 12.Jul.1916.

28. *Da terra alta: aspectos agrícolas, pecuários e sociaes da província de Traz-os-Montes (notas de uma excursão a Barroso)*. Lisboa, Tip. La Becarre, 1916 (Sep. da «Voz do Lavrador»).

29. *A cabra brava*. «Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura», Lisboa, 1(1) Jul. 1918, p.48.

30. *O comunalismo na serra*. «A Terra Portuguesa», Lisboa, 4.1918, p.98-100.

31. *Excursões dos conferentes florestais*. «Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura», Lisboa, 1(1.) Jul. 1918, p.57-62.

32. *A festa da árvore no Gerez em 1916*. «Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura», Lisboa, 1(1) Jul. 1918, p.62-65.

33. *Iris Boissieri. Liliwm martagon. Handrosaemum*. «Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura.», Lisboa, 1(1) Jul.1918, p.46-47.

34. *Marcos miliários e pontes romanas da Geira*. «Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura», Lisboa, 1(1) Jul.1918, p.48-49.

35. *O pinheiro silvestre de Portugal*. «Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura», Lisboa, 1(1) Jul. 1918, p.65.

36. *Vaccinium myrtillos*. «Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura», Lisboa, 1(1) Jul. 1918, p.47.

37. *O veado do Gerez*. «Boletim da Secretaria de Estado da Agricultura», Lisboa, 1(2/4) Ago-Out.1918, p. 192-199.

38. *Conferência florestal de 1916: excursões dos conferentes*. Lisboa: Tip. La Becarre, 1919.

39. *Serra do Gerez: tradições e usos religiosos*. «Terra Portuguesa», Lisboa, 4(35/36) Dez. 1922, p. 166-172, il.

40. *A mata do Gerez*. «O Primeiro de Janeiro», Porto, 20.-Out.1923; 1.Nov.1923.

41. *O abrigo pastoril na serra (notas do Gerês)*. «Terra Portuguesa», Lisboa, 5(40) Maio1925, p. 74-78, Il.

42. *Tradição comunalista em Portugal*. «Diário de Notícias», Lisboa, 4.Set. 1925 *
43. *Mata do Gerês: subsídios para uma monografia florestal*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
44. *Gerez: notas etnográficas, arqueológicas e históricas*. Coimbra, imprensa da Universidade, 1927.
45. *Do Gerez (doze anos depois)*. «O Comércio do Porto», Porto, 8.Set.1928; 28.Set.1927; S.Out.1927.
46. *Águas do distrito de Braga: caldas do Gerez*. «Correio do Minho», Braga, 9.Set.1928; 15.Set.1928; 29.Set.1928; 27.Out.1928.
47. *As águas do Gerez e o cancro*. «Correio do Minho», Braga, 21.Set.1928.
48. *Gerez (estradas)*. «Correio do Minho», Braga, 30.Nov.1928; 11.Dez.1928; 21.Dez.1928; 4.Jan.1929; 17.Jan.1929.
49. *O Natal na serra*. «Sintra Regional», Sintra, 25.Dez.1928 *.
50. *O Gerez: notas da sua evolução histórica*. «Correio do Minho», Braga, 8.Set.1929.
51. *A cabra brava do Geres*. «Correio do Minho», Braga, 11.Nov.1930.
52. *O corço do Gerez: medidas para a sua protecção e propaganda*. «Correio do Minho», Braga, 8.Fev.1930.
53. *Do Geres*. «O Comércio do Porto», Porto, 18.Set.1930; 27.Set.1930; 5.Out.1930-; 5.Nov.1930.
54. *Regionalismo: a serra do Gerez*: «Notícia Agrícola», Lisboa, 1(3) 18.Mar. 1933*

55. *O Gerez e o telefone*. «Correio do Minho», Braga, 17.Maio.1933.

56. *A serra do Gerez*. in «Portugal Económico, Monumental e Artístico», vol. 1. Lisboa, Ed. Lusitania, (193&?), p.491-493, il.

57. *Naturalistas no Gerez*. «O Comércio do Porto», Porto, 12.Ago.1937, p. 3; 17.Ago.1937, p. 2; 28.Ago.1937, p. 2; 13.Set.1937, p. 2; 18.Set.1937, p. 2; 1g.Set.1937, p. 2-; 23.Set.1937, p. 2; 11.Out.1937, p. 3; 18.Out.1937, p. 4; 27.Out.1937, p. 4; 9.Nov.1937, p. 4; 26.Nov.1937, p. 4; 9.Dez.1937, p. 4; 17.Maio.1950; 19.Maio.1950!; 24.Maio.1950.

58. *O Dr. Armando Navarro e o Gerez*. «O Comércio do Porto», Porto, 21.Abr.1938.

59. *O Gerez e os centenários*. «O Comércio do Porto», Porto, 21.Jul.1939; 8.Ago.1939.

60. *Pastoreio e arte pastoril*. in «Vida e arte do povo português». Lisboa, Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, 1940-, p.137-151, il.

61. *Ricardo Jorge e o Gerez*. «O Comércio do Porto», Porto, 24.Jul.1940.

62. *A caçada no Gerez que o «Século» promoveu em 1908 e a de 1887 em honra da família real*. «O Comércio do Porto», Porto, 1-1.Ago.1941; 14.Ago.1941; 27.Ago.1941.

63. *Gerez (notas diversas)*. «O Comércio do Porto», Porto, 3.Jul.1941; 14.Jul.1941; 11.Ago.1941; 14.Ago.1941; 27.Ago.1941; 8.Set.1941; 27.Set. 1941.

64. *A caçada do Gerez*. «Brados do Alentejo», Set. 1942*.

65. *Memória historico-topographica das Caldas do Gerês [de José dos Santos Dias]*. «Arquivo Histórico de Portugal», Lisboa, 4, 1942, p. 379-430-, 11. (Sep.).

66. *Serra do Gerez: notas de história florestal*. «Agros», Lisboa, 27(3/6) Maio-Dez. 1944, p. 125-130.

67. *Águas do Geres e outras (Caldelas, Visela, Moledo, Chaves, o mar, etc.)*. Lisboa, 1-945 (Sep. Arquivo Histórico de Portugal, 5).

68. *Águas do Gerês (notas de história)*. «O Comércio do Porto», Porto, 14.Ago.1947; 13Set.1947; 8.Out.1947; 21.Out.1947.

69. *Notícia sobre o Gerez*. «A Granja», Lisboa, 7(2/4) Abr.-Dez.1948, p. 61-66.

70. *Notas geresianas sobre a Calcedónia e outras*. «O Comércio do Porto», Porto, 25.Jun.19-51.

NOTA – As referências assinaladas com asterisco (*) foram retiradas da bibliografia de TUDE DE SOUSA, publicada por GUILHERME FELGUEIRAS em «A Granja», Lisboa, 10(4) Out,-Dez.1951, p. 199-223.

GEREZ

DO AUTOR

- REGIMEN PASTORIL DOS POVOS DA SERRA DO GEREZ (Separata do fascículo n.º 3, tomo II da *Portugalia* — 1907).
- IDEM (Separata do fascículo n.º 4 do tomo II da *Portugalia* — 1908).
- SERRA DO GEREZ — Estudos, Aspectos, Paisagens (Porto — Livraria Chardron, Editora — 1909).
- A ÁRVORE — Leituras Florestais para crianças. Livro aprovado pelo Governo para prémio das Escolas Primárias (Livraria Chardron, Editora — 1912).
- A TRADIÇÃO, O VALOR E O CULTO DA ÁRVORE. Palestra pública de propaganda florestal (Livraria Chardron — 1913).
- A SERRA, AS PASTÁGENS E OS GADOS. Palestra pública de propaganda florestal. (Publicação oficial da Direcção Geral da Agricultura — 1914).
- DA TERRA ALTA. — Aspectos Agrícolas, Pecuários e Sociais da Província de Trás-os-Montes. — Notas de uma excursão a Barroso (Separata de *A Voz do Lavrador* — 1916).
- A ÁRVORE NA ESCOLA PRIMÁRIA. — Conferência pedagógica na Faculdade de Ciências de Lisboa, a convite do Ministério da Instrução Pública (Separata do *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*. — Ano I, n.º 3 — 1916).
- ÁRVORES FLORESTAIS. — Sua Cultura, Exploração e Aplicações (Lisboa — Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira — 1917).
- OS PINHAIS. — Como se Conservam. — Como se Aumentam (Volume xxviii da Livraria do Lavrador, do *Comercio do Porto* — 1919).
- COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA — Relatório da Instalação da Colónia e seu Funcionamento até 31 de Dezembro de 1917 (Publicação oficial — 1920).
- COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA — Relatório dos diversos Serviços desde 1 de Janeiro de 1918 até 31 de Dezembro de 1920 (Publicação oficial — 1922).
- O TRABALHO DOS PRESOS NA AGRICULTURA — Separata do Volume v — Série II do *Boletim do Instituto de Criminologia* (Lisboa — 1925).
- MATA DO GERÊS — Subsídios para uma monografia florestal (Separata de *A Voz do Lavrador* — 1926 — Tiragem adquirida pela Direcção Geral dos Serviços Florestais).

TUDE M. DE SOUSA

Antigo Regente Florestal na Serra do Gerez — Director da Colónia
Penal Agrícola de Sintra

GEREZ

(Notas Etnográficas, Arqueológicas
e Históricas)



COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1927

Na incerteza de vir ainda a publicar a monografia de Amleira, do Priorado do Crato, — a nossa terra — onde melhor ficaria esta homenagem, dedico o presente trabalho, que é um livro do coração,

Á MEMÓRIA
DE
MEUS PAIS

*POBRES — ENTRE OS MAIS POBRES
HONRADOS — ENTRE OS MAIS DIGNOS.*

*Porque não prevejo se chegará a ver a luz o
livro de Amicira, — o livro da nossa terra
— que fiquem aqui também as minhas agra-
decidas e saudosas homenagens*

Á MEMÓRIA

DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA

D. MARIA AMÁLIA DA SILVEIRA MAGGESSI

A quem devi protecção e educação

E DE SEU IRMÃO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR

JOÃO PEDRO DA SILVEIRA MAGGESSI

*Que me recebeu como herança, completando
a obra de sua irmã*

PREFÁCIO

Eis aqui um autor cuja candura iguala o seu merecimento, que é muito.

Com effeito, depois de ter publicado com exito vários trabalhos de incontestável valia, que lhe grangearam autoridade e renome, solicita-me êle a apresentação dêste livro.

Equívoco e ingenuidade!

Equívoco, porque, pela minha obscuridade, sou eu a pessoa menos idónea para o recomendar.

Devo, é certo, ao público leitor excepcionais atenções de benevolência; mas estas prendem-se a factos já tão remotos, que eu com justa razão receio estejam completamente esquecidos.

Sendo assim, é bem possível que o leitor pergunte, com desaire para mim e nenhum proveito para êste livro, qual o crédito que eu posso merecer-lhe nesta attitude, talvez impertinente, de introdutor.

Foi o que TUDE DE SOUSA não previu na sua ingenuidade, aliás tocante, de acreditar na efficácia ou beneficio dum Prefácio.

É, de resto, inútil tudo o que eu possa dizer acêrca do trabalho presente.

O seu extraordinário interêsse é na verdade tão patente, que de maneira nenhuma escapará, tanto à inte-

ligência, como ao saber, ou senso crítico, do leitor mais desatento.

Pode, porém, por outro lado, acontecer que o equivocado e o ingénuo seja eu e não TUDE DE SOUSA se o público, já entediado com os hábitos excessivamente democráticos da moderna república das letras, tiver modificado o seu gosto e preferir a essa sans façon o restabelecimento do protocolo galante das palavras preambulares.

Nestas condições não será inoportuna a apresentação que, mesmo sem punhos de renda nem perruca empoada, ousou fazer desta obra, que tem por objecto o homem do Gereç.

Ninguém ignora que esta serra, como nenhuma outra do país, atraiu desde o século XVIII a atenção dos sábios, os quais nos disseram em monografias, proficientes e memoráveis, da sua estrutura, da sua morfologia, da sua flora, da sua fauna e da maravilha sem par das suas águas termais.

Só o montanhês que a habita, cultivando-lhe o fundo dos vales e apascentando os gados nas altas pastagens, ficou no olvido até ao momento em que, pelos albores deste século, dele se ocupou ROCHA PEIXOTO, o inditoso homem de sciência cuja falta, por nosso mal, ainda tanto se faz sentir.

Mas o seu largo inquérito, em que tive a honra de colaborar, conjugava-se com os que ambos fizemos às populações serranas do norte do país e devia integrar-se numa grande obra, cuja realização a morte impediu, frustrando assim o esforço e o sacrificio, cheios de abnegação, do eminente escritor e etnógrafo (1).

(1) Deixou-nos apenas um sumário dessa paciente investigação scientifica: *Formas da vida comunalista em Portugal*.

Foi por isso que os primeiros elementos colhidos por TUDE DE SOUSA e tendentes ao mesmo objectivo foram por êle recebidos com entusiasmo.

Dêsse acolhimento e do estímulo subsequente surgiu o presente livro em que se revelam os aspectos mais interessantes da vida económica e da vida religiosa do Gereziano.

Por êle ficará o público português sabendo que, a poucos quilómetros da famosa estância termal onde o aqüista, embora de fígado avariado, se pavoneia em conformidade com as exigências da civilização do século xx, há populações serranas, cuja existência se subordina ainda em grande parte às normas porque se regiam as antigas sociedades patriarcais.

É uma sobrevivência do estadio comunalista das organizações sociais primitivas (1) a qual se explica pelo conservantismo resultante do isolamento do homem das montanhas e das necessidades que lhe são impostas pelas condições do meio.

Pastor e agricultor, o montanhês gereziano, além dos gados e da courela de que é proprietário exclusivo, tem direito aos bens indivisos da serra, que é de todos.

Estes bens, base essencial da sua riqueza, são as águas de rega, as lenhas para o fogo do lar e para a defeza da rude e longa invernia e as pastagens das altitudes para onde sobem e onde erram, durante o estio, as suas manadas e eventualmente os seus rebanhos.

Constituem, pois, o dominio colectivo que, por isso mesmo, permanece na indivisão e é logrado em cada zona pelos habitantes dum mesmo lugar ou freguezia,

(1) A. MORET et G. DAVY, *Des Clans au Empires*, pág. 85. Edit. de la Renaissance du Livre. Paris, 1923.

estritamente unidos pelos mesmos interesses, não segundo o arbitrio de cada um, mas de harmonia com os preceitos estabelecidos pelos usos ou acôrds multiseculares e sancionados por gerações incontáveis.

Com modalidades inerentes ao ambiente ou à raça e com uma tal ou qual obliteração, devida à maior ou menor influência dos factores civilizados, o mesmo se observa, tanto nas outras regiões montanhosas do norte do país, como nos Pireneus e nos Alpes (1).

O exercício dos direitos e a execução dos deveres, nascendo de tais usos, são regulados pela entidade soberana — a Junta — em quem a colectividade delega, em absoluto, o poder de deliberar e julgar,

Ela é constituída por um grupo de anciãos ou pessoas mais categorizadas, que se denominam os homens da fala, ou pela assembleia dos representantes de todos os casais.

Assim acontecia nas épocas pre-helénicas dos poemas homéricos, nas idades patriarcais espelhadas nos livros do Pentateuco, nos tempos remotos do império babilónico e naquelles que precederam o nebuloso advento dos primeiros réis do Egipto (2).

Em horizontes menos esbatidos e longínquos sabemos, pelas páginas de CESAR e de TÁCITO, que nas clareiras das florestas da Germânia e da Galia se reüniam assem-

(1) ROCHA PEIXOTO, *ob. cit.* M. SORRE, *Les Pyrénées*, 1922; *Les Pyrénées méditerranéennes*, 1913. A. COLIN, Paris; R. BLANCHARD, *Les Alpes françaises*, 1925. A. COLIN, Paris. PH. ARBOS, *La vie pastorale dans les Alpes françaises*, 1922. A. COLIN, Paris.

(2) A. MORET et G. DAVY, *ob. cit.*, págs. 87, 143, 144; DELAPORTE, *La mesopotamie*, 1923. *La Renaissance du Livre*. Paris. A. MORET, *Le Nil et la civilisation égyptienne*, 1926, pág. 46. *La Renaissance du Livre*. Paris.

bleias semelhantes, cujas decisões tinham a autoridade de textos sagrados (1).

Lembre-se de passagem a função dos Homens Bons dos Concelhos na nossa vida medieva.

Para que nada falte ao carácter arcáico dessa Junta dos povos gerezianos, a sua convocação — o chamado — faz-se por meio duma buzina como no Exôdo XIX. 13 ou nos primitivos tempos de Roma (2) e a sua reunião efectua-se ao ar livre, sendo em Villar da Veiga junto dos carvalhos seculares à semelhança do que se praticava entre o povo eleito (Juizes IX-6) e entre os germanos e os gaulezes (3).

Esta escolha tradicional do local ensombrado pelas frondes veneráveis para o funcionamento da assembleia popular recorda o sentimento quasi religioso que liga o homem, por assim dizer, desde as suas origens à referida árvore, a qual foi abrigo dos deuses e santuário da justiça.

Com efeito, era ela quem abrigava em Sichem o lugar consagrado ao Eterno, porque aí se mostrara Jahvê pela primeira vez ao patriarca Abraão (Josué XXIV-26, Genesis XII-6). Os seus ramos protectores cobriam no Capitólio o templo de Jupiter a quem era dedicada e

(1) CAMILLE JULIAN, *La Gaule*, vol. II, pág. 97 e segs., 1908. Hachette. Paris. TACITUS, *Germania*, XI-XII-XXXIX. J. CESAR, *De bello Gallico*. VII-33,3.

(2) DAZEMBERG ET SAGLIO, *Dictionaire des antiquités grecques et romaines*. V.º Bucina.

(3) A. DE GUBERNATIS, *La mythologie des plantes*, tòm. 2.º, pág. 71. 1882. C. Reinewald. Paris.

O. MARTINS, *Quadro das instituições primitivas*, 3.ª ed., pág. 156 e segs. 1909. Parceria A. M. Pereira. Lisboa.

por meio da qual este olímpico fazia ouvir em Dodona, no Epiro, os seus oráculos divinos (1).

À sua sombra proclamavam os germanos as suas sentenças e realizava a nossa Idade Média as suas audiências (2).

Bem conhecido ficou na história o carvalho de Vincennes sob o qual Luís o Santo, rei de França, administrava justiça aos seus súditos (3).

Com ou sem a cúpula hospitaleira de verdura, presumível detentora das antigas vozes da floresta e porventura inspiradora das decisões inelutáveis, a assembleia delibera sobre os concertos dos caminhos e dos fornos — abrigos dos pastores — e sobre o corte das lenhas e distribuição das águas; nomeia, por escala, o pastor comum da vezeira e fixa o dia da sua partida para as pastagens altas dos currais; organiza as montarias; toma conhecimento dos danos praticados por algum membro da colectividade ou por animal seu, fazendo a estimativa da reparação e impondo-a; pronuncia as penas de coima contra os que por suas faltas ou abusos violam o estatuto, ou a tradição, base do equilíbrio da vida social do agregado.

Nestas condições a Junta, expressão perfeita dos interesses da comunidade, deliberando e julgando, em

(1) A. DE GUBERNATIS, *ob. cit.* J. GEORGE FRAZER, *Les origines magiques de la Royauté*. Trad. de P. H. LOISON, 1920. Geuthner, Paris. *Le folklore dans l'ancien testament*. Liv. III, Chap. VII, trad. de E. AUERA. 1924. Geuthner, Paris.

O. MARTINS, *Sistema dos mitos religiosos*, 2.^a ed., pág. 224 e segs. 1895. A. M. Pereira. Lisboa.

(2) O. MARTINS, *Quadro das instituições primitivas*, pág. 201 e segs.

(3) A. DE GUBERNATIS, *ob. cit.*, pág. 71.

definitivo, sobre os serviços a executar, as contribuições a pagar, as condenações — êrros — a proferir, as multas a aplicar, é, em pleno século xx, a imagem viva não só do nosso direito consuetudinário, mas das instituições dum passado remotíssimo em que parecia menos ferós o egoísmo do homem.

Eis em resumo quais os elementos valiosíssimos que TUDE DE SOUSA fornece a um dos principais capítulos da *Etnografia nacional*.

Sob outro aspecto de não menos palpitante interesse etnográfico faz-nos êste singular observador preciosas revelações.

Estas respeitam à religiosidade do gerezião pautada pelos Livros de usos e costumes os quais logo evocam em parte, pelas analogias flagrantes, os preceitos do Levítico.

De resto esta religião simplista exterioriza-se em práticas e cerimónias de feição acentuadamente pagã, que são outras tantas adaptações feitas pelo cristianismo.

Basta citar os clamores e os cêrcos para tornar fecundas as terras semeadas e para preservar a freguezia, ou aldeia, dos malefícios da esterilidade, ou das epidemias.

São a sobrevivência do *Amburbium* e *Ambarvale sacrum* (1).

Os cercos, pelo ruído dos atiradores e tamborileiros que os acompanham, têm um antecedente famoso na tomada de Jericó (Josué VI-1-21) (2).

(1) DAREMBERG ET SAGLIO, *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*. V.º *Ambarvale et Amburbium*. Hachette, Paris. L. DUCHESNE, *Origines du culte chrétien*, pág. 304 e segs., 5.º edição. 1920. Boccard, Paris.

(2) P. SAINTYVES, *Essais de folklore biblique*, pág. 185 e segs. 1923. Nourry, Paris.

Para o proteger nos caminhos, para o guiar nas encruzilhadas, o gereçiano, como todo o homem do norte venera as Alminhas, que representam atualmente as deusas biviae, triviae, quadriviae dos gaulezes e os Hermae da antiguidade grega (1).

Hermes era com efeito o deus protector dos viajantes e caminheiros e ao mesmo tempo o condutor, nas regiões do além, das almas dos mortos — Psicopompos (2).

Assim, por um fenómeno de elaboração do sincretismo religioso, o pilar com a imagem desta divindade que, na velha Grécia, se erguia à entrada das pontes, à beira das estradas, ou nos seus cruzamentos, converteu-se na stela devota das Alminhas.

O próprio motivo icnográfico do exemplar citado pelo autor é a interpretação plástica duma idea que mergulha as suas raízes na antiga e fecunda seiva da religião egípcia.

Efectivamente, o arcanjo S. Miguel, pesando as almas, ou, como diz o Padre Rosário, pesando os bens e os males de cada alma, é a metamorfose do deus Toth, examinando o peso do coração do morto com as suas boas e más acções nos pratos da balança infalível (3).

(1) CAMILLE JULIAN, *ob. cit.*, tòm. II, pág. 150; DAREMBERG et SAGLIO, *ob. cit.* V.º, *Hermae et Via*; P. DECHARME, *Mythologie de la Grèce antique*, pág. 156. Garnier Freres, Paris; J. RICHPIN, *Nouvelle mythologie illustrée*, tòm. I, págs. 135-136. Sant'Andrea e Marceron, 1920, Paris.

(2) P. DECHARME, *ob. cit.*, pág. 155. J. RICHPIN, *ob. cit.*, pág. 157.

(3) LEWIS SPENCE, *Myths and legends of ancient Egypt*, págs. 106-107. G. Harrap & C.º, London. A. MORET, *Au temps des Pharaons*, págs. 238-238. *Rois et dieux d'Égypte*, págs. 130-

Outros símbolos de devoção, adornando e protegendo os largos dos lugares e aldeias serranas contra influências maléficas, são os cruzeiros, dois dos quais, em S. João do Campo e em Covide, assentam em marcos miliários da estrada romana da Geira que, através da Serra do Gerez, conduzia da Brachara Augusta até Astorga.

Não se pode afirmar que isto seja um vestígio do culto dendrolátrico legado pela civilização egéa (1), mas sim uma manifestação do espirito de conservantismo e de transigência com o passado análogo ao do bretão que, num anacronismo sem par, plantou os emblemas do Cristo sobre os dolmens e menhirs prehistóricos do estranho país armoricano (2).

A religiosidade dos povos gerezianos, fixada tôda em objectivações falando ao seu entendimento simples e inculto, ainda se expandia nas representações dos Autos do Nascimento e do Drama da Paixão, literária e artisticamente bárbaros e procedendo da florescência medieval dos Mistérios — por sua vez filiados nos do Egipto e da Grécia — os quais vibram ainda com esplendor nas acuminâncias dos exhibicionismos de Oberammergau (3).

-131. A. COLIN, Paris. G. PERROT et CHIZEZ, *Histoire de l'art dans l'antiquité*, tôm. 1. *L'Égypte*, HACHETTE; *Livro dos mortos*, cap. CXXV; TEÓFILO BRAGA, *O povo português nos seus costumes crenças e tradições*, tôm. 1, pág. 206, 1885. Livraria Ferreira, Lisboa; P. e Diogo do Rosário. *Flos Sanctorum*, tôm. 2.º, pág. 597, 2.ª col. M.CC.XXXIV. Miguel Rodrigues, Lisboa.

(1) GLOTZ, *La civilisation égèenne*, 1924. La Renaissance du Livre. Paris.

(2) PAUL GRUYER, *Les calvaires bretons*, 1920. H. Laurens, Paris. *L'art et les artistes*, n.º 10, Octobre, 1920. Armand Payot, Paris.

(3) A. MORET, *Mystères égyptiens*. A. Colin, Paris. Paul Foucart, *Les mystères d'eleusis*, 1914. A. Picard, Paris. EMILE

Na terceira parte do seu trabalho TUDE DE SOUSA faz-nos a história das maravilhosas termas, assim como a da Portela do Homem, a célebre commissura da serra por onde se canalizaram as imigrações das raças, pelo menos desde os romanos aos suevos e aos povos da reconquista e para onde, nas modernas lutas políticas convergiram, sob o peso amargo da derrota, muitos dos vencidos de aquem e de além fronteira.

Informes preciosos de natureza etnográfica rematam esta secção final do volume em que há páginas dum vivo interêsse e duma forte emoção.

Do que aí fica sucintamente exposto se deduz o múltiplice interêsse do inquérito feito com inteligência, saber e amor por um homem do Sul sôbre a formosa serra do Norte de Portugal.

Ela, que tanto lhe deve já pela acção, quanto ao seu novo revestimento florestal, pela palavra e pela escrita, é por éle enaltecida mais uma vez nestas páginas, que constituirão um raro subsídio para o estudo do povo português.

Bastam as sugestões acima enunciadas para lhes determinar o valor e para mostrar o quanto a montanha, bendita entre tôdas pelas suas privilegiadissimas termas, encerra de ensinamentos, desde o fundo dos vales, onde transitaram as águias legionárias dos Cesares, até aos pincaros, onde poisam e fazem ninho as águias

MALE, *L'art religieux de la fin du moyen age en France*, 1908. A. COLIN, Paris. G. COHEN, *Le livre de conduite du regisseur pour le mystère de la passion*, 1925. H. CHAMPION, Paris. HERMINE DIEMER, *Oberammergau et les mystères de la passion*. Trad. de l'Abbé Bouvier, 1900. Munich et Oberammergau. Carl. Aug. Seyfried & Comp.

reais e cuja denominação popular nos evoca a linguagem épica dos tempos de La Chanson de Roland.

Agosto de 1926.

MANUEL MONTEIRO

UM PROGRAMA

« ... Sr. — Recebido, e com muito agrado, o seu interessantíssimo artigo, no qual, e com satisfação, lembrei as minhas investigações aí feitas, vai para 5 ou 6 anos.

Farei por o intercalar, por completo, no próximo fascículo, como havíamos combinado. E V. logo que possa, obsequie-me dizendo-me o número de separatas que deseja.

Consinta que o aconselhe a progredir nas suas investigações locais mantendo-se para tal às suas ordens a Portugalia.

Isso aí é realmente um filão. Não esqueça, por exemplo, o que diz respeito à habitação, com todos os detalhes e pormenores, ao vestuário, à alimentação, ao mobiliário caseiro, à alfaia agrícola e pastoril, aos costumes (casamentos, baptizados, enterros) à religiosidade (romarias, devoções, clamores, cercos, amuletos, promessas) às superstições, às trovas populares... a tudo, enfim, que traduza o viver familiar, social, económico e especulativo da população serrana. E V. podia mesmo estabelecer uma espécie de programa a que subordinasse os artigos de sorte a, no futuro, constituírem um interessante livro.

Em meu parecer, eu regeitaria, em geral, tudo o

que está escrito, produzindo apenas os resultados das investigações directas e in situ.

Também lastimo que não nos tivéssemos avistado aqui. Soube, pelos Lelos, da presença de V., mas já tarde.

Entretanto disponha V. de quem é

Seu muito apreciador
e Cr.^o Obrig.^{mo}

10-XII-907.

ROCHA PEIXOTO.

N. B. — Não esquecer as indústrias locais: cestaria, carvão, sócos, teares e tecelagem, etc., etc. E aproveitar os fotografos que ai apareçam para obter a documentação gráfica, não alindada, mas precisa e demonstrativa, com rigoroso caracter científico ».

PRÓLOGO

Quando eu, homem do sul e da planície, entrei em Setembro de 1904 para os serviços florestais do Gerez, dei, a curto praso, em encontrar motivos de surpresa no viver dos povos e no modo de ser da região, que dia a dia me cativavam as atenções, pelo seu ineditismo e pelo absoluto interêsse que mereciam.

Alheado, porém, até ali de assuntos e estudos de etnografia e de outros semelhantes, o tempo passava sempre sem eu nêles me fixar com demoras de maior.

Até que um dia, colhidas algumas notas e armazenados alguns reduzidos materiais, me dei a trocar impressões com pessoas de estudo e de aprêço que me animaram, dada a minha permanência na serra e dado o meu convívio com as suas gentes, a coleccionar e a arquivar quanto de curioso e de desconhecido houvesse ainda que anotar.

Foi assim que apareceram em 1907 e 1908 os meus estudos sôbre o regimen pastoril dos povos da Serra do Gerez, tão bem recebidos, que isso me desvaneceu e me animou (1).

Quando, pela primeira vez, eu tive a honra de entrar

(1) Fascículos 3 e 4 do tómo II da Portugalia (Pôrto, 1907 e 1908).

na Portugalia (1), levado pela mão de António Tomás Pires, grande etnógrafo e grande amigo, infelizmente já morto e a quem o Alentejo e principalmente os estudos elvenses tanto devem, recebi pouco tempo passado as animadoras palavras do saudosíssimo Rocha Peixoto, da carta que atraz fica transcrita, como um interessantíssimo programa de trabalhos, para os quais só o seu entusiasmo, desconhecedor da minha incompetência, me julgaria capás.

Esta carta e outras que se lhe seguiram e as duas ou três palestras que tive no seu gabinete da Biblioteca Municipal do Pôrto com o autor das maravilhosas monografias das Filigranas, do Traje Serrano, da Casa Portuguesa, das Formas da vida comunalista em Portugal, e de outras mais, foram o meu baptismo para a entrada, como o mais modesto e o mais insignificante dos cabouqueiros, na falange enorme dos beneditinos inquiridores do passado e dos pacientes coleccionadores de apontamentos e registos com que se contribui para a história e para a vida das gerações que desde longe se sucedem.

Foi devido a isso que no período de ainda cêrca de oito anos que me demorei no Gereç, onde estive onze anos, eu fui reünindo várias notas e apontamentos para trabalho que ali realizaria e que ali, in loco, sob a influência do meio e dos costumes e ao contacto com as gentes da Serra, melhor do que em qualquer outra

(1) A Portugália, que foi uma notável Revista e arquivo de materiais para o estudo do povo portuguez, está suspensa há mais de 15 anos e teve como directores Ricardo Severo, há muito no Brasil, e Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso e José Fortes, já falecidos todos três.

parte eu poderia fazer, se em 1915 não tivesse de sair.

De tudo me alheei desde então, mas, porque em mim se não desvaneceu ainda o velho e forte amor pelo Gerez, dei-me agora ao trabalho de rebuscar e coligir nos meus papéis de outros tempos e noutros posteriormente consultados o que nêles houvesse ainda, talvez, de aproveitável e útil para quem um dia com mais competência do que eu, disso se possa servir como subsídio e com proveito.

Tal foi a origem dêste livro, para o qual fui procurar em jornais diários e revistas da especialidade as coisas por mim já ditas e dispersas, que conviria, porventura, reünir a todo o outro material, que é a maior parte, ainda inédito.

*

*

*

Êste livro é um livro de etnografia e de história, mas é, principalmente, também e para isso o fiz, um livro de saúde e um livro em honra e louvor do Gerez, em honra e louvor da mais linda serra portuguesa.

Só quem viveu junto dela e para ela, adormecendo anos seguidos ao rumor das suas águas ora suave e brando, num deslize caricioso de amor, ora violento e agressivo em arremetidas de torrente, despertando todos os dias ao romper do seu sol, que, quasi a tocar-se-lhe com as mãos, lhe dá, primeiro do que a ninguém, o beijo da madrugada, pode prender-se-lhe com o carinho, com o affecto e com o entusiasmo que ela merece (1).

(1) No número de 4.ª feira, 1 de Janeiro de 1919, do jornal O Primeiro de Janeiro, do Pôrto, comemorativo das suas bodas de

Mal faz idea do que isso seja o homem que vive na Ribeira e na Planície, no marulhar e nos requintes da civilização, e, para que assim não suceda, é preciso que o turismo alpestre se crie e se desenvolva, é preciso escalar a montanha e fixar por lá temporadas de dias de pleno ar, de plena luz, de plena natureza.

E nenhuma serra convida tanto como o Gerez, onde os homens e as árvores, as pedras e as águas, a sua fauna, a sua flora e a sua constituição própria, nascidas, criadas e irmanadas num admirável conjunto, oferecem ao forasteiro atractivos sem rival.

A vida do povoado, a vida do dia a dia de cancelas e de trabalhos, a vida amolentadora das esquinas e dos cafés, dos dias de tédio e das noites mal passadas, pedem à paz da serra o socêgo que tranqüiliza os mais sobresaltados espíritos, às suas belezas imprevisitas as surpresas que enchem as almas de agradáveis comoções.

Em nenhuma outra parte, como no coração dos montes o homem se sente mais infinitamente pequeno: a magestade imponente da obra grandiosa que se lhe estende num horisonte vasto subjuga-o e entonetece-o de espanto.

ouro, o sr. dr. Joaquim Costa, em artigo sob o titulo de Homens de letras no «Janeiro», teve a generosidade de incluir o nosso pobre nome entre os de muitos e verdadeiros escritores, dos maiores na literatura e no jornalismo, com a seguinte referênciã: «Tude de Sousa, que viveu na serra, para louvar a sua beleza. . .».

Também, em Junho de 1916, nos dizia, amável e inerecidamente, em carta, a propósito das crônicas publicadas no mesmo jornal a respeito de Barroso e que constituem um dos últimos capitulos d'êste livro, o illustre escritor sr. dr. Antero de Figueiredo: «... pois os seus trabalhos são, tanto de homem de sciência, como de literato. O meu amigo vê a floresta com olhos de sábio e de poeta».

Velhos colossos de granito levantam aos ceus seus dorsos altos e espadaúdos, nus de carnes, que os ventos fustigaram, que as intempéries roeram, que as chuvas carregaram para os regatos, para as ravinas, para as torrentes...

Aqui e ali jazem por terra almas adormecidas de rudes combatentes de outras eras de uma floresta que passou, derrancada pelos temporais, aniquilada pela ignorância criminosa e estúpida que lhes ateou o fogo, ou pela ânsia de algum palmo de terra para dar pão e para dar frutos.

Pelo Gerez, abraçando-o, correm por contrafortes diferentes, até se fundirem cerca de Braga, o Cávado e o Homem, nascidos do mesmo ventre nas alturas, ambos tendo a alimentar-os uma poderosa réde vascular de ravinas e fitas de água sem conta, que lhes dão a seiva forte que por ai fora os alimenta. Rios são eles bem portugueses, nados e criados em nossas terras e montes, em opposição ao Tejo, ao Douro, ao Lima e ao Guadiana, seus irmãos mais velhos, que só nossos são pelo solo nosso que cobrem e pelo mar onde se afogam.

É por tudo isso que este livro é um livro de saúde e é um livro em honra e louvor do Gerez — « das serranias do Gerez sobre cujos píncaros cinzentos revoltavam as águias e onde os pastores conduzem os rebanhos às pastagens pela via romana em que transilavam, há dois mil anos, as legiões de Cesar ... » (1).

Sintra — Abril de 1926.

TUDE M. DE SOUSA.

(1) Carlos Malheiro Dias. Conferência pronunciada na Casa do Minho, no Rio de Janeiro, e publicada no jornal O Comércio do Pôrto, de 7 de Abril de 1926.

ETNOGRAFIA

I

ASPECTOS DA VIDA SOCIAL

O COMUNALISMO NA SERRA

Regímen pastoril

Nem em tôda a parte se encontrarão ainda sobrevivências do velho regímen comunalista, em que noutros tempos uma boa parte de povoados se integravam para a prática de serviços, reciprocamente prestados no interesse individual e colectivo, e em que reciprocamente obedeciam a regras e preceitos de longe estabelecidos, para uma vida jurídica especial criada por êles, a que todos religiosamente obedeciam.

Essas sobrevivências, porém, não são raras na serra, onde com freqüência as vamos encontrar.

Efectivamente, é na serra e só na serra, que ainda se lobrigam entre nós, como noutros países também, os restos de um regímen tradicional de vida comunalista que circunstâncias de várias ordens têm mantido de pé, com mais ou menos pureza, a-pesar-da grande infiltração e penetração de outros usos e outros costumes, levados por outras gentes e novas influências.

Estas características, desde longe registadas, tiveram, quanto aos povos do Suajo, assinaladas referências de D. António da Costa (1) quando nos descreve

(1) *No Minho*, por D. António da Costa, 2.^a edição, (Pôrto, 1900).

a vida de comunidade e de igualdade daqueles povos, principalmente da freguesia de S. Miguel de Entre-os-Rios, verdadeira comuna, perfeitamente organizada.

« *As veigas* de S. Miguel, diz êle, estão divididas em quinhões pelas famílias, mas estas não as cultivam. A cultura e a ceifa executa-as de um extremo a outro a comunidade, recebendo depois cada família o respectivo quinhão ».

Mais, porém, do que D. António da Costa nos diz depois Rocha Peixoto no seu magnifico estudo sôbre algumas formas da vida comunalista em Portugal, onde descreve e marca quantos dos restos do velho comunalismo agrário, florestal e pecuário êle pôde surpreender ainda nos montanhesees do norte (1).

Depois do Suajo, da Gralheira, do Lindoso, da Serra Amarela e do Gerez, e outras, tôda a terra de Barroso e das Alturas com os *touros do povo* e as *lomas do touro*, ou a sua guarda e sustento à *roda* durante todo o ano entre possuidores de vacas (2).

Mais para lá, as vertentes transmontanas da serra do Marão e ainda as terras de Miranda, onde se executam regularmente diversos actos de vida comunalista.

(1) *Formas da vida Comunalista em Portugal*, em *Notas sobre Portugal*, vol. 1.º (Lisboa, 1908) e *Survivances du Régime Communitaire en Portugal*, em *Annuaire Scientifique da Academia Politecnica do Porto*, vol. 3.º, n.º 4 (1908).

(2) Nalgumas povoações de Barroso há também a *Casa do Povo*, onde há um forno comum do povoado para cada qual cozer gratuitamente o pão de sua casa. Igual forno há em outras terras daquelas regiões e na aldeia de Vila Fernando, no Alentejo, concelho de Elvas, quando por lá estivemos (1895-1904), havia também um forno comum, de que os moradores se utilizavam por escala.

Mas, não só no norte, onde principalmente Rocha Peixoto desenvolvia as suas grandes faculdades de estudo, de observação e de trabalho, o comunalismo se praticava sob variadíssimas formas. Também noutras serras êle se registava e regista por diversos e interessantes aspectos (1).

Não são, pois, raros, como já disse, em Portugal os exemplos de povoações vivendo a vida patriarcal das primeiras idades, todos por cada um e cada um por todos, na prestação de recíprocos serviços, no usufruto de terras de pastoreação e cultura, nas obras de interêsse colectivo, etc., etc. etc.

Mas, cremos bem que onde tudo isso se encontra ainda em melhor vigor é nos povos da serra do Gerez, que possuem e guardam e cumprem alguns dos seus velhos regulamentos, por onde desde tempos inmemoriais se governam.

Para outros dêsses estatutos, inutilizados ou desaparecidos com os anos, ficaram os seus usos vinculados à tradição que ainda agora se executa.

Num manuscrito de 1782 que Pinho Leal diz, no seu *Diccionario de Portugal Antigo e Moderno*, ter na sua mesa de trabalho e não lhe constar ter sido até então publicado (2), diz-se a respeito do Vilar da Veiga o que se segue e se transcreve por interessante.

(1) No jornal *Diario de Noticias*, n.º 21.366, de 14 de Julho de 1925, em artigo de João de Vasconcelos, descrevem-se os actos de vida comunalista de Folgoso, na serra da Estrela, e no n.º 21.379, de 27 do mesmo mês e ano, em artigo de J. Holbeche Fino, fazem-se iguais descrições de povos da serra da Gardunha e da Lousã.

(2) *Diario philosophico da viagem ao Gerez que por mandado de sua Alteza Real o Serenissimo Senhor D. Gaspar, Arcebispo e*

«A povoação das *Caldas* pertence á freguezia de *Vilar da Veiga*, que tem 148 homens e 175 mulheres, total 323 habitantes, em 92 fogos, constituindo uma pequena républica, semelhante á de nossos pais, antes que conhecessem o jugo romano, gotico e arábigo.

«O Governo é democratico, e as decizoens confiadas ao conselho e prudencia dos ancioens, são sagradas...

«Tem 7 tribunaes, e em cada hum prezide um velho, assistido de 6 homens, a que chamão *homens d'acordo*. No regimento de tão pequeno estado se occupão 7 juizes e 42 *homens d'acordo*.

«Cada tribunal exerce differentes funcçoens...

«O 1.º he o do *Juíz da Igreja*, aonde se tractão negocios respectivos á Igreja.

«O 2.º he do *Monteiro*, em que se julga das montarias.

«O 3.º das *Vaccas*, que apena e despensa os vaqueiros e se informa da sua conducta na guarda do gado.

«O 4.º e 5.º das *Cabras*.

«O 6.º do *Lagar de azeite*, em que se dispoem da cultura e feitura do azeite.

«O 7.º he do *Lugar*, onde tratão negocios particulares, sobre obras, distribuição de terras para cultura, etc.

«Vão *aos chamados* (dizem eles) e cada tribunal tem lugar proprio. Para o *Monteiro* são convoçados ao som de buzina; para os outros ao som de frautas diversas (1). A qualidade das penas são muitas vezes canadas de vinho.

Senhor de Braga Primaç das Hespanhas fizeram o Dr. Manuel Joaquim Maya Coelho incumbido das observaçõens mathematicas e Joaquim Vicente Pereira d'Araujo das Philosophicas no anno de 1782.

(1) Em 1910 oferecemos ao Sr. Michel Angelo Lambertini, para a sua colecção de instrumentos músicos, 3 cornas e 3 carapitas, das usadas pelos povos da serra do Gerez para a convocação das suas reuniões, ou chamados, fazendo-as acompanhar de exemplares das separatas dos nossos artigos na *Portugalia* sôbre o régimen pastoril e de outras notas especiais, referentes a alguns dos instrumentos enviados, que tinham a sua história. Acusando a recepção, dizia-nos em Março de 1910 o Sr. Michel Angelo: «Pela mão do nosso comum e illustre amigo, engenheiro

« São estes povos muito zelosos das suas mulheres e filhas. Olhar para ellas hum estranho é offendel-os, pelo que ha poucos

António Arroio, chegou há tempos ao meu poder uma, para mim, valiosíssima colecção de búzios ou carrapitas empregadas nas serras do norte para as convocações ou chamados — e acompanhadas de dois interessantes folhetos sôbre o regímen pastoril dos povos do Gerez e de notas manuscritas, que V. teve a extrema gentileza de formular, esclarecendo-me a proveniência de cada um dos exemplares dos curiosos búzios. São inestimáveis para mim êsses elementos de estudo e vão constituir um novo e interessantíssimo capítulo, no trabalho que estou preparando e que tem por intuito dar a conhecer todos os nossos instrumentos populares.

Ainda sôbre a questão «carrapita», tomo a liberdade de solicitar-lhe um novo esclarecimento. Compulsando as *Notas sobre Portugal* dos engenheiros Teixeira Júdice e António Arroio, ou por outra, feitas sob a direcção dêsses eminentes homens de sciência, e estudando-as cumulativamente com os seus dois valiosos folhetos e com as suas notas manuscritas, vejo que se dá indistintamente o nome de carrapita e de buzina aos instrumentos com que se fazem os chamados, não só nas serras do Gerez (S. João do Campo, Vilar da Veiga, Covide, Vilarinho da Furna), mas também no Suajo, em Parada do Monte e em Cidadelhe, e na serra da Amarela (Germil e Ermida). Ainda que em certos dêsses pontos (Covide, Vilarinho) lhe chamem búzio (vózio), não há para mim dúvida de que se trata do mesmo instrumento. Mas na Chã de S. Vicente, na serra das Alturas e nos restantes povoados de Terras de Barroso os toques são feitos «com chifre ou com buzina» e em Lindoso, dizem as *Notas sobre Portugal*, previnem-se os moradores com o corno, que é o búzio chamado também noutros lugares o carrapito.

Temos portanto uma nomenclatura variada e rica: — carrapita, buzina, búzio, carrapito, chifre e corno. Dúvidas, portanto, se o carrapito é igual ao seu homónimo feminino e quasi a certeza que o chifre e o corno, sejam realmente feitos com chifres de animais e portanto nada tenham que ver, como instrumentos musicos, com a clássica buzina».

Sôbre os instrumentos por nós enviados, diz o Sr. Lambertini,

annos passando qualquer pessoa a elles desconhecida, como o objecto zelado chegasse a ser visto pelo tranzeunte, convocava-se

no seu livro *Primeiro Nucleo de um Muzeu Instrumental em Lisboa* (Lisboa, 1914) o seguinte:

«3 *Cornas* — Provenientes da serra do Gerez. As *cornas* são buzinas pastoris, feitas com chifres de animais, principalmente bovinos. Dois dos exemplares produzem as notas:



O terceiro é meio tom mais grave.

«3 *Carrapitas*. Mesma proveniência. Também se chamam *buzinas*, *búzios*, *carrapitos*. Obtêm-se os sons mi_2 e mi_3 em duas delas; sol_2 sol_3 na terceira.

«Nas *Posturas Municipais da Câmara de Ponte da Barca* (Disposições especiais para a freguesia de Lindoso, aprovadas em 11 de Abril de 1850) estatui-se no artigo 100 que: — «... os que não comparecerem para os referidos serviços, quando se der o sinal da *buzina*...», etc.

O sr. Tude M. de Sousa, ilustre regente florestal no Gerez, nos seus *Costumes e tradições agrícolas do Minho — Regimen pastoril dos povos da serra do Gerez* (1907 e 1908) também alude nos seguintes termos a estes grosseiros instrumentos de uso popular: — «A não ser nos casos especiais apontados nos diversos regulamentos, não há dias certos marcados para ser convocada a reunião das juntas, menos em Vilarinho. Aqui a junta funciona regularmente tôdas as sextas feiras, reunindo-se os moradores ao chamamento de um búzio». E mais adiante: — «No Vilar para cada ano havia um *monteiro* nomeado pelo regedor, que era o que superintendia na organização e direcção das caçadas. Destas, a inicial realizava-se sempre na primeira sexta feira da quaresma, sem ser preciso aviso ou convocação, porque assim estava estabelecido e o dia o marcava. Quaisquer outras eram indicadas pelo *monteiro*, que as fazia anunciar por toques de *buzina*».

Finalmente em um artigo ou capítulo que sôbre a epígrafe de

o povo de repente, hum e outro sexo se armava com armas de fogo, paus e pedras, e expelião o pobre estrangeiro. Antonio Se-

Formas da vida comunalista em Portugal vem inserto no 1.º vol. das *Notas sobre Portugal* (1909), diz o sr. Rocha Peixoto, conspícuo director da Biblioteca do Pôrto: — « Na vasta chã de S. Vicente, na serra das Alturas e nos restantes povoados das Terras de Barroso, os *coutos* ou reuniões dos agregados sociais têm lugar, de ordinário, na casa do forno, num lugar, no adro ou no cruzeiro e, em geral, depois da missa. Antecipadamente e em regra dois ou três homens previnem os moradores, sob a determinação prévia do regedor, anunciando outra vez e no próprio dia, com um *chifre* ou uma *buzina*, a aproximação da assembleia ».

Mais adiante: — « ... a repartição das águas, as sementeiras, os reparos na igreja, a substituição do touro local obrigam aos *ajuntos* minhotos, iguais assembleias anunciadas previamente no Suajo, em Parada do Monte e em Cidadelhe pelo toque da *carrapita*. É ainda com esta buzina que se notificam as reuniões aos povos de Germil e da Ermida, na serra da Amarela, assistindo o regedor e os cabos, e harmonizando os interessados, na liquidação de pendências, as seis figuras mais respeitadas que são os *homens do acôrdo*. Em Lindoso ainda os ajuntos são numerosos, os debates renhidos, as sessões lentas e até às vezes adiadas. Com o *corno*, que é o búzio, chamado também noutros lugares o *carrapito*, previnem-se os moradores.

« Das citações que acabam de fazer se infere que em muitas povoações do norte, e mormente nas serras do Gerez e outras, se empregam o chifre e o búzio como instrumentos de aviso e de chamada.

« Os seis instrumentos catalogados provêm precisamente da serra do Gerez, onde os obtive com destino a esta colecção e não sem dificuldade o sr. Tude Martins de Sousa. São peças de inegável valor sob o ponto de vista etnográfico.

« No modo social dos povos serranos do norte estes e outros instrumentos permitem evocar uma época mui distante da nossa civilização actual e fixam usos tradicionais que já são raros no nosso país ».

Das notas manuscritas, de que não deixamos cópia, nada sa-

romenho d'Oliveaes, abalisado sacerdote, sendo seu vigario, os dissuadiu desta temeridade, e em assembleia pactuarão cessão de hostilidades, o que d'ahi em diante fielmente cumprirão, porque as suas promessas são *inviolaveis*!

«Para as serras mandão gados, a que eles chamão *vezeiras*, do 1.º de Junho athe 8 de Septembro, . . . bois e vaccas. Os vaqueiros se obrigam a dar conta dellas *sans e salvas*, e se o lobo feria alguma, de que se lhe occasiona a morte, paga sua estimação. Em hua palavra — só a morte natural izenta o pastor da entrega da cabeça. Quando o vaqueiro tem duvida em pagar a multa, he chamado perante o seu senado, e accordão; sentindo se gravado apella para a Ribeira, onde ha mesma politica, — e em casos semelhantes os da Ribeira apellão para Villar. . .

«As decisioens dos seus mayores estão escritas em 7 livros de papelão, e cada hum dos 7 ancioens guarda o seu, e o faz inviolavel».

De todos estes regulamentos só existe agora o da vezeira das vacas, em livro feito em 1882 «*reformado na forma do antigo, por se achar arruinado, mas sem mudança de costumes*», e que aqui não reproduzimos por o termos publicado já na *Portugalia*, tÔmo 2.º, fascículo 3.º (1907), e transcrito no livro *Serra do Gerez*, de 1909, juntamente com os regulamentos em vigor em Rio Caldo, em Covide, e em Vilarinho da Furna, não o havendo em S. João do Campo por ter

bemos, sendo provável que, bem como os folhetos, acompanhassem a colecção de instrumentos que, ainda em vida de Michel Angelo, supomos ter sido adquirida pelo falecido capitalista Dr. Carvalho Monteiro, de Lisboa.

Além das buzinas a que estas notas se referem, obtivemos em 1916 duas de cornos de cabra brava, que oferecemos ao sr. Dr. Carlos França, para os seus estudos, sendo uma proveniente da Ermida (Gerez), de uma cabra morta na encosta de Cagademos em 1885 e outra adquirida em Lindoso. Delas fala o sr. Dr. Carlos França no seu estudo, *Le Bouquetin du Gerez*, adiante citado.

desaparecido há muito, mas mantendo-se ainda na prática as suas disposições(1).



Fig. 1 — Vezcira das vacas no curral ou chá de Leonte

As populações serranas têm na exploração pastoril da montanha uma das sus principais fontes de rendi-

(1) Termina por estas palavras o livro da Vezcira das Vacas do Vilar da Veiga: «Estes são os usos e costumes desta Vezcira

mento, que usofruem em comum com a criação de gados e em um ou outro caso com a extracção de produtos florestais, dos poucos que escapam aos incêndios que propositadamente lançam para estimular a rebentação e criação do pascigo, pena sendo que, ignorantes, deseducadas e desconfiadas como são, não haja meio de as fazer adoptar os racionais processos de melhoração das pastagens alpestres e concomitantemente da sua pecuária(1).

É assim que se pratica noutros países, em que velhos regulamentos como os nossos, de algumas centenas de anos, nos Alpes franceses e suíços, por exemplo, têm sido substituídos por novas organizações mais bem estabelecidas, como a cada passo se encontra registado em especiais tratados de alpicultura e de economia alpestre.

A época da pastoreação dos gados na serra, permanecendo sempre nela, é, como os regulamentos prescrevem e como fácilmente se comprehende, do princípio de Maio aos fins de Setembro. Isto no que respeita

que sempre se ovservarão de tempo a tempo que não há memória nem notícia, e sempre assim se ovservarão e por essa rasão se mandarão lançar estes ditos usos neste dito livro para memória e para que sempre permaneção e todos observem na forma deles e os assinam todos os Veseiros que de presente se achão e de futuro se seguirem. . . ».

(1) Por uma estatística dos gados das povoações da serra que entram a pastar dentro do perimetro florestal do Estado, publicada, no *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 8.º ano, n.º 3, e por duas outras por nós organizadas e publicadas no nosso livro *Mata do Gereç* e referidas aos anos de 1907 e 1912, vê-se que é de inuitos milhares o número de cabeças — bovinos, caprinos e ovinos — que ali se sustentam e engordam, fazendo uma das mais importantes partes da riqueza daquelas gentes.

ao gado vacum, que constitui as *vezeiras* ou manadas, em que andam reunidos os gados dos indivíduos que se associam para êsse fim, formando entre si um *Acôrdo* ou *Junta*.

São rebanhos pastoreados.

Em pastoreação permanente e *avezeirados* andam também as cabras e alguns pequenos rebanhos de ovelhas; mas estes gados vêm pernoitar sempre a casa dos respectivos donos, nas suas competentes *cortes*, ou estábulos, pois que nunca se afastam muito para longe dos povoados. Estes vários rebanhos, que são o flagelo dos campos vizinhos, principalmente de inverno, em que se ficam mais por perto, reúnem-se todos os dias de manhã e dissolvem-se todos os dias à tarde.

De manhã o pastor grita em termos de ser ouvido em tôdo o *lugar*: *botail-a rez!*... *botail-a rez!*... e todos soltam as suas cabras; à tarde, ao recolherem, cada qual toma conta das que lhe pertencem e é curioso ver, então, como estes animais, que não parecem inteligentes, ao entrarem na povoação e ao mando de *estrema*... *estrema*..., soltado pelo pastor e pelos donos, se encaminham para as suas diferentes e respectivas *cortes* ou *eidos*(1).

Nem todos os rebanhos andam, porém, em vezeira e, principalmente de cabras, há muitos que são guardados em separado. Gado vacum é que pouco se encontra nestas condições. O que não anda na vezeira anda em liberdade. O pascigo (é êste o nome genérico de qualquer sistema de pastoreação), em liber-

(1) Também se chama eido ao espaço compreendido adentro dos limites do povoado ou ao próprio *lugar*.

dade e desacompanhado, é pouco usado e tão somente para as espécies bovina e cavalar, mas esta última muito pouco, por aqueles que não estão associados nas vezeiras.

Êste sistema tem o nome especial do *ao feirio*, certamente por corrupção de alfeirio, que tanto significa um regimen em que o gado anda em liberdade, como se refere a gado de um só ou de ambos os sexos, mas em que não entrem fêmeas prenhas ou paridas, termo êste (alfeiro) muito usado na lavoura alentejana.

As vezeiras de gado vacum dissolvem-se por todo o mês de Setembro, mas nem todos os proprietários recolhem a casa os seus gados. Se o tempo continua favorável, alguns deixam-nos ainda na serra, mas então já sem guarda. Ficam *ao feirio*, até que, vindo piores tempos, de chuva, frio e neves, os vão procurar, descendo-os ao povoado.

Para cada uma das freguesias que demoram nas circunvizinhanças da serra e que nela lançam os seus gados, há limites estabelecidos, para fora dos quais êles não podem sair, sob pena de invadirem as pastagens dos vizinhos, que por sua vez se encarregam de os escorraçar, como invasores de propriedade alheia.

Cada freguesia tem os seus currais exclusivos, mas alguns há que são comuns entre duas, *primi capientis*, como os da Lomba de Pau e Chã da Fonte, entre Vilar e Rio Caldo, podendo o de Vidoal, que é de Rio Caldo, ser ocupado pela vezeira do Vilar ao subir e ao descer para pernoitar.

Currais são chãs de apascentamento e de abrigo, onde diàriamente se reúnem os gados ao fim do dia para a pernoita e para a contagem e entrega ao pastor que se apresenta para o revêzo. Alguns são bastante

extensos e prestar-se-iam bem a cultura e ervagens de magníficos prados, mas não têm outra aplicação além daquela. Apenas um ou outro alterna anualmente entre o pousio para dormida do gado e produção de feno e raros entre o pousio anual, alternado com centeio. Estes produtos costumam ser vendidos e o seu rendimento aplicado a melhoramentos da freguesia ou ao custeio de quaisquer questões judiciais da mesma. Cada curral tem a sua *cabana* ou *forno* para abrigo e dormida dos pastores. Os currais vão sendo durante o verão percorridos por escala e só são ocupados quando as juntas das vezeiras a que pertencem, o determinam. Muda-se então a vezeira (1).

A *fazenda*, *as fazendas*, é a denominação geral, que se dá a todos os gados. *Rés* se denomina genericamente o gado caprino. Aos machos adultos chamam *reichelos*. Referindo-se ao macho da cabra montês, designado também por êste nome, inclina-se o sábio e já falecido naturalista Barbosa du Bocage (*Memória sobre a cabra montês da serra do Gerez*), não encontrando melhor explicação etimológica, a ver na primeira sílaba a pretensão de se designar o animal como o *rei* do rebanho.

Vizinhos se chamam entre si os moradores das diferentes freguesias e dos lugares (pequenos povoados) que a elas pertencem. *Freguesia*, é não só todo o conjunto de *lugares* que a formam, como mais estritamente o lugar da sua sede.

Entregue, *desentregue*, diz-se do gado que está ou

(1) No nosso já referido livro, *Mata do Gerez*, vêm também indicados todos os currais pertencentes a diversos povos, cujos gados pastam dentro da Mata do Estado e fora dela.

não, à responsabilidade do pastor. O gado só se considera *entregue* quando ao fim de três dias consecutivos não tenha fugido da pastagem (1). A isto chama-se *afazer-se* o gado. Fugindo antes dêste prazo, o pastor não é obrigado a procurá-lo; se porém tal caso se der ao quarto dia, ou depois, já o gado se considera entregue e então tem o pastor de o procurar, conforme os regulamentos determinam.

A escala entre os pastores para guarda das vezeiras faz-se *à roda*, entre os moradores da freguesia associados. O primeiro a quem pertence inaugurar a temporada, e que é o imediato àquele *à porta* de quem parou no ano anterior, tem obrigação de levar para o monte a louça, alvião e caldeira que são da vezeira e outros utensílios que podem ser precisos, como corda para *desenfragar* alguma *cabeça*, etc.

Ao último a quem toca a guarda compete levar consigo os mesmos utensílios e conservá-los à sua guarda até ao ano imediato.

Chamado é o acto da convocação das juntas das vezeiras, ou a própria reunião.

*

* *

O primeiro *chamado* da junta da vezeira de Vilar da Veiga é no último domingo de Abril. A reunião faz-se ao ar livre, no sítio da Moldeira, local já de muitos anos escolhido para êsse fim e sem aviso prévio. Os cargos desta vezeira são:

Procurador, eleito anualmente no último domingo de Abril;

(1) Na lavoura do Alentejo chama-se *entregue* ao pastor, a cuja responsabilidade está a guarda do rebanho.

Juiz, fica investido neste cargo o procurador do ano anterior.

O juiz que termina o seu mandato, dá juramento sobre os Santos Evangelhos ao que entra, mas antes disto dá execução aos *erros* do seu ano. Isto quiere dizer que faz um relatório verbal, perante os associados, das ocorrências da sua gerência e das transgressões e condenações (erros) dos vezeiros, apresentando o dinheiro que tiverem produzido essas multas, ao juiz que entra.

O novo juiz, por sua vez, dá juramento ao *procurador* que acaba de ser eleito, e então ambos elegem os seis *homens da fala* ou do acôrdo, escolhidos entre os mais hábeis e competentes, que constituem uma junta permanente, para, de acôrdo com êles, governarem o que fôr para bem da dita vezeira.

O touro de cobrição pertence à vezeira, por isso é de todos. Os de Vilar da Veiga e de Vilarinho costumam invernar na serra, mas quando recolham às povoações, e o mesmo sucede com os das outras vezeiras, são sustentados por escala entre os associados, que os têm nos seus campos próprios um número de dias proporcional ao número de vacas que possuem. Vilar da Veiga tinha, mesmo, na serra um campo especial, vedado, para pastagem para o touro, o Campo da Lage, há anos e por nosso intermédio adquirido pelos Serviços Florestais do Gerez, em cujos terrenos estava encravado, e que à vezeira o pagaram pelo convencional ajuste.

Tôdas as povoações fazem gala no seu touro, disputando entre si a primazia em possuir o melhor exemplar.

Entre as vezeiras do Vilar da Veiga e de S. João

do Campo, que ambas têm seu curral privativo em Leonte, há mesmo o costume de, uma vez por outra, quando ali se juntam, lançarem os seus touros a *turrar*, obrigando-os à luta, que de uma e outra parte tem bastos admiradores. Por vezes os touros brigam valentemente e já tem sucedido ficar ali algum ferido de morte; como consequência, também não poucas vezes os homens de um e outro lado armam disputa, que nem sempre acaba à boa paz.

Está estabelecido que, se o juiz de Vilar resolver que se não consinta a *turra*, esta se não realizará; não havendo determinação especial, é ainda assim preciso que algum vezeiro a autorize. É muito atrasadora esta prática, feita unicamente e com o intuito de gozar o espectáculo, verdadeiramente digno de Nero, sem que ao menos aproveitem dêle o ensinamento das vantagens de uma especial selecção, reconhecendo para as funções de reprodução as qualidades de superioridade manifestadas na luta pelo triunfador. Há apenas o prazer de assistir a uma briga, em que os espectadores atestam uns restos que ainda lhes giram da tradição romana e em que o circo é transportado às alturas da serra do Gerez (1).

*

* *

Segundo diz o manuscrito citado por Pinho Leal,

(1) Em 10 de Maio de 1914 foram lançados um contra o outro, a *turrar*, os touros de Rio Caldo e de Vilar da Veiga, com a assistência de alguns centos de pessoas, homens, mulheres e crianças. Música e grande entusiásmo, chapéus no ar e... | *Viva o Boi! Viva o Boi!* — vencedor.

um dos tribunais que ao tempo havia em Vilar da Veiga, o 6.º, era o do lagar.

Conquanto o seu regulamento escrito já não exista, a sua organização subsiste ainda, muito semelhante à da vezeira.

Há juiz, procurador e junta ou acôrdo, composta de seis membros (*os seis homens do acôrdo*).

O juiz é tirado por escala, que já vem seguindo de há muitos anos entre os indivíduos casados da freguesia, conforme a ordem cronológica por que êsses casamentos se têm realizado desde o comêço.

Para se dar princípio ao serviço do lagar faz-se um *chamado* (convocação), mandando o procurador avisar todos os quinhoeiros, e nessa reunião marca-se a abertura do lagar e o dia em que se deve limpar e preparar e meter-se-lhe a água. Estes serviços são feitos por todos, levando cada um 1 quarto (5 litros) de azeitona para a primeira moedura, ficando assim as ceiras e todos os utensílios untados e aptos ao funcionamento. Chama-se a esta operação *enfarnar* o lagar.

O azeite que da operação sobeja é dividido depois, também por igual, entre todos. O juiz e o acôrdo são quem determina e providencia em todos os serviços do lagar, fiscalizando-os para que não entre azeitona de estranhos, impondo multas, etc. Quem faltar aos chamados ou aos serviços determinados é multado. Fora do lagar há um depósito coberto, fechado, para onde correm as águas ruças da tarefa e do pilão e que corresponde ao inferno de alguns lagares. Chamam-lhe *lagareta*.

No comêço da época a lagareta é arrematada em leilão entre os sócios e o que a arrematar fica com direito ao azeite, que, tendo-se escapado das sangrias

das tarefas, pode depois obter por decantação. Este rendimento, pago em dinheiro, é aplicado ao custeio das despesas, reparações do lagar, compra de ceiras e utensílios, etc., e quando esse e qualquer outro dinheiro existente não chegarem, é a diferença rateada entre todos proporcionalmente.

A ordem de utilização do lagar é *à roda*, começando em um ano por cima e em outro por baixo da freguesia. Cada vizinho avisa o que se lhe segue, à medida que se vão servindo.

No lugar de Freitas, da freguesia de Covide, há também um lagar comum pertencente a todos os moradores. O lagar é dividido em quinze *sortes*, ou *peças*, cada uma correspondente a um dia e uma noite de laboração. Ao fim de cada quinze dias começa uma nova roda, indo assim até final.

Alguns têm mais *peças* do que outros, havendo-os também que só têm meia *peça*. Por conveniências que a um ou outro interessem, trocam por vezes entre si os dias que lhes pertençam na escala.

Os concertos do lagar e a compra de utensílios são feitas entre todos, proporcionalmente a parte que cada um lá tem.

Para a primeira lagarada cada consorte contribui com um quarto de azeitona por cada peça, para untura do lagar, ceiras, etc., sendo o azeite apurado repartido proporcionalmente.

Tirado à sorte o giro de cada ano, ao findar a faina, tudo é arrumado e guardado.

Também o uso de águas comuns (*águas partidas*) dos rios, ribeiros e ravinas, que se destinam à rega de

diferentes veigas ou campos cultivados, onde muitos têm partes, divididas, ou separadas apenas por alguns regos, estão sujeitas a regras fixamente estabelecidas.



Fig. 2. — Chá de Leonte

Nas veigas é que a água é repartida em tantas partes ou regueiras quantas são precisas para facilitar a rega das diferentes sortes, leiras ou talhões. A rega é feita à vez, esperando sempre um quinhoeiro que aquele

que o antecede acaba a rega, para tomar conta da água. A fim de regular o uso destas águas e marcar o dia para as meter nas veigas, limpar as levadas, etc., reúnem-se os interessados, deliberando em comum sôbre êsses assumptos. Êste é o regulamento das águas das veigas. Há ainda as águas de lima e rega, que são levadas pertencentes a dois e mais proprietários, tendo o direito a elas repartido por dias e horas da semana.

Outros têm o direito ao uso de água de *torna a torna*, que é o que mais pode *tornar* (meter a água no terreno). De torna a torna não têm dias marcados, de forma que succede muitas vezes que, mal um tem encaminhado a água para as suas terras, já outro vizinho as tem cortado para as dêle. Isto dá origem a graves conflitos, tão freqüentes no Minho e que por vezes acabam por agressões de que resultam, não raro, mortes.

Estes modos de utilização das águas, que aliás não são privativos do Vilar, mas que pertencem a tôda a serra, eram ainda acompanhados em todos os povoados por outros actos em que a troca de serviços se faz correntemente entre os moradores de cada lugar.

Assim as vessadas, as cavadas, as segadas e malhadas, as esfolhadas, etc.

Vessadas — São os serviços gratuitos de lavoura e sementeira em comum para o milho e feijão.

Faziam-se reünindo-se os indivíduos que cada proprietário convidava e a quem dava de comer e beber durante o dia e cujo numero, às vezes, se elevava a 20, 30 e mais pessoas, as quais ficavam, por êsse facto, no direito de serem por êle servidas em igualdade de circunstâncias.

Para o gado seguia-se o mesmo processo e regra, chegando a juntar-se oito e dez juntas de bois, ou vacas, em uma só lavoura. Estão caindo em desuso, fazendo-as cada um apenas com as pessoas de família e o menor número de estranhos.

Descrevendo as vessadas, dizem-nos uns velhos apontamentos enviados em 1908 pelo velho mestre florestal Manuel Joaquim Pires Dias de Freitas, de uma das mais antigas famílias tradicionais de Covide, a *casa do Passadiço*, que «havia desordem, ora galopando e quebrando charruas e lavrando mal, ora jogando-se mutuamente torrões, homens e mulheres.

«O alimento é conduzido em cestos para os campos: caldo verde em uma grande panela, outra com batatas e alguns pedaços de bacalhau. Estendida na relva uma toalha com dez metros de comprimento, cheia de pedaços de pão de milho e garfos, senta-se a gente por cada lado, aceitando cada um sua cunca de caldo em que migam a brôa que querem. Comido o caldo, lá vai uma pratada para cada quatro com môlho, batatas e uns pedaços de bacalhau e, se há vinho na cabaça, corre a visita a todos uma ou mais vezes. Finda a refeição, todos se levantam, voltando alegres ao trabalho».

Cavadas — Vessadas em que os serviços, como o termo indica, são só de enxada.

Segadas, Malhadas — Ceifa e debulha de centeio.

São agora menos freqüentes, porque se semeia menos centeio. Quanto aos usos das segadas, dizia-nos ainda o mestre Freitas: «o serviço é o mesmo, serviço de um dia com a gente correspondente à quantidade de centeio que cada um tem. Lá vão indo can-

tando, tocando e dançando de leira para leira, onde de novo depõem as violas, paus, jaquetas e aventais e, mulheres a cortar e homens a atar, com algazarras e apupos, cortam aquela leira, *a vapor*, para gozarem a mudança para outra e assim até acabar a corrida.

«Estas leiras são pequenos pedaços de terra, salpicados uns por entre outros, por efeitos de partilhas entre os filhos, que cada um formou sua família. Ainda há alguns pedaços de terra maiores, devido às doações do têrço ao filho escolhido e assim a vão transmitindo e conservando» (1).

Esfolhadas — Descamisas dos milhos nos campos ou nas eiras.

Todos estes serviços, bem como outros (colheita de linhos, vindima, pisadas, carretos de produtos, etc.) eram gratuitos, feitos em comum e retribuindo-se mutuamente. Eram serviços de *torna*. Nêles havia sempre, da reunião de homens e mulheres, de rapazes e raparigas, a dominante nota da alegria e dos cantares do Minho, animados ainda pelas liberdades que todos se permitiam, tradicionalmente conservadas e que o uso tornava toleráveis.

Nas arrancadas dos linhos os rapazes, tombando e

(1) Na serra e em pontos vários do Minho é corrente, para se não fraccionar a terra mais do que ela já está, observar-se ainda na transmissão da propriedade o que noutros tempos era a lei dos morgados. Assim, ainda em vida dos pais, é vulgar passar-se ao filho mais velho da casa (*o da Casa*) a totalidade dos bens, fazendo êste escritura de dote aos outros, principalmente filhas. São as *tornas* que êle tem de dar aos irmãos.

É, mesmo, vulgar tratar-se por *morgado* o filho mais velho naquelas condições.

rolando sôbre êles as raparigas, *talhavam uma camisa*; igual liberdade se permitia nas malhadas, e nas esfolhadas apareciam rapazes mascarados, divertindo-se e intrigando com a sua presença e ditos a assistência.

Estes costumes porém estão quási de todo decaídos, talvez por se irem tornando inconvenientes e licenciosos.

*

*

*

Na freguesia de Rio Caldo não há, como na de Vilar da Veiga, uma direcção superior tão completamente organizada.

Os cargos de juiz e de Procurador e o Conselho dos homens da Fala desaparecem, havendo apenas uma direcção a que se dá o nome de gerentes, dentre os quais se escolhe um tesoureiro.

A-pesar-de na escritura se fazer referência aos antiquíssimos costumes da vezeira, parece que o seu regulamento, se escrito esteve alguma vez, não serviu de guia à confecção do existente, que não tem aquele tom venerando que se nota no do Vilar e mais ainda nos de Covide e Vilarinho.

A *Escritura de contracto entre os moradores da freguesia de Rio Caldo para a guarda de gado na serra do Gerez* tem a data de 1884 e nela se prescreve que os interessados se reünirão todos os anos no terceiro domingo de Abril no sitio de S. Pedro para apreciação dos actos da gerência que finda e para a eleição da que se há-de seguir e bem assim para fixar o dia para concôrto dos caminhos e cabanas da serra, prescrevendo também as leis por que se há-de reger a pastoreação dos gados e as multas a que se sujeitam os transgressores.

Há ainda, datado de 1903, um *Livro dos esclarecimentos da sociedade dos vezeiros para as guardas na serra do Gerez, desta freguesia de Rio Caldo*, que é, por assim dizer, e como o próprio título o indica, a transformação da escritura numa linguagem mais clara e acessível, acrescida de alguns artigos novos.

Entre estes, os artigos 16.^o e 19.^o, nos quais se prescreve que «*qualquer dos pastores que bater com pau ou pedra no gado da vezeira pagará a multa de duzentos réis, sendo cem réis para o que disso der parte*» e «*o que faltar ao respeito ou falar alto no chamado será multado em trezentos réis*».

Por êles se garante o bom tratamento para com os animais e o respeito para com as sérias solenidades e para com o princípio de autoridade.

E garantido fica o cumprimento de tôdas as disposições, pela condição que manda observar com tôda a prontidão o que os gerentes acordarem e determinarem a beneficio de todos.

Segundo a escritura e os esclarecimentos, a vezeira que deve subir para a serra no dia primeiro de Maio acabará no dia da Senhora do Pôrto (8 de Setembro).

*

* - *

Em Covide não está já rigorosamente em uso a organização regulamentar da sua vezeira.

Aqui a junta compõe-se também, além do juiz e seu substituto, de seis homens, como a do Vilar, mas, enquanto que para esta se não dá no regulamento nenhuma indicação especial sôbre a sua escolha, no de Covide se prescreve que ela, feita pelo juiz, recaia

sôbre seis indivíduos, sendo «dois dos mais ricos, dois dos mais ordinários e dois dos de mais inferiores teres», sob aprovação por maioria de votos.

O juiz, que é chamado *juiz de vintena*, e o seu substituto são eleitos pelos vezeiros, e aqueles, com o conselho dos seis homens por êles nomeados, têm poderes para resolver sôbre qualquer objecto que estipulado não esteja no seu regulamento, contanto que seja para o beneficio comum.

A junta de Covide não decide só sôbre a pastoreação dos gados: as suas atribuições são muito mais largas, indo desde o regímen pastoril, o govêrno das águas, a fixação das sementeiras e colheitas, etc., até «que nenhum dêles outorgantes, nem pessoas e suas famílias, ou quaisquer outras dêste lugar poderão lavar roupas no ribeiro de riba, poça de Santa Luzia, e fonte de Fijaco em nenhum tempo futuro, e do contrário quando assim o não cumprirão incorrerão na multa de mil réis...».

Os poderes que em outro tempo tinha o juiz vintenário passaram para o regedor, o que significa um afrouxamento na tradição estabelecida, pois que, não saindo da eleição directa dos seus consócios, não tomará, porventura, um tão directo interêsse pelos negócios da vezeira e demais atribuições, nem impõe igual respeito ao que desfrutam os juizes das outras freguesias.

O regedor chama e convida para a junta por um dos seus cabos tôdas os cabeças de casal, quer sejam homens, quer mulheres. A junta faz-se sempre em um local chamado a Carreira, um largo situado no centro do lugar.

Ali, na Carreira, ao ar livre, é que os povos da fre-

guesia fazem as suas juntas, as suas sessões públicas, verdadeiramente democráticas, o seu senado, o seu parlamento, e ali discutem, fazem leis puramente paroquiais, impõem penas e multas e dão fôrça ao regedor para fazer cumprir as suas decisões.

Têm direito de representação nesta assembleia todos os representantes do casal, assim como pode assistir na qualidade de espectador tôda e qualquer pessoa, à semelhança das galerias nos parlamentos modernos. Cada um dos representantes pode propor melhoramentos locais e reformas, combater abusos e denúncias falsas, e pugnar pelo cumprimento estrito dos usos e costumes da freguesia e de utilidade pública.

Pode combater propostas ruínas e prejudiciais aos interêsses da freguesia e votar contra elas. Ali tudo é decidido depois de bem discutido com a maior liberdade e independência por maioria de votos nominais. As mulheres representantes do casal têm voto e iguais direitos aos dos homens. O regedor condena a representante que, sendo chamada para a junta, não compareça.

Na junta se assenta tudo quanto se há-de fazer em relação aos usos e costumes por que a freguesia se governa socialmente entre si.

¿ É uso e costume fazer se os caminhos públicos e de utilidade da freguesia? Fazem-se. ¿ É uso e costume concertar e limpar as levadas da água de cima e de baixo? Marca-se dia, concertam-se e limpam-se. ¿ É de uso e costume concertar e preparar os fornos ou cabanas para os vigias dos gados se recolherem durante a noite, guardando os mesmos gados nos montes de Lamas? Marca-se o dia e concertam-se. ¿ É uso e costume marcar-se dia para entregar os gados à vezeira

em Lamas? Marca-se e entrega-se. ¿É uso e costume marcar-se dia para fazer as segadas de todos os moradores em um dia? Marca-se e fazem-se. ¿É preciso apurar-se algum dinheiro como receita para as despesas da freguesia? Marca-se dia para fazer carvão, faz-se, e todos entregam a parte que lhes tocou na repartição.

Todos estes usos e costumes, que já vêm de tempos antiqüíssimos, são postos em execução pelo grande parlamento, pela democrática junta.

Ali discute-se. Ali combate-se. Ali todos têm direito de falar.

Ali há liberdade completa e discussão ampla e, por último, votação vocal sem acanhamento nem respeitos humanos ou receios.

Por ali podiam modelar-se os parlamentos de nossos dias; pois, pelo que fazem e praticam, se podiam envergonhar, portando-se pela forma como praticam aqueles povos incultos e sem ilustração, pondo em prática as formas governativas e mais democráticas da sua assembleia paroquial, tão independente e tão popular.

Mais ainda, nas grandes discussões e na divergência de opiniões, para dar o corte a tôdas as questões, o regedor convida quatro ou seis dos representantes a reünirem em conselho particular para decidirem, e o que aquele conselho decidiu todos o aceitam como bom, podendo-se executar. Verdadeiro conselho de Estado.

Tal é a forma verdadeiramente parlamentar como se governam os povos da freguesia de Covide, do conselho de Terras de Bouro (1).

(1) A última parte respeitante a Covide transcrevemo-la do n.º 31-32 (Janeiro de 1922) da revista *Terra Portuguesa*, onde ao

*

* *

Como em Covide, o juiz de vintena da junta de Vilarinho da Furna tem atribuições de uma maior latitude que as juntas do Vilar e de Rio Caldo, pertencendo-lhe, além dos assuntos da vezeira, marcar os dias da segada, das vindimas, do milho serôdio, etc., e bem assim impor as multas que julgar convenientes, além das marcadas para casos especiais.

Aqui existem também os seis homens escolhidos a votos para resolverem, além dos casos indicados no regulamento, sôbre tôdas as dúvidas que possa haver no lugar com águas ou outra cousa.

A não ser nos casos especiais apontados nos diversos regulamentos, não há dias certos marcados para ser convocada a reunião das juntas, menos em Vilarinho. Aqui a junta funciona regularmente tôdas as sextas feiras, reünindo-se os moradores ao chamamento de um búzio. Lá comparece o juiz, sobraçando a respectiva pasta, onde andam o regulamento e o livro das condenas, que toma a presidência, muito senhor da

tempo a publicámos. — Arquivamos aqui a seguinte cantiga das pastorelas do Gerez, usada em Covide:

Chou l ou, ou,
Com a rês eu vou
Por cham de Linhar,
Comer e beber,
Andar de vagar,

Oh moças do eido,
Fazei-me a ceia:
Leite de cubra,
Farinha centeia.

importância do seu papel e do respeito que para todos tem a sua função especial.

Em Vilarinho, estendendo-se, como se estende, a interferência da junta para mais do que o regímen dos gados, indo até à superintendência nos demais serviços agrícolas e outros, é aos interesses de todos que se estende a sua acção. Daí o não ser apenas um número restrito de indivíduos que tem lugar nas suas assembleias, mas sim todo o lugar, representado por todos os cabeças de casal, e, sendo viúvas, pelo filho mais velho.

Muitas são as prescrições compreendidas na *Escritura de contrato e união (junta ou acôrdo) do povo de Vilarinho*, tôdas elas relativas aos assuntos que lhe interessa, de entre as quais, porém, devemos destacar uma que representa bem o espírito de isolamento em que aquela gente se pretendia manter: é a que diz que «ninguém poderá arrendar casa a pessoa de fora do lugar, e o que fizer o contrário pagará 6.000 réis» (1).

(1) Diz Argote nas suas *Memórias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado Primaz das Hespanhas Dedicadas a El-Rey D. João V. Nosso Senhor escriptas pelo Padre D. Jeronymo Contador d'Argote (Lisboa MDCCLXXII)*, referindo-se a S. João do Campo, que ali não havia um só homem que viesse de fora e que aos naturais da freguesia chamavam *vendiços*, gente de que se não devia fazer caso, nem dar entrada em suas terras. Sobre êste ponto e referindo-se a Rio Caldo e a Vilar da Veiga, dizia-nos em 1907, em carta, o Sr. Padre José Pinto Guedes, de Rio Caldo, que, «segundo a tradição, o que Argote, que nem sempre é verdadeiro falando do nosso Gerez, diz que os gerezianos não davam entrada aos chamados *vendiços*, fizeram-no os povos de Rio Caldo aos primeiros moradores, ou povoadores, do Vilar da

*

* *

Como já dissemos, em S. João do Campo não há regulamento escrito, por ter desaparecido há muito, pertencendo actualmente a superintendência dos assuntos da vezeira, como em Covide, ao regedor, que faz as convocações por avisos transmitidos pelos seus cabos.

Em todo o caso, o regímen dos gados em estádio e percurso na serra é idêntico ao das outras freguesias, tendo o Campo a sua área de pastoreação igualmente demarcada.

Já Contador de Argote, citado pelo doutor Rebêlo de Carvalho (1), faz referência aos costumes de S. João do Campo, aos seus usos de comunalismo e de solidariedade e aos seus estatutos, dizendo que «levão seus gados todos juntos em hum rebanho, a que dão o nome de *Bezeira*, a pastar todos os dias pelo interior daquelas serranias e valles e todos por ordem e alternativamente o acompanhão».

De forma que pode bem dizer-se que a vida tradicional dos montanhesez do Gerez é fundamentalmente

Veiga, a quem negaram a sua paroquialidade, que tiveram de pedir aos povos de S. João da Cova (Vieira)». Pode ver-se também a êste respeito o livro *Vieira do Minho*, do Sr. Padre Alves Vieira, a páginas 482.

(1) *Noticia Topographica, e Physica do Gerez; e suas Aguas Thermaes*, pelo Doutor José Pinto Rebello de Carvalho (Porto, 1848).

idêntica em tôdas as suas povoações, à parte uma ou outra variante, um ou outro pormenor particular, aqui



Fig. 3 — Rebanho de ovelhas e siha (colmeal) na serra

ou acolá, acentuando uma ou outra particular característica.

E não admira que assim seja, visto que para tôdas são as mesmas as suas condições de *habitat* e de re-

lação com os outros povos, o que produziria necessariamente uma identidade de costumes e de necessidades em seu viver (1).

*

* *

De tudo quanto fica dito ressaltam evidentes a curiosidade e o interêsse que podem merecer para os estudiosos do passado e ainda do presente a vida das povoações encravadas pela montanha portuguesa, porque em outras, como no Gerez, estarão ainda em uso velhos costumes, que, mesmo velhos, não deixarão de fazer inveja a muitos que os tempos tenham vindo a trazer, sem aliás os melhorarem.

(1) São curiosas as reguintes notas da *Noticia da Freguezia de S. João do Campo*, do códice n.º 1054 da Torre do Tombo:

«Sam pingues os pastos destas campinas. Os camponezes trazem nellas seus gados todo o anno a pastar; excepto aquelle tempo em que vão das terras para suas lavouras e ali tem cabanas em que se recolhem os pastores quando vão ver o gado e para que seja defendido dos lobos trazem na boeira hum boy bravo e assim que presentem lobo se juntam todas as vacas e boys em hum rebanho unidos todos cauda a cauda para que o lobo os não avance por aquella parte e o bravo anda por fora rondando o rebanho e lutando com o lobo, e assim por seu natural instinto se armão para a peleja; porem como os sitios nem todos são acomodados para a batalha e para se alcançar a victoria muitas vezes succede serem acometidos destes animaes junto dalgumas fragas, e penedos, e o lobo como é bicho de muita manha, vendo que não pode romper o exercito formado sobe ao alto dos penedos e saltando de cima monta nos boys e vendo-se o animal ofendido e carregado por cavaleiro tão mortifero corre a ver se o pode lançar a terra; porem como o lobo tem feito preza com as garras e dentes, nas mesmas carreiras o vae debilitando, até que finalmente cae morto e então o devora e traga...!»

Assim se encontram também em partes da França, da Bélgica, da Holanda e da Suíça (1).

Na Holanda, na província de Drenthe, os lavradores reúnem-se ainda agora debaixo de velhas carvalheiras e ali resolvem em que época se deve lavrar, semear e ceifar (2).

Esta velha usança, tem no Gerez práticas semelhantes, representando uma sobrevivência notável de tempos idos, em que o homem, senhor absoluto da comunidade da terra, deliberava em pura democracia o que à comunidade interessava.

Como na Holanda, os lavradores de Vilar da Veiga, reúnem a sombra das carvalheiras seculares da Moldeira, e ali discutem os interesses comuns da freguesia; como na Holanda, os lavradores de Covide e de S. João do Campo, deliberam sôbre contendas, sobre usos e servidões; como na Holanda; os vizinhos de Vilarinho da Furna resolvem em discussão comum quando se lavrará, semeará e colherá; quando se taparão os campos e quando se soltarão as águas.

As assembleias dos povos gerezianos representam por isso, em absoluta pureza, o *referendum* popular, em que cada um emite sem peias a sua opinião.

(1) Sôbre as *Landsgemeinde*, parlamentos velhamente populares de alguns cantões da Suíça, que ainda se governam pelo sistema patriarcal da democracia directa, e que funcionam ao ar livre na praça pública das suas aldeias-capitais, para votação das suas leis e eleição do seu govêrno, deve ver-se o capítulo especial do livro *Pombos Correios*, por Alberto de Oliveira (Coimbra, 1913) e o n.º 275, de 29 de Maio de 1911, da *Ilustração Portuguesa*.

(2) *A Hollanda*, por Ramalho Ortigão (Pôrto, 1885).

Ali, todos discutem, perdendo-se no campo livre os ecos das mais acaloradas controvérsias.

As deliberações tomam-se por maioria de votos, encontrando-se nas convocações populares da serra do Gerez, desde sempre em pleno vigor, o que, por emquanto, é para o nosso balbuciante feminismo apenas uma viva aspiração: o voto das mulheres.

Há, pois, muito que estudar e que aprender em bons ensinamentos nos velhos povos rudemente acantonados no coração da montanha portuguesa, sequestrados ainda das influências descaracterizadoras da civilização que se move e que insofridamente se agita nos maiores centros, tradições conservadas dos remotos tempos em que a terra não era de ninguém e em que a terra era de todos «idade feliz, idade de ouro, a idade da concórdia universal, base esta indispensável, segundo o divino Platão, da virtude e da verdadeira liberdade!». (Rocha Peixoto) (1).

(1) A necessidade que noutros tempos justificava os regulamentos por onde se regem as povoações serranas, justifica-se ainda agora, em parte, e tanto que algumas câmaras municipais têm transformado em posturas muitas das prescrições dos mesmos regulamentos. Assim o fez em 1845 a câmara de Terras de Bouro para Vilarinho da Furna e em 1850 e 1889 a câmara de Ponte da Barca para a freguesia de Lindoso.

Sôbre a propriedade colectiva ou primeiros agregados sociais, em que a maior riqueza era formada pelos gados que se criavam em terras da comunidade e de que no Gerez se encontram ainda as notáveis sobrevivências que anotamos, deve ler-se *As Villas do Norte de Portugal*, por Alberto Sampaio (1913) e *O municipalismo em Portugal*, por António Lino Neto (Lisboa, 1911).

O ABRIGO PASTORIL NA SERRA

«*Em o derradeiro domingo de Abril de cada ano*», depois da missa conventual, sem qualquer convocação prévia porque assim o estabelece o velho uso, e assim o determina o velho *Livro que há-de servir para o Rol da Viseira das vacas da freguesia de Santo António do Vilar da Veiga*, reünem-se no sítio da Moldeira todos os que têm vacas, para assentarem no *dia dos Covais*.

O dia dos Covais, ou seja aquele em que os vezeiros do Vilar da Veiga vão à serra percorrer os currais que lhes pertencem e concertar os fornos e os caminhos, é o acto preliminar da subida dos gados à pastoreação dos altos, a êle nenhum faltando, sob pena de pagarem «*de condena os costumes à Veseira que são trezentos réis excepto tendo Veseira de rês(1) ou gado(2), ou bôda ou Baptisado, ou cargo de justiça*».

É por assim dizer, um dia de folgança, em que desde manhã se vêem passar os lavradores vezeiros,

(1) *Vezeira* — é, como dito foi, a reunião de uma dada espécie de gados de todos os lavradores, pastoreando em comum e por êles guardados por escala e *à vez*.

Rês — diz-se do gado caprino. *Vezeira de rês* — rebanho comum de gado caprino.

(2) *Gado* — é o gado bovino sòmente.

isoladamente ou em grupos, de sachola ao ombro e merenda a tiracolo, até ao ponto de reunião combinado, onde se dividem, voltando mais tarde, depois de colocados alguns torrões, mudadas algumas telhas de canudo nas cabanas e substituídas algumas mariolas (1), ou reconstruídos alguns lances de carreiros que a invernia arruinou, a reunir-se no curral de Videeiro, onde exibem as fartas merendas e borrachas cheias, no melhor capricho de cada um, reciprocamente se oferecendo e em comunidade consumidas.

O dia 1 de Maio é o dia oficial de pôr a vezeira na serra, levando cada qual as suas vacas onde o Acôrdo (2) o tiver estabelecido, ficando obrigado o pastor que nesse dia entrar, a levar consigo a louça, o alvião, a caldeira, as cordas e outros utensílios à dita vezeira pertencentes.

Cada freguesia tem as suas zonas de pastoreação secularmente estabelecidas, com currais de longe em longe, onde as terras fizeram chá e as pastagens melhor crescerem, servindo êles para estabelecer os centros onde a vezeira, em rotação, se demora, percorrendo-os um a um, durante os dias em que os arredores de cada qual garantem a comida bastante.

Pastadas as terras à volta de um curral, a vezeira, quando o acôrdo assim o manda, desloca-se a seguir para outro, caminhando dos pontos altos e afastados

(1) *Mariolas* — Pedras pequenas e outros sinais, colocados sôbre outras maiores que as tornam visíveis, para indicarem aos pastores os caminhos tapados pelas neves, ou marcar outros pontos de passagem onde não haja caminho aberto.

(2) *Acôrdo ou Junta* é a reunião dos indivíduos que se constituem em vezeira.



Fig. 5 — Forno ou cabanas de pastores na chá de Lamas

para os mais baixos e próximos, até descer ao povoado quando as ervas entram a secar e o inverno se aproxima.

Da Borrageira — um dos pontos culminantes da serra — para baixo, só depois da Senhora da Abadia (15 de Agosto) e daí para o *eido* quando o acôrdo o determinar, ficando, porém, ainda lá alguns gados, mas então ao *feirio* e sem responsabilidades de guarda da vezeira.

Para o estadio em cada curral tem o pastor, como já dissemos, o seu fôrno, ou cabana, onde se recolhe e abriga. São construções tôscas, ligeiras, de pedras sêcas, mal dispostas geralmente, umas revestidas e outras não de torrões(1), tapando os intervalos. Cobertas umas de telhas redondas, à portuguesa; cobertas outras de torrão, guarneecendo pedras largas e delgadas.

As suas dimensões e capacidade não são grandes: 2 a 2,50 metros de alto, por 2,50 a 3 metros de comprido, com as portas baixas, por onde o homem passe bem curvado e por elas não entre o gado. Três a seis, ou oito pessoas é o máximo que nelas caberão.

A cobertura de uns fornos é redonda, aguçada; a de outros com armação em duas águas.

O pavimento coberto de fetos ou mato meúdo para amaciar a dormida e junto da porta, do lado de fora, em muitos fornos, a pia, ou pias, cavadas na rocha firme, ou móveis, para a comida e bebida do cão, inseparável companheiro e amigo da montanha. A porta de serventia, única, tapada apenas por alguns gravetos de mato ou ramaria, indicadores só de uma linha de respeito.

O travejamento é tôsco, como a construção em que

(1) *Torrão* — Terra com erva aderente.

se emprega, e fornecido sempre pelos carvalhos mais próximos, que os há com fartura na serra, brotando

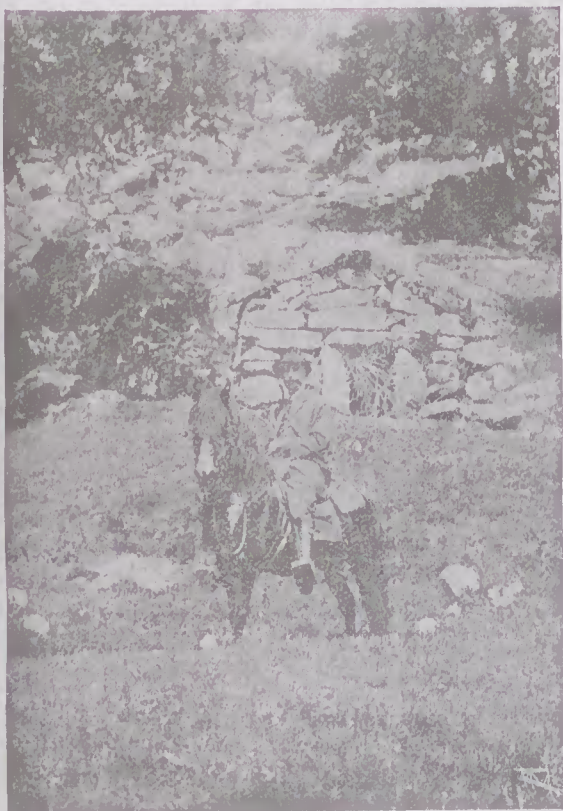


Fig. 5 - Forno ou cabana de pastores em Leonte (a porta baixa e tapada com ramos para evitar a entrada de gados).

e crescendo com espontânea pujança naquele solo abençoado.

Esta habitação e os costumes que descritos ficam,

são mais ou menos comuns a todos os povos da serra, e não só ao de Vilar da Veiga, pelo que, a não ser com alguma variação menor, se encontra nos homens e nos usos de Rio Caldo, de Covide, de S. João do Campo e Vilarinho, de Cabril e de Pitões e por aí fora, até termos de Suajo e Lindoso, por um lado; até termos de Barroso e Montalegre, pelo outro.

*

* * *

Segue um ensaio de distribuição geográfica:

Perto da Galiza, o curral da Amoreira, gereziano português, mas no usufruto dos gados e dos vizinhos do lado de lá, um dos maiores da serra, de pedra e de torrão.

Na chã do Carvalho e nos Prados Caveiros dois de pedra e terra, pertencentes a Vilarinho e mais dois de pedra e telha em S. Miguel e Albergaria, e outros mais.

S. João do Campo tem o seu forno de pedra e telha no curral de Leonte de Baixo, e outros, de um e outro tipo dispersos.

Vilar da Veiga, quasi todos de pedra e telha, tem os fornos dos currais dos prados da Messe, do Conho, de Leonte de Cima e outros, tendo caído em desuso os da Mijaceira e Vidoeiro, por estarem cortados e devassados agora pela estrada pública para a fronteira, e Rio Caldo tem o Vidoal, de pedra e telha, ao subir de Leonte e antes de chegar à Borrageira.

Esta é a habitação da serra, único refúgio noutros tempos, com alguma *pala* (1) natural, de quem por lá

(1) *Pala* — Abrigo natural constituído por algumas rochas, que, tomaudo disposições especiais, formam grandes espaços cobertos, onde os pastores e, até mesmo, os gados se recolhem.

deambulava, simples caminheiro, contrabandista, ou pastor, hoje já acompanhado pelas numerosas casas da guarda florestal, quebrando a solidão da floresta e das fragas(2).

O forno dos pastores gerezianos, ligado ao regimen comunalista e pastoril que os seus povos têm, é bem ainda, pelo espírito ancestral que representa, o espelho liso da tradição em que aquela gente, sequestrada do mundo, vivia noutras eras a vida de paz, a vida simples de fraternidade e de amor, que os novos

(2) Em 1882 pernôitaram os falecidos Brito Capelo e Dr. Leonardo Tôrres, em excursão venatória e científica pela serra, na *Pala de Ranhado*, entre Leonte e Albergaria. Com êles estavam o Sr. Denis Santiago, proprietário, ao tempo, de um bonito chalet no Gerez, e Serafim dos Anjos e Silva, mais tarde nomeado mestre florestal, quando o Estado em 1888 iniciou a arborização de serra. — A narrativa da excursão vem nos «Boletins da Sociedade de Geografia», numeros 6 e 11 de 1889. Dentro de uma garrafa deixaram na Pala um papel com, além de outras, as seguintes quadras, conservadas de memória pelo mestre Serafim e que, não abonando muito a inspiração poética daqueles illustres portugueses, não deixaremos, contudo de aqui reproduzir :

Debaixo desta Pala amiga
Pernôitaram três cristãos,
E mais quatro seus irmãos,
« Comendo, bebendo e ao diabo fazendo figa

O Tôrres é aguadeiro,
Capelo, explorador,
D. Denis é caçador,
O Barril é o tinteiro ».

Outras *palas* há em diversos locais, como a *pala* do Conde, que pode abrigar doze a quinze pessoas; a da Curvaceira, que pode comportar umas dez pessoas, etc.

tempos e as civilizações novas lhes vão dia a dia enfraquecendo e quebrando.

Conservá-lo, é conservar e respeitar uma típica característica geral do passado.

AS MONTARIAS

Animais daninhos e caça grossa

Para a defesa dos gados e das povoações contra os grandes animais daninhos, principalmente os lóbos, havia noutros tempos as montarias, que em certas freguesias estavam reguladas como actos de interêsse colectivo.

No Vilar da Veiga houve mesmo um tribunal especial, servido por um juiz, monteiro, e os respectivos seis homens de acôrdo, para superintenderem nos assuntos das montarias.

Ali a caça aos lóbos era até há poucos anos uma prática certa e regulamentada, que anualmente se fazia, havendo sítios marcados na serra onde tinham lugar as montarias. Eram ordinariamente feitas por conta das paróquias.

No Vilar, para cada ano havia um *monteiro* nomeado pelo regedor, que era o que superintendia na organização e direcção das caçadas. Destas, a inicial realizava-se sempre na primeira sexta feira da quaresma, sem ser preciso aviso ou convocação, porque assim estava estabelecido e o dia a marcava. Quaisquer outras eram indicadas pelo monteiro, que as fazia anunciar por toques de buzina.

Cada casa da freguesia dava um caçador e ao que

faltasse era imposta a multa de um pinto (480 réis) ou de um cântaro de vinho (12 litros). Havia local certo para a reunião dos caçadores, de onde partiam todos para a serra, para o ponto onde tinha lugar a montaria. Dividiam-se os batedores em 3 grupos: uns, que estavam nas esperas, silenciosos, escondidos atrás de muros de pedra sêca, feitos de propósito para êsse fim: eram os que tinham de fazer fogo; outros, divididos em duas compridas alas e bastante distanciados, eram as *esperas de torna* ou *monteadores*: falavam alto, gritavam para obrigarem o lobo a fugir numa dada direcção, indo lançar-se na bôca onde os outros o atacavam. Eram os que *davam* o lobo. Nisto consistiam as caçadas a tiro.

Havia ainda a caça de *fojo*. O *fojo* é uma cova grande e profunda, aberta na extremidade de duas extensas paredes altas e capeadas, com algumas centenas de metros, cuja disposição é a de um ângulo de muito larga abertura. Ao fechar o ângulo em um pequeno corredor, êste tem o fojo no ponto de convergência das paredes laterais, de forma que o lobo, montado e batido pelas esperas de torna, é obrigado a meter-se entre as duas paredes, ao comêço das quais alguns homens o perseguem a tiro, forçando-o a caminhar para a frente, no sentido da única saída que tem e por onde cai dentro do fojo, cuja bôca previamente foi tapada com mato e tem no fundo uma porta por onde o lobo é tirado depois de ter sido morto a tiro. Quási tôdas as freguesias possuíam o seu fojo e alguns se encontram ainda pela serra.

Havia também as *caçadas gerais*. Eram promovidas pelas câmaras, precedendo aviso dos regedores. Tôdas as freguesias em um determinado dia se reü-



Fig. 6 — Corço de 3 anos de idade, morto na encosta da Agua da Adega (Leonte) em 10 de Novembro de 1912.
(Actualmente no Museu Florestal do Parque da Pena — Sintra).

niam na serra, batendo o monte inteiro, a dentro dos limites das áreas que lhes pertenciam (1).

(1) O artigo 63.º do *Código de Posturas Municipais do Con-*

Havia um outro fojo denominado *de cabrita*. Em volta de uma rocha, em encosta, fazia-se uma parede de 3 a 4 metros de altura e capeada por dentro; punha-se no penedo um cabrito que, vendo-se só, berrava, atraindo o lobo; êste ia de salto, mas depois não podia sair, sendo logo morto de fora, a tiro.

Há alguns anos que deixaram de se fazer caçadas aos lóbos, porque deixaram de ser vistos e de causar estragos nos gados, sendo hoje raríssimo encontrá-los; êste ano (1926), porém, tendo voltado a alarmar os povos com o seu aparecimento, prepararam-se batidas para 16 de Janeiro, que aliás o mau tempo, a neve e os nevoeiros na serra não deixaram efectivar, vindo, porém, a matar-se um mais tarde, no têrmo de Vilar da Veiga (1).

Em épocas mais remotas houve também ursos na

celho de Terras de Bouro de 1853, dizia: «Todo o morador dêste Concelho concorrerá às montarias dos lóbos, quando a Câmara mandar, sob pena de quinhentos réis. O Vedor encarregado de ver o fojo, que por omissão sua der causa a que os lóbos fujam, pagará quatro mil réis, bem como pagarão a mesma quantia os que, sendo encarregados de tapar o fojo, não cumprirem o seu dever».

(1) Em referência ao nosso livro *Serra do Gereç*, publicado em 1909, dizia o sr. Padre Martins Capela, na revista católica *Estudos Sociais*, n.º 3, de Junho de 1910, o seguinte: «No onomástico dos lugares da serra houve também dois pequenos equívocos, a meu ver.

«A tal *Pedra Bela*, muito conhecida nas Caldas, suponho não ter jus a tal epíteto: há-de ser *Pedra de Vela*, donde os pastores *velavam* a caça ou as manadas pelo vale. O mesmo com *Vela Ruiva*, *Vela Ferrada*, *Vela Galega*, do Rio *D'home*, como aí dizem.

«Também *Bargiela* não será mais que *Varziela*, ou pequena várzea. Nestes equívocos induz a pronúncia minhota da letra V».

serra, dizendo os homens velhos de 1728 que o último fôra morto por 1650, desaparecendo depois, apoquentados pelos incêndios e por outras causas, como desaparecidas foram de todo já no nosso tempo as cabras bravas (1).

É curiosa a maneira seguinte como um manuscrito do Padre José de Matos Ferreira, que ao tempo residia em S. João do Campo, de cujo abade era sobrinho, e que foi o verdadeiro precursor na investigação das antigüidades da serra: « *A este feroz e profiado animal fazião render os caçadores pondo em hum tronco de huma arvore hum pouco de mel com hum masso, e hum certo engenho, que quando lia a comer do mel dava-lhe na cabeça, e elle tanto mais profiava de gostar até que o masso o fazia render e ficava vencido* » (2).

(1) A respeito da cabra brava do Gerez, que Barbosa du Buge classificara como sendo a *capra hispanica*, publicou em 1916 o naturalista e professor Dr. Carlos França, no *Arquivo da Universidade de Lisboa*, volume iv, um estudo — *Le Bouquetin du Gerez* — para demonstrar que a nossa cabra era uma espécie exclusiva do Gerez, que classificou como *capra lusitanica*.

Quanto aos ursos e outra caça, dizia Frei Bernardo de Brito em 1597 na sua *Geographia Antiga da Lusitania* reimpressa em 1804 pela *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, que o Gerez « Tem grande numero de veação, como são cabras selvagens, corças, porcos montezes, veados e alguns ursos » e ainda que « Há nesta serra vales de muita ervagem por onde correm fontes de agua bellissima e que forão de mór estima se estiverão em lugares povoados onde a gente se aproveita da sua frescura ».

(2) Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, com o número 583, do Fundo Geral de Manuscritos.

*

* *

O que ainda hoje se encontra são javalis, como únicos representantes das grandes espécies selvagens, não, porém, em tão grande numero, que seja de alarmar a sua presença na serra; por isso, raro se organizam batidas contra êle, abatendo-os uma vez ou outra, quando êles aparecem nas caçadas aos corços, que os naturais da região fazem ainda como despôrto venatório do maior entusiasmo.

O corço (*cervus capreolus* — *Lin.*) é hoje a única espécie nobre da serra, disputada com ardor nas grandes partidas venatórias.

Não deve o Gerez, por isso, deixar perder a sua velha fama, que vem desde a fundação da nacionalidade portuguesa, de superior região de caça, onde, a par das espécies que nela se criam, se recebem as emoções particulares da região.

A serra, a mais rica, a mais formosa e a mais atraente de Portugal, tem tôdas as condições para se tornar um majestoso parque nacional para o exercício dêsse grande desporto de pleno ar: os lindos dias de sol da montanha, ou o imprevisto das caminhadas sôbre a neve a cair em flocos puros de arminho, batendo os matos, escalando as rochas, galgando as ravinas debaixo do ecoar da vozearia e das exclamações pitorescamente impacientes dos batedores a repetir-se pelas quebradas, proporcionarão sensações especiais, que só os grandes apaixonados poderão apreciar.

É por isso que, para que aos corços não suceda o

que aconteceu às espécies já extintas, entre as quais a cabra, que só no Gerez vivia, é preciso protegê-los e defendê-los, para que se propaguem lépidos e bravios, como as escarpas onde se abrigam, e valiosos, como uma autêntica riqueza da fauna portuguesa (1).

*
* *
*

São afamadas também as grandes águias do Gerez — águia real, *aquila crisætus* — que em poucas mais regiões se encontram no país.

Fazem seus ninhos no morro do Sarilhão, perto da Bouça da Mó, e delas dizia o pároco de 1758, de S. João do Campo, que eram « *em excessos grandes, pois arrebatam em suas garras os novos cabritos* » (2).

Informa o atrás citado Padre Matos Ferreira, que em 1729 foi pessoalmente verificar os ninhos e capturar duas águias que lá se encontravam, que os camponeses « *enfizando um cesto em muitas cordas vão des-*

(1) Todos os anos os serranos fazem as suas caçadas aos corços. As caçadas mais importantes dos ultimos tempos, pelas pessoas que nelas tomaram parte e pelas circunstâncias em que se realizaram, foram: em Outubro de 1887, em honra da família real, que ao Gerez fôra em excursão, e em que se abateram oito cabeças; em Setembro de 1908, a grande excursão patrocinada pelo jornal *O Seculo* e pela *Ilustração Portuguesa*, fazendo-se acampamento durante três dias na vasta e alta chã das Abrótegas, e em que foram mortas seis cabeças e nos dias 4 e 5 de Novembro de 1926 uma caçada promovida pelo Club dos Caçadores das Taipas, que, acampando em Albergaria, mataram cinco corços e quatro javalis.

(2) Torre do Tombo — *Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso*, volume 8, n.º 78.



Fig. 7 — Aguia Real do Gereç

endo por elle e com muyto trabalho e perigo entrão na gruta, como ha poucos annos succedeu em hum camponez que descendo no cesto antes de chegar ao fundo da gruta a donde as aguias estarão levantou-se

a Águia velha que estava em baixo e subindo para o ar lhe deu com uma das garras um grande golpe na cabeça levando-lhe a carapuça pelos ares ».

Algumas vimos no nosso tempo, sendo o melhor exemplar um que os guardas florestais da Bouça da Mó apanharam vivo em 1912 e que nos deram.

A águia tinha uma perna quebrada e um zagalote alojado na outra: assim, impossibilitada de se firmar no solo para levantar vôo, rastejava, deixando lançar-se-lhe a mão.

Levada para o Pôrto, onde chegou viva e onde foi preparada, trouxemo-la para Sintra quando deixámos o Gerez, tendo-a oferecido depois aqui para o Museu Florestal do Parque da Pena.

Tinha 2,^m10 de ponta a ponta de asa.

CONTRATOS

No regímen de gados há várias formas de contratos, sendo os mais vulgares *a perdas e ganhos*, ou só *a ganhos*. Em qualquer dos casos dão-se a meias, comprando-os uns (*senhorios*), e sustentando-os outros (*pensadores*). Quando resolvem vendê-los, os ganhos, se os há, são repartidos por igual. O ganho é o que os animais rendem a mais do *casco*, que é o nome que se dá ao custo.

Havendo perdas, isto é, havendo diminuição de valor, desastre ou morte, a parte que recebeu o gado indemniza em metade o valor da perda.

Os pequenos proprietários de terras, que não podem ter gados, ou têm poucos, pedem aos mais abastados, que os tenham, os seus gados por empréstimo, às temporadas, para lhes fazerem estrumes.

Estes cedem àqueles os gados; aqueles sustentam-nos e guardam-nos a trôco dos estrumes que êles produzirem.

Em tais casos os gados são aqui únicas e verdadeiras máquinas fabricadoras de estrume.

Reportando-nos às já citadas informações do mestre florestal Manuel Pires de Freitas, de Covide, transcrevemos delas o seguinte, a respeito de contratos de gado *vacum*.

«Antigamente faziam-se as vendas a dinheiro à vista ; hoje só se efectuam a prazo, sob pena de grandes abatimentos no valor.

«Antigamente, quem tomava gado de meias, sujeitava-se a tratar dêsse gado, a entregar metade de todos os lucros e a repor metade de tôdas as perdas, de qualquer natureza que fôsem; hoje entregam metade dos lucros, se os há, e, não os havendo, só perdem o pasto e o trabalho. Quanto a dinheiro, nada repõem, ainda que morram: o pagador é quem perde e por isso tem a liberdade de propor venda quando lhe convenha, o que dantes era só no S. Miguel, com aviso de vinte e quatro de Junho anterior. De forma que, se o curador se sujeitava a metade de todos os prejuizos, tinha a certeza de estar servido para o seu mister e com o aviso antecipado, a tempo para se melhorar. Agora, que se não sujeita a prejuízo mais do que os pastos e o tempo que gastou, e sempre habilitado a metade dos lucros, está sujeito a ser-lhe retirado a qualquer hora. A proposta é feita pelo pagador, dono do gado, que estipula o preço porque lhe convém a venda ao curador, que tem a preferênciã. Se êle pode e quere, aceita a proposta e paga, sendo repartidos os lucros a meias; não querendo, entrega ao dono, que por sua vez lhe dá metade dos lucros reputados pela proposta feita ao curador».

ALIMENTAÇÃO E VESTUÁRIO

Quer uma, quer outra cousa, andam hoje já muito fora do que antigamente foram e em que os povos se limitavam no máximo aos seus naturais recursos, bastando-se a si próprios, como em linguagem moderna se diria.

Os meios de penetração, que se têm multiplicado, têm-lhes proporcionado a aquisição de novos e variados recursos de que cada vez mais se vão aproveitando.

A alimentação tradicional do serrano era o pão de milho, batatas, feijão, cebolas e presunto, caldo e vinho verdes, êste muito verde mesmo, como não podia deixar de o ser, criado, como era, naquelas regiões.

Dizem-nos as notas fornecidas pelo Sr. Padre Sebastião Pires de Freitas que na sua infância, haveria quarenta para cinqüenta anos (escrevia em Fevereiro de 1909), a mais do que aquilo, o arroz e bacalhau só se usavam nas serviçadas, segadas e malhadas do centeio, vessadas, podas, etc.

Naquele tempo colhia-se em Covide bastante vinho, dizendo o Padre Sebastião: «para calcular, basta ver que a minha família tinha vinho em três partes. Em Freitas colhia duas pipas e meia; em Covide tinha

lagar e cubas de duas pipas, que se enchiam, e o que se colhia em um campo na descida para S. Bento, lá ficava, para se beber quando para lá se ia trabalhar.

«Por êsses tempos, em Covide, a não ser algum padre, ninguém fazia uso do café. Pão de trigo, era pouco usado: uma padeira de Santa Maria de Bouro, com um cesto à cabeça, chegava e sobejava para uma semana inteira. Depois foi aumentando o consumo, vindo mais outra padeira, e mais outra ainda e por último um padeiro com dois animais carregados, gastando-se tudo quanto traziam.

«O café é hoje o almoço mais freqüente em tôdas as famílias. Vinho, pouco se colhe agora, em comparação com as produções de outros tempos».

Quanto a vestuário, dizem as mesmas notas que «há meio século, em Covide, tudo ali erá fabricado.

«Semeavam linho, que cultivavam até o arrancarem. Depois, metiam-no na água por algum tempo; tiravam-no da água e secavam-o. Depois maçavam-no, ou levavam-no ao engenho, moendo-o; amanchiavam-no, espadavam-no; assedavam-no, fiavam-no, dobavam-no, urdiam-no e botavam as suas teias de tomentos, de estôpa e de linho, fabricando o pano de que todos se vestiam.

«Os homens vestiam camisas e calças de estôpa e linho e casacos e polainas de burel, igualmente fabricados pelas mulheres da lã dos carneiros, por elas fiada e tecida, bem como as mantas das camas, afu-luadas em Santa Isabel do Monte, onde havia um fulão em Campos Abades, propriedade da casa do Fulleiro.

«As mulheres vestiam camisas de estôpa e linho, saias de tomentos de estôpa e linho, lenços da cabeça de estôpa e linho e meiucas de lã, tudo por elas tecido e fabricado. Unicamente compravam colete e um avental de pano preto com a competente corpetilha e os homens, nem todos, uma casaca de pano escuro, com o clássico capote.

«Hoje tudo mudou com o progresso e veste-se cada qual como lhe apetece».

Efectivamente, nada resta já dos antigos vestuários: assim o verificámos há anos, quando, pretendendo obter para uma colecção alguns exemplares da velha e pitoresca indumentária serrana, quási nada conseguimos.

A grande guerra, produzindo com a crise geral a alta desmedida de preços dos tecidos, como de tudo o mais, obrigou ao aproveitamento de quantas roupas de outros tempos estavam arrumadas, transformando-as e utilizando-as cada um a seu jeito (1).

(1) Para o traje dos povos do Gerez deve ler-se o magnífico estudo de Rocha Peixoto — *O Traje Serrano* — no fascículo 3.º do tomo 2.º da *Portugalia*, onde se encontram muitas referências especiais. Diz-se ali que «os guarda-sóis, num e noutro sexo, constituem também um objecto de luxo, sendo mesmo de uso, em S. João do Campo do Gerez, todos os que acompanham casamentos irem com êles abertos, ainda que não esteja descoberto o sol nem caia chuva».

Êste costume não é só de S. João do Campo: estende-se também a outras freguesias da Ribeira de Homem, nome porque o Homem é conhecido naqueles povos de terras de Bouro.

Todos vão com os chapéus abertos à ida e à volta da igreja e a noiva, que na ida é acompanhada por algum dos convidados, no regresso vem já com o noivo, sendo também costume, às vezes, deitarem-se foguetes durante e depois do cortejo.

O caso dos chapéus de sol faz lembrar o costume citado por

Fialho de Almeida em *O Paiç das Uvas*, a respeito do uso do capote em certas terras do Alentejo da sua região: «na aldeia vai-se a gente casar com um capote de pano às costas, quer façam céus de fogo, quer granize a chuva de Janeiro».

De facto, ainda agora é corrente ouvir-se dizer naquela provincia, em referênciã ao amplo e forte capote alentejano, que *o que tira o frio, tira o calor*.

II

FORMAS DA VIDA RELIGIOSA
E MENTAL

RELIGIOSIDADE DOS POVOS DO GEREZ

As províncias do norte de Portugal são bem ainda aquelas onde mais fundo se guarda a velha fé religiosa, desde a fé mística, ingénua e pura do recolhimento e da oração, até à fé ruidosa da exteriorização de festanças e romarias, em que a crença se mistura e mora paredes meias com as alegrias das mais profanas expansões.

Isto, sem falarmos das imprecações e apóstrofes que aos santos das suas devoções dirigem, às vezes, os mais impacientes, quando os auxílios pedidos não chegam e os milagres se não operam (1).

Mas, onde a fé religiosa mais viva se encontra ainda, será, assim o cremos, no coração da serra, pouco devassada, por emquanto, pelas influências do livre espírito dos outros centros maiores e porque não se apaga com facilidade a crença que uma persistente e conti-

(1) « ... Logo que uma lancha está em perigo, as mulheres dos tripulantes vêm à praia (Póvoa de Varzim) e pedem em gritos dilacerantes aos santos seus conhecidos que salvem a embarcação. Se o perigo continua, se os Santos se não apressam a salvar os maridos, os pais e os irmãos daquelas boas mulheres, elas acordam os Santos que estão em uma capela próxima, partindo-lhes as vidraças e enchendo de pedradas o templo » (Ramalho Ortigão — *As Praias de Portugal* — 1876).

nuada educação de muitos séculos têm fundamente enraizada nas tradições, nos costumes e na alma popular.

A igreja e o clero seu representante exercem naqueles povos a grande influência ancestral, que vem de longes eras, em que a idea religiosa dominava no espiritual como no temporal, traduzindo-se, mesmo, na reunião de preceitos que constituíam os usos e costumes de cada freguesia, no que respeita às relações entre os povos e a Igreja e entre os povos e o seu abade, e outros ainda do interesse comum dos povoados.

Os párocos eram, na verdade, autênticos pastores de almas, consultados e escutados com atenção e carinho.

Também, o clero doutros tempos, que não vão muito afastados ainda, parece que se esforçava mais do que o de agora por manter uma linha menos flexível de austeridade e de apêgo às práticas do seu mister.

Assim, em Covide havia o costume, vindo de muito longe, de se reunirem ali quinzenalmente todos os padres das freguesias de Carvalheira e de S. João do Campo, numa espécie de pequenos congressos, em que cada um expunha as suas ideas e formulava as suas dúvidas sôbre as questões que lhes interessavam.

Todos eram obrigados a comparecer, tomando-se falta aos que o não fizessem justificadamente, faltas que eram contadas para atestados por ventura a passar pelo presidente daquelas reuniões.

Estas aproximações e estas palestras de estudo apertavam mais ainda os laços familiares entre todos os componentes.

Em 1859 presidia o abade do Campo, padre Ale-

xandre da Eira, sendo os restantes frequentadores, uns quinze ou mais eclesiásticos, do Campo, da Carvalheira e de Covide.

Para o mês de Agosto havia sempre matéria certa a tratar: eram as cerimónias e rúbricas religiosas, preferência esta determinada pelo facto de no primeiro domingo de Setembro se fazer em Covide com todo o esplendor e com a assistência de todos os padres, a festividade do Santíssimo Sacramento e ser de capricho o pôr em prática tôdas as cerimónias do altar e da festa com a maior perfeição (1).

Eram escolhidos os turiferários, os mestres de cerimónias, os acólitos, etc., todos se esmerando em bem cumprir.

A festa do Santíssimo andava dividida aos anos pelos povos da freguesia de Covide, feita pelas raparigas solteiras, tôdas sempre em despique: um ano as de Freitas, outro as de Covide e outro as do lugar de Sá.

Na igreja, à missa da festa, formavam as festeiras um grupo à parte e à frente das outras mulheres que assistiam.

Acabaram as palestras e, como consequência do seu desaparecimento, dizia-nos já em 1906 o Padre Sebastião Pires de Freitas nas suas notas, que «hoje não há união entre o clero; cada um faz o que quiere, pensa

(1) Também se festejavam, embora com menos pompa, o Santo António e as Bemditas Almas. Ao Santo António era costume cada um oferecer alguma carne de porco do seu fumeiro. A festa das Almas, que constava de missa cantada, sermão e officio assistido de muitos padres, era feita pelos rapazes solteiros, que, cantando os Reis pelas portas da freguesia e das vizinhas, faziam colheita de esmolas para aquele fim.

como quere, fala como quere, estuda se quere, e decide como bem lhe parece... ».

Também decaíu a festividade do Santíssimo, em favor da de Santa Eufêmia, mais venerada actualmente.

*

* *

Além dos clamores, que deixaram de se fazer, além das festas privativas de cada localidade, que tôdas têm as suas, há ainda adentro dos limites das serranias e das abas do Gerez as velhas e afamadas romarias ao S. Bento da Porta Aberta — 21 de Março, 11 de Julho e 14 de Agosto — das mais concorridas do Minho, principalmente a última.

Nenhuma nota especial há para assinalar às romarias de S. Bento, a mais do que as que são comuns a tôdas as suas congêneres da província, desde a do S. Torcato de Guimarães, outra entre as primeiras, até à da Senhora da Abadia, vizinha de S. Bento, e à da Senhora da Peneda, que, lá mais longe, nos montes do Suajo, acolhe as numerosas preces e os avultados donativos dos fiéis do Alto Minho e da Galiza.

Ao par das cerimónias religiosas correm sempre os números dos programas em que os fiéis, cumpridas as suas promessas, rezadas as suas orações e esportuladas as suas esmolas, têm a correlativa compensação nas danças e nos descantes, nas músicas e nos fogos de artifício, nas comezainas e em vários outros folgares, ao que tudo se associam os milhares de participantes que às romarias acorrem, só pelos prazeres materiais que elas lhes dão.

É pitoresco o espectáculo que a fé ingénua dos crentes apresenta no cumprimento dos seus votos.

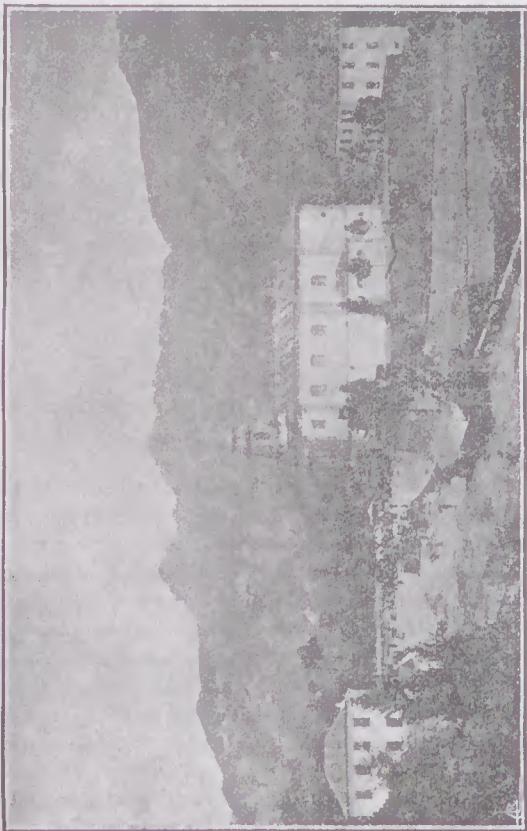


Fig. 8 — Santuário de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo

Uns metem-se amortalhados dentro de caixões mortuários, dando umas tantas voltas ao redor ou dentro do santuário, aos ombros de outras pessoas e acompanhados, ou não, de música e de velas acesas, simu-

lando um funeral em vida com farto acompanhamento; outros dão essas voltas arrastando-se de joelhos nus; outros pezam-se a sal ou a cera; uns oferecem boas cabeças de gado, ou de capoeira; outros dão boas libras, ou bons objectos de ouro, e assim sucessivamente, cada qual correspondendo mais ou menos generosamente ao milagre ao Santo rogado em horas de aflicção e que o Santo ouviu e concedeu.

Daqui uma farta colheita de valores que os naturais, satisfeitas as obrigações do culto e as despesas das romarias, empregam em benefícios da terra, em obras de assistência e em outras iniciativas de que muita gente se aproveita (1)

(1) Para a história do culto e do santuário de S. Bento da Porta Aberta, ver o livro *Vieira do Minho*, pelo sr. Padre José Carlos Alves Vieira (1923).

Quando durante alguns anos presidimos à Comissão Administrativa do Santuário de S. Bento, criou-se ali um partido médico com residência obrigatória, adquirindo-se algum material cirúrgico, fizeram-se obras importantes no templo, construiu-se o grande paredão de suporte para alargamento do terreiro, arvou-se e arborizou-se o parque, construindo-se uma pequena ponte sôbre o lago e adquirindo-se barcos de recreio, comprou-se um grande carro triunfal para as procissões, pesquisaram-se águas e construiu-se um chafaris no terreiro, etc., etc. As romarias de Agosto foram sempre notáveis pelo número de filarmónicas e de pirotécnicos. Tínhamos em projecto, chegando a fazer-se estudos preliminares, a construção de uma central eléctrica, a construção de uma estrada para Covide que ligaria o vale do Homem com o vale do Cavado, indô entroncar com a estrada que por Covide passaria, vinda de Covas, a abertura de um bom caminho pela serra para a Abadia, etc, etc.

*

*

*

Como já dissemos, cada freguesia tinha o seu livro costumeiro, que regulava os usos e as relações com os respectivos párocos, além de várias outras determinações.

Eram, por assim dizer, códigos sancionados apenas pelas autoridades eclesiásticas, de acôrdo com os habitantes das freguesias, que para tal os organizavam e os subscreviam.

Mas, nem só o eclesiástico legislava nestas matérias, havendo câmaras municipais que transportavam para as suas posturas algumas regras que, ao passo que documentavam o seu espírito religioso, fixavam doutrina própria a assegurar o prestígio e certos serviços da igreja.

Assim, no *Código de Posturas Municipais do Concelho de Terras de Bouro*, de 1853, se encontram as seguintes *Providências sôbre a observância da nossa Santa Religião Católica Romana*.

«Artigo 1.º — Tôda a pessoa, que na ocasião da Missa estiver falando, ou de qualquer modo perturbar os assistentes, comete falta de respeito à Religião, e incorre na disposição do § 2.º do artigo 130 do Código Criminal.

«Artigo 2.º — Tôda a pessoa, que, cabendo-se na igreja, ou capela, ficar fora da porta a ouvir Missa, ou inquietando quem entra, pagará duzentos réis.

«Artigo 3.º — Ninguém trabalhará com bois e carros nos domingos e dias santificados, (excepto em urgentíssima necessidade) nem se empregará em outras obras servis que não sejam permitidas por costume legítimo, nem tão pouco venderá objectos que não sejam de indispensável e quotidiana necessidade, e quem o fizer pagará por cada vez quinhentos réis.

«Artigo 4.º — Todos os chefes de família e tutores mandarão seus filhos, creados e tutelados à doutrina, e aquelle que contravier, sem justa cuusa esta disposição pagará por cada vez seiscentos réis, excedendo as faltas a cinco cada ano (1).

Quanto aos usos e costumes, reproduzimos aqui cópias dos livros respectivos das freguesias de Covide e de Rio Caldo, cujos párocos obsequiosamente no-los facultaram: assim o julgamos conveniente como documentação e como elementos de estudo para quem isso utilise.

(1) Mais longe ia neste particular a câmara de Ponte da Barca, que, nas suas disposições especiais para a freguesia de Lindoso, em 1889, estabelecia a multa de 1\$000 a 2\$000 réis, para «os que devidamente eleitos pela junta de paróquia assistida do respectivo regedor, para mordomos e lampadário, Quadras, coveiros e juiz da Igreja, se recusarem a aceitar.

«§ 1.º O serviço de mordomo e lampadário será feito só por um indivíduo pago pela junta de paróquia, que tem a seu cargo tratar da lâmpada, ajudar à missa e tocar o sino para a mesma nos dias santificados e acompanhar o padre em todos os actos religiosos. Os quadras, que serão em número de três (um de cada lugar), têm obrigação de acender as velas nos altares da Igreja paroquial, conduzir a cêra, incenso e azeite, aonde o juiz da Igreja mandar, apresentarem-se às festas ou enterros com as lanternas respectivas e avisarem as mulheres solteiras e viúvas, que não vivem em companhia de homens, para levarem naquele dia à residência paroquial os direitos do funeral. Os coveiros, que também serão três, ficam obrigados a enterrar os cadáveres dos seus respectivos lugares, sendo isentos dos serviços comuns e devendo os do lugar de Parada e Castelo auxiliarem-se mutuamente. O juiz da Igreja fica obrigado a fornecer cêra, incenso e azeite para todo o ano, e apresentar a conta à junta de paróquia, que lhe pagará, e a levantar a Cruz paroquial em todos os actos religiosos».

Tendo já sido revelados e publicados por nós os regulamentos seculares sôbre o regímen pastoril da sera, não ficará mal aqui a publicação destas notas, pertencentes a um interessante estado social dos povos da região gereziana (1).

Livro dos uzos e costumes da Freg.^a de S.^{ta} Marinha de Covide, do conçelho de Terra de Bouro Arçebispado de Braga Primaz das Hespanhas, escriptos no anno de 1744.

Aos oyto dias do mes de Outubro de mil, e setecentos, e quarenta e quatro annos, foy revezitada, esta Igreja de Sancta Marinha de Covide pello M.^{to} Reverendo Doctor Manoel Rodrigues Medina Dezembargador dos Aggravos, Juiz dos Cazamentos na Corte, e Rellação de Braga, e Revizitador da Vezita de Entre Homem, e Cavado, e Valle de Tamel, por Sua Alteza, o Serenissimo Senhor Dom Joze Arcebispo e S.^r de Braga Primaz das Hespanhas, em acto de vezita foy requerido por parte dos freguezes lhe mandasse fazer livro de uzos e costumes da dita freguezia

(1) Queríamos também publicar os usos e costumes da freguesia de Vilar da Veiga, mas não o podemos fazer, por o respectivo pároco nos responder, quando lhos pedimos, em 1909 com a seguinte carta: « Sr. Tude — Mandava-lhe o livro costumeiro e nada me oferecia dúvida visto que tudo e para tudo estava às ordens; porém, há uma mutilação que foi copiada há já 3 anos e não me convém mostrar a ninguém qual êsse ponto. Porém se fôsse coisa que eu pudesse lacrar e só a V. confiar, tudo estava bem; mas assim mandar o livro aberto não me convém muito. Mas fique certo V. que eu tal e qual está no original copiarei e mandarei depois. — Fico sempre às ordens de V. etc. — Padre José João Antunes de Almeida ».

Está claro que nunca mandou nada.

pois athe presente não os havia escriptos, e vendo o seu requerimento ser justo, ordenou q̄ o Rev.^{do} Paracho com seus freguezes escrevessem os uzos e costumes q̄ havia na dita freguezia de Covide, e q̄ pera se deçedirem as duvidas q̄ se offerecessem assim por parte do Reverendo Vigario, como de seus freguezes se fizessem em prezença do Reverendo Pedro de Carvalho Coelho Abbade de São João do Campo, e do Reverendo Manoel Leyte de Andrade Abbade de S. Thiago da Chamoim, pera, q̄ assim rezolvidas as duvidas pellos Reverendos Abbades Arbitros viesse a ter, effeyto, em se escreverem os taes uzos por tantas vezes já pertendidos, no que agora huns, e outros convierão, e que se escrevessem neste livro os ditos uzos, e costumes, os quais são os seguintes.

Nésta freguezia se paga ao R.^{do} Vigario de obradas cada cazado tres quartos de milhos, e tres de centeyo cada anno, e os viuvos pagarão dous por hũ cazado, e os solteyros ou solteyras pagarão tres por hũ cazado, e isto se entende ser por fogos porq̄ estando juntos, não paga senão hũa só cabeça e este paom q̄ se paga ao Reverendo Vigr.^o de obradas he pella admnistração dos Sacram.^{tos} e tambem por dizer todos os sabados as missas pellos freguezes as quais se costuma dizer duas, em Covide, e hũa em Freytas. Os freguezes q̄ morrem abintestados se lhe fazem tres officios cada hũ de sete Padres. Quando falecer qualquer cabeçeira se paga ao Reverendo Vigr.^o hũ tostão de noticia pera hũa missa, e mais quatro vinteis de manta e estola. No dia do enterro se da ao R.^{do} Vigr.^o hũa obrada que leva duas broas de paom, cada hũa de hũ quarto, e duas bellas do comprimento de hũ palmo, e de grossura dos dous riscos q̄ vão na margem desta folha, e mãis hũ aratel de carne de toucinho e meya canada de vinho. Todos os Domingos do anno do falecimento pagarão os herdeyros da pessoa defuncta ao Reverendo Vigr.^o, em cada Domingo hũa obrada, que leva hũa broa de paom de hũ quarto, e hũa bella de palmo, e grossura já declarada, e hum quartilho de vinho, e quatro ovos ou quatro sardinhas, e isto dentro do dito anno do falecimento somente. Nos officios dos defunctos se poem duas bellas no Altar mor de palmo cada hũa, e o que dellas sobejar as leva o R.^{do} Vigario pera si. Aquelles q̄ não tiverem herdado de Pay, ou de May passando de quatorze annos de idade tem somente hũ officio de cinco Padres e mais hũa obrada Domingueyra. Os Anjos de mais de sete annos pera bayxo tem tres

missas cada hũa de esmolla de tostão, e hũa obrada Domingueyra. Os que falecerem de sete annos athe quatorze tem hũ officio de sinco Padres. Os que tiverem herdado de Pay, ou de May, tem meynos gastos de hũa cabeçeyra, e se dã de esmolla aos Padres oytto vinteis a cada hum e tambem o R.^{do} Vigr.^o tem a mesma esmolla. Nas quatro festas do anno, e no dia de Sancta Marinha, he obrigada esta freguezia a dar duas bellas pera se dizer a missa. He obrigação do R.^{do} Vigr.^o fazer aos freguezes todas procissões, q̄ bem a ser as primeyras Domingas de cada mes, de N. S.^{ra} e todas as quartas feyras da Quaresma, e sãõ duas em Covide, e hũa em Freytas, e juntamente hirã ou mandarã fazer as procissões de fora da freguezia por hum tostão cada hũa, que bem a ser dezoyto, e não hindo, ou mandando selle não darã o tostão. De receber quaesquer espozados não se dá nada ao R.^{do} Vigr.^o De baptizar se dá ao R.^{do} Vigr.^o hũa bella de hũ palmo, e hũ bollo ordinario. Das quitações e pagas selle não dá nada pellas passar. Nos dias Santos he costume o R.^{do} Vigr.^o tanger o sino pera a missa tres vezes, distancia hũa da outra, e tambem he costume dar nos dias Santos o R.^{do} Vigr.^o pela manhaam a chave da porta da Igreja a quem lha pedir para a abrir, e não hindo alguem, a abrirã o R.^{do} Vigr.^o ás horas convenientes. He o Mordomo obrigado a levar o lume para a Igreja todos os dias Sanctos, e tambem a agoa necessaria para as pias da Igreja p.^a se benzer, e tambem para o Lavatorio dos que communham, e juntam.^{te} açender as duas tocheyras nos Presbiterios. He obrigada esta freguezia cada anno a mandar fazer seis Anniversarios de quatro Padres cada hũ, e constãõ de quatro officios de hũ noturno cada hũ, e duas missas cantadas q̄ sãõ do Nome de D.^s e N. S.^{ra} do Rosario, e se dá por cada hũ de esmolla a cada Padre, cento e cincoenta reis, e tem o R.^{do} Vigr.^o em cada hũ destes Anniversarios hũa obrada Domingueyra, e se entende cada Mordomo pagar a sua, e dãõ os Mordomos pera se dizerem as Missas dos tais Anniversarios o vinho, e serã da freguezia. O paom q̄ se dá ao R.^{do} Vigr.^o pellas dobradas sera da qualidade que os Lavradores o colherem pera si, e quando o Reverendo Vigr.^o puzer o dia pera o a recadar, os de Covide lho levarãõ a eyra do Pargo, e os de Sá, e os de Freytas lho levarãõ ao meyo do Lugar, e os avisarã o dia, em que lá vay p.^a se lhe entregar tambem no meyo do Lugar. He costume mandarse dizer nesta freguezia doze Missas cada hũa na primeyra sexta feyra de cada

mes, por tenção dos freguezes, e se pagão ao R.^{do} Vigr.^o no fim do anno as ditas doze missas, todas por seis tostões. As missas cantadas q̄ se fizerem na freguezia, serão de quatro clerigos aos quais darão seis tostões, q̄ vem a tocar a cada hũ, cento, e sincoenta reis com obrigação de missa, e isto se entende q̄ serão a seco, e estas são voluntarias. He uzo haver nesta freguezia, hũ Juiz, hũ Prioste, hũ procurador, quatro Mordomos, e todos estes são nomeados á roda assim como vão cazando: cada hũ destes dá hũ cruzado, e huã obrada Domingueyra, cada hũa para o seu Anniversario, excepto o Prioste, q̄ este não paga nada, e o mais q̄ custão as Anniversarios say da bolça da freguezia, que he hũ quarto de ouro, e são os Mordomos obrigados a seestir aos Anniversarios. He obrigação do Juiz vir a seestir ás rezadas a q̄ he obrigada a freguezia e p.^a estas rezadas he obrigação do Procurador tanger o sino e he mais obrigado o Procurador a levar a Cruz, em todas as procissões, e mais obrigações da freguezia, e ajuntar no seu Lugar o dinheyro p.^a a sera da freg.^a e aquelle official q̄ for de Freytas ha de ser o Procurador de Covide e quando o Prioste for de Covide ha de ser o procurador de Freytas. O R.^{do} Paracho a seestirá a todas as contas e eleyções q̄ se fizerem dos officios da Igr.^a p.^a decedir todas as duvidas q̄ se offereçerem. Os seis da fala, servem por roda, e são obrigados a seestir as rezoluções, q̄ se offereçerem, pera o que serão avizados pello Procurador mandando o Juiz. No dia dos Fieis de D.^a virão os moradores da freguezia a seestir á Missa e acompanhar a Procissão dos defunctos. Nos officios que nesta freguezia se fazem depois do dia do enterro se costuma dar em cada hũ ao R.^{do} Vigr.^o huã obrada Domingueyra. Quando falecer na freguezia algũa pessoa, e deyxar acompanhamento de Padres, e tanto ou quanto de esmolla aos P.^{os} pelo dito acompanhamento, ao R.^{do} Vigr.^o se lhe dará a sua esmolla de acompanhamento assim como aos demais Padres. Em falecendo nesta freguezia algũa pessoa, os herdeyros hirão logo dar parte ao R.^{do} Vigr.^o pera elle eleger, e dizer os Padres, que os tais herdeyros hão de chamar para os officios, e lhe virão trazer, depois a resposta dos que não poderem vir pera, elle, então eleger outros, e se completar o numero para os officios. O R.^{do} Vigr.^o desta freg.^a quando houver de hir encomendar algum defuncto ao Lugar de, Freytas na vespera do dia, em q̄ se houver de dar a sepultura, somente hira, encomendando dando lhe avizo na vespera do enterro pela manham antes do

meyo meyo digo do meyo dia, e não lho dando no d.^{to} tp.^o so o encomendará no mesmo dia em que se houver de tirar de caza e trazer p.^a a Igr.^a. Na assistensia ou prezidensia q̄ o R.^{do} Vigr.^o fizer nas eleições, e contas da freg.^a não impugnará os uzos, e costumes q̄ os freg.^{os} tiverem nas ditas eleyções. O paom que se der ao R.^{do} Vigr.^a das obradas, será limpo e seco como a mesma semente que tornão a semear não sendo do da venda e nesta forma assim o R.^{do} Vigr.^o como os freguezes, e R.^{dos} Abb.^{os} arbitros houverão estes uzos por bons, e acabados, e querem se guardem em tudo como athe agora se guardarão e por verdade assignarão aqui o Juiz do subsino João Dias, e seis homens da fala Jeronimo da Sylva e Alex.^o Loiz. Antonio Dias, Amaro Gonçalves, Custodio Martins, Francisco Pires da Sylva, e o procurador da freg.^a Manoel da Sylva, com a maior parte dos freguezes e o R.^{do} Vigr.^o Cleto Pereyra Castro. S.^{ta} Marinha de Covide, 13 de Dezembro de 1744. (Seguem-se muitas assignaturas).

Depois de estarem estes uzos concluidos, e acabados, e pera haver de os assignar o Reverendo Vigario se offerecerão algumas duvidas assim por parte do R.^{do} Vigario como dos freguezes para o q̄ foy necessario fazer-se as seguintes declarações, q̄ huns e outros houverão por bem se declarasse, e he que quando for necessario chamar o R.^{do} Vigario para algũ Sacramento de noute, então se hirá somente chamar á porta, e estando em algum sacramento nesta freguezia se hirá lá chamar, e sendo de dia se hirá chamar á porta e estando dentro dos limites desta freguezia se hirá chamar adonde estiver, pera o que terá em caza quem dê parte certa pera donde foy; e hindo pera as freguezias vizinhas a officio, ou Missa cantada, como São João do Campo, Carvalheira, Chamoim, e S.^{ta} Isabel se hirá lá chamar, hindo somente pera este effeyto, e terá em casa quem dê parte, e pera o mais terá quem o vá chamar; e quando for de jornada, ou tiver algũa abzência, deixará saçerdote nesta freguezia, o qual não se hirá chamar fora. Mais se declara q̄ o pão que se dá ao Reverendo Vigario de obrada, toda a ves que for limpo e seco capax de receber o aceytará sem lhe por duvida algũa. Mais se adverte que he o R.^{do} Vigr.^o obrigado a fazer as tres Ladainhas de Mayo sem por isso se lhe dar cousa algũa, e nesta forma assim o R.^{do} Vigario com seus freguezes houveram estes uzos por concluidos, e acabados de tudo, os quaes vão na verdade e sem borrão, inter-

linha, emmenda, ou couza que faça duvida, em firmeza do que assignarão aqui o R.^{do} Vigr.^o e seus freguezes que abayxo se seguem e antes disso pedem se declare aqui tambem, que hirá o R.^{do} Vigario encomendar os freguezes defunctos de Covide assim que lhe levarem recado sendo dia, e não de noute, e supposto já nestes uzos se faz menção do R.^{do} Vigario hir encomendar os freguezes com tudo occoreo a duvida e reparo, de só se falar em Freytas e não em Covide, por cuja rezão pedirão se fizesse esta advertencia, e da mesma sorte no que respeita aos officiaes do subsino, pois se declara aqui ser costume serem dous annos de Covide e hũ anno de Freytas, e no que toca a respeyto do R.^{do} Vigario abrir as portas da Igreja, se determina que não hindo primeyro alguem da freguezia abrilas como de ordinario succede, então o R.^{do} Vigario as hirá abrir somente quando for dizer Missa, e por evitar duvidas, no tempo fucturo houverã por bem huns e outros fazerse aqui as ditas declarações, em firmeza de tudo assignarão.

(Seguem-se as assignaturas do Vigario e muitas outras e o termo de encerramento).

Livro dos uzos da Freg.^a de Rio Caldo costumes e uzos

Primeiramente he uzo e costume nesta freguezia que os defunctos que falecerem com testamento, se satisfarão os bens d'Alma na forma que os dispozerem. E os que falecerem abintestados sendo cabeceira ou solteiro herdado de Pay e Mãy se lhe farão tres officios de dez Padres cada hum, com esmolla de duzentos reis; e sendo herdado só de Pay ou só de May se lhe fará meynos gastos; e sendo pobres se farão tres officios cada hum de cinco Padres, com esmolla de cinquenta reis; os quais officios terão cada hum sua offerta, que constará de conducto, pão e vinho e candeya.

E não ha quantidade certa para esta offerta; porque huns dão mais, outros menos; porem sempre consta de tres ovos, ou tres sardinhas, ou hũa posta de carne; e isto he conforme cada um pode, e tambem consta de grão, outros de pão cozido, que cada hum na tal obrada traz de mayor ou menor quantidade, como cada hum pode, e a seu arbitrio, e tambem traz hũa cabaça de

vinho, que a quantidade delle he como cada hum pode; e hũa candeya de cera de palmo mayor ou menor conforme cada hum pode, e estas são a de obrigação, porem a obrada do corpo presente ha de ser obrada mais avantajada, que as mais, com mayor candeya, que se acende por ambas as pontas, e se lhe dizem dous resposos, quando se offerta.

Em cada hum dos referidos officios, se porão em o Altar Mayor duas candeyas e nos collateraes, cada hum a sua; as quaes que ficão no Altar Mayor as levanta o Parocho, e as dos collateraes o dorido, excepto do ultimo as levanta o Parocho, e as candeyas são de cera amarella.

Os officios acima dictos se fazem em dia, mez, e anno, e isto se entende nos que falecem abintestados, que os que falecem com testamento, se lhe faz aquilo que elles dispõem; e faltando cera para se dizerem as missas e officio a dá o Dorido; e o que sobra o levanta o Dorido.

Por cada defuncto se lhe reza hum anno por inteiro cada Domingo hũ responso, e nas meyas cabeceiras, meyo anno, e em cada Domingo trazem os Doridos hũa obrada como acima fica dicto, querendo obradar, e não querendo dão doze tostoens os de cabeceira inteira, e os de meya cabeceira dão seis tostoens; porem o obradar, ou rezar he a escolha do Dorido e não do Reverendo Abbade, e quando rezão, vem com hũa candeya offerecer o responso e a tornão a levar.

E os filhos familias que são herdados de Pay ou May e falecendo com testamento, se observa o que dispõem; e falecendo abintestados se lhe faz pelo bem d'Alma meyos quartos, digo, se lhe fazem gastos de cabeceira, tendo por donde, que aliás se faz conforme tiver.

Os que falecem de idade de sette annos e dali para baixo, se lhes dizem só trez missas com esmola de septenta reis cada huma; e de sette annos athe doze sendo femeya e macho athé quatorze, se lhe dizem sette missas com a mesma esmola se septenta reis e no dia do enterro vem hũa obrada como fica dicto com candeya et cetera: e os que são de quatorze annos pera cima lhes fazem os Pays os bens d'Alma que querem.

E escolhendo algum freguez sepultura em outra Parochia della, digo, ou falecendo fora della, se devidem os bens d'Alma, entre ambas as Parochias igualmente e ainda a propria offerta do corpo presente.

Pagão os cazados cada anno de obrada hum alqueire de milho branco e os Viuvos e Viuvas meyo alqueire e os solteiros e solteiras quarto e tigela que faz a tersa parte de alqueire; com declaração que estando em hũa caza dous cazados, ou dous Viuvos, pagará cada hum por si, ainda que tenham hum só fogo; porem os solteiros ainda que sejam mais Irmãos, pagará hum por todos, o que satisfarão ao Reverendo Parocho, posto por elles na sua rezidencia.

De cada Baptizado se dá d'offerta hum pão de trigo de vintem e hũa bella, diggo, candeya de cera de hum palmo pouco mais, ou menos; e nos recebimentos dos cazados se não dá nada quando se recebem; porem passando-se certidão para fora do livro dos defunctos cazados e baptizados se dá por ella hũa galinha, ou cem reis.

Os que falecem com testamento e deixão officios de cinco Padres, se dá de esmola a cada hum cento e cincoenta, porem sendo de seis, sette ou oito, ou nove Padres dão de esmola a cada hum duzentos reis, e faltando algum Sacerdote em algum dos officios, se chamam de mais para o ultimo, para se receber o numero; e quando assim não seja possivel satisfazer-se por falta de Sacerdotes ajustarão os herdeiros com o Reverendo Parocho as esmolas que lhe deviam dar como se hão de distribuir pela Alma do defuncto.

He costume antigo que as mulheres solteiras que vivem sobre si em caza áparte fazendo fogo, andassem em giro aos mezes a barrer a Igreja, e lançar a agua nas pyas d'agoa benta aos sabados; o que assim se observará (1).

He costuma pagar se dizimo das novidades que se colherem; de dez hum; como são vinho, linho, azeitona, castanha, landre, peras, maçães, diggo, maçãens, feijoens, lão, trigo, tremoços, nozes, cera, enxames, nabal e milho de toda a casta; estas são as novidades de que se pagão dizimos, e tambem e nabal de dez nabos hum.

Para cada fogo d'abença de horta trinta reis e não ha outra abença nesta freguezia.

(1) O original de onde copiamos têm esta nota á margem «Barrer a Igreja: depois deste cap.^o pozeram esta obrig.^{am} as *Moças Erradas*: isto é deshonestadas e corruptas, mas na visita de 1744 foi abolido este abuzo escandalozo e imposta esta obrig.^{am} aos Mordomos da freg.^a ».

De cada ninhada de pintos se paga hum frango, havendo-o na ninhada; e sendo tudo frangas se não paga frango.

De cada bacoro se pagão seis reis por cabeça.

De cada bezerro se paga hum vintem

Anhos e cabritos, se dizimão na forma de Direito e Constituições, de dez hum, e não chegando a dez se paga por cada hũa cabeça hum vintem; e quando chegão a dez, escolhe o criador no melhor e dos nove que ficam escolhe o Reverendo Abbade; e o mesmo se usa no dizimo dos enxames; com declaração que estes se dizimão no Janeiro proximo vindouro depois que nadem; e se o Reverendo Abbade leva o enxame do dizimo paga o cortiço ou dá outro por elle.

Pagão de primissa cada hum dos freguezes de milho hum alqueire e de centeyo outro alqueire, e vinho hum almude, havendo-o colhido nos dictos fructos por pouco que colhão.

Paga cada fogo alqueire e meyo de milho alvo de voto, posto na caza da Rezidencia do mesmo Parocho, e os que hão de pagar se entende os que colherem algũa couza, que os que não colherem nada, não pagarão voto; e sempre pagarão a dita quantia de alqueire e meyo, ainda que sejam viuvos, viugas e solteiros herdados; porque só os pobres, que não colherem nada de pão, não são obrigados a pagar o dicto voto, d'alqueire e meyo.

Pagasse mais de cobagem em cada cabeceira, quatro alqueires de pão, dous de milho alvo, e dous de centeyo, postos em caza do Reverendo Abbade, a custa do Dorido: Isto se entende sendo cabeceira de cazados, que sendo cabeceira de solteiros, não paga cobagem, nem cabra nem manta.

Pagão as cabeceiras cazados de cabra e manta oitenta e seis reis.

He costume nesta freguezia ellegerem os seis d'Acordo trez Homens pera Juizes do Subsino e outros tres pera Procuradores em a primeira oitava do Natal e no mesmo dia mettem a elleição ao Reverendo Abbade, pera fazer a escolha em quem lhe parecer dos nomeados, hum pera Juiz, outro pera Procurador; e he costume quando o Juiz he da freguezia de baixo, o Procurador he de cima, por andar a freguezia dividida em duas partes (1).

(1) Nota à margem no original «No mesmo dia se elegem os Mordomos da Igr.^a que servem por giro, e tambem se elegem os seis homens das falas do governo da Igr.^a».

Ha nesta Igreja a Confraria do Senhor, que tem rendimentos proprios, como consta dos seus livros; cujos officiaes tem obrigação de mandar dizer duas missas de Requiem por esmola de cincoenta reis cada hũa em cada anno e doze missas nos Domingos terceiros cantadas da esmola cada hũa de cem reis; e dão cera pera ellas e procissoens que se fazem ao redor da Igreja.

Ha mais a Confraria de Nossa Senhora, que he da protecção dos Religiosos de São Domingos, cujos mordomos são obrigados a mandarem dizer cada mez hua missa de esmola de cincoenta reis; e no primeiro Domingo de Outubro se diz cantada com cinco ajudantes aos quaes dão de esmola hum tostão ou de jantar por elle: O missa cantante tem o mesmo tostão.

São obrigados os mesmos officiaes mandar fazer quatro anniversarios, pelas almas dos confrades, de quatro Padres, que tem de esmola cada hum a cento e cincoenta reis, e com obrigação da missa; e dando aos padres de jantar, lhe dão somente sessenta reis com a mesma obrigação de missa e pera as missas dão cera e offerta.

Ha mais a Confraria do Nome de Deos; cujos confrades são obrigados a primeira sexta feira de cada mez mandar dizer hũa missa pela qual dão de esmola cincoenta reis; e são obrigados os freguezes de cada caza, vir hũa pessoa assistir á missa e procissão pera cuja missa e procissão dá a Confraria cera; E em dia de Janeiro se faz hua missa cantada desta Confraria pera a qual dão seis tostoens com sua offerta e aos Padres que assistirem se empõem a obrigação de missa, e dá a Confraria cera pera a missa e procissão; e os officiaes servem á roda, e concorrem com tudo isto, cada hum no seu anno.

Esta Confraria do Nome de Deos e a do Santissimo Sacramento dão contas ao Doutor Provedor.

Ha nesta freguezia quatro capellas, duas na freguezia que se chama de Cima, que são, São Pedro, São Bento; e a de São Pedro não serve hoje se não de Calvario a que foi reduzida, por ficar perto da Igreja e não servir pera administração dos Sacramentos: E na freguezia que se chama de baixo, ha a capella de São Christovão, no logar de São Pedro, e a capella de Santa Luzia no Lugar de Matta Vaccas, e os freguezes andão por giro quatro a quatro delles que festejam os Oragos.

Com declaração que no anno que festejão algum dos Oragos

das dictas capellas em hum anno; fazem missa cantada com seis padres e seis tostoens e cera para a missa; Em anno seguinte se faz a cantada ao Orago da capella; e nas que não ha missa cantada naquelle anno, e as outras capellas a tem no dia dos Oragos dellas, se diz missa rezada, com cera e esmola de missa, cento e vinte reis e se dá offerta das missas cantadas que se dizem na Igreja das acima, que nas que se dizem nas capellas, se dá somente o que se diz acima.

Não tem estas capellas rendimento algum nem obrigação de missa e as offertas delas são do Parocho; o qual tem obrigação de consertar e fabricar a de São Bento e a de Sancta Luzia, que as mais são dos freguezes a fabricar.

Tem esta freguezia dous clamores por obrigação, hum na vespera de Nossa Senhora da Assumpção a quatorze de Agosto; e outro a Nossa Senhora da Goma de Parada de Bouro em vinte e cinco de Março, que a primeira segunda feira, depois do Paschoelo em cada hum destes clamores, dá a freguezia ao Parocho cem reis, ou hũa galinha, pelos ir fazer, e não ha outros clamores, digo, hum tostão ou lhe levão hũa galinha pera mereendar, qual elles quizerem, e não ha outros clamores de obrigação se não nesta freguezia; todas as quartas feiras da Quaresma.

Tem o Parocho na ocasião em que vem Visitador duas bellas brancas por mão do Procurador da freguezia que he daquellas que comprão pera freguezia.

Obrigaçào do Reverendo Abbade

Está introduzido em todos os Domingos, dizer-se hum responso, por quem deixou o Canceiro do Rio grande á Igreja, supposto que do tombo della não conste quem o deixasse nem de tal obrigaçào delle se mostra; e tambem se reza outro responso, por quem deixou hum castanheiro, no Lugar de Parada, o posto de Lobos, e outro responso, por quem deixou tres castanheiros ao portello do Ortal, que informou Gervazio Dias do Assento, fora seu Avô Domingos Moura; porem não ha titolo desta obrigaçào.

Paga esta Igreja á Tulha Primacial dezeseis alqueires de centeyo.

Paga ao Reverendo Cabido, trezentos, oitenta, e seis reis,

Paga ao Seminario, mil, oitenta e dous reis, tudo posto e pago em Braga, á custa do Reverendo Abbade, ou seu Rendeiro; e o dinheiro se paga athe dia de São Thiago e o centeyo athe dia de Nossa Senhora de Mizericordia a oito de Setembro.

Não tem esta Igreja do Arco Cruzeiro para baixo, sepultura nenhuma particular, antes todas são commūas; e pera se enterrem os defunctos da freguezia, que os de fora falecendo na freguezia, se enterrão no Adro, e querendo enterrar dentro se consertão com a freguezia.

Quando falece alguma pessoa na freguezia, servem de coveiros hum da freguezia de baixo e outro da de cima, e os coveiros que hão de servir á roda, se entende cazados e viuvos, e na mesma forma, hão de servir os dous Mordomos da freguezia e da mesma forma servirão os solteiros, aquelles que governarem caza.

Estes são os uzos e costumes desta freguezia, na forma que atraz vão escriptos; e foram escriptos em presença do Reverendo Abbade desta freguezia José d'Araujo e Tavora, e estes vão translados e conferidos por outros que em poder do dito Reverendo Abbade ficam, e tudo a prazer da freguezia e Reverendo Senhor Abbade; e por elle e freguezes estes tambem vão assignados que todos assistirão a tudo o escripto, por assim todos o determinarem, por assim ser uzo antiquissimo, e assim querem huns e outros se observe irrevogavelmente daqui em diante, sem alteração, nem diminuição alguma: E por tudo passar na verdade se fez este termo de obrigação, por todos assignado, e pelo dito Reverendo Abbade, e rogarão a mim João Coelho da Silva desta freguezia que estes uzos lhe escrevesse, o que a seu rogo fiz fielmente e vão sem borrão, nem entrelinha, nem couza que faça duvida; e por ser verdade me assigno. Hoje tres de Setembro de mil, e sette centos e trinta.

(Segue-se grande numero de assignaturas e o termo de encerramento).

A respeito de S. João do Campo encontrámos a seguinte nota: «*Instrumento da Confirmação da Apresentação que El Rey fez da Egreja de S. João do Campo do Arcebispado de Braga ao Padre Gaspar da Costa com o auto da sua posse.*

«Por morte natural de Pero Vaz... pelo que man-

damos em virtude de obediencia e sob pena de excomunhão, aos Freguezes, Caseiros, Foreiros, Colonos,



Fig. 9 — Devotos de S. Bento cumprindo promessas em volta do Santuário

Inclinos e tributarios da dita Igreja do S. João do Campo, que daqui em diante tenham, hajão e conheção ao dito Gaspar da Costa por seu verdadeiro *Abbade* e *Reitor* e como tal lhe obdeção em todas as cousas e seu offi-

cio pertencentes e lhe acudão em todos os dizimos, *Permicias*, Sanjoaneiras, Avenças, direitos e mais cousas a dita Igreja pertencentes.— Braga 13 de Julhode 1613» (1).

No *Tombo dos Prasos e fazendas desta Igr.^a de São Lourenço de Cabril* de 6 de Julho de 1747, de onde consta o *titullo dos lemites e demarcação da dita freguezia de Sam Lourenço de Cabril por onde parte e demarca com as Igrejas suas vezinhas e comarquans*, demarcação feita em 1549, vem a folhas 23, verso, a determinação: «*item qualquer homem ou molher cazados que viverem na dita freguezia hão de pagar á dita Igreja quando fallecerem de covagem cada hum vinte sette reis em dinheiro e hua cabra*», e, juntamente com os Estatutos da Irmandade das Almas, sita na capela de Nossa Senhora das Neves, de 1740, obsequiosamente facultados pelo reverendo abade de Cabril, vinha um velho papel de antigos usos, dos quais não havia livro especial, que dizia:

Direitos parochiaes pelo fallecimento de qualquer pessoa que tenha de seu:

11 q. ^{as} de vinho a 30	330
11 q. ^{tos} de pão a 120	1320
Duma cabeça duma pescada	160
De covagem	200
De luctuosa.	600
3 libras de cera.	3000
De direitos das 3 missas	60
De 4 belas de cera nos 4 domingos.	500
De reza annual	1250
	<hr/>
	7420

(1) Torre do Tombo. — Gaveta n.º 19 — Maço 12, n.º 57. — Por morte natural de Gaspar da Costa, succedeu-lhe o Padre Marçal de Araújo Barbosa. Carta de Confirmação de 16 Agôsto de 1631 — (Gaveta 19, Maço 12, n.º 40).

Estes estatutos da irmandade das Almas, de vinte e quatro capítulos, contêm algumas disposições interessantes para aqueles povos, que para « sahirem do lethargo do esquecimento em que os trás a ignorancia da Eternidade e assim illuminados, inspirados e despertados do profundo esquecimento em que viviam do que era necessario para alleviar as almas do fogo do purgatorio determinarão com muito zello entre sy formar a irmandade das almas na Capella de Nossa Senhora das Neves sita no monte de Pondras da mesma freg.^a por não haver na dita freg.^a nem Capella outra semelhante irmandade... ».

Corridos os capítulos sôbre a entrada e a remissão anual dos irmãos e da assistência aos irmãos moribundos, vem o capítulo dos sufragios aos irmãos defuntos em que se determina que « por falecimento de cada irmão se fará por sua alma hum officio de nove lições e des padres, os quaes dirão todos Missa pela alma do tal irmão defunto, e será muito louvavel que se digam todas as Missas no Altar da mesma Sr.^a e no mesmo dia, podendo ser... e se dará de esmola a cada padre de Missa e officio cento e cincoenta reis... e os herdeiros do defunto por quem se fizer o officio serem obrigados a dar hũa collação no dia do tal officio aos Reverendos padres, que será, sendo em dia de peixe, dous ovos, pam e vinho a cada padre, e sendo dia de carne será pam e vinho e cada sua talhada de carne vaca ou perzunto. Declaramos que nos dias de peixe em lugar de dous ovos se lhe dará hũa posta de bacalháo a cada padre, a eleição dos herdeiros do defunto & não serão obrigados a mais ».

Quanto aos irmãos:

« Haverão nesta irmandade seis pessoas de mesa que

será juis, secretario, thesoureiro, procurador e dous irmãos deputados que assistirão nas mesas com os mais officiaes da mesa para com elles dicidirem as duvidas, havendo-as. O Juis será sacerdote de boa vida e costumes, ou leigo rico e abonado e de boa vida e costumes. O Secretario será sacerdote de boa vida e costumes, quieto e pacifico. O Thesoureiro será homem leigo, cham e abonado de boa vida e costumes. O Procurador será tambem leigo, moço de boa vida e costumes. Os Deputados serám homens de idade entendidos, prudentes e pacificos. Todos os sobreditos officiaes serám muito prudentes nas mesas que fizerem e em todo o tempo não escadalarão irmão algũ nem descomporám, antes tratarám a todos com muita caridade».

O capítulo xxii. *Da honestid.^e e quietação dos irmãos*, preceitua: «Todos os irmãos desta irmandade seram muito quietos, pacificos e modestos, especialmente em os actos publicos tanto nos desta irmandade como em outros quaesquer actos publicos; & se algum por motivo de algũa pendencia, ou disturbio, puxando da espada para isso sem muita rezám, ou descompuzer ou injuriar, ou maltratar algum irmão desta irmandade, será reprehendido pelos officiaes da mesa e pagará duzentos reis para a irmandade, e tendo que requerer nesta materia, o fará com muita humildade & brandura; o que sempre se fará tendo de requerer em mesa».

«Outro sy p.^a evitar disturbios na irmandade ou contendas, deve a mesa, quando se houver de aceitar algũ irmão, de quem se não tenha inteiro conhecimento, informar-se secretamente da capacidade, vida & cus-

tumes do tal irmão, & sendo pello contrario, se não aceitará».

Terminados os estatutos segue a nota explicativa dos motivos porque se decidiram a erigir a irmandade na capela de Nossa Senhora das Neves, no monte de Pondras, da freguezia de Cabril: é a antiga tradição de que ali houvera um convento de religiosos e outras ainda, já referidas no nosso livro *Serra do Gerez* que, por isso, se não republicam aqui.

Destruído aquele convento foram alguns religiosos fixar-se em Pitões, ondé outro mosteiro se construiu.

*

* *

Pitões, perto já da raia da Galiza, na parte da serra que entra por Trás-os-Montes, nos limites de Montalegre, a que pertence, parece ter tido, efectivamente, em tempos muito afastados um convento de frades cistercienses dedicado a Nossa Senhora, com o título de Santa Maria de Junias e sujeito a outro do bispado de Orense, na Galiza. E com tanto fervor e perfeição servirão estes monges a Nosso Senhor, que grandes beneficios e doações em terras lhes fizeram, tanto o rei de Castela, como depois D. Sancho II de Portugal e D. Afonso III, que lhes deixou em testamento cem libras daquelle tempo.

Extinto o convento por 1608, abandonaram-no em 1640 três frades, que ainda lá se conservavam.

Na sua igreja havia uma antiga imagem da mãe de Deus, de grande devoção e de grandes milagres, a cuja

protecção se acolhia muita gente de Portugal e da Galiza, principalmente nos meses de Março, Agôsto e Setembro.

Assim o diz Fr. Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano*, onde a propósito vêm citadas várias fontes de consulta (1).

A igreja de Nossa Senhora de Junias pertencia ao padroado real, de que andava, porém, usurpada.

O Padre Luís de Pena, clérigo de missa, natural do arcebispado de Braga, conhecedor do facto, requereu a el-rei para ser apresentado na dita igreja, juntando à petição vários documentos comprovativos, pelo que el-rei houve «por bem de lhe fazer mercê de o apresentar na dita igreja com declaração de que fora ordenado a sua custa e lhe assistira o procurador dos padroados sendo necessario e sera obrigado a mandar ao bispo capelão mor uma certidão autentica para constar que foi confirmado na dita igreja por apresentação minha...» (2).

Mais tarde, em 2 de Junho de 1708, foi passado alvará de apresentação na mesma abadia da igreja de Santa Maria de Junias com sua anexa ao padre António Roiz Pinto, que «apresentou documentos legitimos por onde se mostra juridicamente que o meo Padroado tomou posse da dita igreja pelos ministros da Coroa no anno de mil seiscentos e seis e pelo auto da minha apresentação que com efeito conservou mais de catorze annos sem contradita e visto que as apresentações

(1) *Santuário Mariano e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*. — Tômo 4.º — Lisboa, 1712.

(2) Torre do Tombo — *Chancelaria de D. João IV*. Livro 12. Fols. 313.

subseqüentes de outro qualquer chamado padroeiro forão e são intrusas, e mal fundadas... ordeno que o meu apresentado P.^o Antonio Roiz Pinto seja com efeito colado e metido na posse da dita igreja...».

Era Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Telles (1).

Por alvará de 14 de Julho de 1715 foi apresentado na mesma igreja o Padre João Pinheiro Salgado, que sucedeu ao anterior (2).

Os santos de mais fervorosa devoção nas povoações do Gerez são:

Freguesia de Vilar da Veiga. — Santo António (orago da freguesia; anteriormente o orago fôra Santa Ana); Santa Eufêmia, nas Caldas do Gerez, Santa Marinha, com capela no lugar da Ermida;

Freguesia de Rio Caldo — S. João Baptista (orago) e S. Bento da Porta Aberta; tem ainda mais algu-

(1) Torre do Tombo — *Chancelaria de D. João V.* Livro 3o. Fols. 167.

(2) Torre do Tombo — *Chancelaria de D. João V.* Livro 46. Fols. 20.

Sobre a lenda do convento de Pitões diz o sr. Dr. Manuel Monteiro: «Aquele santuário, tão afastado das inuteis frivolidades do mundo, tem uma lenda original tôda de poesia e fervor, e, á falta de religiosos para exercícios do culto, é povoado de andorinhas que, desprendidas da banal materialidade das liturgias e ritos, se estabeleceram no convívio de Jesus, por elas venerado, desde que S. Francisco de Assis, numa tarde, em certa colina da Únbria, lho tornou conhecido e dilecto numa palestra maviosa e esplendida. .». (*A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. vii. — Pôrto MDCCLVII). — Ver também o nosso já citado livro *Serra do Gerez*.

mas capelas da invocação de S. Cristovam, S. Pedro e Santa Luzia, esta no lugar de Matavacas (1);

Freguesia de Covide. — Santa Marinha (orago); Santa Eufêmia, que tem capela própria, e o Senhor dos Desamparados, com a cruz às costas, e a Senhora das Angústias, com uma espada no peito, na capela do Calvário (2);

Freguesia de S. João do Campo — S. João Baptista

(1) As romarias ao S. Bento da Porta Aberta são nos dias 21 de Março, 10 e 11 de Julho e 10 a 15 de Agôsto, sendo esta a mais importante e concorrida nos últimos dias e na qual se recolhem algumas dezenas de milhar de escudos.

(2) Junto da capela de Santa Eufêmia há um penedo, onde a tradição diz ter estado a Santa, deixando ali impressos, nos pontos por onde passou, os vestígios dos seus pés. É o *Penedo da Santa*, de grande veneração entre os naturais, que, por devoção e no cumprimento de votos, o percorrem de joelhos. Segundo diz a informação paroquial de 1758, da Torre do Tombo, o Arcebispo de Braga D. Álvaro de Moura Teles, quando de visita pastoral em Covide, percorreu descalço o sitio por onde se diz terem ficado os vestígios da passagem da virgem mártir Santa Eufêmia. — A capela do Calvário foi construída em 1887 na Portela da Abelheira, principalmente por subscrição entre os naturais de Covide residentes no Rio de Janeiro, a pedido do Padre Sebastião Pires de Freitas, que dirigiu os trabalhos, sendo inaugurada em 16 de Setembro daquele ano com uma grande festa, a que assistiram vinte e dois padres das freguesias vizinhas. A procissão, em que figuraram pela primeira vez as novas imagens para o Calvário, saindo da igreja matriz depois de prêgado um primeiro sermão e atravessando o *lugar*, foi à capela de Santa Eufêmia e dali ao Calvário, onde houve outra prêgação. Ainda agora se faz, ou se fazia há pouco, romaria ao Senhor dos Desamparados, no Calvário, no dia 16 de Setembro, dia em que se festeja Santa Eufêmia.

Em Covide houve duas irmandades, já extintas: de Nossa Senhora do Rosário e das Almas, com muitos confrades, de Car-

(orago); Vilarinho da Furna com duas capelas da invocação do Bom Jesus e de Nossa Senhorada Conceição (1).

Freguesia de Carvalheira — S. Paio (orago) (2);

valheira, Chamoim, Santa Isabel, S. João do Campo e Rio Caldo, os quais vinham ali no dia de S. José, que cai sempre na quaresma, dia de jubileu, confessar-se e assistir à festa que se fazia. Assim faziam a desobriga. Neste dia matava-se sempre uma corpulenta cabeça bovina e dava-se de comer a todos os irmãos e padres. Outro dia de jubileu era o dia de Santa Ana.

(1) Em S. João do Campo, que não tem outra igreja além da igreja paroquial, fazem-se anualmente a festa ao Sagrado Coração de Jesus, sendo levada para lá em procissão a imagem do Senhor Crucificado de Vilarinho e a festa das Almas, custeada com o produto do peditório do dia de Reis. Na capela do Bom Jesus de Vilarinho, há também as imagens da Senhora das Mercês, de Santiago e de S. Miguel e na da Senhora da Conceição a imagem de Cristo Crucificado. Em Vilarinho, segundo informação de lá recebida há pouco, «fazem-se as seguintes festas: a da Senhora da Conceição no dia 8 de Dezembro, constando de fogo e arraial na véspera, e missa cantada, sermão e procissão e algumas peças de música e no final um lauto jantar aos Senhores Padres e músicos, convidando em seguida o que faz a festa todos os seus vizinhos para a ceia, à noite, que consta de carne de cabrão assada com batatas, arroz com os meúdos (tripas, etc.) do mesmo e rabanadas. Em meados do verão também se faz a festa do Senhor Crucificado em dia combinado pelo povo, na ocasião. É menos concorrida e consta também de missa cantada, sermão e toque de música».

(2) Em 1907 constituiu-se uma comissão para promover a erecção de uma estátua ao Coração de Jesus sôbre o grande bloco de granito chamado o Penedo das Mós, oferecido para êsse fim pelo seu proprietário João Dias Pisão. Era seu presidente o Dr. António José de Barros, juiz de direito; tesoureiro António Maria de Araújo e secretário o Padre Manuel José Martins Capela, tendo êste publicado em 1909 o seu livro *A Roma!*

Freguesia de Cabril — S. Lourenço (orago).

para ser distribuido como brinde aos mais dedicados amigos do monumento ao Sagrado Coração de Jesus no monte das Mós. Além daquela comissão, havia outra local para receber os donativos, promover a sua aplicação e acompanhar os trabalhos. A estátua ao Coração de Jesus no monte das Mós, na Carvalheira, foi efectivamente levantada há seis a oito anos.

CERCOS, CLAMORES E REZADAS (1)

Cercos — Havia e há ainda nas povoações da serra do Gerez, como em outras partes do Minho, uma especial devoção pelo mártir S. Sebastião, advogado contra a fome, peste e guerra, em honra do qual se celebravam vários actos de culto, entre os quais os *cercos* às freguezias, para o que cada uma tinha na sua igreja uma imagem daquele santo.

O pároco marcava a data, fazendo-se na séde da freguesia a festa de igreja, com sermão, saindo depois o *cercos*, formado por todos os oragos das capelas dos diversos *lugares*, com os seus guiões e com o S. Sebastião à frente.

Saído o *cercos*, marchava à frente e afastado do S. Sebastião o grupo dos *tamborileiros*, com os seus bombos e caixas de rufo; a seguir os *atiradores*, com seus velhos bacamartes de pederneira, dando descargas cerradas a certa voz de comando;(2) depois a

(1) As informações para êste capítulo e para outros foram-nos dadas, umas pelo velho guarda florestal Baltazar Domingues Fernandes, honrado homem e funcionário dedicadíssimo ao serviço e aos seus superiores, natural da Carvalheira, já falecido e outras por escrito, pelo grande amigo da Serra e amigo do seu amigo, o já morto também, Padre Sebastião Pires de Freitas, de Covide.

(2) Usavam pólvora bombardeira e buchas de folhas de figueira,

cruz alçada, conduzida pelo *procurador* da freguesia (1). A seguir, os santos; depois, os homens; em seguida, o abade; depois, as mulheres.

O abade ia cantando a ladainha a que os homens e mulheres respondiam em côro.

Quando havia música, o lugar desta era entre o padre e os homens.

O cortejo, saindo, dirigia-se a cada um dos *lugares* da freguesia, passando-lhe *à roda, cercando-o*, e, quando algum *lugar* era de difícil acesso, por maus caminhos, ou outras dificuldades, tirava-se o S. Sebastião do andor, deixando os outros santos, e ia-se com êle nos braços fazer o *cercos* do lugar.

Terminado o *cercos*, voltavam todos à freguesia, de onde, depois de ter havido, ou não, sermão, recolhia cada santo à sua igreja.

Esta devia ser a forma dos *cercos* da freguesia de Carvalheira, a que pertencia o velho Baltazar, colaborando êle mesmo em tôdas as festividades durante muitos anos.

Vejam agora a narrativa referente à freguesia de Covide, feita pelo nosso saudoso Padre Sebastião.

O *cercos* de S. Sebastião era uma grande manifestação religiosa.

Saía da igreja paroquial, presidido pelo abade, cruz alçada na frente, seguindo-se tambores, bandeiras,

verdes, para o estrondo ser maior. Junto dos atiradores seguiam homens com sacos de pólvora para se repetirem as descargas.

(1) *Procurador* é o que toca os sinos, ajuda à missa, acompanha os enterros; emfim, que faz todo o serviço de sacristão. É nomeado em cada ano *à roda*. Quando não queira, paga a quem o substitua.



Fig. 10 — Santa Eufêmia,
padroeira das Caldas do Gerez (1)

guiões, andores de S. Sebastião, Santa Eufêmia, padroeira da freguesia, Santo António e outros.

(1) Tem na peanha as seguintes legendas: «Santa Eufêmia — Mandada encarnar pela Comissão dos festejos ao Santo António de 1888, prezida pela Ex.^{ma} Sr.^a Viscondessa de Barreiros. — Braga 25-4-1891 custo 20.000».

Saído o cortejo, lá marchava ao som da ladainha de Todos os Santos, entoada pela gente da freguesia.

Da igreja seguia pela Veiga de Baixo, circundando o *lugar* de Sá; daqui seguia, em frente de Covide, pelo Outeiro do Rei, Santa Eufêmia, Portela da Abeleira, em direcção a Freitas. Aqui, depois do cêrco e da visita a S. Silvestre na sua capelinha, tudo vinha descansar no cimo do *lugar*, na eira do Reguengo, onde se despejavam os *çafates* e se esvaziavam as garrafas, famílias com famílias, vizinhos com vizinhos, amigos com amigos, sendo o vinho pago, por obrigação, pelo mordomo de cada ano.

Reconfortados os estômagos, retomava o *cêrco* o caminho de Covide, onde, recolhidos os santos, se dissolvia, dispersando cada qual ao seu destino.

Os *cercos* já deixaram de se fazer há muitos anos, proibidos pelas autoridades eclesiásticas superiores de Braga — os arcebispos — devendo ser determinante dessas ordens as razões indicadas pelo velho Padre Sebastião e que reproduzimos nas suas próprias palavras: «o darem lugar a algumas indecências, faltas de respeito religioso e sobretudo por darem lugar a muitas desordens, pancadaria e desgraças».

Outra prova do quanto era grande a devoção a S. Sebastião, está na *promessa* que era de uso fazer-se-lhe em Covide e provavelmente em outras povoações da serra, quando dêle se queria obter alguma graça: o fazerem uma toalha de altar em vinte e quatro horas.

Para isso reünia-se um grupo de mulheres, que fiavam o linho, dobavam as meadas, urdiam a teia e teciam a toalha, tudo dentro de vinte e quatro horas, para sôbre ela o padre celebrara missa da promessa em honra de S. Sebastião.

Clamores — Faziam-se ainda há anos.

Cada freguesia tinha anualmente um certo número dêles. Para isso reünia-se o povo da freguesia no dia que o abade marcasse e na capela em que viesse a ter lugar o clamor, em honra do respectivo santo, o que às vezes era bastante longe da sede.

De cada casa era obrigado a comparecer um representante, podendo, porém, ir mais algum.

No lugar do clamor e antes de êle principiar, fazia-se a chamada, applicando-se multa de 50 réis a quem faltasse, e, se alguém respondesse em lugar de outrem, para encobrir a sua falta, tinha igual multa.

Durante o clamor cantava-se a ladaíinha, respondendo o povo em côro, e, acabado êle, o padre desvestia-se e todos retiravam para a freguesia, acampando, porém, antes, em local do *monte* já costumado, para comerem as competentes merendas, em que cada qual se esmerava em apresentar os melhores nacos de presunto e os mais gordos frangos. Para êste ágape era o *procurador* da freguesia obrigado a apresentar seis cântaros de vinho (cada cântaro, 12 litros), que aliás não pagava, descontando o seu custo dos dinheiros da freguesia.

Em Covide era costume irem ali em clamor no dia 16 de Setembro, dia da festa de Santa Eufêmia, padroeira da terra, as freguesias de Santa Isabel do Monte, Carvalheira e S. João do Campo.

Cada freguesia era representada pelo pároco, ou outro padre em seu lugar, pelo *procurador* com a cruz, e por uma pessoa de cada casa, chamando o procurador ao rol e condenando quem faltasse.

Reünidos em Covide, fazia-se o clamor, cantando-se a

ladainha de todos os santos em volta da capela de Santa Eufêmia, sob a presidência do abade da freguesia.

Há muito tempo que êste clamor deixou de se fazer, por os párocos das freguesias acima mencionadas terem pedido ao Arcebispo de Braga para os dispensar de irem a Covide, passando êles a fazer os clamores nas suas freguesias (1).

Quanto a Rio Caldo, « Tem esta freguezia dois clamores por obrigação, hum na vespera de Nossa Senhora da Assumpção a quatorze de Agosto, e outro a Nossa Senhora da Goma de Parada de Bouro em vinte e cinco de Março, que é a primeira segunda feira, depois da Paschoa em cada um destes clamores dá a freguezia ao Parocho cem reis, ou uma galinha para merendar, qual elles quizerem, e não ha outros clamores de obrigação senão nesta freguezia, tôdas as quartas feiras da quaresma » (2), mas já deixaram há muito de se fazer.

Ainda aí por volta de 1852 se praticava em Covide o seguinte:

Um indivíduo, pertencente à família e casa do Silva, seguindo tradição de família, subia tôdas as noites, depois da ceia, durante a quaresma, a um outeiro junto do lugar, chamado o Outeiro do Rei, e ali rezava em voz alta, de forma a poder ser ouvido:

« Oh irmãos meus, filhos de Jesus Cristo! Ponde-vos

(1) Notícia do Padre Sebastião, de Covide.

(2) Do *Livro dos uzos da freguezia de Rio Caldo*, atrás reproduzido.

de vela, que está Deus de sentinela; podemos anoitecer e não amanhecer.

Rezemos um padre nosso e uma Avè-Maria em louvor das bemditas almas do purgatório. Quem puder, será pelo amor de Deus.

«Outro padre nosso e outra Avè-Maria; quem puder, será pelo amor de Deus.

«Outro padre nosso e outra Avè-Maria em louvor das almas das nossas obrigações; quem puder, será pelo amor de Deus.

«Outro padre nosso e outra Avè-Maria por todos quantos andam sôbre as águas do mar, para que Deus os traga a salvamento. Quem puder, será pelo amor de Deus».

E assim continuava a pedir por tôdas as necessidades, tanto espirituais, como temporais, por tempo de cêrca de uma hora, terminando sempre com o *quem puder, será pelo amor de Deus*.

De ordinário tôdas as famílias rezavam, atendendo ao apêlo que assim lhes era feito.

Também na capela do Bom Jesus, de Vilarinho da Furna, pertencente à freguesia de S. João do Campo, se faziam em tempos clamores e cercos de nomeada com farta concorrência de freguesias vizinhas. Assim o diz a informação do pároco Custódio José Leite, de 9 de Maio de 1758(1).

«A capela do Bom Jesus é freqüentada de algum povo, principalmente nos dias 2 e 3 de Agôsto que é ocasião em que o Juiz do Concelho e mais officiais dêle

(1) Tôrre do Tombo — *Diccionario Geographico de Portugal*, do Padre Luís Cardoso, vol. 8.º — n.º 78.

vêm de romagem ao mesmo Bom Jesus, a que chamam procissão geral, fazendo preces com as onze cruzes do Concelho a que acompanha um clérigo cantando a ladainha e se observa essa procissão por tal sorte que se lê o rol das freguesias, condenando as casas donde não vier uma pessoa delas; porém também não somente na mesma ocasião vem povo do mesmo Concelho chamado de Terras de Bouro, mas também por sua devoção concorre do concelho de Santa Marta mas ainda do Couto de Souto.

«As onze freguesias do concelho de Terras de Bouro eram: S. João do Campo; Santa Marinha de Covide; São Paio da Carvalheira; S. João de Rio Caldo; Santa Marinha de Valdozende; Santiago de Chamoim; Santa Marinha de Vilar; Santo André de Moimenta; Santa Marinha de Choreense; S. João das Balanças; S. Mateus da Ribeira».

Ainda em Vilarinho se continuou a prática da devoção, por parte dos povos dos arredores ao Arcanjo S. Miguel, que tivera sua capela perto da Portela do Homem, em local onde ainda pudemos observar restos das suas ruínas e que ainda hoje se chama Curral de S. Miguel.

Os povos de Carvalheira e outros usavam ir ali em Maio, depois das sementeiras, em romarias, ladainhas e clamores, pedir o auxilio do santo, a bem da fecundidade de suas terras; mas depois, ou como consequência do interdito lançado sôbre o reino no ano de 1267, reinando Afonso III (1), ou porque a capela se

(1) Pelo dizer de Pinho Leal, os moradores de Vilarinho teriam construído, por motivo da interdição, uma capela em território galego; mas, levantada a interdição e por estar a antiga capela em local distante e isolado, resolveram arrazá-la e levar o santo para o lugar.

arruinasse, o povo de Vilarinho transferiu a imagem para o povoado, onde ainda está, nunca mais ela voltando à sua primitiva casa.

Para ali se deslocaram, pois, tôdas as devoções.

Segundo Pinho Leal, no seu *Diccionario de Portugal Antigo e Moderno*, sôbre informação que reputamos do falecido e velho Padre Manuel Martins Capela, o abade e povo da freguesia de Carvalheira iam em um domingo de antemão aprazado, em clamor, à capela de Vilarinho: davam três voltas em redor dela, cantando a ladainha e indo em seguida fazer as suas orações ao santo.

Depois, a merenda, na qual era convidado a tomar parte todo o transeunte eventual que passasse pelo sítio onde todos os anos se realizava e para a qual o mordomo da freguesia era obrigado a ter ali alguns almudes de vinho.

Finda ela, os romeiros levantavam-se, o pároco dava as graças, o mordomo levantava a cruz, as raparigas punham à cabeça os açafates e canastras onde tinham ido os comestíveis, e os romeiros regressavam aos seus lares, seguindo todos em alegrias e descantes, que as quebradas da montanha repetiam.

A S. João do Campo vinham também todos os anos clamores das freguesias de Aboim, Touvedo, Azias, Vila Chã, Entre-Ambos-os-Rios, Germil, Ermida, Carvalheira, Covide e outras.

Rezadas — Uma outra das especiais manifestações de devoção pelo mártir S. Sebastião são as rezadas, que ainda agora se fazem todos os anos em sua

honra, no dia 20 de Janeiro, na freguesia de Vilar da Veiga.

Efectivamente, naquele dia e sem convocação prévia, desnecessária porque a tradição a consagra, reúne-se o povo no lugar da eira, da sede da freguesia, e ali, ao ar livre, se procede à rezada de S. Sebastião.

Preside ao acto um homem casado, escolhido por uma escala, já antiga e à roda, o qual, pelo rol de que está munido, vai fazendo a chamada dos moradores, para que por cada um todos rezem ao mártir S. Sebastião um padre nosso, devendo rezar-se, se sucede estarem presentes mais do que uma pessoa da mesma casa, tantos padre nossos, quantas as referidas pessoas.

O declinar de cada nome é seguido do sacramental «F... é obrigado a rezar ao mártir S. Sebastião um padre nosso. Em louvor do mártir S. Sebastião...» e todos rezam em voz alta.

Com a rezada faz-se santificado aquele dia, até que ela termine.

Ao presidente, ou mordomo da rezada, pertence também acompanhar os enterros com a cruz, acompanhar o abade pela Páscoa na colheita do foliar, e acompanhar o Viático.

Quando alguém a quem pertençam estes encargos os não quiser desempenhar, faz-se substituir por outrem, pagando o que ajustarem, e que em 1908, quando mais desenvolvidamente descrevemos esta rezada na *Portugalia*, regulava entre três e quatro mil réis.

É no fim da rezada ao S. Sebastião que no mesmo local se procede à arrematação das esmoloferecidas em géneros aos diferentes santos festejados na fregue-

sia — carne de porco, milho, vinho e azeite, — no que sempre sobreleva a todos o Santo António, em orelheira, pés de porco e salpicões, etc., por ser êle o de mais fé e o de mais confiança para a guarda dos gados, a principal riqueza daquelas gentes, que confiadamente lha entregam.

CRUZEIROS E ALMINHAS

Cruzeiros — Entre as afirmações da velha fé que embalou as mais remotas gerações e que ainda de onde a onde se encontram para autenticar a veneração



Fig. 9 — Cruzeiro de Covide, sôbre um marco miliário da Geira

e o respeito com que se têm conservado, deparam-se-nos em algumas freguesias da serra os cruzeiros colocados à sua entrada.

Estudo interessante seria o que dêles se fizesse, mas,

à falta disso e apenas como subsídio para o futuro, que a alguém possa servir, damos aqui a reprodução de dois cruzeiros de freguesias do Gerez, para ambos os quais foram aproveitados marcos miliários da via militar, que de Braga se dirigia, atravessando a Portela do Homem, por Astorga a Roma, ambos do imperador Décio (anos 249-251 da era cristã): são os cruzeiros de S. João do Campo e de Covide.

O marco do *Cruzeiro do Campo*, como é chamado, é um monolito cilíndrico de granito, possivelmente erguido no primitivo local onde fôra colocado, encimado por uma cruz com o Cristo. Está resguardado por uma cobertura triangular de madeira pintada e exteriormente revestida de fôlha de zinco, cobertura que é sustentada por três colunas de granito.

A cruz e a imagem são igualmente de pedra, de uma só pedra inteiriça.

Tem o marco, que indica 27 milhas dali a Braga, a seguinte inscrição:

IMP. CAES.
 G. MISSO. TR.
 DACONVTO
 PIO. FEL. AUG.
 PIO. MAX. TR. P.
 P. III. C. II.
 P. P. ABRAC.
 M. P.
 XXVII

Diz o sr. Padre Martins Capela (1) que com a com-

(1) *Miliários do «Conventus Bracaraugustanus» em Portugal* (Pôrto, 1895).

petência do seu saber e com o amor de dedicado filho da serra, cuidadosamente estudou o trôço da geira romana de Braga, entrando pela Galiza, que aquela



Fig. 10 — Cruzeiro de S. João do Campo sôbre um marco miliário da Geira (Mon. Nacional).

inscrição está evidentemente viciada por longiqua e desconhecida renovação, parecendo-lhe que ela seria provavelmente assim:

IMP. CAES.
G. MESS. Q. TRA
IANO. DECIO. INVICTO
PIO. FEL. AUG
PONT. MAX. TR. POT
PROC. IIII. COS. II
P. P. A BRAC. AUG
M. P
XXVII

O cruzeiro do Campo foi classificado monumento nacional por decreto de 16 de Junho de 1910, honraria esta que ninguém por lá conhece e que de pouco, ou nada, lhe serviria, se não tivesse a protejê-lo o respeito e a devoção dos naturais.

O *Cruzeiro de Covide*, que está no lugar de Sá, é, como o do Campo, um monolito de granito da região, servindo de peanha a uma cruz.

Êste marco foi, porém, invertido, tendo as letras para baixo, e está bastante enterrado, mal se podendo

reconstituir a sua epigrafe, que o sr. Padre Capela recolheu assim:

... ..
 QV. NT.
 AN. DECIO
 .. V... O PIO F AUG.
 MAX. T. P
 ... COS. IIII
 P...
 .. RAC. MIL.
 XXV

Presume-se que um outro cruzeiro teria havido no lugar de Várzeas, sôbre um marco miliário de que hoje existe apenas um fragmento que serve de esteio em um alpendre para gados em Covide.

Alminhas—Também elas, como os cruzeiros, têm perdida nos velhos tempos idos a sua origem, vindo pelas idades fora a atestar às gerações sucessivas uma fé que se não apaga.

Não podia, por isso, a serra, onde tão vivo e puro se mantém o espírito religioso, fugir ao sentimento de amor do próximo e ao sentimento de respeito e de piedade que se traduz nessas *alminhas* tão evocadoras e tão simples, que aqui e ali, pelos caminhos, fazem parar o viandante, pedindo-lhe uns instantes de recolhimento e de oração pelas almas dos que morreram.

A cada região correspondem, por certo, tipos dominantes e adaptados de *alminhas*, interessante sendo, por isso, o estudo comparativo e completo de tôdas elas, pelo que e como elemento para quem um dia

faça êsse estudo na serra minhota, terra de granito, de castanheiros e de carvalhos, reproduzimos aqui as chamadas *alminhas da Candorca*, perto de Rio Caldo, nas abas de serra do Gerez (1).

Não há memória de quando, nem por quem, seriam feitas e colocadas no seu sítio aquelas alminhas, nicho cavado na torada do tronco de um velho e carcomido castanheiro, de pintura já esbatida pelo tempo, mas deixando, ainda assim, a-pesar-do seu abandôno actual, perceber as figuras que o habitam.

Da *Candorca* lhe chamam, porque assim se diz na região do indivíduo velho, roído pelos anos.

Castanheiro *candorco*, ou *candorçoso*, minado no interior e ainda dando fruto longos anos, árvore *candorca*...

A torada mede cêrca de um metro e setenta de altura, sendo de um metro e vinte o seu diâmetro interior, e encontra-se colocada sôbre a parede de vedação de propriedade particular, à beira do caminho que do local denominado Ribeiro da Adega conduz à igreja paroquial de Rio Caldo, num sítio pitoresco e aprazível, rodeado de amieiros e outras árvores.

É coberta de telha portuguesa e tem, como se vê, ao alto um Cristo crucificado, ladeado pelas imagens de Santo António e Nossa Senhora do Rosário; em baixo, S. Miguel com a balança, pesando as almas, ou as suas boas e más acções em vida e ainda as labaredas do purgatório, com várias almas em expiação dos seus pecados, ficando na base de tudo a respec-

(1) Muito instrutivo e merecedor de ser seguido é sôbre êste assunto o trabalho *As alminhas* do sr. Dr. Vergílio Correia no livro *Etnografia Artística* (1916), relativo ao distrito de Coimbra.

tiva caixa das esmolas, hoje desconjuntada e sem préstimo, pelo abandono em que o nicho, que em dias



Fig. 11 — Alminhas da Candorça, em Rio Caldo

mais felizes teria o seu esplendor, foi de há tempos lançado, talvez pelo lugar isolado e solitário em que se encontra.

Diz a tradição local, que, aliás, nada pode confirmar, que estas alminhas foram mandadas fazer por uma Teresa da Granja, que da sua bouça levava o castanheiro. Mulher fôra ela de decisão e energia, que em tempos de agitadas lutas políticas se evidenciara por aqueles sítios, indo amiüdadas vezes ao Pôrto, o que então seria acto de aventurado heroísmo.

O certo é, porém, que ainda hoje o terreno onde as alminhas se exibem está na posse de uma família Granjas.

E porque tudo isto é cheio de curiosidade e estas alminhas são de uma arquitectura original, que prende pela sua admirável adaptação à alma simples do serrano e à feição agrícola da região, não quisemos deixar de arquivar aqui a sua reprodução.

AS CALHANDRAS

As Calhandras eram também, como os autos do Nascimento, mais uma das muitas afirmações do espírito religioso das gentes do norte, de adoração pelo Deus Menino, consagrada numa das passagens mais ingênuas, mais populares e mais poéticas das suas crenças: a adoração dos pastores.

Certamente com mais pompa elas se realizariam nos povoados maiores — Braga à cabeceira do rol, — mas não lhes ficariam atrás, nem em pitoresco, nem em fervor, as Calhandras entoadas nas pobres igrejas da serra, onde ainda no Gerez se faziam no nosso tempo.

As Calhandras, formadas por gente de tôdas as idades e condições, alguns representando de pastores e instalâdos no púlpito, faziam-se nos coros das igrejas com o altar ornamentado de rama de sobreiros, entoando todos cânticos apropriados, acompanhados por um largo instrumental rústico, constituído por flautas, pandeiros, ferrinhos e castanholas.

Realizavam-se geralmente de madrugada, antes de cada um ir ao seu trabalho, — a calhandra é a ave da madrugada, — raras vezes à noite, durante nove dias seguidos, até ao dia de Natal.

E cantava-se em côro:

Alerta, pastores, alerta!
Caminhemos, caminhemos,
A visitar o Deus Menino,
Prezentinhos.lhe trasemos.

Nada em nossos peitos,
 Que nos faça retardar;
 O tempo é chegado
 De o Menino adorar.

E repetia-se o

Alerta, pastores, alerta!

sendo de cada vez o côro intercalado por cada um dos muitos e sabidos versos da velha cartilha do Abade de Salamonde, entre os quais se rezava também um Padre Nosso e uma Avê-Maria:

Ó Infante suavíssimo,
 Vinde, vinde já ao mundo
 Tirar-nos do cativoiro
 Daquele abismo profundo.

O Infante suavíssimo,
 Ó meu amado Jesus,
 Vinde alumiar minha alma
 Vinde dar ao mundo a luz.

.....

Meu Deus Menino,
 Que assim nos amais,
 No ceu è na terra!
 Bemdito sejais.

O Mundo inteiro
 Vós abençoais,
 Em Belém nascido
 Bemdito sejais.

Ó anjos bemditos
 Que tão bem cantais,
 Dizei ao Menino:
 Bemdito sejais.

As Calhandras vão caindo em desuso, chegando, mesmo, ultimamente, a ser proibidas pelo Arcebispo de Braga, cremos bem que mais para evitar os abusos que os ajuntamentos e as misturadas de gentes, de noite, nas igrejas ocasionavam, do que para opor uma barreira à pia tradição que elas representavam.

O NASCIMENTO DO MENINO

Autos do Nascimento

Não temos que entrar nas locubrações das origens em que vão, proventura, filiar-se as representações dos velhos mistérios cristãos, cujo estudo há muito vem sendo feito, correlativamente com as origens do velho teatro português.

Mas, tratando das diferentes manifestações do espírito religioso dos serranos do Gerez, não queremos deixar sem registo os autos do Nascimento de Cristo, que já tiveram por lá os seus palcos de exibição, como os tiveram em vários outros pontos do país (1), e como os tiveram e têm ainda em muitos outros, de países diversos da Europa.

Já fora dos limites da serra, mas ainda suficientemente perto dela para a influenciar, em Santa Maria

(1) Em a *Terra Portuguesa*, 1.º ano, n.ºs 10 e 11, vem uma muito interessante narrativa dos autos do Natal em Vila do Conde, aldeia no têrmo de Chaves, pelo distinto escritor Sousa Costa. Ver também os instrutivos artigos publicados nos números 304, 305, 306 e 308 de 24, 25, 27 e 30 de Dezembro de 1914, no jornal *O Primeiro de Janeiro*, do Pôrto, com o título «O Natal na Igreja, no Teatro e na Rua», do distinto investigador e jornalista Firmino Pereira, e no *Diário de Notícias* de 6 e 17 de Janeiro de 1925, artigos dos sábios professores Manuel Ramos e Ricardo Jorge.

de Bouro, representava-se no nosso tempo (1) e, possivelmente, se representará ainda, o *Drama do Nascimento do Menino Deus, com a Adoração dos Pastores e dos Três Reis Magos — Perseguição de Herodes — Fugida para o Egito — Castigos de Deus contra o mesmo Herodes e sua terrível morte*, de cujo manuscrito tirámos cópia em 1912, e cuja origem desconhecemos (2).

As representações do Auto do Nascimento, postas em scena com todo o ar e carácter da época a que se referiam, tanto quanto o podiam fazer os modestos armadores do sítio, com trajes vindos geralmente de Braga, eram precedidas de uma novena, que, aliás, era d'êlé independente e que em outros anos se realizava só por si — as calhandras, — na qual diàriamente se cantavam estes versos:

Vamos, vamos, pastorinhos,
Ver nós vamos a Belém
Se é nascido o Deus Menino,
Que pastor será também.

Se pastor é tal infante,
Feliz sorte nós teremos,
Pois que somos servos seus,
E com êle ficaremos.

(1) Estivemos no Gerez de Setembro de 1904 a Abril de 1915.

(2) Não podemos presumir quando, nem por quem fôsse organizado êste auto, que, certamente, não será da autoria de nenhum dos habitantes da região, antes possivelmente seria transportado de qualquer outra.

Alguns dos versos são colhidos nos *Cânticos ao Menino Deus*, da velha cartilha do Abade de Salamonde; outros sê-lo hão talvez noutras origens.

Ao presépio vamos todos
Espreitar por um cantinho,
Se já tem a Virgem Mãe
Em seus braços seu filhinho.

Mas é justo, consultemos
Se teremos que levar
Do rebanho, ou do monte,
Que possamos ofertar.

Cantando o côro entre cada verso :

Ai lé, ai lé, também
Nosso Rei pastor será ;
Ai lé, ai lé, também
O inferno tremerá.

*

* *

No primeiro acto, ao correr o pano « *aparece numa sala Santa Isabel sentada, com suas criadas Dina e Agar, tambem sentadas ao lado da Santa, e S. João ao meio, deitado no berço a dormir, e enquanto cosem todas, principiando o menino a chorar, Agar o embala; mas, não se calando, Santa Isabel pega néle ao colo e o adormece* », depois o deita no berço, « *Agar o embala e cantam por três vezes o seguinte* » (1):

Ru, ru, menino, ru, ru,
Que muito engraçadinho sois.
Belo menino, os Anjos te cantam,
Adormeças tu.

S. João, filho de Santa Isabel e de Zacarias, velho

(1) Rubrica ou indicação copiada do próprio auto.

sacerdote do Templo de Jerusalém, no tempo do rei Herodes, fôra anunciado pelo anjo Gabriel como precursor de Jesus, para, vindo ao mundo antes d'êle, lhe preparar os caminhos e converter muitos filhos de Israel.

Dorme no berço o menino, e, sendo meia noite dada, as criadas recolhem-se para descansar, enquanto Santa Isabel, de joelhos, canta por três vezes:

Senhor Deus onipotente,
Aproximai
A vinda do sol novo
E luz nos dai.

Ouve-se um trovão e aparece o Anjo:

O Anjo — Ó! feliz culpa de Adão, que mereceu aos homens incompreensíveis favores!

Santa Isabel — Pois quê?!

O Anjo — É nascido!

Santa Isabel — Á quem?

O Anjo — Tua prima.

Santa Isabel — Minha prima?

O Anjo — Tua prima, tua benditíssima prima deu à luz o Salvador do mundo.

Mais umas palavras, o Anjo desaparece e a Santa, de joelhos e virada para o berço, canta por três vezes:

Meu caro Joãozinho,
Tu és o precursor da divina luz;
Minha prima Maria é mãe
Do meu amado e divino Jesus.

e chama as criadas Dina e Agar e o servo Ruben, a quem dá a feliz nova, mandando a êste que lhe trouxesse o mais lindo e gordo cordeiro e o levasse a Belém a sua prima.

Ruben cumpre, mas, antes de partir, canta :

Lá desceu do céu o arcanjo
Para anunciar a Maria
Que do seu virginal ventre
O messias nasceria.

Para visitar sua prima
Empreendeu longa jornada.
Família de Zacarias,
Oh! Quanto sois afortunada!

Chegou o ditoso momento
De nascer o desejado;
Em Belém, sôbre um presépio,
O contemplarei reclinado.

Ruben sai contente e cai o pano sôbre o primeiro acto.

*

*

*

No segundo acto, da *Anunciação do Nascimento* aos pastores, sai Manacés, pastor, do lado direito, e, depois de admirar a noite, exclama :

« Vigiar esta noite o manso gado me tocou e a Adonias nestes campos. Oh! que estranho prazer! Oh! que alegria o meu coração concebe. A causa ignoro. A noite sossegada; o gado quieto; não uiva o lobo; o rafeiro dorme.

« Cada estrêla no céu um sol me parece; nunca meus olhos tão brilhante e belo, nem tão sereno como agora o viram.

« Ah! porventura é já chegado o tempo da paz, o tempo desejado?

« Não sei o coração que me adivinha.

«Será nos meus dias; mas que lembrança lisonjeira me ilude, se ainda os pecados de Israel apagados não estão todos, para baixar a nós, lá das alturas, o pacífico Rei, o prometido Messias, de nós tanto desejado, e que os profetas nos têm vaticinado».

Sai Manacés, entrando Adónias pela esquerda, admirado também.

«Que estranho caso! Tudo está desperto! Nem um pastor dêstes lugares dorme!...» e por aí adiante em exclamações de surpresa, até tomar a flauta, que tangerá até que chegue o claro dia e a cujo som Manacés entoava um cântico ao desejado Jesus.

Pastores cantam dentro:

Escuta nossos lamentos,
Sê piedoso ao povo amado
Manda-nos o desejado,
Manifesta o teu poder.

E Ruben, a Samuel: «Tu, que sabes melhor as escrituras, que és Rabi-Samuel, só tu podes entreter-nos».

Samuel — «... Nova alma; creio ter novos alentos.

«Neste instante recorro a altas venturas ao povo de Israel prometidas.

«O profético espírito me anima. Vou expor-vos tudo quanto o peito sente.

«O que nos há-de vir, tardar não pode. Cidade de Belém, de Deus cidade, tu lhe darás o berço às tuas portas; de ti há-de sair e virá ao mundo o de Israel dominador supremo.

«A paz virá com êle; a paz à terra.

«Oh! pastores! cantemos canções ternas; os Céus se abalem aos clamores nossos».

E cantam todos, entre outros, estes versos:

Até quando, ó Deus Eterno,
 Não nos negueis o favor,
 Que dos Céus nos venha o Justo,
 Baixe à terra o Salvador.

Ó doce memória,
 Memória saudosa;
 Se êle nos viesse,
 Que sorte ditosa!

Depois, dois pastores cantam alternadamente quadras diferentes:

Na lei prometida
 O Rei de Judá,
 Oh quanto nos tarda!
 Oh! quando virá?

A era de ferro
 Quando acabará?
 O sceptro dourado,
 Oh! quando virá?

A paz venturosa
 Quando nos trará
 O Rei dos Reis?
 Oh! quando virá?

O orvalho do céu
 Quando choverá?
 O Justo dos Justos,
 Oh! quando virá?

e outros ainda, ao fim das quais *fala* o trovão e um anjo surge de uma nuvem, que se rompe.

O anjo anuncia o nascimento, em Belém, de Cristo Salvador, um menino em presépio reclinado.

O côro canta:

Gloria in excelsis Deo.

intercalando cada uma das várias quadras cantadas pelos pastores:

Que dita, que glória,
Que prazer fecundo!
O Salvador nasceu,
O Senhor do Mundo.

Dentro em nossos peitos
O coração salta;
Para nossa ventura
Nada já nos falta.

Soa o trovão, o Anjo retira-se, e vários pastores, que se dirigem a Belém, vão aparecendo e dizendo suas falas, entremeadas de canções em louvor de Jesus e de Maria, sua mãe.

Oh! noite ditosa,
Tu és claro dia;
Aurora Maria
Um sol já nos deu.

Já fogem as sombras,
Se apartam do mundo,
Porque um sol fecundo
Em Belém nasceu.

E cai o pano, para subir depois para o terceiro acto, da *Adoração dos Pastores*, em que aparece S. José a trabalhar e a cantar, alternando com os pastores que entram pelo fundo.

*

*

*

Pastores:

Avante, pastores, avante,
Caminhemos, caminhemos,
Vamos levar ao menino
Os presentes que trazemos.

S. José:

Eu entro já na lapinha,
 Pois me não posso conter;
 Porque a sua formosura
 Me enche de gôsto e prazer.

Os pastores declinam cada um o que leva: *bicas* de manteiga, queijos frescos, mel, doces, frutas, rôlas e pombas, etc., etc., e, todos juntos, cantam:

Caminhemos, caminhemos,
 Com prazer, com alegria;
 Já o sol nasce na terra,
 A noite tornou-se em dia.

.....

Já Belém, já avistamos,
 Pouco tarda a lá chegar;
 Apressemos nossos passos,
 Não haja mais demorar.

S. José:

Vinde já, vinde depressa
 Á lapinha de Belém,
 A ver como o Deus Menino
 Nasceu para nosso bem.

Chegam todos ao presépio e, ajoelhando, cada um de catorze pastores canta em verso diferente a sua diversa oferenda:

Não achei que vos trazer
 Senão esta cabacinha;
 A enchi e vo-la ofereço,
 Traz excelente pinguinha.

Eu vos dou quatro queijinhos,
 Sejam de vós bem accites;
 Êles são muito fresquinhos,
 Foram esta tarde feitos.

Aceítai, meu Deus Menino,
 Êste rico coelhinho;
 Não tenho mais que vos dar,
 Mas êle é muito gordinho.

.....

Acabados os oferecimentos, dois pastores cantam alternadamente seis quadras, cada um em louvor do Deus Menino, seguidamente ao que se retiram, entrando em scena quatro pretinhos, tocando instrumentos vários, ao som dos quais cantam, em verdadeira linguagem de pretos:

Vamos ver a Reia Divina
 Que é nazida em Berém;
 Os banca o adorava,
 Os petinha vai também.

Ó que feza, ó que dita
 Paracati, paracatu;
 Viva Zozé e Maria
 E a Menina Zazu.

.....

e depois

Mi leva uns bolinhos de bacalau,
 Mi leva docinhos para dar á Menina Zazu.

etc., etc., etc., retirando-se da scena a tocar e a dançar.

*
* *

No quarto acto, da *Passagem dos Reis Magos* pelos domínios de Herodes, êste aparece sentado, tendo ao lado, de pé, o seu conselheiro Eleazar.

E diz uma longa fala de satisfação e de orgulho,

pela segurança de seu trono, firmado na protecção de César, quando lhe é anunciada a chegada aos seus Estados de três reis orientais que se dirigem a Belém, guiados por uma estrêla, para adorarem o recém-nascido rei dos Judeus.

Várias trocas de palavras até que os reis, autorizados a isso, entram cantando:

Oh feliz estrêla,
Oh astro dourado,
Que nos és mandada
Para nos guiar.

Gaspar — «Porque passamos por vossos Estados, julgamos do nosso dever render-vos vassalagem».

Herodes — «Aceito vossos cumprimentos. Dignai-vos tomar assento. Essa vossa vinda, reais viajantes, alguma coisa tem de extraordinário. Eu muito folgo de ver na minha côrte três príncipes orientais, se bem que me causa admiração vossa jornada. Dizei-me: vindes render vassalagem a um novo príncipe? Eu desejava me dissésseis vós por onde o soubestes».

Baltazar e Melchior, os outros dois reis, dizem como a estrêla lhes appareceu a revelar o nascimento do Justo, há muito anunciado pelos profetas e como já onze vezes o sol tinha nascido depois que se puseram a caminho, sem saberem uns dos outros.

Herodes — «Ide; examinai se sim, ou não, é já nascido e na volta vinde por aqui, pois também o quero ir adorar».

Os reis saem e

Herodes — «Coitados! Cá vos espero e me pagareis com as cabeças o atrevimento e também o vosso adorado reizinho por certo que não escapará ao meu furor,

porque a adoração que lhe hei-de dar, há-de ser o tingir as minhas mãos até aos cotovelos em seu sangue »!

Cai o pano.

*
* *
*

Quinto acto: *Adoração dos Reis Magos, apresentação do menino Jesus no Templo e fugida para o Egito.*

S. José a trabalhar, e os reis, entrando, cantam o

Oh feliz estrêla, etc.

aparecendo esta ao alto em frente.

E S. José:

Vinde, vinde, Santos Reis,
Vinde com vossas ofertas,
Pois que para vós estão
As portas do céu abertas.

Entrando os reis — Gaspar, Melchior e Baltazar, — êste, em hilariante português de preto, como autêntico rei da Etiópia, ia dizendo suas exclamações de entusiasmo, terminadas, em cada um, pelo

Oh feliz estrêla, etc.

a que S. José atalhava com uma outra quadra, como

Vinde, vinde, Santos Reis,
Adorar o Deus Menino,
Despido de amor profano
E cheio de amor divino.

Todos cantam, até que, depois de S. José,

Vinde, vinde, Santos Reis,
À lapinha de Belém,
A ver como o Deus menino
Nasceu para nosso bem.

os Reis chegam ao presépio, ajoelham com as suas comitivas e fazem cada qual a sua oferta: o incenso, a mirra e o ouro, com palavras de adoração.

Gaspar — «Pôsto em rude presépio, sem grandeza, em vós a divindade reconheço. Reconheço êsse Deus onipotente que dirige o mar e a terra e sôbre os astros tem alto assento . . .». (e oferece o incenso).

Baltazar — «Aqui zazendo entre animais agrestes, por trono tendes dura presepe. Mi vos adora; creio mesma que as maquina do mundo vos complende. Sois reia eterna . . .». (e oferece o ouro).

Melchior — «Deus verdadeiro e homem verdadeiro eu vos creio e vos adoro humildamente como Deus imortal, e mortal como homem. A fé se vos representa em minha alma . . .». (e oferece a mirra).

Cantam mais uns versos, dizem mais umas falas, após o que, levantando-se para se retirarem, se vê o brilho de um relâmpago seguido de trovão, aparecendo um anjo, que, solícito, avisa:

.....

A Herodes não voltareis,
Tomai caminho diverso,
É rei cruel, é tirano,
É ímpio, infiel e perverso.

E os reis retiram cantando, ao mesmo tempo que dois pastorinhos, olhando para o Menino, o adoram.

1.º Pastor — Que lindo menino! Na verdade excede em formosura os limites da natureza! É o mais precioso menino que tem aparecido entre os filhos dos homens.

2.º Pastor — Acreditai, porém, que dos homens é filho. Eis ali seu pai! (apontando para S. José).

S. José — «Cegos homens que tão iludidos andais ainda sôbre a terra. ! Bem conheço que de balde me chamais pai dêsse menino! Êsse pequenino infante, em tanto abatimento em que aqui o vêdes, é o Rei dos Céus e da Terra: é aquele em presença de quem o poder das trevas curva o seu joelho. É o vosso Deus; adorai-o!».

Os pastores ajoelham e cantam:

Aqui, humilhados,
 Senhor, vos pedimos
 Perdão dos pecados
 Com que delinqüimos.

Ouvi nossos rogos,
 Amante Senhor;
 Dai-nos vossa bênção
 Pelo vosso amor.

Depois do que saem, entrando o velho Semião.

Quarenta dias depois do nascimento, foi o Menino levado por seus pais ao templo de Jerusalém, para o oferecerem ao Senhor, quando lhes appareceu ali o velho Semião, que há muito suspirava pela vinda do salvador.

Semião — « Bemdito e louvado seiais por todos os séculos, meu Infante pequenino e imenso Deus. A vossa vinda ao mundo veio suspender a corrente de lágrimas que dos meus olhos de dia e de noite manavam e ao mesmo tempo aliviar meu coração da cruel saúde que tornava amargurados todos os dias da minha vida

.....
 « Já o vosso servo morre em paz, porque vi com os meus próprios olhos o meu Salvador, que preparaste

ante a face dos povos, luz de revelação para as gentes e glória para o povo de Israel.

(*Voltado para o povo, tomando o menino nos braços*): Eis aqui êste Menino, ; que há-de ser a ruína e salvação de muitos em Israel! ».

(*Voltado para a Senhora*): Recebei, Virgem Santíssima, êste Menino, e com êle uma espada de dôr, que há de trespassar o seu e vosso coração. Dura perseguição vai a sofrer dos homens; em breve o vereis! »

Semião retira-se, vê-se o relâmpago, ouvê-se o trovão e aparece um anjo, que, lesto, avisa :

« José: o que te digo é que fujas já com o Menino e a Senhora para o Egito, porque Herodes busca tirar-lhe a vida ».

S. José — «
 Desumano Herodes, contra quem te enfureces? Que temes dêste recém-nascido? Não temas que êste inocente menino queira cingir tua coroa e empunhar o teu sceptro. O seu reino não é dêste mundo.
 » e, tomando a ferramenta, põe a Senhora na burrinha e, com o anjo adiante, fogem para o Egito.

*

* * *

Ao correr o pano para o sexto acto, o mais importante, o mais extenso e de maiores sensações — a *De-golação dos Inocentes e a morte do tirano*, - - aparece Herodes, importante e terrível.

Herodes — ; Ainda não chegaram os reis do Oriente ?

Não; não há notícias; porém, o postilhão que chega com o officio, anuncia terem já passado os Reis.

Herodes confrange-se e ordena que sejam chamados os doutores da lei, para inquirir se sim, ou não, é chegado o tempo do futuro libertador, prometido nas escrituras.

Os três doutores confirmam que as escrituras devem ter sido cumpridas, o que irrita Herodes, duvidoso sempre de que um novo e tão alto poder se levante e duvidoso de que algum proveito possam tirar de tal passo aqueles Reis que junto do recém-nascido se foram humilhar.

Herodes — Os males crescem; os perigos redobram; um decreto vou dar em que mando matar todos os meninos de dois anos para baixo, visto não saber quem é o pretendido rei.

Eleazar — Real Senhor: essa medida que tomais é cruel. A execução dêsse decreto vai voltar contra vós o ânimo dos vossos vassallos e cada vez põe mais em risco o vosso trono. O receio que tendes dêsse menino é sem fundamento. Sabei que êsse pequeno infante é o prometido Messias e que não vem a tirar o reino dos mortais aquelle que dá o reino dos céus.

Mais se irrita Herodes, que faz ir à sua presença um dos seus generais com tropas a quem ordena que corram a Belém e matem todos os meninos de dois anos para baixo, para sua vingança.

Partem e entretanto:

Eleazar — ... Eu já disse, Real Senhor, e torno a

repetir, que os receios que tendes da parte dêsse Menino são infundados e que os decretos de um homem contra um Deus de nada valem. Sim, Senhor. Ou êsse Menino é um infante ordinário, como qualquer outro, ou êle é o Deus do Céu, como creio, e então baldadas são tôdas as vossas tentativas contra êle.

E, saindo Eleazar, entra, espavorida, Raquel, mãe a quem fôra morto o filho.

Raquel — Que casa é esta? Quem é seu dono? Que destinos me conduziram aqui? Oh! infeliz destino! Oh! desgraça minha! Que mal receavas, bárbaro Herodes e tirano rei, do meu tenro e caro filho, para que tão cruelmente lhe mandasses tirar a vida com o fio de aguda espada?

Oh! desconsolada mãe.

Ah! faltam-te as minhas súplicas? Eu as faço (cai de joelhos). Meu Deus e Senhor, todo poderoso: aqui tendes a vossos pés uma desconsolada e aflita mãe, que acaba de ver exalar a vida a seu tenro e caro filho (e levantando-se, com arrogância):

Treme, verdugo rei, que um dia espero, pelo poder de Deus vivo e Senhor dos Céus, ver-me desafrontada do bárbaro assassinio que ousaste cometer (e sai gritando): Meu filho! Meu caro filho!

Entre Herodes e o general trava-se vivo diálogo em que êste dá conta da inutilidade das suas diligências, por ter fugido para o Egito o Menino que procurava.

General — Cada vez crescem mais as vossas aflições.

Pois, se até aqui receáveis um menino, agora podeis recear tôda Belém. Todos os seus habitantes clamam serdes vós o rei mais ímpio, mais bárbaro, mais cruel, mais tirano que até ao presente se tem visto. Os tristes lamentos das mães, o sangue de cento e quarenta e quatro mil inocentes clamam ao céu vingança. Muito me pesa ter sido eu o executor da tamanha crueldade. Vereis a resposta do Governador de Belém (retira-se com a tropa).

Entre exclamações de desânimo de Herodes e outras dos que o cercam, chega o postilhão com officio de Belém.

Eleazar (lendo) — *Serviço Nacional Real* — *A El-Rei Herodes* — Participo a Vossa Majestade que, segundo as ordens que me foram transmitidas, mandei juntar nesta praça todos os infantes de dois anos e menores dessa idade, os quais, arrancados dos braços das lastimosas mães, fiz violentamente degolar, que chegaram ao número de 144.000. Sou, porém, informado e com a maior exactidão, que um há pouco nascido e procurado e adorado pelos pastores de Judá, e por três que se diziam pastores do Oriente, se escapara às seguras trevas da noite com sua mãe para o Egito. — Viva Vossa Majestade muitos anos. — O Governador.

Herodes diz ver perdidas todas as suas esperanças.

Eleazar — Real Senhor: os vossos muitos crimes e maldades têm desafiado a ira dos Céus contra vós. Tendes vivido como um ímpio. A vossa morte vai

ser péssima. Temo já ser vosso conselheiro e estar muito perto do vosso trono. Receio ser vítima de alguma desgraça.

Ouvem-se dentro trovões acompanhados de relâmpagos, que fazem surpreender Herodes e dizer aos que o cercam que é chegada a Justiça de Deus, a contas com os seus crimes.

Herodes — Às armas! Às armas! (relâmpagos e trovões).

Eleazar — Real Senhor, por quem chamais? Vêde que são os destinos da Divina Providência.

Herodes — ¿ Pois aqueles estrondos não são as artilharias grossas do meu exército ?

Eleazar — Deixai-vos de tanta louquice; não vos importeis com coisas que já vos não pertencem.

Herodes — Às armas! Às armas! Tum! Tum! Agora creio que o meu fim é certo. Todos me desamparam.

Ai! Ai! Ai! (morre).

Com o último suspiro de Herodes, Eleazar, tomando-lhe o pulso, exclama:

«Desgraçado monarca! O grande apêgo que tinha às grandezas do mundo o fêz surdo às vozes do Céu.

Desprezou tudo quanto o podia guiar à verdadeira felicidade eterna; cometeu barbaridades, só para se conservar no trono; por fim a morte mais péssima o veio arrancar dêle.

Seu corpo com todas as suas grandezas desceu ao

pó da terra, de onde tinha sido formado: sua alma foi sepultada no inferno.

É êste o fim dos malvados!»

Sôbre tal fala cai o pano, que definitivamente se corre sôbre uma das mais interessantes representações dos primeiros episódios da vida de Jesus, que ao mundo viera para redimir a humanidade.

As suas raízes enterram-se na mais velha antiguidade das crenças cristãs, vindo de século a século, até agora, a comover, a dominar, a subjugar quantas gerações têm contritamente ajoelhado perante as doutrinas que, do presépio de Belém à tragédia do Calvário, a Igreja depois concatenou e guardou.

Depois do Natal, os Reis Magos, cujo culto se fixou também na alma nacional, tendo, conjuntamente com êle, lugar marcado nos velhos autos e na generalizada devoção, meio religiosa, meio pagã, com que por todo o país são venerados e cantados.

É que, na verdade, o Mistério religioso, pelo seu misticismo, pelo seu encanto, pelo seu amor, tem sido em todo o tempo uma fonte inexaurível de assunto e de inspiração, que já vem, simples e ingénuo, desde o alvorecer, em Gil Vicente, até ao *Suave Milagre* (1), opulento de cenário e de luzes, que o Teatro de D. Maria — hoje Teatro Nacional de Almeida Garrett — representou em 1901.

As representações dos Autos do Nascimento faziam-se

(1) *Suave Milagre*. Mistério por Conde de Arnoso e Alberto de Oliveira.

em cabanas de qualquer eira de lavoura, das típicas cabanas das eiras minhotas, com os trajos próprios das eras a que se referiam, fornecidos e vestidos pelos armadores dos arredores, ou de Braga, acompanhados de música de flautas, pandeiros, castanholas, ferrinhos, etc., a mesma música pastoril das Calhandras.

Já pouco se fazem hoje os Autos do Nascimento, o que não admira, pelas conseqüências bem pouco edificantes e bem pouco de entusiasmar que às vezes se produziam. Ainda da última vez que se realizaram no nosso tempo, em Valdozende, armou-se tal desordem entre o público e os figurantes, que o Herodes e os Reis Magos se viram em sérios riscos, havendo ferimentos vários. De resto, é isto bem vulgar nos grandes ajuntamentos do Minho, sejam representações, ou romarias.

Os Autos tinham sua exhibição certa nos dias de Natal, de Ano Bom, e de Reis, e em algum outro mais, se isso era do aprazimento geral.

AS DOMINGAS DA QUARESMA

Também entre nós se representaram, mais ou menos ao vivo, os dramas da vida e paixão de Cristo que tanto têm impressionado desde sempre as mais fervorosas gerações de crentes, representações a que em tempos idos deram o seu contingente alguns dos povos da serra do Gerez, onde ainda na quaresma de 1905 as presencéamos na igreja de Vilar da Veiga.

A serra é ainda a parte da população portuguesa onde mais se radicou o tradicionalismo dos usos sociais, religiosos e outros e aquela que mais tem resistido às infiltrações de novos costumes, mantendo-se agarrada às heranças velhas com um apêgo sobremaneira notável, mau grado o livre espírito que lentamente lhe vem quebrando a pureza e a ingenuidade da fé: dá-se ainda agora, como sempre se deu, de alma e coração, aos actos e às práticas do divino culto, com que se apregoa, embora às vezes se esqueça, o amor do próximo e com que se conquista a bemaventurança.

O recolhimento íntimo e a oração, são, seguramente, meios excelentes de comunicar com Deus e ganhar o ceu, mas a materialização e a exteriorização de certos actos têm uma radicação mais profunda no espírito dos praticantes e dos assistentes, sendo por isso talvez, que a representação, mais ou menos teatralizada, merece particular aprêço, por isso sendo também que

as manifestações do culto externo, a que se ligam ruidosas festas e romarias, têm na serra um marcado lugar de preferência.

Eram mais modestas nos povos do Gerez as celebrações da vida de Cristo, do que o são ainda agora as afamadas funções de Oberammergau, na Baviera, em teatro ao ar livre, velhas de mais de duzentos anos, em cujos espetáculos, realizados de dez em dez anos, tomam parte centenas de comparsas e a que acorrem muitos milhares de espectadores (1).

Em 1663, em ocasião de grande peste, prometeram os habitantes de Oberammergau representar de dez em dez anos um *Mistério* que representasse a Paixão de Cristo e, como a peste cessasse breve, a promessa tem sido religiosamente cumprida.

O drama, que tem oito actos e vinte e três quadros, metendo em algumas scenas mais de quinhentas pessoas, representa-se todos os domingos, de Junho ao fim de Setembro, e dura das oito e meia da manhã às seis da tarde com um intervalo de hora e meia.

Não cremos que entre nós seja a mesma, ou parecida, a origem destas celebrações, vista a sua generalização, igual à dos Autos do Nascimento, representados em vários pontos do país (2).

De mais recente data do que as da Baviera e já em

(1) Na *Ilustração Portuguesa*, n.º 501, de 27 de Setembro de 1915, vêm minuciosamente descritas as representações do *Drama da Paixão em Oberammergau*, num belo artigo, com gravuras de Afonso Gaio.

Vêr também *Encyclopedia das Familias* n.º 244, de 1907.

(2) Antero de Figueiredo in *Jornadas em Portugal* (Lisboa, 1918) descreve *A muito dolorosa Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo* a que assistiu na aldeia de Duas Igrejas, em Terras de Mi-

nossos dias, organizou em 1904 o abade Petit, pároco de Nancy, grandes representações da Paixão de Cristo, à imitação daquelas, as quais repetiu depois com todo o êxito em 914 (2).

randa, e em que apenas tomavam parte os homens daquele povo sertanejo.

(2) Em *L'Illustration* n.º 3706, de 7 de Março, e 3710, de 4 de Abril de 1914, vêm descritas as representações religiosas de Nancy.

No mesmo teatro, que comporta em scena mais de trezentas figuras, se representaram em 1911 as scenas bíblicas, desde o Paraíso à Terra da Promissão. A criação da luz, a tentação de Eva, o crime de Caim, o sacrificio de Abraão, as questões de Isaac e de Jacob, a proclamação da Lei no monte Sinai e outros, são quadros impressionantes (*L'Illustration* — n.º 3569, de 22 de Julho de 1911). Há ainda a registar a nova tentativa realizada com êxito em Auxerre na quaresma de 1926. — V. *L'Illustration* n.º 4341, de 15 de Maio de 1926.

Na Quinta e Sesta-feira Santa dêste ano (14 e 15 de Abril de 1927) resolveram todos os artistas teatrais de Lisboa representar no Coliseu dos Recreios a peça bíblica em 3 actos e 16 quadros a *Vida de Cristo*, original dos actores Duarte Costa, Jorge Grave, José Azambuja e Salvador Costa, em beneficio do cofre da sua associação. Eram os seguintes quadros:

1.º acto — 1.º quadro — *O Presépio*; 2.º — *O menino entre os doutores*; 3.º — *O Baptismo de Jesus*; 4.º — *Samaritana*; 5.º — *Jesus em Jerusalém*; 2.º acto — 6.º quadro — *Expulsão dos vendilhões*; 7.º — *Traição de Judas*; 8.º — *A ceia dos apóstolos*; — 9.º — *Prisão de Jesus*; 10.º — *Judas e o Remorso*; — 3.º acto — 11.º quadro — *Pilatos*; 12.º — *Jesus, Rei dos Judeus*; 13.º *Via Dolorosa*; 14.º — *O Calvário*; 15.º — *A Ressureição*; 16.º — *Ascenção* (apoteose).

Tomaram parte artistas de todos os teatros, — mais de trezentas figuras em scena — que naquelas noites não deram espectáculo, sendo distribuídos entre outros os seguintes papeis:

Um Prólogo, por Chaby Pinheiro; Adelina Abranches na *Verónica*; Berta de Bivar na *Lia*; Brunilde Judice na *Maria Madalena*; Ilda Stichini na *Samaritana*; Izilda de Vasconcelos, no de

A ignorância e a modéstia das povoações serranas é que não poderia aspirar a exhibições tão aparatosas, contentando-se com a sciência e a arte dos seus pobres armadores, mais à altura do público a que tinham de satisfazer.

E então bastava-lhes uma ponta da igreja, a capela mór, onde se armava o estrado para a movimentação das figuras que deviam representar as scenas diversas, que o padre do púlpito ia explicando aos fieis.

Há muito que o prelado de Braga havia proibido as domingas da quaresma, o que não impediu que ainda em 1905 o abade de Vilar da Veiga, transigindo com os pedidos dos seus paroquianos, as fizesse na sua igreja, tendo nós nesse ano assistido a algumas delas, em que não houve, porém, nenhum figurante vivo.

Também noutros tempos, quando permitidas, se faziam na freguesia de Carvalheira, por uma forma que deveria ser comum a tôdas as outras, pelo que no Vilar observámos.

Cláudia; Lucília Simões na Virgem Maria; Luisa Satanela na Ida; Maria Judice da Costa na Maria Salomé; Maria Santos na Maria Cleofas; Sofia Santos, mulher do povo; Alexandre de Azevedo no Jesus Cristo; Alves da Cunha no Judas; Silvestre Alegrim, Estevam Amarante, João Silva e Santos Carvalho nos soldados Romanos; António Sacramento no Pilatos; António Silva no S. José; Alvaro de Almeida no Longuinhos; Augusto Machado no Anaç; Carlos Santos no Moab; Erico Braga no Caifaç; Leopoldo Froes no S. João Baptista; Nascimento Fernandes no Barrabás; Raul de Carvalho no Circo Priscos. Além dêstes espectáculos, representaram se durante a semana e exhibiram-se em cinemas de Lisboa e Pôrto diversas peças e films da Vida de Cristo, denotando na oportunidade da ocasião escolhida, uma acentuada predilecção pelos assuntos religiosos.

A descrição das endoenças na Carvalheira, que se segue, é reproduzida da *Terra Portuguesa*, n.º 3 — 1.º ano, de Abril de 1916, e transcrevêmo-la aqui, apesar-de não ser por nós assinada, porque ela foi extraída quasi palavra por palavra de um dos nossos cadernos de notas que em tempos facultamos ao autor do artigo onde ela foi enxertada e que, certamente por lapso, se esqueceu de indicar a origem onde tinha obtido aquelas indicações (1).

É como segue:

«Há dez anos (2) ainda, na freguesia de S. Paio da Carvalheira, do concelho de Terras de Bouro (falidas da Serra do Gerez), faziam-se as cerimónias da Vida de Cristo, com padres chamados de diversas outras freguesias. Iam para ali armadores, para a decoração da igreja e direcção dos Passos. Os padres e mais pessoal hospedavam-se na casa da freguesia, comendo todos juntos e sendo as despesas pagas pela comissão nomeada em cada ano.

«Representavam-se os Passos durante a-quaresma, em cada um dos seis domingos (as domingas); ou representavam-se todos em só duas noites — as de Quinta e Sexta-feira Santa.

«No púlpito, o padre, pregando, ia descrevendo as

(1) Prestamos aqui mais uma vez homenagem à memória do nosso velho Baltazar, honrado guarda florestal e dedicadíssimo companheiro, que na sua Carvalheira tantas vezes fez, nos seus tempos, o papel de Centurião, e que tão bons serões nos proporcionou nas infinitas noites de inverno na serra, com as suas curiosas narrativas.

(2) Não há dez anos: há muito mais; o engano do articulista veio de a fôlha das nossas notas que lhe emprestámos ter a data de 15 de Dezembro de 1911, em que as recolhemos do velho Baltazar.

scenas; e no altar mór, armado em tablado, o armador ia movimentando as figuras de palha e máscaras, na interpretação dessas mesmas scenas ou dirigindo as figuras vivas, tudo em conformidade com a descrição do prègador:

«a) 1.º Passo — *A Ceia*. Corrido o pano, doze indivíduos, vestidos de alvas e casulas de padre, apareciam sentados a uma mesa, figurando os doze apóstolos. O Cristo que se via era de escultura. Caía o pano.

«b) 2.º Passo — *O Cristo em oração*. O Cristo, segundo dizia o prègador, ficava em oração e mandava descançar Pedro, João e Tiago que, por fim adormeciam. O Cristo era sempre a mesma figura esculpida, e só as outras figuras eram vivas. Aparecia então um anjo com o cálix. Êste anjo era uma figura de madeira, que, por meio de cordas, descia do tecto, vindo poisar junto do Cristo. Êste bebia, e o anjo subia novamente. Caía o pano.

«c) 3.º Passo — *Prisão*. Estavam os mesmos e aparecia Malco, com uma lanterna, a alumiar Judas. Êste, observando em redor, dava o ósculo. S. Pedro acordava e cortava a orelha a Malco. Após o ósculo que Judas dava a Cristo, apareciam os judeus, que o prendiam a uma coluna e o açoitavam. Caía o pano.

«d) 4.º Passo — *Cruz às costas*. Apareciam os judeus, que punham a Cristo a cruz às costas. Nessa altura Pilatos, vinha à varanda. Lia-se a sentença. Pilatos lavaŕa as mãos, (poucos se prestavam ao papel

de Pilatos, e os que apareciam eram bem pagos, recebendo um pinto (480 réis), e uma raza (20 litros de feijão). Caía o pano.

e) 5.º Passo — *A Caminho do Calvário*. Dava-se o encontro de Nossa Senhora com o filho, que depois acompanhava. Mais adiante, ou momentos depois, aparecia a Verónica, que fazia (cantava) umas lamentações. Ainda no caminho, quer dizer, a seguir, aparecia a Madalena, que fazia também umas lamentações ao Cristo. Após esta scena Jesus era pregado na Cruz. Caía o pano.

«A não se terem realizado domingos, mas todos os cinco anteriores passos na Quinta-feira Santa, terminavam aqui, nessa noite, as cerimónias religiosas.

«f) 6.º Passo — *A morte*. Na sexta feira, ao correr do pano, aparecia o Cristo, guardado por um centurião, e Pilatos a uma varanda armada ao lado, fora do palco. Havia novo sermão. Vinham depois os profetas com as escadas para descerem o Cristo da Cruz, ao que o centurião se opunha. Os profetas iam buscar ordem de Pilatos, que entregavam ao centurião. Este rasgava-a e obrigava-os a sair da igreja. Novamente procuravam uma ordem escrita, e entretanto o pregador, erguido no púlpito, clamava: — Rende-te, centurião!

«Chegavam os profetas com nova ordem. O centurião lia-a, guardava-a e dizia: «Agora conheço que o meu coração estava tardo e estulto, em consequência de não ter acreditado no que os santos profetas anun-

ciaram. Êste que arvorado se achava na cruz, e a quem eu fazia sentinela, era aquele enviado de Deus, prometido a Adão e à sua posteridade, para, com o seu sangue, remir o género humano; era aquele a quem os Magos, homens instruídos no estudo da astronomia anunciaram; era aquele a quem Simião, homem justo das luzes das nações e glórias de Israel profetizava; era, finalmente, o Deus de Abraão, Jacob e Isaac, filho de Deus vivo. Prostradô, pois, por terra, com ânimo de auxiliar os santos profetas José de Arimathea e Nicodemos, numa obra tão generosa e piedosa, celebrei com lágrimas e gemidos, soluços e suspiros, estas santas exéquias, pedindo a Deus perdão das minhas culpas, pela sua infinita misericórdia. Disse».

«Em seguida, fazia-se o descimento da cruz e, depois, o entêrro, caíndo o pano.

«Estas scenas eram acompanhadas por alaridos e lágrimas do povo.

«No domingo de Páscoa, fazia-se a scena da Ressureição, terminando aí esta espécie de celebrações» (1).

(1) Interessante para ler-se o artigo *Costumes Religiosos Populares* — Os antigos *Autos e Procissões* — publicado no número do Natal de 1916 da *Terra Portuguesa*, por A. J. Anselmo.

TERMOS, DITADOS E CRENDICES POPULARES

Na noite do natal usam vir à meia noite à porta da rua com uma acha acesa, tirada do lume e, levantando-a ao alto, vêr para que lado o vento leva a chama e o fumo.

Conforme fôr êsse rumo, assim no ano seguinte predominará o tempo influenciado dêsse quadrante.

Dizem: ficaram, ou temos as têmporas do norte, ou do sul, etc., ou fica-nos o tempo do norte, ou sul.

Se é do norte — ano frio: nem mata nem cria; do sul: tempo quente; do nascente: chuva de repente (chuvoso, chuva quente); do poente: invernos, chuva fria.

Também usam à mesma hora ir às cortes verificar para que lado estão virados os bovinos que estiverem deitados e, conforme a cabeça estiver voltada para o norte, sul, nascente, ou poente, assim o ano futuro correrá.

Há ainda outra crença: se na lua de Janeiro houver trovões, quem ficará governando para o resto do ano será o lado de onde da primeira vez *rugir o trovão*, ficando prejudicada a indicação das têmporas, se não houver concordância com ela.

Isto tudo só regula até ao Espírito Santo (Maio-Junho): daí até ao fim do ano forma-se da mesma maneira o vaticínio naquele dia.

Ano de nevão, ano de pão.

Janeiro, gieiro, não deve molhar o rabo ao gato.

Fevereiro, febras de neve e não de messe.

Vai-te Fevereirozinho curto, que me deixaste os meus bezerros todos oito...

Lá virá o meu irmão Março, que dos oito fará quatro e ainda meu primo Abril, que levará os couros a curtir.

Março — pelarço (quer dizer que não se devem deixar os abafos, nem tosquiar animais).

Março — onde quer eu pasto (o gado): indicação de que começam a aparecer as pastagens.

Abril, abre a porta e deixa-me ir (ao gado para a serra onde já encontra com que se fartar).

Maio — louro, coberto de ouro. Há-de beber o boi no rêgo (da lavoura).

Ruim é o Maio, que não rompe uma crôssa.

Junho amoroso faz o ano formoso.

Em Agôsto queimam-se os montes.

Em Setembro secam as fontes.

Em Outubro secam fontes e tudo.

Em Outubro colhe tudo, verde ou maduro.

Quando o Cabril tem touca, temos chuva muita ou pouca (o Cabril é um monte num dos contrafortes da encosta poente da garganta de Leonte, com 1235 metros de altitude).

Névoa na Curvaceira, chuva na eira (Curvaceira é um monte ao lado da Calcedónia — Ditado de Covide).

Nevoeiro na serra, chuva na terra.

Os feijões para *darem* bem devem ser semiados na primeira sexta feira de Março.

Só são bons, ou são melhores para *botar*, ou *deitar*,

os ovos da postura depois da Páscoa, porque já são *caruais*.

Com o uso das águas termais do Gerez é preciso resguardar dos três SS: sol, sereno e... saias.

Abalou-se; deu-se de perda; teve uma abaladura — é o mesmo que — abortou; teve um abôrto.

Cobrir (uma fêmea) — cultivar. — Uma vaca está, ou foi coberta, diz-se, está ou foi *cultivada*.

Tourar — levar a vaca ao touro, a cobrir. Cobrir o touro uma vaca.

Ditado agrícola da região: carvalho no carro; castanheiro na mão. (Refere-se às condições de êxito provável na transplantação destas árvores).

Desapôr os bois — tirar os bois (do carro ou do arado, etc.).

Acovilhar — guardar para si; agasalhar. Ouvimos uma vez a seguinte resposta: «Não vende pintos, porque não tem galinhas e quere-os *acovilhar*».

Alvarinho-Brinho — carvalho branco (*Quercus pedunculata*).

Bocanho — lápso de bom tempo em dia de chuva; aberta de sol em dia nublado, ou chuvoso.

Buzanheira — abertura ou canal na parte inferior de represa ou açude, para dar esgôto às águas.

Cajueira — nevoeiro leve.

Cócão — espaço de Serra, às vezes de muito grande extensão, fechado por obstáculos naturais (rio ou ravina profunda, montanha inacessível, etc.) permitindo apenas uma entrada, tapada a qual os gados, uma vez ali lançados, não mais podem sair. Utilizam-se os cães para os gados *ao feirio*, abandonando-os aí os

donos meses seguidos até os irem buscar, ou de tempos a tempos vê-los.

Canhota — touça ou cêpa de urze, volumosa.

Coládo — garganta entre dois montes.

Covilhão — espécie de urze (*Erica cinerea*, Lin.).

Croça — capa de palha para abrigo da chuva, a que em outras regiões se chama *palhoça* ou *coroça*.

Dormo — peça curva de madeira que cinje o boi pela barbêla, prendendo-o ao jugo.

Derreada — espécie de urze de que se fabrica carvão (*Erica arborea*, Lin.).

Estivada — preparação das terras depois das sêgadas do centeio para as sementeiras do milho.

Folhaco — bractea ampla, espécie do fôlha modificada, que envolve a espiga do milho, servindo para colchoaria. O mesmo que carpela, camisa, etc.

Gado — designação genérica dos bovinos.

Gávedo — qualquer vaso ou recipiente para sólidos, ou líquidos.

Faveca — vagem de feijão verde.

Gaseiro — que vende gás (petróleo).

Juiça — cruzeta de madeira rija que se coloca na parte interna dos cortiços das abelhas, para as obreiras fixarem os favos.

Mariólas — pedras pequenas e outros sinais colocados sôbre outras maiores, que as tornem visíveis e servem para indicar aos pastores os caminhos quando tapados pela neve, ou marcar outros pontos de passagem em sítios onde não haja caminho aberto.

Meia-lua — cada uma das chapas de ferro semi-circulares, cravadas nas rodas do carro rural, para consolidarem as cambas.

Moscadouros — certos colados que no verão os ga-

gados procuram à hora do calor para se refrescarem e evitarem a perseguição e picadas das môscas. Em regra, sítios elevados onde corre sempre alguma viração.

Poios — cabeços elevados.

Pádreiro — O mesmo que bordo (*acer*).

Pisco — gado vácuo de raça barroã.

Rês — designação de gado cábrum.

Síbico — pequena porção. (Um síbico — um bocadinho).

Silhadoiro — pedra sôbre que assenta o cortiço das abelhas.

S Miguel — nome genérico que se dá às colheitas do Outono, principalmente à do milho. (Recolher o S. Miguel — recolher o milho).

Soberano — cria bovina depois de desmamada (3 a 4 meses).

Tomada — porção de monte, conservando ordinariamente o mato, vedado por muro de pedra ou ramos de árvores. (De *tomar*, apropriando-se cada qual em outros tempos, da parte de baldio que lhe convinha?).

Torgainha — urze de que se faz carvão. (*Erica mediterranea*, Lin.).

Vêgueiro — o mesmo que burro (na pronúncia minhota diz-se vulgarmente, por corrupção, *bêgueiro*).

Vendiço — Corrupção de adventício.

Alguns dêstes termos foram já recolhidos nas últimas edições do dicionário da língua portuguesa, do sr. Dr. Cândido de Figueiredo, não o tendo sido antes em qualquer outro. Não quizemos porém, a-pesar disso, deixar de os registar aqui, não só porque já anotara-

mos alguns dêles na *Portugália*, como também por os julgarmos privativos do Gerez, acrescentando-lhes outros mais ali recolhidos por um dos nossos sucessores, o nosso colega Guilherme Felgueiras, e por êle publicados em vários numeros da *Gazeta das Aldeias* de 1920 e 1921.

HISTÓRIA

UMA LENDA. NOTAS ARQUEOLÓGICAS.
DATAS E FACTOS HISTÓRICOS

A CASA DA FREIRA

Tem todos os visos de verdade aquella história de amor aventureiro da freira fugitiva do Pôrto, que à sombra e aos murmúrios das árvores e das águas do Gerez se recolhera com o amante e que a tradição guardou com encanto até agora.

Na verdade, assim o confirmam as notas que o próprio punho de Camilo Castelo Branco escreveu à margem do seu exemplar da *Crónica de Cister*, por Fr. Bernardo de Brito, edição de 1602, que pertencera ao mosteiro de S. Bento da Avè Maria, do Pôrto, e por onde as noviças faziam as suas leituras durante as refeições.

Nessas notas dizia Camilo que haveria então (1865) uns oitenta anos que uma freira fugida do convento se refugiara na serra do Gerez com o amante, indo ambos depois para Roma impetrar do papa licença para se casarem, o que com o tempo vieram a conseguir.

Tiveram filhos, e em Roma todos se ficaram, não impedindo, porém, êsses laços de amor e de sangue que o descaróavel amante os abandonasse e à mãe, que por um irreflectido, ou impulsivo arrebatamento de paixão, rompera a clausura na forma em que o fêz.

Como à freira de Beja, o amor foi para esta desventurada o grande calvário da vida.

A todos valeu a protecção do papa Ganganelli, que

educou os filhos da freira na vida clérical e lhes deu bom arrumo na vida.

Não dizem as notas de Camilo, nem o diz a tradição, os nomes dos dois heróis desta aventura, indicando apenas aquelas que a freira era tia de um professor do liceu do Pôrto na data em que êle as escreveu e esta que êle seria um castelhano; mas parece não ser, talvez, difícil reconstituir o drama em tôdas as suas prováveis minudências, seguindo o rasto que deixam bem aberto as alusões do romancista (1).

No nosso livro *Serra do Gerez* (Pôrto, 1909), referindo o caso dos amourosos foragidos, dávamo-lo como andando na tradição e reproduzíamos um soneto que se dizia a êle referente.

Êsse soneto teve a sua origem no seguinte:

Publicado aquele nosso livro, o falecido e sábio arqueólogo e professor, filho amantíssimo da serra, Padre Martins Capela, fêz-lhe várias anotações e referências em artigo publicado na revista católica *Estudos Sociais*, de Coimbra, no número de Junho de 1910 e, aludindo ao caso de lá se dizer que a lápide onde o soneto está gravado fôra encontrada por uns pastores de Vilar da Veiga e levada depois para o Bom Jesus de Braga, diz o seguinte:

«Há nisto um equívoco. A lápide, que ainda há poucos anos vi no Bom Jesus, nunca esteve no Gerez.

(1) As interessantes notas vêm reproduzidas no livro *Camilo*, 16 de Março, 1825-1925, comemorativo do centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, editado pela Comissão, a páginas 57 e 58, em artigo que o seu autor, o sr. J. M. Cordeiro de Sousa, teve a amabilidade de nos comunicar e para o qual remetemos o leitor.

«O soneto foi composto por um professor de retórica, dr. Jerónimo, aqui de Braga, e mandado insculpir por uma roda de literatos românticos, com intenção de o irem lá colocar na tal cova ou quinta do Castelhana, o que, aliás, não realizaram. Isto tenho de uma testemunha contemporânea, digna de todo o crédito. Quanto à lenda, se algum fundo tinha de verdade, é presumível fôsse ampliada, por amor da arte, na mão dos românticos da época, que de muito menos faziam cousas bem maiores».

*

* *

Também Albano Belino, publicando o soneto no seu livro das *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguezias ruraes* (Pôrto, 1895), diz que a pedra fôra encontrada em 1844 ao abandôno, atrás da Igreja do Bom Jesus e que *êle (o soneto) alude a um facto histórico acontecido na serra do Gerez*, facto que, aliás, não explica.

A Casa da Freira, de que hoje não há restos, nem memória firme de situação, parece ter sido no local designado por Zanganho, antes chamado a Cova ou Quinta do Castelhana, logo após a saída das Caldas, à direita, no caminho para S. João do Campo; quanto aos versos evocadores da infortunada freira, que tanto padeceu por muita amar, são como segue e vem no livro de Belino:

Passageiro! êste chão que vês diante,
Na encosta dêste monte desabrido,
Dum castelhano foi que, perseguido,
Aqui se recolheu co'a terna amante.

Quebrando por êle a fé constante,
 Que havia ao espôso eterno prometido,
 Trocou por ermo agreste e desprovido
 Sua cela mimosa e abundante.

A era em que isto foi vai inda perto;
 Mas da choça que aos dois prestou abrigo
 Nem sequer um calhau se aponta ao certo.

Tudo o tempo varreu, levou consigo,
 E só tradição no livro incerto
 Se encontra o caso que eu aqui te digo (1).

(1) Este soneto tem umas pequenas variantes do que vem publicado no nosso livro e que não nos recorda já onde e como o obtivemos. Talvez no jornal de Lisboa *O Século*, de 11 de Setembro de 1908, onde, em artigo datado de Braga e assinado, A. R. se diz: «Ao lado do Hotel do Sul, na encantadora estância do Bom Jesus do Monte, ergue-se e mostra-se uma elegantíssima fonte... Por detrás mesmo dessa fonte... está o tal granito onde se gravou com esmêro e cuidado, o ligeiro drama de amor que teve por scenário a cordilheira do Gerez».

Ainda sôbre êste assunto, dizia-nos em Janeiro de 1913 o distinto publicista sr. Alberto Veloso de Araújo: «O soneto que V. apresenta no seu belo livro *Gerez* mereceu longos comentários ao meu amigo Antero de Araújo, genro do velho Guimarães da Estamparia do Bolhão. Êste Guimarães falecido aos 94 anos de idade, foi íntimo amigo do *Dr. Advogado*, velho cliente e autor do soneto. Há mesmo dêste advogado lisboeta uns lindos versos de consagração às águas do Gerez. O velho Guimarães recitou muitas vezes êsse soneto ao genro, que o possui e conhece muito bem a lenda».

Também nos nossos apontamentos encontramos a nota, cuja autenticidade não pudemos verificar, de que um jornal de Braga publicava em 1885 ou 86 um artigo do falecido dr. Pereira Caldas, relativo a êste assunto.

Mas, nem só os velhos românticos de Braga se impressionaram com o sabor apaixonado da lenda da pobre freira: o tema, próprio para excitar as fibras de



Fig. 12 — Mórro do Zanganho, junto do qual se diz ter sido a casa da freira, ou do castelhana

maior sensibilidade dos corações poéticos, deu rebate também à inspiração deliciosa de *Azul*, uma distinta Senhora (D. Zulmira Franco Teixeira Falcarreira), que muito queria ao Gerez, para o soneto que se segue,

por ela publicada em Agôsto de 1913 (1), e que aqui fica também a perfumar a suavíssima tradição da que trocou as delícias da clausura e do hábito, pelos espinhos cruciantes da aventura e do pecado, embora êle, talvez por necessidades de rima, altere bastante a tradição.

A CASA DA FREIRA

(Lenda gereziana)

Para a mais pitoresca e recortada
Serra que existe — a Serra do Gerez —
Fugiu, segundo a lenda, uma vez,
Uma freira professa e excomungada.

Segue-lhe os passos pela rude estrada
Um desertor, oficial francês;
De amor funde-se o hábito e o arnês
No seio de uma brenha ensombreada.

Trinta anos sofre a natureza bruta
Os amores sacrílegos da gruta,
Que a mêdo as águas segredando vão...

E ainda hoje, em sonhos, julga o forasteiro,
Ver na rocha uma espada de guerreiro
Envolvida num véu de profissão.

(1) Em um jornal, cremos que o *Diário de Notícias*, de Lisboa, de onde ao tempo o recortámos.

OS ROMANOS NO GEREZ

A Geira

Das cinco vias militares que de Braga partiam para Roma, a *geira*, que em grande parte atravessa as montanhas do Gerez, era considerada como a de maior importância.

Ela é hoje ainda aquela de que restam mais sobrevivências e vestígios, em muitos pontos certificados pelos marcos de granito, que de milha em milha os imperadores mandavam levantar (1).

Não temos que entrar em detalhes num estudo especial, que nada traria de novo ao que já foi dito pelas competências que à geira se têm referido, desde Conrador de Argote, E. Hubner e Pinho Leal, até ao erudito P.^e Martins Capela, gereziano de nascença e apaixonado arqueólogo, que *in loco* e com uma paciência

(1) Diz E. Hubner (*Revista Critica, de Historia y Literatura Españolas, Portuguesas é Hispano-Americanas*, an. 1, n.º 4), referindo-se aos vales e montanhas do Gerez que neles « desde el siglo xvi, han aparecido restes tan considerables de cinco ó más vias romanas diferentes, todas procedentes de Braga como centro, y un numero tan grande de miliarios romanos, superior á los de qualquier otra parte de la peninsula, sin exceptuar la Extremadura española, y mui pocas regiones de otras provincias del imperio romano ».

e tenacidade admiráveis revistou todos os miliários, recolhendo-lhe as epígrafes.

Não deixaremos, porém, de nos referir mais uma vez, em homenagem ao seu autor, ao manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, que foi seguramente a primeira e é, por consequência, a mais antiga notícia descritiva da geira e que, embora visto por algum dos autores que depois d'ele escreveram, só vemos citado em Contador de Argote, que d'ele se serviu e por êle se guiou (1).

(1) O P.^o D. Jerónimo Contador de Argote, nas suas *Memorias para a historia ecclesiastica do Arcebispado Primaz das Espanhas* (Lisboa, 1752-1744), diz no t^omo 2.^o, livro III, capítulo X, o seguinte, a respeito do P.^o José de Matos Ferreira e dos seus trabalhos: «Chegando á noticia do padre Joseph de Mattos Ferreira, sobrinho do Reverendissimo Abbade da freguezia de S. João do Campo, concelho de Bouro, o Decreto de Sua Magestade para efeito de se remeterem as noticias do Arcebispado de Braga á Academia Real vendo a negligencia com que erão em muitas partes e freguezias executadas e achando-se em companhia do seu tio, totalmente entregue á lição de historia de Portugal entrou no pensamento com outros curiosos de examinar as antiguidades da via militar romana que passava pela parochia de S. João do Campo o que hoje é e o tempo antigo chamou a Geira e porque era necessario valer-se d'alguns rusticos para roçar o mato e cavar a terra em muitas partes o que elles recusavão, pedio a Geronymo de Cetem, Corregedor que então era de Viana em cujo distrito cahe o concelho de Bouro, expedisse as ordens necessarias para a execução do decreto Real, e conseguidas entrou com outras pessoas na diligencia em 16 de Agosto de 1728 e de tudo que achou compoz um livrinho intitulado *Thesouro de Braga descoberto no Campo do Gerez*, que ainda se não imprimio e me chegou á mão manuscrito e delle extrahi as noticias e circunstancias desta via militar».

Além do manuscrito do P.^o Matos Ferreira, há um outro, de 1736, *Memorias geographicas e historicas da provincia de Entre*

É o: *Thezouro de Braga Descuberto no Campo do Gerez, em que se manifestão settenta e quatro padrões, que na Estrada Imperial da Geyra e Gerez da parte deste nosso Reyno de Portugal novamente se descobrião, obras maravilhosas dos Emperadores Romanos, e algumas antiguidades deste Reyno, todas de noticias e memorias certas e indagadas, no anno de 1728; oferecido a Sua Magestade El Rey Nosso Senhor D. João V — Composto pelo Padre José de Mattos Ferrreira, clerigo do Cabido de S. Pedro e natural da Augusta Cidade de Braga* (1).

Douro e Minho — *Respostas aos interrogatorios impressos que mandou o dr. Vigario Geral de Braga, que constitui o Códice n.º 8750 do Fundo de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, onde se encontram várias e curiosas ou pitorescas noticias a respeito dos povos da serra do Gerez.*

Falando da serra, diz a páginas 147 e 148 do volume: «Nos montes altos não ha arbores somente ha nos valles vidoeiros e estes não dão fruto algum só servem para eixos de carros. A callidade desta arbore e a sua natureza é a subir para o ar assim como o mais alto acipreste que nenhum homem se atreve a subir por ser muito nedio... Ha tambem muitos carvalhos de muito grande altura que devem de estar nascidos do principio do mundo por ser muito grossos e altos e nenhũa espingarda matará as aves que se pouzam em sua crôa. Ha de muitas calidades de arbores neste dezerto e tambem muita urze e giesta e tambem muito tojo».

(1) Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, com o número 583 do Fundo Geral de Manuscritos. É o seguinte o seu índice:

PREAMBULO PROTOGENICO

Cap.º 1.º — Breve noticia de Braga Primaz.

Cap.º 2.º — Do caminho da Geyra e estrada do Gerez.

Cap.º 3.º — De algumas antiguidades que comprehendem a Geyra com coisas muito notaveis e descre-

São 149 páginas de descritivo e de notas, umas de real e merecido interêsse e exactidão, outras de algunos importância e verdade, mas todas precedendo em coordenação quanto posteriormente se disse (1).

ve-se o Gerez com noticias de tudo o que nelle ha.

Cap.º 4.º — Dos cargos e dignidades de que usavão os Romanos, para melhor intelligencia das inscripções dos padrões que nelle se levantarão da estrada da Geyra.

Cap.º 5.º — Da-se noticia dos Emperadores Romanos que governarão até ao anno de Christo de 270.

Inácio Barbosa Machado, no ápêndice da sua *Bibliotheca Lusitana* (1745), attribui ao autor do *Thezouro de Braga* mais uma ou duas obras e diz que aquelle «*conserva-se na livraria de Montarroyo Mascarenhas*». Emílio Hubner, em um artigo na *Revista Critica de Historia y Literatura Españolas, Portuguesas e Hispano-Americanas*, já citada, de apreciação ao livro *Milliarios* do P.º Martins Capela, publicado em 1895, diz que procurou em vão na biblioteca pública de Lisboa o manuscrito do P.º Matos Ferreira, calculando que êle estivesse na Torre do Tombo onde, como se viu, não está, nem provávelmente esteve.

Pena foi não ter sido impresso êste livro.

(1) Diz-se no manuscrito o seguinte, que é de todo inverosímil e que em nenhuma outra parte ainda vimos: «*Junto das Caldas está um orificio subterraneo e dizem ser entrada encoberta, por onde os mouros levavão ao Rio Caldo, que fica por baixo, a beber os seus cavalos*». Actualmente ao rio que passa nas termas chama-se rio Gerez, ou rio de Leonte, só passando a chamar-se rio Caldo quando, abaixo do Vilar da Veiga, se junta com o rio de Freitas, que vem de S. Bento da Porta Aberta, indo juntos com aquelle nome até ao Cávado.

Comparável à indicação do orificio subterrâneo das Caldas, há outra do mesmo género, a respeito da Calcedónia, a páginas 151 do já referido Códice n.º 8.750 da Biblioteca Nacional de Lisboa, que diz: «*... a dentro desta Cidade tem hum boraco que sahi por bayxo da terra desendo para hum rio que lhe ser-*

Depois da Ponte do Pôrto e de Amares e de alguns lugares do Vale do Homem, passando por Covide e por S. João do Campo, já nas sombras da montanha, a Geira entra definitivamente no coração das serranias, que vence com uma perícia de traçado admirável.

«No tempo, em que o caloroso Estio tudo abraza com seus ardentes rayos, na Geyra se acha a aura fresca, que Aquilo, e Zefiro lhe communicão, e pelas grandes terras, que por ellas se vão descobrindo, achão tambem a mais deleitavel vista, e emprego dos olhos. Quando o procelloso inverno tudo alaga com suas enchentes, e inundações, nella teem os viandantes os portos mais seguros e caminho livre dellas; porque he estrada que vay sempre por estradas altas e não recebe em si ajuntamentos de agoas.

«He caminho de grande recreação para a vista, e muyto suave e facil para os passageiros, e de grande descanso para as cavalgadas, e toda a casta de animais. Em todo elle se não acha nada de subida, ou decida, porque nas partes aonde as havia de haver, faz hum gyro, ou volta, com que sempre ha caminho cham, e plano. Os antigos Romanos o fizeram desta sorte pela aspereza da terra assim o permitir, e com mais facilidades poderem passar de hūas a outras Provincias os seus exercitos, e carruajes, em que hião os Emperadores, pelas quaes tiravam alentados e ferozes

via para buscar agua para beber escondido da gente, no qual boraco já asocedeu antigamente meterse nelle hum boy o qual sahio para fora e trouxe em seus galhos uma meada de ouro. Ha homes curiosos que quer vir pelo mesmó sitio mas não satrevem pelo aspecto muito escuro que contem em si. Este boraco vae sahir a hum rio que chamam o rio de Xanoani ».

animais, como a de Antonino leões, e a de Julio Cesar elefantes, por cujo respeito não havia em toda a Geira rio ou regato, que não tivesse sua ponte, conforme o rio ou ribeiro que passava...» (1).

São dêste troço as quatro milhas últimas do percurso da geira em Portugal, a contar de Braga — xxxi, no Bico da Geira; xxxii, na Volta do Covo; xxxiii, em Albergaria; xxxiv, na Portela do Homem — dentro do qual havia algumas pontes, destruídas em 1642 e nunca mais reconstruídas na sua traça primitiva.

Em Albergaria, como o nome o indica, havia uma estação de abrigo para paragem e descanso dos viandantes e perto da Bouça da Mó e do ribeiro do Sarihão assinala o sr. P.^e Martins Capela existirem ao tempo (1883) as substruções e os alicerces de uma casa de aparência romana, que nunca vimos, mas que nos consta existirem ainda.

Era talvês a estas ruínas que se referia o P.^e Matos Ferreira quando diz terem os antigos feito uma construção de pedra com mais de vinte palmos de altura e muito a prumo para dentro dela defenderem as suas colmeias contra os ursos, que eram tantos naquele tempo, que, entrando dentro, pegavam nos cortiços das abelhas e os levavam aonde havia água, onde, tirados os tampos, as abelhas se afogavam, comendo êles gulosamente o mel.

*

* *

Em tôda a geira da área gereziana e muito principalmente assinalando as três milhas dentro da serra,

(1) Manuscrito citado do P.^e José de Matos Ferreira.

há marcos erectos, bem conservados e alguns com epígrafes, no todo, ou quási, legíveis e reconstituíveis.

Por elas e por tôdas as outras sobrevivências romanas tivemos sempre, pelo menos pelas que estavam dentro da nossa esfera de trabalho e de superintendência, uma respeitosa devoção, que traduzimos em 1916, um ano depois de termos saído do Gerez, na Conferência Florestal ali realizada, na seguinte proposta que então apresentámos:

Marcos miliários e pontes romanas da Geira

RECONSTITUIÇÃO DUM TRECHO DA GEIRA ROMANA

«Das diversas estradas militares que da antiga Lusitânia se dirigiam de Braga — *Bracara Augusta* — para Roma, a mais importante e também das mais importantes do país, era a que, atravessando a serra do Gerez, já entrar em Espanha pela Portela do Homem.

Pelo número relativamente elevado de marcos miliários que ainda se erguem, dispersos uns, agrupados outros, nos seus primitivos lugares, é fácil reconstituir-se todo o trecho da *via* romana compreendido no polígono florestal do Estado, desde o Bico da Geira até à Portela.

Convencido de que em nenhuma outra parte de Portugal existem hoje sobrevivências da época da dominação romana daquela natureza, em tão boas condições de conservação do seu estado primitivo, devido certamente a especiais circunstâncias de isolamento, e tendo em consideração o respeito que merecem tôdas as documentações históricas das mais velhas civilizações, tenho a honra de propor à Conferência Florestal que

se interesse no sentido de conseguir que os marcos miliários da Geira romana desde o Bico da Geira até à Portela do Homem, todos êles dos anos 79 a 353 da era cristã, sejam considerados monumentos nacionais.

Entretanto, pela Direcção dos Serviços Florestais, seriam ordenadas medidas de defesa e protecção dos mesmos marcos, collocando-se junto de cada grupo um quadro indicativo dos imperadores romanos que ali os mandaram assentar e com a tradução das epígrafes dalguns, cuja reconstituição não é difficil, por se encontrarem arquivadas em livro especial.

Igualmente proponho que às pontes romanas dos arredores de Albergaria, que foram destruídas em tempos atrasados, mas sôbre cujos encontros, ainda sobreviventes em notáveis condições de resistência, se construíram pontes florestais, sejam reconstituídos os seus pavimentos, procurando dar-se-lhes a forma primitiva, com a colocação no arco de uma legenda indicativa da sua reconstrução.

Igualmente se reconstruiria a ponte que existiu a montante da Ponte Feia, vindo assim a ficar reconstituído um extenso lanço da *Geira*, cujo traçado é ainda o melhor para se seguir até à Portela do Homem.

Perto da casa da guarda de Albergaria pôr-se-iam em evidência os alicerces ou restos de construção romana que eu suspeito terem sido duma *Albergaria* que ali certamente existiu.

Tudo isto em homenagem ao ponto de vista do excursionismo e tendo em atenção o muito percorrida que é aquella zona da serra, principalmente durante o verão ».

Êste alvitre, aprovado por unanimidade, teve depois a sorte que tem sempre a maioria dos votos aprovados

em todos os congressos: o esquecimento a curto prazo, nenhuma recomendação especial sendo dada para a defesa daquelas venerandas relíquias do passado.



Fig. 13 — Ponte florestal sôbre os encontros de uma ponte romana, em Albergaria

Longe estávamos, porém, de saber e o mesmo acontecia a todos os membros da Conferência Florestal, que parte do que pedíamos já estava de há muito realizado, o que só mais tarde nos disseram.

De facto, os miliários da serra já eram todos classificados monumentos nacionais, desde o decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no *Diário do Govêrno* de 23 do mesmo mês.

Mas tôda a gente o ignorava, como, de resto, pouca gente o saberá ainda, não lhes sendo dispensados nenhuns disvelos especiais e nem sequer disso sendo dado conhecimento aos naturais da região, para que os respeitem e os protejam.

Se continuássemos no Gerez, diligenciaríamos promover a realização do que a nossa proposta pretendia, mas, como de lá saímos, direito temos a esperar que a nunca desmentida inteligência, dedicação e patriotismo dos Serviços Florestais não perderão das suas boas vistas aquelas históricas pedras, tantas vezes seculares, e restabelecerão as pontes que os homens do século XVII destruíram.

Nem só estes marcos mereceram as honras de entrarem na lista dos monumentos nacionais e na correspondente relação dos... inválidos abandonados: nela figuram também o cruzeiro de S. João do Campo e a ponte de Roda nessa mesma freguesia (1).

(1) Para quem possivelmente o ignore, diremos que no mesmo decreto vêm incluídas como monumentos nacionais várias antiguidades do distrito de Braga, como os cruzeiros dos Campos das Hortas e de Santana, em Braga; o cruzeiro de Tibães; a ponte de Perozelo, sôbre o Cavado; o Pelourinho de Amares; etc. — Parece ter havido em S. João do Campo uma outra igreja, anterior à actual. Assim o informa o pároco de 1758, dizendo que na Veiga de S. João, onde ela sôra situada, se encontravam ainda restos de paredes e tijolos, junto à via militar romana. O P.º Matos Ferreira, no *Thezouro de Braga*, diz que «ha tradicção de que a egreja parochial que ha trinta annos se desfez, era fundação dos templarios», o que êle contesta, dizendo parecer-lhe ser antes dos

Esta ponte de Rodas, ou do rio da Roda, tendo sido romana, da Geira, já em 1758 o abade Custódio José Leite, assinalando que o rio lhe passava perto da residência, dizia que ela era obra nova, tendo sido antes obra romana, que um grande madeiro arruinara.

Não existia também já em 1728, em que o P.^o Matos Ferreira lhe dá como tendo da primitiva apenas os alicerces.

O Rio da Roda nasce nos montes de S. João do Campo, correndo pelo meio da Veiga de S. João até aos limites da de Covide, dividindo esta freguezia da de Carvalho e, passando pela de Chamoim, toma depois a denominação dos lugares que atravessa — rio de Cabaninhas, rio de Pregoiim — até se juntar ao Homem no sitio de Pôrto Ribeiro.

romanos, pois vira pedras lavradas e almofadadas. Um outro manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, com o número 425, que parece ser dos fins do século XVIII e que é uma miscelânea, tem um índice impresso, onde, entre outras coisas, se lê: «Notícias de inscrições romanas existentes em padrões achados perto da Galiza; de um templo romano na Veiga de S. João alem do rio, perto da aldeia do Campo; de uma via militar que sahia de Braga a Orense, etc.» e depois, no começo, esta nota: «Contem inscripsoenz que o P.^o Argote publicou no tomo 3.^o e tambem medalhas de que se pode valer» e mais o seguinte: «Na aria em que esteve antigamente a Igreja Matriz de S. João do Campo, tiverão os romanos hum grandioso templo a onde veneravão os seus idolos e satisfazião os votes que lhes prometião. Estava este templo no sitio da Veiga de S. João alem do Rio em distancia de 50 passos e da aldeia ou lugar do Campo 500 passos; presume-se que este templo foi arruinado pelos godos e depois reedificado em tempo do Emperador Constantino Magno e dedicado a S. João Baptista do Campo, e d'ahi a annos foi possuido pelos Cavaleiros Templarios...».

Dêste rio saem em Covide duas levadas que são divididas pelos moradores, tocando a cada consorte um determinado tempo em cada vinte e quatro horas, para utilização das quais se estabeleceu uma espécie de escala, principiando umas vezes do lado direito, outras vezes do lado esquerdo da povoação e assim sucessivamente, sempre *à roda*, por forma que a todos toque com igualdade a sua vez.

¿ Será daqui, como me dizem as notas do meu velho padre Sebastião, que o rio tomou em Covide o nome particular de rio da Roda, que perde, mal saí dos seus limites ?

*

* *

Mas, voltando à via romana do Gerez, fecharemos o capítulo, tirando ao livro do sr. P.^e Martins Capela as notas-resumo que se seguem, relativas ao Bico da Geira, à Volta do Covo, a Albergaria e à Portela do Homem.

«No *Bico da Geira*, nove miliários, dos quais cinco inteiros e quatro com letreiros de *Hadriano*, de *Décio*, de *Caro*. Foi deformada e gasta a última epigrafe de modo a não poder traduzir-se. O primeiro dá xxxi milhas.

Na *Volta do Covo* ha dez marcos, dos quaes cinco inteiros: inscrições de *Hadriano*, de *Maximino*, e *Máximo*, de *Magnêncio*, de *Decêncio*. A primeira e a quarta trazem xxxii milhas.

Desde êste ponto a estrada dobra a E. e interna-se no maciço do Gerez, cortando uma ladeira abrupta sôbre o *Homem*, que corre já no fundo entre callhaus a uns 200 metros quási verticais. Ao sair desta meia

milha de despenhadeiro, vêem-se ainda sôbre as margens do riacho que desce de Leonte as primeira fiadas de canteria romana (1).

Noutro ribeiro a breves passos de aí, um pouco de muro de suporte na margem e dois grandes pedaços de cantaria arqueada, de outra ponte, com tôdas as características da edificação romana.

À *Ponte Feia*, Albergaria, *catorze* pedras. Inteiras *três* e com epigrafe *quatro*. São de *Décio*, de *Caro*, de *Carino*, de *Tácito*. Na primeira e na última com custo se lê parte dos algarismos da milha xxxiii.

A estrada agora caminha novamente a N. e atravessa o *Homem* no sítio do *Pôrto*, onde se conserva parte do muro de suporte da avenida à ponte. É aparelho de *rusticada*, genuinamente romano e de uma solidez singular.

No tôpo do pequeno vale de fácil acesso está a *Portela do Homem*, na fronteira. Assim mesmo lançaram a *via* em alguns flexos, ou lacetes, abandonados do trilho hoje, mas perfeitamente distintos pelo bosque acima, e talharam a lomba com trincheira de uns seis ou oito metros de profundidade. Na encosta galega é mais visível ainda e muito mais desenvolvida a linha de curvas, por motivo de maior inclinação de terreno.

Existem aqui *nove* padrões, sendo *seis* inteiros e *três* mais ou menos reduzidos: alguns anepígrafos. Dos epígrafados há, de Tito e Domiciano, um; de Càra-

(1) Antes se nos afiguraram alicerces de um edificio, talvez a *Albergaria*. (Nota do autor).

cala, um; de Décio, um; de Magnêncio, um; de Maximino e Máximo, um. Nos dois primeiros e no quarto contam-se de Braga xxxiv milhas » (1).

(1) *Milliarios do Conventus Bracaraugustanos*, por M. Capela (Pôrto, 1895). — Emílio Hubner diz no já citado artigo que o sr. P.^o Capela descobriu 32 novos marcos, sendo 20 bem conservados e 12 em fragmentos.

AS CALDAS

Origens e movimento da população — O Gerez Velho — A estância de cura

Não há hoje dúvidas, depois da descoberta de 1897 das moedas de Galienus e Constancius, então achadas nas escavações que se fizeram, de que os romanos conheceram as águas do Gerez.

Possivelmente as teriam, mesmo, utilizado, nenhum vestígio, porém, subsistindo dêsses tempos, nem notícia da sua passagem por ali; mas nada repugna acreditar que êles por lá estacionassem, dada a, relativamente, pequena distância que dali havia até à geira, por onde a miúdo transitavam, ao contrário, e isso não admira, do que em 1888 supunha o Sr. Dr. Ricardo Jorge, quando dizia não iluminarem os escudos romanos os pergaminhos do Gerez, nem terem os audazes dominadores respirado os vapores das suas caldas (1).

(1) *As caldas do Gerez. O Gerez termal.* (Pôrto, 1888). — O sr. Cônego, dr. António Pires Dias de Freitas, da casa do Passadiço, de Covide, crê, não só que os romanos usariam as águas termais, como, mesmo, que seriam elas que deram o nome à serra. Para fundamentar êste seu juízo, diz-nos, em referência a dúvidas e a correspondência nossas anteriores: « Não li em parte alguma que os romanos chamassem ao Gerez *Mons Jureus*, mas afirmo

O que se sabe de positivo e de mais antigo é que, conquanto o Gerez já fosse conhecido por portugueses

isso por dedução, bem ou mal fundada, pois os romanos, como homens investigadores e inteligentes que eram, sempre se esforçaram por descobrir todas as riquezas do solo occupado. Daqui a descoberta necessária das termas. E, se êles deram nomes a diversos pontos da serra, mais o deviam dar à própria serra. Os nomes que davam importavam sempre uma característica predominante do lugar, sendo no caso sujeito as termas. Os nossos velhos diziam *Jurês* e, presumindo que esta palavra deriva do latim, não posso deixar de a filiar em *Jureus* — cálido, quente, caldo, água quente —. E, como o adjectivo precisa de um substantivo, encontro naturalmente a palavra *Mons*. Portanto: *Mons Jureus* — monte de onde brota água quente — ».

Parece-nos bem encontrada esta explicação para a origem do nome Gerez dado à serra. Efectivamente, o adjectivo *jureus*, *a*, *um*, significa caldo, quente, sendo igualmente certo que os naturais antigos diziam e muitos ainda agora dizem *Jurês*. — Fr. Bernardo de Brito (*Geografia Antiga da Lusitania — 1597*) diz: « *O Gerez, chamado dos antigos Jurezum, começa na Provincia de Entre Douro e Minho, e caminhando por ella algumas leguas, se mete por Galliza dentro: é monte de grande altura e em algumas partes não é povoado por sua grande aspereza...* ». — André de Rezende (*Antiquitatibus Lusitanæ — Coimbra — MDCCXC*), descrevendo a páginas 81 o Gerez e outras montanhas, diz: « *Maranium, Juresum et Murum, adde, si placet, suaium, ob id tantum referendos putavi, quia Bracarorum provinciam, ita, mediam fecant, ut pars, quae ab iis tendit ad mare Interduriominia vocetur, de cuius regionis laudibus, fertilitate, amoenitate, ac salubritate extat opusculum...* ». — O Padre D. Rafael Bluteau (*Vocabulário português e latino — Coimbra — MDCCXIII*) repete o que diz Fr. Bernardo de Brito. De forma que parece que Gerez, como correntemente se se escreve, deveria antes escrever-se *Jurês*, *Jerês*, ou, quando muito, *Gerês*.

Por estas mesmas razões o rio que atravessa a povoação das termas e que hoje se chama rio Gerez, ou rio de Leonte, por ter ali a sua nascença, se chamaria e com razão — rio Caldo — du-

desde o século XIII, as primeiras iniciativas em favor dos progressos da estância de cura datam de D. João V, que em 1735 ali mandou fazer *Poços* para os banhos, capela e outras construções.

De tudo isso, porém, nada resta hoje mais do que a modesta capela, já alterada na sua traça originária,

rante muito tempo, devendo notar-se a circunstância de na vertente espanhola, a uma distância pouco mais ou menos igual da Portela do Homem e na mesma linha da montanha, se chamar vale de rio Caldo ao local, atravessado pela antiga geira romana, onde nascem abundantes águas quentes, de composição que se supõe idêntica à das águas do Gerez.

Outras interpretações propõe o sr. Cónego Freitas para explicar a origem de certos nomes de lugares da região gereziana, comprovativos ao mesmo tempo da assinalada influência que por ali tiveram os romanos. Assim, para a encosta chamada da *Pereira*, supõe que ela se chamaria de *Apereira* (de *aper* — javali; local onde havia javalis); a encosta de *Abitureiras*, seria *Abuturreiras* (de *arbustus*-medronheiro; encosta de medronheiros); *Morselos*, lugar para onde fogem as vacas acossadas pela mosca tabão, derivado de *morsus* (mordedura) e *asilus* (mosca); *Covide*, corrupção de *Corvide*, derivado de *Corvus* (corvo); *Bouro*, de *boarium* (terra onde pastam bois) etc., etc. Quanto ao rio Homem, derivaria de *Amnis* (rio), chamando-lhe os romanos rio por excelência, por ser o maior da serra e, como às correntes de muitas das ravinas se chama rios — rio do Forno, rio de Maceira, rio de Monsão, etc. — e tôdas elas se vão reunir no Homem, a maior das correntes da serra — não repugna muito aceitar aquela etimologia. Em todo o caso, questões são estas para serem resolvidas pelos competentes, cabendo-nos aqui apenas o agradecer muito ao sr. Cónego Freitas a amabilidade da oferta das suas notas, em que se traduz o seu grande amor de bom filho daquelas serranias, como o são seus irmãos o abade de Rio Caldo, sr. Padre José Joaquim Pires Dias de Freitas e o já citado mestre florestal sr. Manuel Joaquim Pires Dias de Freitas, o mais velho dos três, com mais de 80 anos.

tendo-lhe sido cortados em tempos a sacristia e o campanário, para darem passagem á estrada nacional, e mudados para a face oposta àquela onde primitivamente estiveram.

Não iremos, a propósito, repetir quanto já dito foi no nosso livro *Serra do Gerez*, e em tantos outros em louvor do Gerez publicados, sendo nosso intuito agora, apenas, fixar o quanto teria sido interessante deixar-se para memória e documentação do passado algum dos característicos Poços de D. João V — pequenas casas de cantaria com suas interessantes cúpulas piramidais, de respiradouros para saída dos vapores da água — e o quanto conviria, se isso fôsse possível, não sacrificar a futuros melhoramentos, a pobre capela, sobrevivência única do Gerez velho.

Das antigas construções no coração da estância a que as necessidades dos freqüentadores e o espirito de ganho obrigaram noutró tempo os pequenos proprietários da terra, poucas restam já e nada se perdeu com isso: apenas uma ou outra fotografia da época subsistirá ainda, e estas mesmas prestes a desaparecerem também, perdendo-se com elas a documentação para o estudo das origens e da marcha do povoado.

*
* * *

Os Poços e nascentes, cujo número e ordem andam já citados em vários livros, tinham como representante nobre pela temperatura, que era a mais alta, e pelo seu tanque, que era o melhor de todos, o Poço Forte, sôbre cuja porta se lia a consoladora inscrição do

tirada do responsório, por S. Boaventura, do milagroso Santo António:

Si quæris miracula,
Mors, error, calamitas,
Dæmon, lepra fugiunt,
Aegri surgunt sani.

Cedunt mare, vincula,
Membra, resque perditas
Petunt, et accipiunt
Juvenes et canî.

Pereunt pericula,
Cessat et necessitas,
Narrent hi qui sentiunt,
Dicant Paduanî (1).

(1) A tradução, conforme vem na *Botica Preciosa*, pelo Missionário Apostólico Angelo de Sequeira (Lisboa, 1754) é:

Se buscas milagres, /
A morte, o erro, a tribulação,
O demónio, a lepra fogem:
Os doentes se levantam sãos.

Obdecem o mar, as prisões,
Os membros e cousas perdidas,
Pedem e recebem
Mancebos e velhos.

Perecem os perigos.
É cessa a necessidade.
Contem-no esses que o sentem,
Digam-no os Paduanos.

O responso também vem em latim e em verso português, com música, no folheto — *A grandiosa obra de Santo António — O pão dos pobres — Vida e orações* (Pôrto, 1907).

Em tempos quisemos filiar a origem, ou melhor, a lembrança do aproveitamento do *Aegri surgunt sani* para as águas do Ge-rez, na coincidência de ser o Santo António de especial devoção na freguezia e até o seu orago.

Assim o dissemos ao falecido arqueólogo e ilustre filho da

Sôbre a cornija comum dos quatro primeiros poços, de todos os mais antigos, fora posta em 1735 uma lápide, também já conhecida, com referência à sua construção, a qual se arriou quando êles foram destruídos, bem como a legenda do Poço Forte e a da bica dos milagres, a Bica da água para uso interno, sôbre a qual

serra o Sr. P.^o Manuel Martins Capela, que em carta de 14 de Março de 1914, datada de Carvalheira, nos diz :

« Quanto à letra dos banhos do Gerez *agri surgunt sani*, é evidentemente uma aplicação de igual passagem do responso, à eficácia terapêutica das águas : *os enfermos erguem-se com saúde*. Pois seja assim, que nenhum mal vejo nisso. É o espírito de reclame que por êsse tempo se exhibia em latim, por ser moda do melhor tom.

« Nas águas de Monsão existe também uma pequena coluna com uma epígrafe alusiva, que copiei e agora não encontro : não me lembro se é em latim.

« De Famalicão mandaram-me, haverá três anos, uma inscrição latina de fonte de água potável comum.

« Em Rendufinho (Póvoa de Lanhoso) está junto à residência paroquial numa coluna que à primeira vista me pareceu miliária, uma longa epígrafe latina alusiva ao jardim, onde mete Santo Agostinho e não sei que mais.

« Aí no Campo, na quinta que foi do abade, estava na verga de uma porta do jardim : « *Sylva fui; labor me pomarium fecit* » — *fui brenha e o trabalho fez-me pomar* —.

« Essa pedra foi cedida com outras aqui para o lugar de Paredes pelo comprador do passal.

« Agora, quanto à idea de meter na eficácia dos banhos e águas do Gerez o Santo António, por ser padroeiro ou orago da freguesia do Vilar, confessarei que me não parece accitável, por achar demasiado remota a relação.

« Nada : o que mandou gravar aquilo, quis aproveitar o pensamento do latim do responso e nada mais.

« Isto é o que me parece salvo *meliori judicio*, como dizem os casuistas ».

também se exhibia uma táboa pintalgada com uma quadra tão imbecil e mal feita, que não merece as honras de ser rememorada (1).

Aquela asnidade em verso havia de ser mais tarde bem vingada pela inspiração e improviso do grande português e grande patriota, o falecido Dr. Manuel de Arriaga, que foi o primeiro presidente eleito da República e que ao Gerez tão sentidas páginas dedicou nas suas *Irradiações*.

São de 12 de Setembro de 1894 as suas quadras que a seguir reproduzimos, até hoje absolutamente inéditas e desconhecidas, cujo original possuímos.

Tinha sido retirada pelo Estado a primeira concessão para a exploração das águas e ainda se não tinha constituído a empresa que depois se lhe seguiu, encontrando-se as nascentes e tudo o mais pouco menos do que ao abandono. Então, o Dr. Manuel de Arriaga, pedindo ao Dr. Augusto Santos Júnior, que ao tempo fazia clínica livre no Gerez, um pedaço de papel — metade em branco da fôlha de uma carta — ali mesmo, junto à Bica mal cuidada, e de improviso, a lápis escreveu:

Vê-se aqui bem, não ilude,
A ingratidão dos mortais;
Aos enfermos dou saúde,
Converto em risos os ais.

(1) A lápide dos velhos poços, a legenda do Poço Forte e a primitiva e velha bica conserva-os ainda a Empresa das Águas, estando colocados à entrada do seu parque. Cremos bem que a Empresa pensará um dia em organizar um muzeu gereziano em que reúna quantos elementos possa conseguir para a história e para o estudo da estância e da serra: livros, manuscritos, fotografias, exemplares de história e de etnografia, história natural da serra, etc. etc. Daria assim mais uma das suas já muitas demonstrações de iniciativa inteligente.

Dou a mãos largas tesouro
 A muita gente, bem sei,
 Que vale mais que o ouro,
 Do que os brilhantes de lei.

Ingratos deixam que eu viva
 Nesta miséria em que estou,
 Quando de mim só deriva
 O muito bem que lhes dou.

Jesus também no seu horto
 Viu-se sósinho e era mais;
 Faço bem e não me importo
 Com a ingratidão dos mortais (1).

*

* *

Quanto à capela, nada tem ela de aprêço, a não ser

(1) O dr. José Bento Lopes, médico dos fins do século XVIII, formado em 1785, fazendo uma estação provavelmente de cura e de descanso no Gerez, dedicou-lhe o seguinte soneto, que vem publicado no jornal *O Comércio do Porto* de 19 de Agosto de 1926, em artigo com o título de *Poetas portuenses ignorados e esquecidos*, do venerando professor, também médico, dr. Pedro Augusto Dias :

Benéfico Gerez, tu m'illuminas
 A mente, há tanto tempo perturbada,
 Tu me dás a saúde desejada
 Com tuas santas águas cristalinas.

Essa bífide serra que reclinás
 Sôbre este-fresco arroio coroadá
 De crespas alvas, nuvens, encantada
 Me deixa a vista, que também afinás.

Êste ar vivificante que respiro,
 Com mil aromas me recreia o olfato,
 Do tardo coração promovendo o glo.

Ah ! Se me desses sempre o dôce trato
 Das belas ninfas que em ti admiro,
 Aqui ficára por não ser-te ingrato.

a bonita imagem de Santa Eufémia, a padroeira, que deve ser da primitiva e que foi incarnada em 1888, por iniciativa dos aquistas do Gerez.

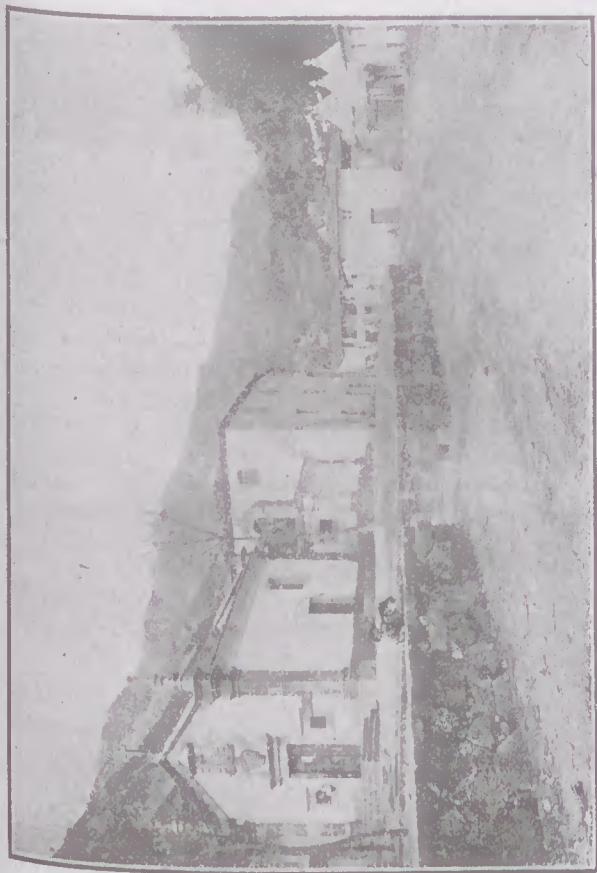


Fig. 14 — Capela mandada construir por D. João V, tendo a sacristia e campanário nos seus primitivos lugares, antes de serem mudados para onde agora estão, por motivo do corte feito pela estrada. Vêem-se também à direita algumas construções antigas e os velhos Focos dos banhos, destruídos para darem lugar à copa e ao balneário de 2.^a classe

Pio VII concedeu em 25 de Abril de 1818 um breve de graças especiais aos devotos de Santa Eufémia que em cada uma das sextas feiras dos mezes de Julho,

Agosto e Setembro, de qualquer ano, ali orassem a Deus pela concordância dos príncipes cristãos, extirpação das heresias e exaltação da Santa Madre Igreja.

Copiamo-lo do pergaminho original que à vista temos :

PIUS P. P. VII

Ad Perpetuam Rei Memoriam. Ad Augendam Fidelium religionem et animarum salutem celestibus heclesiæ thesauris piâ charitate intenti, omnibus et singulis utriusque sexus Christi fidelibus vere poenitentibus et confessis, ac S. Communione refectis, qui Ecclesiam seu Capellam publicam sub invocatione S. Euphemie Mantana do Gerez nuncupatæ Bracharensis Diocesis in singulis Julii, Augusti, ac Septembris Mensium feriis sextis quolibet anno devote visitaverint, et ibi pro Christianorum Principum concordia hæresum extirpatione, ac S. Matrix Ecclesiæ exaltatione piâs ad Deum preces essuderint, qua feria ex præfatis id egerint, Plenarium omnium peccatorum suorum. Indulgentiam et remissionem misericorditer in Domino concedimus: in quocunque vero anni di Cristifidelibus prædictis saltem contritis præmissa peragustibus biscentum dies de injuctis eis, seû alias quomodolibet debitis pænitiis in forma Ecclesiæ consueta relaxamus. In contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque Præsentibus perpetuis, futuris temporibus valituris. Datum Romæ apud S. Mariam Majorem sub Annulo Piscatoris Die xxv Aprilis MDCCCXVIII. Pontificatus Nostri Anno Decimono (1).

(1) A tradução é: Pio VII. Papa.

Para perpetua memoria. — Com o desejo de aumentar a religião dos Fieis e de caritativamente auxiliar a salvação das almas com os celestes tesouros da Igreja, Concedemos misericordiosamente no Senhor a todos e a cada um dos fieis, de um e outro sexo que, verdadeiramente arrependidos, confessados e comungados, visitarem a Igreja ou Capela pública de Santa Eufémia, vulgarmente chamada da Montanha do Gerez, da Diocese de Braga, em qualquer das sextas feiras dos mezes de Julho, Agosto e Setembro de cada ano, e aí devotadamente orarem pela paz e concórdia entre os príncipes cristãos, pela extirpação das heresias e

Ao lado tem o sêlo português a tinta de óleo e a nota de que pagou mil e seiscentos réis de sêlo, em Lisboa, em 28 de Maio de 1818.

Junto ao pergaminho anda outro documento, ao mesmo referente, que transcrevemos:

O Doutor João José Vaz Pereira R.^{or} do Seminario de S. Pedro Chantre na Sé Primaz Desembargador Provisor e Vigario Geral nesta Corte e Arcebispado, pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor Arcebispo Primaz das Hespanhas etc.

A quantos o presente Edital virem, e delle no.^{ta} tiverem Saude e pás em Jesus Christo. Faço saber que a requerimento de certo devoto foi apresentado ao n.^{mo} Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor hum Breve datado em Roma aos 25 de Abril de presente anno de 1818, pelo qual o SS.^{mo} P.^o Pio 7.^o se dignou Conceder a todos e a cada um dos fieis de Christo de hum e outro sexo verdadeiram.^{to} arrependidos e confessados e refeitos com a Sagrada Comunhão que devotadam.^{to} visitarem a Igr.^a de Santa Eulémia do Gerez deste Arcebispado, em cada hũa das sextas feiras dos mezes de Julho, Agosto e Setembro de qualq.^{or} anno, e ali orarem a D.^a pela concordia dos Principes Christãos, extirpação das heresias, e exaltação da Santa Madre Igr.^a, em qualquer feria das sobreditas o fizerem, indulgencia plenaria e remissão de todos os seus peccados: e tambem em qualquer dia do anno relaxa aos sobreditos fieis de Christo aos menos Contritos que fizerem o assima dito duzentos dias alem destes, ou quaesquer penitencias de qualquer modo devidas in forma Ecclesiae; cujas graças se dignou conce-

pela exaltação de Santa Madre Igreja, em qualquer das sextas feiras referidas em que o fizerem, indulgencia plenaria e remissão de todos os seus peccados: e em cada dia do ano, a todos os fieis que pelo menos contritos cumprirem as condições acima referidas, perdoamos duzentos dias das penitencias que lhe forem impostas ou que por qualquer motivo estejam obrigados, na forma costumada da Igreja. Não obstante qualquer cousa em contrario, devendo os presentes ter valor perpetuamente. Dado em Roma em Santa Maria Maior sob o Anel do Pescador, aos 25 de Abril de 1818 decimo nono ano do Nosso Pontificado.

der perpetuam.¹⁶; E porq.^o me foi remetida a publicação dellas mandei passar o presente Edital ao qual dou e interponho minha Autorid.^o ordinaria Com Decreto Judicial Dado em Braga sob meu Signal e Sello desta Corte aos 12 de Junho de 1818; Eu Custodio Luiz de Araujo Secr.^o da Camr.^a Ec.^a o Sobscrevi.

João José Vaz Pereira.

Adstritos à capellania de Santa Eufémia, só exercida do S. João ao S. Miguel, 24 de Junho a 29 de Setembro, andavam privilégios especiais, que conferiam ao padre independência absoluta da autoridade parochial, a quem em nada tinha que sujeitar os seus actos de culto, até certos limites ao sul das termas.

Só ao capelão pertencia administrar os sacramentos, presidir às festividades, realizar enterramentos, etc., etc.

Na capela do Gerez viam-se ainda no nosso tempo sinais de sepulturas várias, provavelmente de pessoas falecidas nas Caldas nas temporadas jurisdicionais do capelão e não sabemos se fóra delas.

O que não pudemos averiguar é onde se faziam e onde se guardavam os registos dos actos realizados no Gerez pelos capelães, se nos registos parochiais do Vilar da Veiga, se em livros especiais da capela.

Com a entrega das águas à empresa de 1896 caducou a obrigatoriedade da sustentação da capellania, falecido que fôsse o capelão existente.

De facto, assim aconteceu por morte do bom do Padre António Joaquim da Rocha, de Vieira (Pinheiro), que ainda conhecemos, e que foi o último capelão das Caldas do Gerez, da série tão distantemente iniciada.

*

*

*

As Caldas do Gerez, ou simplesmente o Gerez, como são conhecidas, há pouco tempo ainda que constituem um povoado com moradores permanentes (1).

Certo, muito embora, que já de muito longe havia casas para recolha e estadia dos seus frequentadores, não é menos certo que elas eram de todo abandonadas, mal o Outubro aparecia e os frios à vista despontavam.

No *Dicionário geográfico* do Padre Luís Cardoso informa em Maio de 1758 o Padre Felix de Sousa, cura do Vilar da Veiga, que «*é bem notória a sua virtude (das Caldas do Gerez) em cujas águas recuperam muitos enfermos perfeita saúde e são muito frequentadas nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, aonde acorrem muitos enfermos de várias partes e experimentam muitas melhoras em tôdas as queixas. Aham se com vários edificios para acomodação do povo e com capelão para lhe dizer missa e médico, tudo por ordem de Sua Magestade*» (2).

(1) O Gerez fica de Braga a 43.567 metros pela ponte do Pôrto e a 45.809 metros pela ponte do Bico. Já depois da nossa saída do Gerez foi aberta ao trânsito a ligação da estrada de Braga a Chaves com a estrada do Gerez, por um ramal do Penedo, pela Caniçada, à ponte sôbre o Cávado, antes do Vilar da Veiga. Esta variante dá, como as outras duas, um percurso admirável de beleza.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. *Dicionário geográfico de Portugal*, pelo Padre Luís Cardoso, vol. 41.º, n.º 311.

Também na mesma data informava o Padre Custódio José Leite, abade de S. João do Campo, que da sua freguesia e da serra dava uma desenvolvida e interessante notícia, que «*são as Caldas do Gerez, segundo a informação que tenho, as melhores do reino, adonde concorrem Gente de várias partes e ainda da cidade de Lisboa, achando para tudo cómodo bastante e não são muitos os anos em que começaram a ter fama porque tôda a gente que a elas vinha se acomodavam por barracas*» (1).

Mais tarde, em 1782, o já citado manuscrito, *Diário filosófico*, de Maia Coelho e Pereira de Araújo, anotava, falando das Caldas, «*que a povoação estava sobre o rio do seu nome entre duas grandes serras, uma do nascente, outra do poente, seguindo daqui o rio de Norte a Sul encostado à serra que lhe fica a Oeste; que a povoação tinha naquela data 70 a 80 casas de um só sobrado, bastante grosseiras, mas caiadas por dentro e destinadas para quarteis de banhistas nos três meses de verão, servindo as lojas para currais do gado no inverno*» (2).

Deve, talvês, haver equívoco naquêle número de casas, que, possivelmente seria muito menor.

Em 1726 dizia o Dr. Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, que a concorrência ao Gerez, cujos banhos tomavam em covas, por não

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. *Dicionário geográfico de Portugal*, pelo Padre Luís Cardoso, vol. 8.º, n.º 78.

(2) É também dêste manuscrito a seguinte curiosa nota: *Não havia na localidade botica nem loja alguma de comércio; a venda dos gêneros de primeira necessidade era monopólio de certos exploradores, e se alguém tentasse vende-los mais baratos, era preso pelo almotacé e posto fora da povoação.*



Fig. 15 — Vista geral da povoação das Caldas do Gerez (1926)

haver tanques, acomodando-se em barracas, por não haver casas, seria muito maior, se ali houvesse uma povoação e não apenas as duas pequenas casas terreas que lá estavam, dizendo Argote, em 1738, que havia já oito anos que se vinham construindo algumas casas para comodidade dos enfermos.

Também a *Noticia da Frig.^a de S. João do Campo que se mandou o Dr. Vigario Geral aos 9 de Julho de 1736*, que faz parte do atrás citado Códice 8.750 da Biblioteca Nacional de Lisboa, diz: « Tem o Gerez nos limites do Villar da Veiga os banhos das Caldas... e é certo que se não fora apertado e entalado entre aquellas montanhas que se havia de fundar hũa linda Villa, mas contudo tem-se feito a menos desoito annos muitas moradas de bõas casas, que se alugam a pessoas que vem tumar os banhos... ».

Ainda em 1797-1799, Link afirmava que se enganaria quem imaginasse encontrar habitantes nas Caldas, ou pessoas que o servissem, porquanto as casas, quasi nuas de mobiliário e desprovidas de confôrto, eram alugadas pura e simplesmente e cada inquilino que se arranjasse como pudesse.

O próprio dr. Rebelo de Carvalho, cujo livro *Noticia topográfica e fisica do Gerez* o sr. dr. Ricardo Jorge considera como o livro de ouro da estância, não encontrou ainda, nas suas estadas de 1828 a 1835, outra população, que não fõsse a dos frequentadores das Águas.

Pinho Leal diz que em 1860 ainda não vivia ninguém permanentemente no Gerez e que nos últimos anos (1) se viam já ali uns oito ou nove moradores efectivos e

(1) *Dicionário de Portugal* foi publicado em 1886 (Lisboa).

umas dez ou doze casas, número que foi aumentando de 1885 em diante, depois de concluída a estrada ida de Braga, casas que os apontamentos do P.^e Sebastião Pires de Freitas dizem ser de 26 em 1817, das quais só 7 com dois pavimentos e só 11 com vidros em algumas janelas.

Devemos, pois, acertar a data em que se fixaram no Gerez os primeiros habitantes efectivos, pois que êsses serão os verdadeiros fundadores do povoado, que hoje conta já um número regular de moradores e disfruta de uma importância soberana no valor do seu concelho, da sua região e do país.

Em 1891 dizia o sr. dr. Ricardo Jorge (*Caldas do Gerez — Guia Termal*) que havia 40 anos que o Gerez era habitado apenas na época balnear e que àquella data tinha já habitantes próprios, em número computável em 240.

Foi, pois, entre 1851 e 1891, que começou a permanência de pessoas no Gerez durante todo o ano e só depois de 1860, segundo Pinho Leal.

Em 1909 dizíamos nós que os primeiros habitantes que assentaram moradia no Gerez, transferindo-se definitivamente do Vilar da Veiga, foram, haveria 40 para 45 anos, os velhos Francisco José da Silva (o Botequim) e sua mulher, Rosa Maria Martins, que ainda lá conhecemos e que no nosso tempo morreram com perto de 90 anos cada um (1). Com êles se fixaram também João da Silva Casa Velha e António Alves

(1) A longevidade parece ser uma característica vulgar nos serranos do Gerez, onde tivemos ocasião de conhecer e de tratar com muitos velhos dos diferentes povoados, sempre laboriosos, robustos e de boa disposição.

Rigor e passados 3 ou 4 anos José Gonçalves Igrejas, vindo mais tarde António da Silva Botequim, Frutuoso José Alves e Manuel Joaquim Alves Rigor.



Fig. 16 — Francisco José da Silva, O Botequim e sua mulher Rosa Maria Martins, primeiros moradores que se fixaram no Gerez, onde morreram com cerca de 50 anos cada um

Isto dá como estabelecido êste primeiro núcleo de povoadores, que o foram, de verdade, pelos filhos e netos que deixaram, pelos anos de 1864 a 1869, seguindo-se-lhes outros no ano imediato e nos seguintes;

de forma que era já de 13 o número de famílias do Gerez em 1884 (1).

O censo da população referido ao primeiro de Dezembro de 1911, dá como havendo no Gerez, àquella data, 96 fogos e 408 habitantes, ou seja mais 168 habitantes fixos do que os 240 computados pelo sr. dr. Ricardo Jorge em 1881.

Estes números estão hoje já muito aumentados, porque a povoação tem aumentado sempre, não sendo de admirar que cada vez ela caminhe mais, visto que mais e mais ela progride pelas suas águas, pela sua floresta e pelas belezas incomparáveis da sua serra (2).

(1) *O Gerez presente e futuro*, pelo dr. J. A. Marques (Lisboa, 1884).

(2) Em 1884 instalou-se no Gerez uma comissão local composta de António Joaquim Martins Ribeiro, proprietário do Hotel Ribeiro, Denis Santiago, proprietário de um chalet que ali mandou construir, e do capelão, P.^o António Joaquim da Rocha, para promover melhoramentos na estância, então ainda muito deficiente. Em um livro especial, que temos em nosso poder, se iam registando os donativos para uma *subscrição permanente para melhoramentos na localidade*.

Abria o livro com uma declaração justificativa, que começava: «Os abaixo assinados, impelidos pelo desejo geral de melhorar um pouco, em proveito de todos, esta terra tão desfavorecida ainda, tomaram a responsabilidade de iniciar esta subscrição, porque a sua quasi habitual permanência aqui mais facilmente lhes permite apresentar êste livro a todos que queiram concorrer para os melhoramentos, e pelo mesmo motivo melhor podem regulá-los pelas fôrças dela. Fazem ver inais que o fim que especialmente têm em vista é de aproveitar as belezas naturais, ampliando-as com a arte, abrindo caminhos para os pontos aprazíveis, aumentando as quedas de água, ou represando esta, plantando arvores, etc. . . .».

Com dinheiro desta subscrição e para início do que a comis-

*

*

*

Quanto à estância de cura, cujo primeiro hotel — o Hotel Ribeiro — data de 1882, a sua frequência é cada vez maior, sendo hoje muito mais alto o número dos clientes das Águas, do que os 234 assinalados em Julho de 1886 numa correspondência para o jornal *O Comércio do Pôrto* como assistindo ao tempo nos três hotéis então já existentes e do que os 800 dados no *Guia Termal* no apogeu da quadra balnear, pois tem atingido já o número total de cêrca de 3.500 a 4.000 inscrições por ano (1).

Relativamente às águas, não se repetirá aqui quanto já está dito a respeito da sua composição e virtudes, mas não se passarão em claro esclarecimentos que

são se propunha realizar, compraram-se e assentaram-se em 1885 seis lampeões para iluminação pública, nada mais constando de outras despesas,

(1) Conhecemos no Gerez pessoas que iam ali havia vinte e trinta anos, umas fazendo sempre uso das águas e outras não o fazendo, mas não querendo deixar de lhes pagar com a sua presença o tributo de reconhecida gratidão.

Em um livrinho de apontamentos do falecido médico, dr. Augusto Santos Júnior, encontramos as seguintes notas a respeito da frequência do Gerez, de hóspedes inscritos nos hotéis Universal e Ribeiro:

	Hotel Universal	Hotel Ribeiro
1890	814	611
1891	634	578
1892	341	560
1893	450	653
1894	400	564

supomos pouco conhecidos do público e não recolhidos, uns, e absolutamente ignorados outros.

Entre os primeiros figuram as análises bacteriológicas feitas em 1903 sôbre amostras colhidas em Janeiro daquêlê ano pelo professor e médico Chefe do Laboratório de Bacteriologia do Pôrto, dr. António J. de Sousa Júnior, cujo relatório temos presente e de que damos um resumo.

Nascentes termais

Análise quantitativa

Água da Copa, ou Bica. — A contagem das colónias em meio apropriado logo em seguida à colheita no Gerez, permitiu computar o número de bacterias em 46,25 e o dos bolores em 20 por centímetro cúbico de água.

A mesma análise no dia seguinte, no Pôrto, não agitando o frasco esterilizado que conduziu a água, deu sòmente 80 bactérias por centímetro cúbico, subindo os bolores a 36,26.

Poço Forte. — A análise no Gerez pelo método de Koch deu 80 bactérias e 47,5 bolores por centímetro cúbico.

No dia seguinte, no Pôrto, apenas 12,5 bactérias e 20 bolores.

Em nenhuma das águas se revelaram bactérias liquefacientes.

Análise qualitativa

Nem a água da Copa, nem a do Poço Forte revelaram a presença do *Bacterium coli* ou *Bacterium typhosus*, tendo sido seguido o método de Vincent.

Conclusão: águas muito puras.

Água potável

FONTE PÚBLICA

Análise quantitativa

A análise no Gerez deu 68,5 bactérias e 55,7 bolores, por centímetro cúbico; no laboratório, passadas 24 horas, só mostrou 18,75 bactérias e 5 bolores por centímetro cúbico.

Análise qualitativa

Não se encontrou *Coli* nem *Bacillus typhico*.
Conclusão: água muito pura (1).

*
* *
*

Retirada a concessão para a exploração das Águas do Gerez à empresa constituída em fins de 1888, veio estabelecer-se ali em 1893, exercendo clinica livre, o médico portuense, dr. Augusto Santos Júnior, que durante seis anos anteriores fôra o médico das Pedras Salgadas.

Assim o comunicava êle em circular de 15 de Abril

(1) Da água da Fonte pública da Avenida, diz o sr. dr. Ricardo Jorge (*O Gerez Termal*) que muitas águas têm o rótulo de distiladas com menos direitos, e que, fluor à parte, a sua composição elementar se assemelha à das águas minerais.

Sobre o estudo químico e bacteriológico das águas minerais e potáveis pode vêr-se a dissertação apresentada à Escola Médica Cirúrgica do Pôrto em 1903 pelo dr. Fernando Santos, que depois foi médico da estância, sucedendo a seu irmão, o dr. Augusto Santos Júnior.

de 1893, profusamente distribuída pelos colegas, a quem oferecia os seus serviços no Gerez desde o dia 1 de Maio, pedindo-lhes que, acêrca de cada doente enviado, lhe dessem todos os esclarecimentos necessários para a direcção do tratamento. «Permita-me V. Ex.^a que eu tome a liberdade de manifestar o empenho de possuir, a fim de fazer as prescrições hidro-lógicas e bromatológicas, um relatório médico sucinto (incluindo uma análise urológica feita pouco antes da partida para as águas) relativo a cada doente que V. Ex.^a se digne recomendar à minha atenção».

O dr. Augusto Santos prendeu-se à clínica do Gerez e, inteligente e de iniciativas, como era, procurou levantar a estância da situação de abandôno em que outra vez caíra, promovendo a constituição de uma nova empresa, que em concurso público tomou conta das Águas (1).

(1) O dr. Augusto Santos Júnior apresentou ao I Congresso Nacional de Deontologia Médica, realizado no Pôrto de 21 a 24 de Fevereiro de 1912, um interessante e desenvolvido trabalho com o título de *Serviços Médico-Hidrológicos em Portugal*, em cuja conclusão 14.^a preconizava a criação de cursos de hidrologia médica, cuja frequência e aprovação seriam obrigatórios para os concorrentes às vagas no quadro dos médicos hidrologistas, que supomos ser hoje lei do país.

Já antes, em 1908 e 1909, promovera duas reuniões dos médicos das diferentes estâncias de água minero-medicinais, uma no Luso e outro no Pôrto, para tratarem de assuntos da sua especialidade e dos interêsses da classe.

Por decreto de 24 de Janeiro de 1925 foi autorizada a transmissão da concessão de licença para exploração das nascentes medicinais do Gerez a uma outra — Empresa das Águas do Gerez — financiada pelo Banco do Minho, de Braga. Mais tarde, em 1926, por acôrdo do Banco do Minho com a antiga Empresa,

E em bôa hora tal aconteceu porque o dr. Santos, dedicando-se-lhes de alma e coração, conseguiu transformar o Gerez numa das melhores estações de cura hidrológica do país, construindo balneários e buvete e promovendo melhoramentos que absolutamente faltavam.

Por outro lado, profundando pelo estudo continuado e pela observação permanente e cuidadosa as doenças tributárias do Gerez, conseguiu tornar-se notável naquella especialização clínica, não desmerecendo nunca dos grandes nomes que já andavam intimamente ligados àquellas maravilhosas águas: os dos professores Andrade Gramaxo e Ricardo Jorge (1).

desligou-se êle dos compromissos tomados, voltando tudo à situação anterior e à posse da velha concessionária, à qual, por decreto de Fevereiro de 1927, foi concedida uma prorrogação de praso na concessão por mais 75 anos.

(1) Em 1902 foi ao Gerez, depois de uma longa ausência, o professor Gramaxo, facto que foi comemorado por um grupo de hóspedes do Hotel Ribeiro, que entre si se cotisaram para contribuir para o fundo de um Hospital-Albergue, que se projectava. Um manuscrito que possuímos diz assim: «As Caldas do Gerez receberam hoje, depois de uma longa ausência, a visita do seu grande benemérito, o ilustre e venerando médico, Ex.^{mo} Sr. Dr. José de Andrade Gramaxo, que enche de maior júbilo os hóspedes instalados no Grande Hotel Ribeiro abaixo assinados, e que a fim de comemorarem tão fausto acontecimento, resolveram oferecer os donativos abaixo descritos para o Hospital-Albergue que vai fundar-se nesta povoação, desejando que ao projectado e simpático estabelecimento de caridade seja dado o título de Hospital-Albergue Dr. Gramaxo. — Gerez e Grande Hotel Ribeiro, 15 de Julho de 1902. — *Dr. Francisco António de Carvalho Lamas: Comendador José Pimenta da Fonseca, António Alves dos Reis, Joaquim José Alves, José Joaquim Mendes, José Maria da Silva Fernandes, A. D. da Silva e Sousa, António Rodrigues Quelhas, Au-*

*
* *
*

O Gerez, que tanta nomeada tem em Portugal, nas nossas colónias e no Brasil, poderia tê-la também noutros países, se até lá fôsse levada a sua fama.

Mas tal não acontece.

No entanto, não desaproveitaremos esta oportunidade para registarmos aqui o caso de um médico de Paris que em 1901 mandou ao Gerez um seu doente, já deixado de Vichy e Carlsbadt, e que em duas temporadas no Gerez e uma cura com as suas águas em Paris, obteve a cura completa.

Temos em nosso poder alguma correspondência dirigida pelo médico francês e pelo doente ao dr. Augusto Santos (1), cuja publicidade seria interessante para o estudo daquele caso clínico; não o faremos, porém, por não estar isso na índole dêste trabalho, limitando-nos a algumas transcrições.

gusto Pinto Chaim e Caetano Pinho da Silva» que contribuíram, os oito primeiros com 5\$000 réis cada um, o nono com dois mil e quinhentos e o último com sete mil e quinhentos réis, ou sejam, ao todo, cincoenta mil réis, que foram entregues no dia 17 ao thezoureiro da Associação de Beneficencia e Hospital das Caldas do Gerez, o Dr. Augusto A. Santos Júnior. Em bem desta Associação e em bem do projectado Hospital, que tiveram a sua origem inicial no facto atrás referido, muito trabalhou o dr. Augusto Santos que, infelizmente, faleceu sem que o hospital tivesse crescido além dos alicerces.

O dr. Andrade Gramaxo faleceu no Pôrto em Março de 1921, com quasi 95 anos de idade.

(1) Depois de escrito êste capítulo oferecemos tôda esta correspondência à Empresa das Aguas do Gerez, para o seu arquivo.

De Paris, em 6 de Junho, dizia o dr. J. Weil (Rue Lafayette, 66):

« *Honoré confrère*: — Je viens demander a vos Eaux pour mon client un bénéfice que ne lui ont point donné les cures repetées ces dernières années soit à Vichy soit à Carlsbadt.

Je compte sur vos Eaux en raison du grand bien qu'on m'a dit d'elles dans la cure des Hepatites des pays chauds et des Hepatites d'origine paludéene.

Je compte également sur vos meilleurs soins et votre bonne direction.

Je vais donc vous relater très succinctement mais aussi très explétivement l'état de mon client ».

Segue-se uma longa, minuciosa e interessante descrição da doença, que termina por dizer que, carecendo, porventura, o doente de ser operado, se iam antes experimentar as águas do Gerez, como única ponte de salvação.

Em 23 de Julho seguinte escrevia o doente para o Gerez:

« *Mon cher Docteur*: — Depuis mon retour à Paris, nous avons eu déjà deux consultations, l'une avec le Professeur Vidal, l'autre avec le Docteur Isch Wahl et aussi avec le Docteur Weil.

Les avis ne varient pas et reste pour tous celui que vous avez émis dans votre lettre.

.....
Le Docteur Weil, si je suis bien de ce coté là avant fin Août, desire me renvoyer à Gerez pour Septembre.

Je desire également y retourner ».

.....
Em 3 de Agosto o dr. Weil dizia:

« ... En tout cas, l'état est très amélioré aujourd'hui. Ascite disparu. Diurèse non seulement normale, mais accrue (3 litres par jour). Le foie lui même, participe de l'amélioration. Le facies est meilleur. Seule la faiblesse persiste.

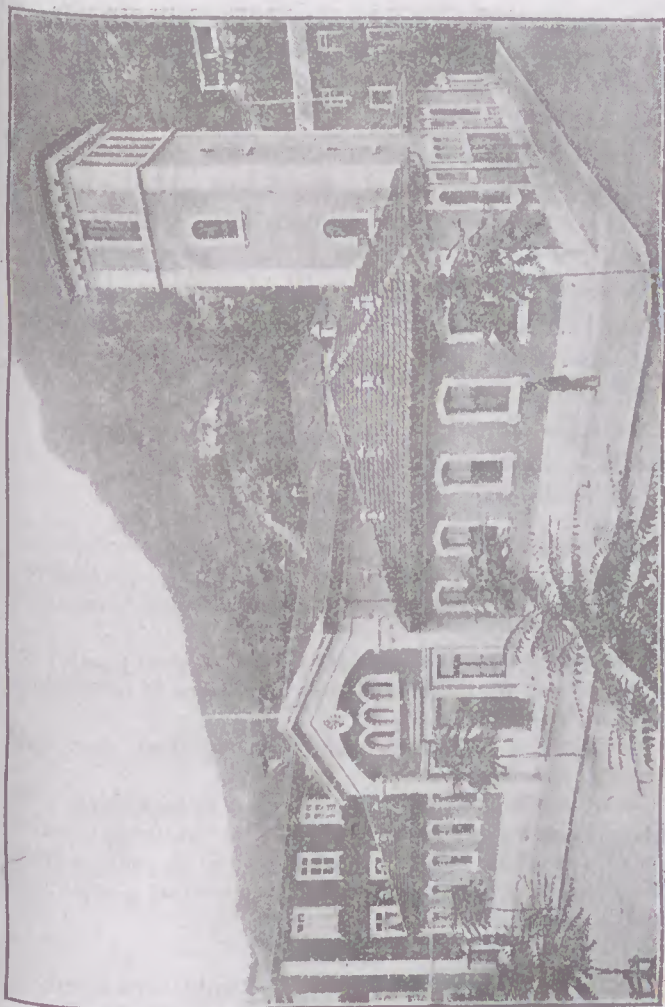


Fig. 17 — Banheário de 1.ª classe

En presence de la diminution de volume du foie, je me demande si pour cette cirrhose, dont le diagnostic ne peut plus etre douteux, une nouvelle cure ne serait pas utile ».

E, preguntando se não seria perigoso arriscar o doente a nova viagem, pede o conselho do dr. Santos, como bom conhecedor das águas e do doente.

O que o dr. Santos responderia não o sabemos, mas no dia 21 seguinte o doente dizia: «Mon medecin a décidé de ne pas me renvoyer à Gerez cette année et est d'avis qu'en attendant le mois de Mai, je fasse une cure d'eau ici même.

Je vous prie donc de me faire expedier en *grand vitesse* l'eau nécessaire pour une cure, que vous voudrez bien fixer, non seulement comme durée, mais aussi comme quantité».

As águas foram e em 22 de Setembro acusava o doente a sua chegada na vespera a Paris.

Em 17 de Maio de 1902 o médico diz:

«*Mon cher confrère*: — Je vous renvoie mon client de l'an dernier faire une cure à vos Eaux et j'espère que, contrairement à ce qui est advenu l'an dernier, vous me le renverrez cette fois en bon état.

Car, comme vous le verrez immédiatement, il est transformé, tant au poin de vue de l'état général, qu'au point de vue des forces et de l'état local du foie.

Ce n'est plus un malade, mais un convalescent, dont vous avez a parfaire la guérison...

Je me permets de vous donner tous ces renseignements a fin que vous puissiez bien le diriger et lui faire obtenir de Gerez le rétablissement sur le quel me donnent le droit de compter et, le relevement de son état général et l'amélioration considérable local du foie».

Segue-se a indicação de que o doente será acompanhado pela sogra, também com curas anteriores em Vichy e esclarecimentos sôbre a doença desta Senhora, que ao Gerez recorre para tratamento.

Em 21 de Outubro o doente dá as melhores infor-

mações a seu respeito e da sogra, anunciando uma nova ida ao Gerez em 1903, que não sabemos se se realizaria, não havendo mais nenhuma correspondência, senão uma carta do dr. J. Weil, de 19 de Fevereiro de 1906, annunciando ao dr. Santos a cura completa do doente que lhe enviara ao Gerez, desesperado já de Vichy e de Carlsbadt.

É interessante essa carta para a história dos milagres do Gerez.

Por isso a reproduzimos:

«*Honoré confrère: — ... j'ai l'honneur de, ainsi que vous me priez, de vous donner, des nouvelles de l'état de santé de notre client M. B. L.*

Je suis hereux de vous faire savoir qu'il est tout à fait guéri, que non seulement il a repris bon appetit, mais encore qu'il a repris toutes ses forces et qu'en outre sa maigresse a fait place à un engraissement notable.

Son état de santé fait plaisir à voir et je suis sûr que vous ne serez pas moins hereux que moi, de le savoir en d'aussi bonnes dispositions».

.....

*

*

*

Ao Gerez, como estação de doentes, como estação de cura, falta ainda adaptar integralmente o seu regimen de hotelagem às diferentíssimas modalidades de dietas e alimentação que ao exame clínico se apresentem.

O regimen tradicional e empírico seguido na estância, de um exclusivismo que enfastia, tem sido desde longe criticado com rigores pelas autoridades médicas que se lhe têm referido, desde o dr. Rebelo de Car-

valho, com passagem pelo dr. J. A. Marques, até ao professor Ricardo Jorge e depois o dr. Augusto Santos.

Ricardo Jorge dizia: «A dieta querem forçosamente reduzi-la a um tipo inalterável; haveria uma dieta gereziana, como outrora a de Karlsbadt, a *Kurgemasse kuche* (cosinha de cura).

«O regimen dietético é sobretudo uma função da doença e do doente e muito pouco das águas. Tem de ser individualizado o regimen; é uma questão a debater e a fixar entre o enfermo e o seu médico. Por isso na estação balneária os clientes comem *à la carte*, para melhor cumprirem as prescrições bromatológicas.

«Quando no Gerez funcionar uma organização hospedária rectamente relacionada com as observações médicas, tem de vigorar o uso de dietários».

Talvez inspirado nestas ideas, pretendeu o dr. Augusto Santos estabelecer os dietários, diligenciando o acôrdo dos hoteleiros e anunciando nas folhas soltas que distribuía, de referências práticas sôbre as águas, itinerários, etc., a nota de que a consulta médica fornecia *indicações especiais sôbre dieta variável para os diferentes doentes e doenças*.

Chegou, mesmo, a fazer um plano de organização dos serviços de alimentação dos hotéis com relações de alimentos permitidos e proibidos, cujo original e outras notas possuimos, mas nada conseguiu e difficilmente virá a conseguir-se, o que é pena, para então a estância das águas do Gerez ter, sem nenhuma falha, o lugar proeminente que de direito lhe pertence entre as estações de cura hidrológica do país (1).

(1) No jornal de Lisboa, *Diário de Notícias*, de 28 de Novembro.

bro de 1926, vem na sua secção *Há quarenta anos*, a seguinte nota: «O Gerez. — Vai ter grandes melhoramentos o Gerez. Se acabar o *chiqueiro* peculiar de muitas das nossas terras de provincia, e de melhorar o asseio, e o sistema de dieta nos hotéis, aquilo pode tornar-se um eden».

A PORTELA DO HOMEM NA HISTÓRIA

Emigrações e incursões políticas

Pelos modos, a Portela do Homem, que já teve o título de Praça de Armas, tem sido em todos os tempos a porta escancarada a possíveis e estranhas incursões que seria preciso evitar e combater.

Ela é, na verdade, o único ponto de franca passagem, que numa comprida extensão, a cordilheira de montes altos e agressivos oferece a quem desafogadamente em comitivas pretenda ultrapassar por aquelas bandas a fronteira da Galiza.

Dali foram de recesso sempre, desde os primeiros tempos da nacionalidade independente, como o foram depois de 1640 nas guerras da Restauração e ainda mais tarde, as incursões que viessem perturbar a paz do reino, que lutava por se conservar e consolidar autónomo e livre, como o foram também ainda há pouco, nos primeiros anos de sobressaltos da República, contra as incursões preparadas em frente e abaixo daquele ponto da fronteira.

Desde D. Denis, com confirmação de D. Manuel e outros posteriores, os povos vizinhos da Portela do Homem gozavam, por contratos com a coroa, de privilégios especiais, em troca da obrigação de defende-

rem à sua custa aquele ponto contra as invasões galegas.

Estavam, por isso, isentos de dar soldados, cavalos e éguas e palhas (1).

Assim o dizem as informações paroquiais de 1758 para o *Diccionario Geographico* do P.^e Luís Cardoso, dos párocos de Rio Caldo, Covide e S. João do Campo, e assim o repetiu mais tarde Pinho Leal, como já o anotara também o P.^e Carvalho da Costa.

Mas já antes, nos primeiros tempos da monarquia, os moradores de S. João do Campo, Covide, Carvalheira, Choreense e Rio Caldo, tinham a seu cargo o

(1) É interessante notar que do outro lado desta parte da fronteira do norte as povoações galegas gozavam também para com o seu país de regalias especiais, com o encargo de se defenderem contra as incursões dos portugueses.

Num pequeno livro espanhol, cujo título ignoramos, por lhe faltarem as fôlhas até páginas 6, diz-se: «Restanos, pues, decir que asi como los colidantes — nuestros vecinos — por esta parte segun decreto del Rey D. Dionisio de Portugal, no podian ser obligados à concurrir á las *Cabas* y hacer los muros del Castilleiro de Monzon, por estar destinados á defender el Castillo de Lindoso: asi tambien los gallegos de la aldea de Lobios, estaban exentos de contribuir á nuestro gobierno, com soldados, pues los hombres tenian obligacion de sustener la defensa de la raya. . . ».

No livro *Guerra-Hispano-Lusitana*, por Benito F. Alonso, cronista da provincia de Orense (Orense — 1893), há esta nota: « En el archivo parroquial de Entrimo conservase, entre otros curiosos documentos, una Real carta, fechada en Marzo de 1608, en que Filipe III declara exentos de pagar utensilios y demás cargos militares, salarios ni contribuciones, á las jurisdicciones de Entrimo y Lobera, en atencion á que se hallan metidos casi en Portugal y rodeados de pueblos enemigos, y están en centinellas e rebatos, armados á la defensa del reino y sus propios domicilios. Este privilegio lo confirmó Filipe IV en 30 de Julio de 1643 ».

arranjo dos caminhos e a guarda da Portela, e tinham o imposto de dar ao Senhor da Terra as mãos dos ursos, as espáduas dos javalis, as pernas dos veados e os corazis dos reixelos mortos na serra, como tributo de montaria (1).

A sede das concentrações para a defesa era a freguesia de S. João do Campo, em cujo têrmo, no sítio ainda hoje conhecido pelo nome de Casa da Guarda, existiu em tempos uma trincheira com cento e vinte metros de comprimento, um metro de espessura e pouco mais de altura, construída no tempo de D. João I e reparada nos de D. João IV e D. João VI, e junto dela duas pequenas casas para abrigo das sentinelas do concelho de Terras de Bouro, e dos antigos concelhos de Santa Marta e do Couto do Souto (2).

Tudo isso desapareceu, o mesmo sucedendo a duas peças de artilharia, de ferro, que para ali tinham ido em 1801 e foram há anos removidas para Covas, sede do concelho.

Mas já muito anteriormente a isso, a Portela do Homem tivera sua assinalada importância, desde que os velhos romanos por ali fizeram passagem para a sua via militar, que de Braga vinha e por ali entrava na Galiza.

(1) *Portugalia monumenta historica*, no volume das Inquirições de D. Afonso III.

Segundo Herculano, o reino estava dividido em distritos chamados *terras*, cada um dos quais era dado como chefe supremo um nobre denominado *rico homem*, ou *tenente* e muitas vezes *senhor da terra*.

(2) Perto e um pouco ao norte da *casa da guarda*, olhando para Vilarinho da Furna, havia dentro de uma bouça, caído por terra, um antigo marco miliário romano do imperador Maximiano (ano 238 da era cristã).

De facto, lá estão os marcos miliários, marcando as 34 milhas dali a Braga, de Tito (ano 80 da era cristã), de Adriano (ano 134-135), de Caracala (ano 214), de



Fig. 18 — Ponte Feira, sobre o Homem, perto da Portela

Maximino (ano 238), de Décio (ano 250), e de Maxêncio (ano 350) e ainda restos de outros de inscrições indecifráveis.

De todos êles, porém, os de epígrafes mais bem con-

servadas e legíveis são um de Tito e outro de Cárcala, que dizem em latim, respectivamente, o que se segue em português:

DEDICADO AO IMPERADOR TITO CESAR VESPASIANO,
FILHO DO DIVINO VESPASIANO, PONTIFICE MAXIMO : NOVE VEZES INVESTIDO
DO PODER TRIBUNICIO, QUINZE VEZES IMPERADOR,
OITO VEZES CONSUL, PAE DA PATRIA. E A ... CESAR, FILHO DO DIVINO
VESPASIANO... SETE VEZES CONSUL. SENDO SUPERINTENDENTE DA OBRA
CAIO CALPETANO RANCO E VALERIO FESTO, LEGADOS DE AUGUSTO
E PROPRIETORES.
DAQUI A BRAGA PELA ESTRADA NOVA SÃO 34.000 PASSOS.

DEDICADO AO IMPERADOR CESAR, FILHO DO DIVINO SEVERO, PIO, FELIZ,
NETO DO DIVINO MARCO ANTONINO,
BISNETO DO DIVINO ANTONINO PIO, TERCEIRO NETO DO DIVINO ADRIANO,
QUARTO NETO DO DIVINO TRAJANO, PARTICO,
E DO DIVINO NERVA MARCO AURELIO ANTONINO PIO, FELIZ,
AUGUSTO PARTICO MAXIMO,
DEZASSETE VEZES INVESTIDO DO PODER TRIBUNICIO,
TREZ VEZES IMPERADOR, QUATRO VEZES CONSUL, PROCONSUL,
PAI DA PATRIA. DAQUI A BRAGA SÃO 34.000 PASSOS.

*
* *
*

Depois dos romanos, que deixaram intacta a sua obra, a Geira só voltou, naturalmente, a estar em foco pelas guerras da Restauração, quando em Portugal, sacudido o jugo castelhano, havia que temer as investidas espanholas, para reaverem a presa que perderam.

E assim foi que, para inutilizar qualquer tentativa de incursão por aqueles lados, se demoliram em 1642 tôdas as pontes romanas, ficando desta forma cortado ou dificultado o trânsito do inimigo.

Mais tarde, em 1801, ainda a defesa da Portela foi

de preocupar, instalando-se ali, como refôrço nos escolhidos pontos estratégicos, alguma artelharia do Pôrto, que por lá se conservou de atalaia, até ao tratado de paz de Badajoz.

Mas o que mais notável a tornou, foram as emigrações políticas que por ela fizeram portugueses foragidos, que na Espanha procuravam o generoso refúgio, que nem sempre correspondeu ao acolhimento que havia direito a esperar.

Era em Julho de 1828.

Bernardo de Sá Nogueira, rejeitada a oferecida passagem no *Belfast*, onde Saldanha e outros chefes liberais embarcaram para fugirem à derrota e à força miguelinas, decidido a sacrificar-se até à última pela idea que defendia e entregue o mando supremo da *Divisão Leal* ao general Pizarro, parava na noite de 3 em Santo Tirso, onde, ao receio da aproximação dos miguelistas, começava a desenhar-se o desânimo de muitos que o acompanhavam e a apreensão de que alguns o abandonariam.

O seu grande prestígio, porém, de bravo militar, lá conseguia ir mantendo a desejada unidade e a marcha seguia sem ideas de entrarem em Braga, miguelista e reaccionária, que os receberia mal, de onde, ainda assim, uma fôrça de 800 homens e os frades do Pópulo os correram a fogo, mas não sem resistência, indo acampar na Ponte de Prado.

De lá, conhecidos os primeiros boatos da aproximação de tropas inimigas, perdida tóda a idea de combate e determinada já a fuga como recurso único, as tropas liberais aí vão, seguindo o Homem, a caminho do Gerez, à busca da Portela, que lhes daria ingresso no exílio, o duro exílio suspirado então como confôrto supremo!

E, de facto, ali chegaram pelas 5 horas da tarde do dia 6 de Julho de 1828, abatidos, cansados, abandonada já a artilharia, de que parte se alijara ainda em Prado e a restante depois, perdida definitivamente a última esperança de vitória!

A-pesar-das deserções, a-pesar-dos desânimos que produziam retardatários, ali estavam alguns milhares de almas sem abrigo e sem conforto, tendo por leito as duras arestas da rocha e por tecto único as nesgas do céu que as altas cumiadas das montanhas deixavam aperceber.

Aguardava-se que da Espanha se abrissem braços senão amigos, ao menos caridosos, da piedade que se prodigaliza aos vencidos nobres, mas os dias passavam sem chegar a resposta às solicitações que Pizarro enviara ao Governador de Orense e ao Capitão-General da Galiza, resolvendo-se êle, por isso, a passar a fronteira no dia 9, deixando cá fora todos os armamentos à guarda de sentinelas espanholas.

Era em Julho, mas, para cúmulo de infortúnio, a chuva caía forte e persistente e o vento frio da serra vinha enregelar aqueles pobres corpos, já alquebrados pela fome e pela fadiga.

Lá abaixo Vilã Meã, Torneiros e Lobios, mais ao longe Entrimo e Grou eram, como outras modestas aldeias, próximas povoações espanholas, onde os emigrantes iriam pedir o primeiro asilo; mas ao caminho saíu-lhes no dia 10 uma fôrça militar que, longe de os proteger, os agravava, com o pretexto de vir para dêles defender os aldeãos!

Ao mesmo tempo uma aluvião de padres surgiu, rompendo as massas dos portuguezes liberais e incitando-os a que regressassem ao país, onde D. Miguel

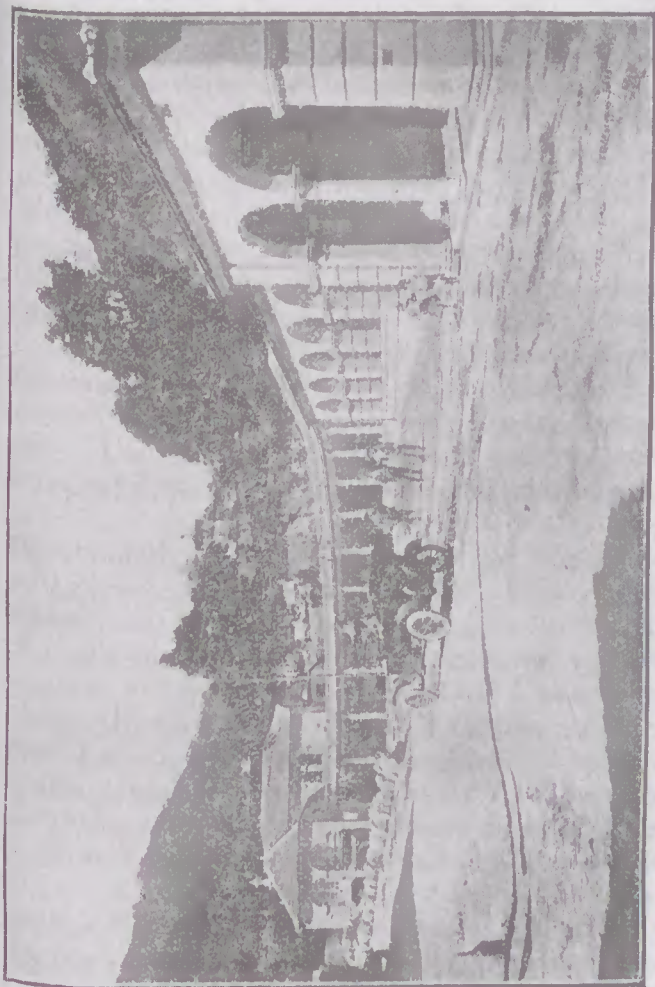


Fig. 19 — Grande colunata, em acabamento (1927)

os receberia de braços abertos, confessada a culpa e solicitado o magnânimo e régio perdão...

Mas não. Os liberais não recuariam agora e haviam

de levar até ao fim a dura cruz do martírio em que havia tanto tempo caminhavam.

Perseguidos, insultados e roubados infamemente por populares e autoridades; despojados de viveres, de roupas e de dinheiro; roubado o próprio cofre da divisão, onde ainda havia setenta e cinco contos de réis, os pobres emigrados lá se foram arrastando de solavanco em solavanco, de encontrão em encontrão, até ao dia 18 de Julho, em que um terminante decreto do govêrno espanhol os punha fora do seu território no prazo máximo de 3 dias.

E efectivamente, de 18 a 27 de Agôsto embarcaram para Inglaterra perto de 2.400 portugueses liberais, fugidos do seu país e que, procurando na Espanha uma guarida, ali foram achar novas perseguições, novas torturas e novos suplícios!...

Foi por ali, por aquela Portela do Homem, que tantas vezes se abriu para deixar passar os legionários da velha Roma, que em Julho de 1828 os emigrados liberais portugueses transpuseram a fronteira para se acolherem à protecção da Espanha, que os expulsou em curto prazo, e por ali foi também que o Duque de Saldanha se acolheu à povoação fronteira de Lobios em Abril de 1841, tendo estado de passagem recolhido em Covide, na casa do Passadiço, hoje do velho mestre florestal Manuel Joaquim Pires Dias de Freitas, antes de alcançar a fronteira.

Saldanha, à frente de algumas tropas que o seguiram contra o govêrno do Conde de Tomar, não podendo vencer as fôrças governamentais, tomou o expediente de se lhes escapar, abandonando o país através do Minho e as sarranias gerezianas; mas pouco lhe durou o exílio, porque, feita ainda nesse mês, a 24, a

revolução no Pôrto, o Duque ali acorreu a tomar o seu comando, agora com pleno êxito e, sendo desta vez o seu anterior inimigo, o Conde de Tomar, quem teve de procurar o caminho da estranha terra.

*

*

*

Mas nem só portuguezes se refugiaram em Espanha pela Portela do Homem: também de lá para cá passaram emigrados políticos, que nas vizinhanças da raia se demoravam, pelo Gerez e arredores.

Assim o diz uma colecção de minutas de officios que possuímos, dirigidos ao cônsul no Pôrto, D. José Manuel Echeverri, e que pertenceram ao falecido e illustre dr. Pereira Caldas, que em Braga exerceu as funções de vice-cônsul interino de Espanha.

Simplemente os espanhóis eram por cá mais bem acolhidos e tratados do que o foram os nossos pobres compatriotas, que a Galiza se acolheram e a tal ponto, que improficuas eram tôdas as diligências e auxílios officiais solicitados para os capturar, ou afastar, pela protecção que os naturais lhes dispensavam.

É verdade que estes dois procedimentos se equivaliam em significação: de lá foram os reaccionários a hostilizar os liberais portuguezes; de cá, eram os reaccionários portuguezes recebendo de braços abertos os seus iguais espanhóis.

Foram os carlistas que em 74 se espalharam pelas povoações gerezianas, vindo até Braga, e que por todos aqueles sítios gozavam das maiores liberdades a que as autoridades não punham cõbro, antes as favoreciam.

Assim o diz Pereira Caldas em officios de 16 e 23

de Julho de 1874, em que, além de outras cousas, afirma que por Terras de Bouro se dava aos carlistas a mesma protecção que em Braga se dera em tempos anteriores ao Sebariegos e outros chefes reaccionários.

Confessando ter tido imenso trabalho para rastrear o paradeiro dos carlistas no Gerez, promete desempenhar-se da incumbência confidencial que lhe foi dada.

«Darei parte a V. Ex.^a do que fôr ocorrendo, mas creia V. Ex.^a que não conhece a índole reaccionária de Braga e a contemporização oficial que a caracteriza... a V. Ex.^a sabe muito bem que o miguelismo português corre parellhas com o carlismo espanhol».

Merece-lhe confiança o chefe fiscal das alfândegas do distrito, José Carlos de Araújo Mota, *liberal da mais dedicada solicitude*, nenhuma lhe merecendo, porém, os encarregados fiscaes do Vilar da Veiga e S. João do Campo, que era preciso substituir, porque não só protegiam, como até conviviam com os carlistas por ali fugidos, não sendo assim possível evitar-se por aqueles sitios montanhosos o trânsito clandestino de chefes carlistas entre a Galiza e Portugal, *«pois é público e notório serem elles ambos os seus principais condutores por aqueles fraguados e os que por suas próprias mãos lhes levam de comer aos paradeiros da serra onde os ocultam, quando os não acomodam nalgumas casas da sua confiança.*

«Até guerrilhas têm vindo da Galiza exercitar-se no manejo de armas ali no Gerez, no local das Pontes Feias e noutros sitios próximos, assim como nos montes contiguos a S. Gregório no extremo da provincia, e nos montes próximos de Melgaço! Vão e vêm quando elles guerrilhas em preparo querem, vesti-

dos à paisana e como paisanos se acoitam depois na Galiza e em Portugal.

«j Em Monção tem chegado o descaramento dos pro-
psectores portuguezes destes bandidos a fazer tocar de
dia o hino de D. Carlos!

«Não espere V. Ex.^a nada em geral das autorida-
des administrativas daqui. Ninguém lhes conhece ener-
gia, nem dedicação cordial, sincera, franca e proficua
em favor da República espanhola».

Com a remessa em 27 de Julho de exemplares dos
jornais *Diário da Tarde*, de 18 de Julho de 1874, do
Imparcial, de 7 de Abril e de 26 de Junho e de *O Pri-
meiro de Janeiro*, de 26 de Julho do mesmo ano, jus-
tificava Pereira Caldas muitos dos seus conceitos e
informações a respeito da estada e da acção dos car-
listas nas Caldas do Gerez e em outras povoações do
distrito de Braga e da raia do norte, insistindo sempre
na negligência das autoridades civis, sobretudo do Go-
vernador Civil, que acusava de altamente reaccionário
e na vantagem de ser pedida a interferência das autori-
dades militares, porquanto se procurava por todos
os meios contrariar o govêrno da República de Es-
panha.

Voltando a escrever em 11 de Agôsto de 1874, o
seu officio é uma detallhada nota de pessoas declara-
mente reaccionárias, inimigas da liberdade e favoráveis
aos carlistas, de Braga e outras localidades do distrito,
figurando mais uma vez no concelho de Terras de
Bouro os dois empregados fiscaes já referidos, que na
serra do Gerez davam a mão aos carlistas.

*

* *

Um capítulo, agora, da história dos nossos dias.

«Vista a impossibilidade de os conspiradores poderem fazer uma incursão no país sem resistência por Valença e Caminha, segundo uns informes, voltaram as suas vistas para o Gerez.

«Isto não passa de uma hipótese, longe de ter uma realidade positiva e assente.

«No entanto nunca fiando....

Assim se dizia semi-oficialmente e com tôdas as reservas para o Gerez e assim ficava dado em fins de Maio de 1911 o sinal de alerta, para a defesa da Portela do Homem, por onde já se rumorejava que a entrada das hostes organizadas na Galiza se viria a efectuar.

Urgia, por isso, fazer o estudo local e técnico das condições da serra, chegando pouco depois, incumbido de um primeiro e rápido reconhecimento, o capitão Sanches de Miranda, valoroso oficial com um nome ilustre, feito nas campanhas da África Oriental.

Hospedado no Hotel Ribeiro, com ninguém mais comunicou do que com Ivo Ribeiro, dono da casa e filho de um velho republicano do 31 de Janeiro, e dedicado republicano êle mesmo, e com o sargento comandante da guarda fiscal, indo-se com êste de madrugada para a serra e passando por lá o dia.

Ao recolher, o mesmo recato da véspera e na madrugada seguinte, pela uma ou duas horas, a retirada com um guia escolhido, a caminho de Ruivães e outros pontos.

Oficiais e autoridades várias abordaram o Gerez, concordes todos na urgência de medidas a tomar, que aliás não apareciam.

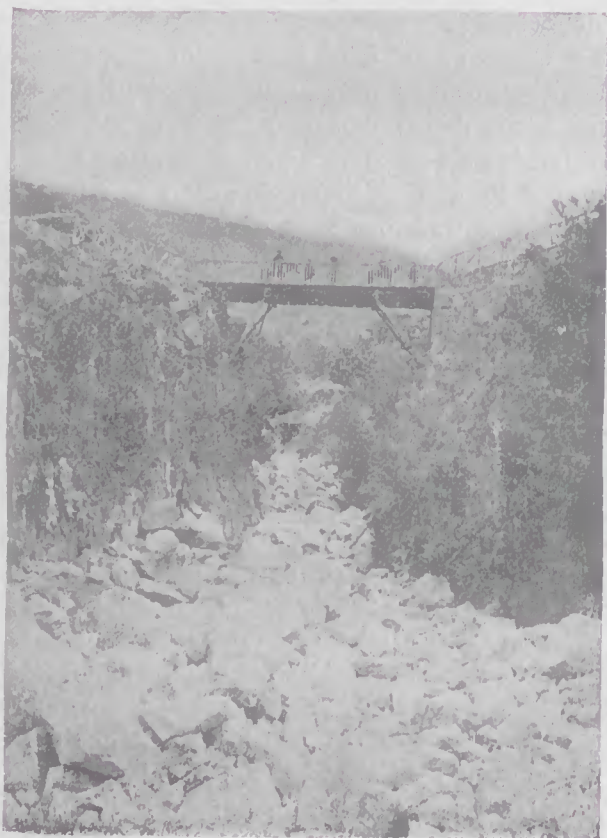


Fig. 20 — Ponte de S. Miguel, sôbre o Homem, perto da Portela

Em meados de Junho receava-se iminente a incursão pelo Gerez.

Para Braga tinham vindo duzentos e tantos homens

de caçadores 5 e um grupo de metralhadoras, recolhendo ao 8, ali quartelado, os militares em licença, para marcharem à primeira voz.

¡Mas Braga estava a mais de 50 quilómetros da fronteira!

Até que em 3 de Julho rompia em galopada alegre pelo Gerez, com as armas enfeitadas de flores e com vivas à República, uma pequena fôrça de cavalaria comandada pelo sargento Álvaro Robi, irmão dos dois valorosos Robi trucidados pelo gentio de África, que morreu desastradamente, passados anos, tenente da Guarda Republicana do Pôrto.

Feito o descanso e o jantar, nesse mesmo dia foram acampar em Albergaria.

Em 4 chegava um batalhão de infantaria 18 do Pôrto, comandado pelo major Manuel Soares de Oliveira Júnior e juntamente uma secção de metralhadoras de caçadores 5.

Era ajudante do comando o moço e infeliz alferes Grilo, que depois havia de ser o primeiro, ou dos primeiros oficiais mortos em França na Grande Guerra, sendo tenente de infantaria 22.

Mais cavalaria se juntou à primeira, comandada desde então pelo alferes João Luís de Moura, que no Gerez se conservou por ano e meio e comanda agora (1926) como capitão a Escola Militar de Aviação de Sintra (1).

Assentes as metralhadoras em Leonte, a infantaria, aquartelada no Gerez, em prédio dos antigos campos que hoje formam o lindo parque da Empresa das

(1) É actualmente (Maio de 1927), já no posto de Major, o governador civil do distrito de Lisboa, desde a revolução de Maio de 1926.

Aguas, dava para lá um destacamento, de três em três dias rendido.

Outro batalhão, com alguma cavalaria, se estabeleceu em acampamento no Vilar da Veiga e ainda um terceiro em S. João do Campo, para o corte do caminho da Geira por aqueles lados.

Baixava assim, em parte, a tranqüillidade aos espiritos inquietos das numerosas gentes então em tratamento no Gerez.

Mas estava escrito que os conspiradores tentariam por ali a incursão, chegando um dia dos meados de Outubro a notícia de que elles se encontravam abaixo da Portela, em Vila Meã e noutros povoados vizinhos.

De facto, feita a incursão de Vinhais na noite de 4 para 5 de Outubro e retirando-se de lá na noite de 5 para 6, os monárquicos chefiados por Couceiro vieram seguindo sempre com incidentes vários a linha da fronteira, ora dos lados de Portugal, ora dos lados de Espanha, no caminho da Portela.

Em S. Paio de Araújo, onde Paiva Couceiro se demorou hóspede e acarinhado do abade e em outros lugares vizinhos foram mais uma vez abordados pela guarda civil espanhola, que os fêz dispersar e internar em direcção a Bande e a Orense.

Neste dia, 17 de Outubro, um pequeno grupo de civis, decidido a obter informes seguros, desceu até Vila Meã e Lobios, regressando, já noite velha, sob uma chuva torrencial, a anunciar pelo telefone florestal de Albergaria a nova de que efectivamente Couceiro e a sua gente haviam estado naqueles sítios, tendo porém retirado por imposição das autoridades espanholas, na tarde daquele dia.

Boa nova foi esta, porque a guarnição do Gerez se

reduzia então à pequena fôrça de cavalaria do alferes Moura, retiradas como haviam sido tôdas as tropas do Gerez, nunca compreendemos por que táctica, no dia 7 de Outubro, quando, após a saída de Vinhais no dia 5, se sabia que os conspiradores caminhavam exactamente para o Gerez pela Portela do Homem.

Mas tudo passou e o sossêgo instalou-se então de vez, depois de um longo período de expectativas e de sobressaltos, a que não faltaram também notas profundas de dedicação, de tragédia e de... cómico.

Mais tarde, no ano seguinte, em 6 de Junho foram tentadas ainda novas e simultâneas incursões pela fronteira do norte, em Valença, em Montalegre e Vila Verde, perto de Chaves, que terminaram pela derrota sofrida nesta cidade pelos monárquicos.

Mais uma vez em foco a Portela do Homem, foi dali enviado, a pedido dos cônsules de Vigo e de Orense, em 13 de Junho de 1913, pelo telefone florestal de Albergaria, ao Governador Civil de Braga, um telegrama em que comunicavam terem andado por aquelas regiões em missão de reconhecimento e de verificação da maneira como eram cumpridas as ordens do govêrno espanhol para a expulsão e dispersão dos conspiradores, dando-se conta do paradeiro de alguns e de outros pormenores na ocasião adquiridos.

A República fôra bem aceite nas Caldas do Gerez, onde, mal conhecido o seu estabelecimento firme, se produziram manifestações de autêntico aprêço, comparthilhadas por muita da gente eventual que ainda por lá permanecia.

Dali por diante não faltaram nunca afirmações diversas de solidariedade prestadas às instituições novas,



Fig. 21 — Avenida das Termas

sendo, por outro lado, o Gerez visitado por diferentes individualidades políticas de elevada situação.

Em 18 de Junho de 1811 esteve ali em visita oficial o Governador Civil de Braga, Dr. Manuel Monteiro, acolhido com festiva recepção, à qual se associaram várias pessoas da região e de fora, civis e militares, que de dia e depois à noite, num entusiástico banquete, aclamaram a República e a Pátria.

Logo no dia imediato, ao ser conhecida a proclamação definitiva da República pelas Côrtes Constituintes, novas manifestações se produziram, sendo a bandeira nacional içada ao som de música e de vivas na repartição florestal, no quartel da guarda fiscal e na estação do correio, seguindo-se a tudo isto, em 7 de Julho, um comício público de propaganda, presidido pelo Governador Civil e assistido por outras várias entidades de Braga e de outros pontos.

Em 2 de Agosto seguinte, encontrando-se no Gerez o Ministro da Guerra, general Correia Barreto, de visita às tropas de defesa da fronteira do norte, uma comissão de hóspedes do Hotel Universal, para comemorar o facto, abriu uma subscrição para ser obtida uma quantia destinada a constituir um fundo permanente, a entregar à Câmara Municipal e cujos juros seriam destinados a galardoar qualquer acto notável de civismo de algum dos habitantes da terra.

O prémio denominar-se-ia *Prémio República*.

Foram adquiridos três títulos, do valor nominal de cem escudos cada um, da dívida interna fundada, com os números 2.081, 72.583 e 149.091, sendo mais tarde resolvido que o prémio fôsse conferido ao aluno da escola do Gerez que melhor classificação obtivesse, ou ao mais novo, havendo igualdade de circunstâncias;

que os títulos fôsem entregues ao director clínico das termas, etc., etc., de tudo se dando conta ao Ministério da Instrução Pública e lavrando-se uma acta em 19 de Agôsto de 1913, assinada pela comissão, constituída pelo presidente, dr. Manuel de Oliveira, que foi Governador Civil de Lisboa; pelo secretário José de Sousa Guimarães, do Pôrto; pelo vogal António Joaquim Mouta, de Lisboa, e por Tude Martins de Sousa, regente florestal no Gerez e dr. Fernando Santos, médico da estância (1).

*
* *
*

Tudo quanto foi dito, e vista a particularíssima configuração da serra, não permitindo para o trânsito mais do que uma estreita garganta ladeada por altas e inacessíveis montanhas, se vê que nem pelo Gerez haveria um ambiente muito favorável aos incursôres, nem êles poderiam contar com facilidades e desembaraços de caminho, que de maneira nenhuma existiam (2).

(1) Nos jornais da época, principalmente nos do Pôrto, encontrar-se hão muitas referências a respeito dos acontecimentos posteriores à proclamação da República no Gerez e ainda mais na *Illustração Portuguesa*, onde muitos vêm documentados com gravuras.

(2) No manuscrito já citado da Biblioteca Nacional de Lisboa, do P.^o Matos Ferreira, diz-se o seguinte, a respeito da passagem da Geira na Portela do Homem :

«Huma grande excellencia tem a Geyra em Portugal cousa que se não acha em parte nenhuma e he que em tempo de milicia querendo-se fazer huma entrada em Galliza se faz com muyta facilidade porque dado que se passa o extremo para Galliza são terras em que ha muytas planicies, e ainda que os gallegos queirão cortar a Geyra em alguma parte, em outra qualquer se acha caminho, o que não he assim para este Reyno, porque as primeiras

Seja como fôr, o certo é que a incursão se não fêz nunca pela Portela do Homem, que tanto esteve sob as vistas do país, nada restando hoje de todo aquele período ali passado, senão a memória das ansiedades sofridas por quantos por lá andavam e para o autor a lembrança sempre saúdosa dos velhos e majestosos carvalhos de Leonte, inglòriamente e desapiedadamente sacrificados pelas tropas para desimpedir a linha de tiro.

*
* * *

E, já agora, não fecharemos êste longo capítulo sôbre a Portela e sôbre a serra, sem nos referirmos mais uma vez ao livrinho espanhol cujo título e cujo número de páginas desconhecemos, por lhe faltarem as primeiras e últimas fôlhas, mas que é, evidentemente, consagrado à parte da Galiza confinante com a serra do Gerez e com Lindoso e outros sítios daquela raia.

Dêle extraímos o que se segue, por acharmos interessantes os factos a que se refere, cuja autenticidade de narrativa e de locais não curámos, porém, de averiguar.

«... Esta parte occidental de Hespaña es confinante al con-

trez legoas delle corta a Geyra por serras de grande aspereza de montes muyto ingremes e despenhados, de sorte que aonde quer que se pode cortar a passagem sem se poder passar adeante, mas antes se os gallegos se arrojamem a meter em tal estrada poderão os portuguezes alcançar huma facil e grande victoria: Razão por onde os gallegos nunca em tempo de milicia se atreverão a meter em tal caminho, porque vião que aonde quer tinham nelle certo o perigo, ou em fossos, que pela estrada podião estar armados, ou que embrenhados os portuguezes nas matas e penhas, matassem a tudo o que por ella passassem, servindo-lhe os mesmos penedos de balas para dellas fazerem a melhor artilharia».

cejo de Lindoso (Portugal), perteneciente à la provincia del Miño. Su demarcacion empieza em el alto de Eiras, por la cruz de Touro, Laxa, dos Candaiños, Lobagueira da Mo, Portela da Vella, al Outeiro, terminando em la piedra de Bocelo.

Despues de hacer notar los descomunales peñascos que recorre la linea divisoria que nos separa de Portugal, nada hallamos digno de mencion, á no ser en el sito de Portela da Vella llamado por otro nombre «Seda dos Reis»; porque alli era el punto de reunion para conferenciar los reyes de Galicia y Portugal y formar las justicias de ambos reinos sus conciertos de vecindad *vicinhanza*. Dos asientos fundidos en una misma roca y separados entre si por el marco, señalan el lugar que en aquellas reuniones ocupaban los reyes ó su lugar-estantes; asi, sentados cada uno en su territorio, celebraban los convenios internacionales y defendian sus respectivos derechos. La cuestion de limites, violados por unos ó por otros, llevó muchas veces á Seda dos Reis representantes de ambas naciones, acompañados de los concejos colidantes, especialmente despues de la muerte de Payo R. de Araujo, Alcalde mayor del castillo de Lindoso, y su hijo Lopo de Araujo.

Tales fueron las disidencias suscitadas á cada passo, que el Rey de Portugal don Juan IV se vio en la precision de mandar hacer un tomo en folio para consignar en el los verdaderos limites, tales como obran en la casa de la corona y archivos de su palacio en Lisboa (1). Nuevas dudas dieron lugar á que en el año de 1538, ante un Notario del Rey, fuesen rectificadas los limites; y por ultimo, en 1754, el Rey D. José de Portugal, á causa de otras dudas ocurridas, hizo expedir una certificacion á peticion del concejo de Lindoso, que se quejaba de que los gallegos se habian intrusado con sus ganados en los pasteros de su territorio».

(1) Núm. 44 del libro de la camara de Trasos-Montes y Miño, armario núm. 17, folio 138, en donde se hallan las demarcaciones de la villa de Lindoso, con los pueblos Transportela y Riocaldo de Galicia.

APÊNDICE

DA TERRA ALTA (1)

Notas duma excursão a Barroso

ASPECTOS AGRICOLAS PECUÁRIOS E SOCIAIS
DA PROVNCIA DE TRÁS-OS-MONTES

Como a ordem era marchar, fixou-se de vez o dia irrevogável da partida.

Antes houvera chuvas, houvera frios, houvera temporais, mas, como quem por Deus anda, nunca Deus lhe falta, a chuva foi-se e amainou o frio, vindo ao

(1) Tendo sido criado no Gerez, junto dos Serviços Florestais, um pôsto zootécnico para apuramento da raça bovina barrosã, fomos mandados a Barroso para adquirirmos os primeiros reprodutores, o veterinário do distrito de Braga, o silvicultor chefe da arborização das serras e nós, ao tempo, regente florestal no Gerez.

Dessa excursão nasceram algumas crónicas, originariamente publicadas pouco depois no jornal *O Primeiro de Janeiro*, do Pôrto, de 6 e 11 de Dezembro de 1914 e 13 de Janeiro de 1915, que formam êste capítulo. Mais tarde publicámo-las também no boletim *A Voz do Lavrador*, da Associação dos Regentes Agrícolas, de reduzíssima tiragem, delas sendo tiradas algumas, muito poucas, separatas, que não foram ao mercado.

Por isso e comquanto não sejam pròpriamente referentes ao Gerez, não julgamos descabida a sua inclusão neste trabalho, visto que a vizinhança do Gerez com terras de Montalegre os faz compartilhar de uma pròxima identidade de vida e de costumes.

nosso encontro o belo sol acariciador e quente do S. Martinho, reconfortante e tónico até à alma.

O combóio era o mesmo, já conhecido de outros tempos, ronçeiro desde sempre e de nascença, mas agora mais vagaroso ainda por essa linha do Douro, onde mãos criminosas haviam cavado perigos permanentes a tiros de dinamite.

Como quer que fôsse, puzemo-nos em marcha, e desde essa bela manhã de outono, rompemos por aí acima, do Pôrto até Vidago e até Chaves, primeira *étape* de uma jornada maior, a caminho das alturas da terra de Portugal.

Eu não direi nada de novo a quantos leitores abordarem estas crónicas, dos que tiverem já alcançado a fita de paisagem multiforme, desde o bucólico ao trágico, antes e depois que se topa com o Douro, até à Régoa, e desde que da Régoa se vai subindo pelo Corgo, coleando a encosta naquela estirada cobra de poderosos aneis articulados de ferro e de madeira, que é o combóio reduzido, a contorcer-se na conquista, palmo a palmo, das elevações a vencer.

Nada de novo virá ainda para os que tenham já experimentado e sentido as livres despreocupações do mundo em que vivem patriarcalmente as gentes das planuras de Barroso, agarradas à terra ingrata e fria, num puro comunalismo ancestral, inatacável até hoje pelas leis de uma civilização que o não atingem...

Está-se no limiar do país do vinho, região ubérrima noutros tempos do sagrado e divino nectar, que dava ao país uma riqueza das de maior nomeada, onde quer que êle aparecesse ao alcance das melhores e das mais legítimas homenagens.

Mas... *quantum mutatus ab illo.*

Grande parte daquelas terras, que do rio se levan-



Fig. 22 — Cascata das Caldas
(Antes da abertura do caminho para Chã de Lamas)

tavam às maiores alturas no Douro e no Corgo, onde caminhamos, já não deixam vêr nada da ramaria dos pâmpanos que a vestiram e só agora, aqui ou acolá,

se encaram poucos socalcos povoados naquele surpreendente anfiteatro, todo feito de trabalhos, de persistência e de canceiras!

Choca-se de dôr a alma a vista desolada de todo aquêlê chão que já foi vinha, para ali em bôa parte abandonado, sem cultura, viúvo dos seus outrora enraizados e velhos possuidores e claramente se advinha então a olhos vistos tôda a complicada crise do Douro, perante a impotência para novas plantações, para novos trabalhos e para canceiras novas, que, parece, o vinho já não paga.

Mas nesta altura o problema tem de ser contornado, para por um lado e por outro se buscarem atenuantes para o mal que se vai afigurando sem remédio.

E pelo meu lado de florestal apaixonado começo a desenhar tôda aquela terra, todos aqueles montes conquistados para a árvore, para a árvore abençoada, que redimiria em parte tantos infortúnios, por demais inevitáveis.

Êste grito não vem de agora, nem é só meu: filhos e amigos dilectos do Douro o têm arquivado no *Janeiro*; mas nunca é de mais repeti-lo, para que aquelas quebradas o reproduzam e o eco se vá espalhando. Não só teria a lucrar o regimen do rio Douro e dos que lhe são tributários, como lucrariam aqueles que às árvores se acolhessem — árvores de fruto, árvores de floresta — não deixando de todo improduttivas aquelas ribas, que tanto à mão têm os meios de exportar os seus productos, que o combóio e o rio carreariam.

Quando alguma castástrofe, como a de Dezembro de 1909, vem sôbresaltar o Pôrto e com êle choram tôdas as vítimas que o seu rio impiedosamente flagela, ouvem-se vozes a pedir árvores e a pedir vegetação

que segure os montes e lhes fixe os revestimentos do dorso; mas, passado o perigo, o mundo continúa a sua despreocupada marcha e só de longe em longe surge algum clamor de apóstolo — *vox clamantis...*

É com esta impressão de dôr sôbre um passado glorioso que Vila Real se alcança, para se seguir de lá por Vila Pouca às Pedras e a Vidago, com intercadências de largos tratos de terrenos que uma bôa arborização vestiria com garbo e enriqueceria com proveito.

E aqui, fim da tarde de um curto dia de outono, a noite fecha-se breve sôbre nós, já a dentro dos limites do Tâmega, sôbre Chaves, a velha, das legiões de Roma; sôbre Chaves, a lial, insubornável sentinela da República.

*
* *
*

Aquæ flaviæ, Aquæ calidæ — Chaves depois — assentam dentro da extensa veiga que o Tâmega corta e rega, dando-lhe títulos de invulgar fertilidade.

O rio, que vem de fora, entra a ser português poucos quilómetros a montante, olhado da ponte que liga as duas partes da vila, que por ela se separam.

Velha ponte esta, porventura romana, como tudo o indica e o pretendem provar os dois miliários que sôbre ela se exibem.

De Vespasiano, Tito e Domiciano, um; de Trajano, outro, nenhum tem aquêlê ar venerando de reliquia dêstes sempre respeitáveis marcos da *geira* gereziana, de Tito e Domiciano, até Decêncio, sentinelas heróicas da montanha, ali de pé ainda, à sombra secular das carvalheiras, para atestarem por todo o sempre o po-

derio e a energia de um povo e de uma raça, que foram dominadores.

Os marcos de Chaves não tem nada disso; a sua renovação e modernização são evidentes, mas em todo o caso, louvável é a idea que não quis deixar perder a tradição documentada de que por ali passara uma das importantes vias militares, que de Braga se dirigiam por Astorga até Roma.

A outra é a que, atravessando a serra do Gerez, onde numerosas sobrevivências ainda restam, a pontos de se reconstituir integralmente aquele trecho, vai entrar breve em Espanha pela Portela do Homem.

Largando Chaves, logo se sobe sôbre Montalegre, até que a meio da estrada se deixa Boticas lá em baixo, à esquerda, na sua veiga de lameiros, de castanheiros e de carvalhos, vegetação única, ou pouco menos, que se destaca das terras de centeio, verdejando de onde a onde, em contraste com os lombos e as cristas das montanhas, nuas de árvores, de matos e de pastagens, granitos duros descarnados e enegrecidos pelos tempos.

Montalegre, com muitas outras povoações modestas tôdas elas, que lhe pertencem, fica nas vizinhas de mil metros acima do nível do mar, e constitui com o concelho de Boticas o que se chama a Terra de Barroso.

Região fria, região de neves aturadas, o seu solo, magro de natureza, restringe-se a uma cultura limitada, em que o centeio e a batata tem o lugar predominante.

Não há frutas; o próprio castanheiro abandona o homem de certa altura em diante, para dali para cima só se depararem aqui e acolá dispersas, raramente em grupos apreciáveis, as árvores próprias de altitudes

maiores: o carvalho cerquinho, o freixo, o videeiro, a lamagueira...

A lamagueira (1) *sorbus aucuparia*, dos naturalistas;



Fig. 23 — Em Leonre. (Em plena neve)

sorbier des oiseleurs, dos florestais — apenas aparece espontânea em Portugal raramente na Serra da Estrêla,

(1) No Gerez chamam-lhe cornogodinho; noutras partes chamam-lhe tramazeira.

bastante no Gerez, nas elevações maiores, e naquela região alta do norte do país.

Nas zonas florestais onde vegeta, falhas de sementes e de frutos, as bagas do *sorbus aucuparia*, conservando-se pelo inverno fóra em lindos cachos vermelhos, são o único pasto que se oferece às raras aves que por lá se aventuram às inclemências da estação morta.

¡Mas quantas vezes aquela fonte única de vida se lhes transforma em antecâmara de túmulo!

¡Quantas vezes o caçador inclemente as espreita ali, certo de que elas lá irão, as pobres, indefeças e descuidosas aves, abatendo-as a tiro sem piedade!

*

* *

Pleno coração do planalto.

De onde a onde, pelo vale e pelas baixas das encostas, grupos pardos de casario põem notas de vida no ar agressivo do meio.

Leivas maiores, a encabelarem-se tímidamente do verde dos centeios, quebram o negro dos raros matos, causticados pelas primeiras geadas fortes, e o tom queimado para que caminham os lameiros, onde o gado afocinha com ânsia as últimas febras de erva tenra.

A terra é triste, porque assim a fazem os painéis escuros das montanhas, onde cedo se vão esbater os últimos raios do sol criador.

A vida humana é porventura ainda a vida das primeiras idades: os homens semeando a terra e colhendo-a num esforço colectivo, morando todos muito aconchegados nas suas habitações baixas, terreas, quasi

rez ao chão, feitas de pedra sêca e cobertas de colmo, como a região o exige.

Quando algum tecto se quer altear mais aos luxos de



Fig. 24 — Um casal na Serra

um pavimento superior, fá-lo recessosamente, abrindo-lhe estreitas e curtas janelas, por onde a luz e o ar entram a mêdo.

Cada povoado é antes uma grande família, vizinhos, como irmãos; parentes, como amigos. Nôs seus cam-

pos não floresce a laranjeira; nas janelas não se vêem os fachos rubros dos cravos vermelhos do nosso povo; no seu torrão não medra a pereira, a macieira, a cerejeira, que fazem as delícias noutras partes, mesmo das mais pobres mezas; junto dos beirais não correm os braços das ramadas. A sua riqueza é limitada em pouca cultura e sobretudo naquela raça nobre da pecuária portuguesa — a raça bovina barroã — que o Pôrto tão bem conhece no esforço valente com que a vê levar de vencida as suas ruas e conservada pura no seu solar com uns desvelos e uns cuidados, que afirmam para aquela gente rude os foros duma alta intuição scientifica, brotando espontânea da superior compreensão dos seus interêsses.

A casa é simples; é quasi só de abrigo a sua função. Junto dela o pátio e as córtes do gado; as dependências da lavoura e dos animais, vivendo todos numa mesma comunidade de tectos: a gente da casa, os bois, as aves e os porcos.

Nenhum cuidado de ordem e de arranjo, nenhuma preocupação de *décor* interior ou exterior; mas é de reconhecer em tudo isto, que alguma vez se surpreendem trechos daquele conjunto, em que os melhores architectos e paisagistas não desdenhariam achar *motivos* para as suas obras da mais requintada fantasia.

Mas tôdas estas circunstâncias da vida eram a consequência forçada do conjunto das condições do meio em que se fixaram e medraram os primeiros casais, que à melhor terra se apegaram na ânsia pela conservação própria e pelo futuro da prole.

Assim isolados de todo o convívio social, quasi inacessíveis a estranhas e melhores influências, tinham de procurar em si mesmos os elementos de prestígio

e de superioridade, de ordem e de disciplina, indispensáveis para o governo de homens, e que a autoridade dimanada de um insosfimável sufrágio dava, ora a uns, ora a outros, tirados do consenso geral. E então cada povoado era antes uma pequena república independente, governando-se por autonomia nas suas lutas e contendas pessoais e nas suas deliberações de interesse colectivo, que em assembleias populares, tradicionalmente regulamentadas, elegia pelo voto directo os grupos de vizinhos que em cada ano haviam de superintender nos assuntos comuns dos povoados, tais como a fixação das sementeiras e das segadas, o concôrto dos caminhos ou da igreja, do lagar, do moinho, ou do forno, a abertura ou veda de determinados baldios ao pastio dos gados, a regulamentação da água das levadas, etc.

Ainda agora subsistem de pé em muitas terras, se não em absoluta pureza, pelo menos em certa efectividade, bastantes daqueles hábitos de vida comunalista, se bem que a tradição se tenha acentuadamente afrouxado e quebrado de onde a onde.

Estas características peculiares ao planalto barrozo, bastante semeado de povos, a-pezar-da ingratição da sua terra, são de resto encontradas noutras regiões onde a identidade de condições impunha naturalmente uma equivalência de costumes: mas é de acentuar que só na montanha se lobrigam, nestes tempos de avanço social, as mais puras sobrevivências da vida primitiva do homem, as quais se vão pouco a pouco diluindo pela invasão de novos costumes, de novas influências, de nova educação.

Na serra do Gerez, de onde escrevo estas ligeiras impressões das Alturas de Barroso, há povoados onde

ainda hoje se celebram com pontualidade assembleias populares, tantas vezes convocadas, além dos dias em que a retinião se faz por direito próprio, quantas forem julgadas necessárias.

Funcionam ao ar livre êsses respeitáveis parlamentos, em que o *juís ou presidente*, empunhando ou não a vara, que foi benzida pelo abade e acompanhado dos seus *homens da fala* ou do *acôrdo*, exerce com alevantado prestígio a autoridade que nêle depositaram seus vizinhos.

Dá idea do que similhantemente se fazia em certas regiões da Bélgica, da Holanda e da França, em que os povos, à sombra de velhas árvores, companheiras inesquecíveis de seguidas gerações, se reüniam para deliberarem sôbre lavouras, sôbre sementeiras, sôbre ceifas e tantos outros assuntos gerais, e mais ainda os costumes de certos cantões da montanha Suíça, tradicionalistas por excelência, onde todos os anos, em dia certo, os seus povos se juntam na praça pública dos mais importantes povoados e aí votam as suas leis e apreciam e discutem em público as gerências que naquele dia findam.

A agricultura da serra é essencialmente pastoril: a inaptidão do solo e de outras condições para a lavoura em pontos de remuneração condigna, vai pedir aos gados, que têm no monte comum a alimentação gratuita, os interêsses de numerário precisos para as exigências da vida, a mais dos recursos locais de alimentação e de vestuário e para as tributações do Estado.

Viria bem aqui o sudário do descabro em que vão os terrenos e os montes de compáscuo das povoações serranas, sem cuidados de regeneração pela árvore e

por uma pastoreação racional, vítimas mal pensadas da fatalidade do *res nullius* de que todos tiram o que podem, sem pensarem em meios de lhes aumentarem



Fig. 25 — Planalto da Pedra Bela

o valor e perpetuem as forças produtores: — o bem comum, não é bem de nenhum...

Mas esta crónica não é uma dissertação...

No armentio Barrosão a vaca tem o primeiro lugar

entre quantos animais merecem os seus zelos de criação, dispensando-lhe cada qual verdadeiras atenções familiares.

Neste ponto ainda o comunalismo entra em muito para a compra e sustentação dos *touros do povo*, aos quais é confiada a nobre função de perpetuar a raça, dando vida a novas vidas.

Montalegre, povoação maior, tem dois touros comuns — belas estampas! —; outras terras contentam-se com um e quando o não possuem, serve-lhes o do lavrador rico do lugar, que o não regateia aos seus vizinhos.

Feita a criação, ficam as fêmeas, e os machos lá vão, como vitelos, ou como almalhos, para o açougue, para a vida negra do trabalho, para a chefia de novas famílias, a darem netos aos seus pais.

O orgulho que os naturais põem nos seus touros e a insistência e o partido que pretendem tirar dos animais que *foram ao prémio* ou que *tiraram o prémio*, mostra por um lado que o *gerado seja éle dum gato* é um falso conceito que em Barroso não tem aplicação, e por outro que bem avisado andou o govêrno da nação, que instituiu entre as medidas de fomento os concursos regionais de pecuária.

*

* *

Fim da excursão.

Desapareceram há muito as últimas cabeças de homens da terra fria, envoltas em fartos lenços de côres, enrolados à guisa de turbantes, e já para lá ficaram os últimos singeis a aricar as terras de centeio.

Aparecem os primeiros feltros e com êles a linha de

contacto com outra gente e outros costumes, que nos fazem ter saúdades do ar franco, acolhedor e lial com que melhor nos cativa a gente simples da terra transmontana.

Atrás de nós fica todo êsse naco de terra portuguesa, onde mourejam irmãos nossos no labutar do dia a dia da vida, vida simples, descuidosa, despreocupada do que vai por aí fora...

O seu recolhimento e o seu isolamento tornam-os pouco visitados e pouco procurados; por isso não contam com estranhos que lhes peçam meios de pernoitarem e de se sustentarem alguma noite e algum dia.

A travessia é custosa, mas sempre pitoresca.

Vidago e Chaves; Montalegre, com o seu velho castelo, monumento nacional tratado sem cuidado e sem respeito; ao longe, em terras espanholas, as toucas brancas dos montes de Senabria e mais à mão a cordilheira do Larouco, que dá ao Cávado as primeiras e ainda mansas águas e que, forte e farto peito, as reparte também pelo Tâmega e pelo Lima, separando um trecho de Trás-os-Montes da Galiza e vindo pela Arandela, Vidoeiro e Mourilhe, a entestar no Gerez, que ao longe nos estende seus braços de velho patriarca. Ao sul a serra das Alturas, que vem a seguir, até à serra da Cabreira, entrando depois por êsse Minho.

Medeiros e Torgueda; Penedono e Vila da Ponte; Vênda Nova e a estrada de rodagem — verdadeira varanda abrindo sôbre o deslumbrante panorama dos extensos vales do Cávado — Ruivães e Braga: a vida primitiva, a vida da montanha, e, enfim!, a vida do movimento, da civilização, do progresso, incarnados já na moderna Braga, onde veio ter fim a pitoresca ex-

curso que a todos nos revelou esta parte, para nós desconhecida, da terra e da gente portuguesa (1).

(1) Para melhor conhecimento da região e dos costumes sociais das gentes de Barroso, deve lêr-se o magnífico estudo com o título de *Barroso*, publicado pelo sr. dr. Manuel Monteiro, in *A Arte e a Natureza em Portugal*, vol. vii, (Pôrto, 1907). Dêle transcrevemos: «... Pedindo ao solo tudo que profundamente é necessário à sua subsistência, é a êle também que o barrosão dedica todo o anseio, tôda a solicitude e todo o produto da sua aturada lide. Daqui o radicar uma estranha afeição, que chega a ser doentia, à posse dum palmo de terra... Assim se explicam as verdadeiras teratologias económicas que são os mosaicos de culturas freqüentemente observados, onde cada uma das quais não abrange o espaço capaz de servir à abertura do coval para recolher em seu seio quem tão desvairadamente o pretendeu e amargamente o trabalhou... Mas quantos pormenores e motivos, que marcam uma impressão inesquecível, desde a necrópole aberta na rocha em Denões, aos dolmens, os fúnebres monumentos megalíticos de Tourem e Pitões, em que se fundiram no aniquilamento do Não-Ser nucleos de povos desconhecidos da História, que por entre essas selvas desabrida e angustiadamente arrastaram o fardo cruento da vida primitiva... Esta cordealíssima comunhão de afinidades em que fulgem numa auréola de sonho a liberdade e a pureza, a bondade e o amor, é mais um ensinamento do Barroso às idealizações da humanidade sofridora ».

FEIRA DO PENEDO (1)

A mais de meia encosta, lá quási ao cimo, a pequena povoação que a feira quinzenal periòdicamente anima, estende-se em renques de casario enfileirado, à esquerda e à direita da estrada que pelo meio a vai cortando.

Se não foram as feiras e esta artéria movimentada que o agita e lhe dá vida, o povoado jazeria ali reduzido e pobre, da misérrima pobreza da montanha, circunscrita à magra cultura dos mais largos interstícios da rocha, ou das maiores bancadas de terra acumulada.

Mas não. A aldeia, com tradições comerciais vindas de longe, vê-se favorecida pelo entroncamento obrigatório de vários caminhos, desde o que ziguezagueia o monte, a partir cá de baixo, do rio, até aos de rodagem do concelho e das terras importantes de ali perto.

Aninhada ao alto, a vista espraia-se-lhe num hori-

(1) Fica já fora da área gereziana a região onde foram colhidas estas impressões; isso, porém, não obsta a que aqui as incluamos, tanta é a identidade de pormenores aqui descritos, com o que por aquelas redondezas se pratica em casos tais. — É muito antiga a feira do Penedo, pois a ela se refere já a informação do pároco da Ventosa, arquivada no *Dicionário Geográfico de Portugal*, do P.^o Luís Cardoso, na Tôrre do Tombo.

sonte largo, onde se divisam dos esfumados montes da Galiza para cá os maiores píncaros e dorsos, as avançadas da Cabreira, os contrafortes do Cávado, e de onde a onde, a linha de água do rio que, desde Montalegre, por ali abaixo caminha de roldão.

É Junho, dia claro de sol, o sol rutilante das alturas, esperto e vivo, trazendo já em si, desde o romper, as primícias dos calores que se avizinham.

De manhã para cá que a concorrência afflui; gentes e gados de longe vindos, por ali se vão acumulando pela fita da estrada e pelos largos, jogando as eventualidades da oferta e da procura, à espera que as transacções se abram francamente, como o mercado possível e vantajoso as tornar para cada um.

Pelas estradas e pelos caminhos, a cada passo, grupos que vão e que vêm, de transeuntes vários; homens conduzindo gados, porcos e bovinos, geralmente, e outros mais, e mulheres de pés gretados e perna ao léo por aí fora, de mistura com outras mais moças e garridas, saiotos curtos, lenços berrantes de ramagens, à cabeça os brancos açafates que levam os ovos, a fruta, os frangos, o pão de venda, e que trazem as mercearias, os moletes, os artigos modestos de menage e coisas várias do govêrno do casal.

Aqui e ali escalonados, cegos e aleijados, implorando — *dez-reisinhos, meu senhor, e que Deus o livre da minha sorte e lhe dê muita saúdinha*; mais além o ferrador, à sombra de velha e frondosa carvalheira, martelando rijamente a sua profissão; a outro lado, em pleno ar, o barbeiro *importante* e pitoresco, escañoando os queixos de novos e velhos vizinhos que dos arredores vêm sacrificar à parca implacável do

figaro ambulante o crescimento piloso da quinzena: velhos abades rabujando o preço dos porcos e das touras



Fig. 28 — Repartição Florestal

e velhos e impenitentes solteirões soltando pelos cantos o gemido saúdoso dos bons tempos em que a feira não tinha para eles o interêsse do tráfico mercantil dos gé-

neros e dos animais, mas sim o dõce cilício do colóquio e da penitência com as berrantes raparigas que agora choram com êles as mesmas saúdades do que a



Fig. 29 — Viveiro e Observatório Meteorológico da Chã da Pereira

idade lhes tirou e não volta; rapazolas e estudantes arrastando a àsa a esta e àquela, a vêr o que sai... *Braçileiros* com fortuna de verdade e autênticos e caros *panamás* e *braçileiros* de brilhantes falsificados; o homem das sardinhas e a mulher dos repolhos; o

das fazendas; o do milho; o das chinelas; o capador, que dantes levava a seis vintens pelo esgranamento e



Fig. 30 — Ponte das Termas construída em 1912 a expensas dos Serviços Florestais e da Câmara Municipal de Terras do Bouro

agora leva a dois tostões, pelo acôrdo que fêz com o outro concorrente de não invadirem as mútuas áreas de acção, e todos os fura-vidas que vão levar e trazer as bugigangas múltiplas de que a vida se compõe.

Tudo gira, tudo fala, tudo discute, até ao ponto em que as últimas canecas de verde anunciam que é chegada a hora do levantar da feira e de se retirarem os primeiros e depois todos, que agora se topam alegres e macambúzios, satisfeitos e descontentes, numa misturada retumbante de alacridades e lamúrias, que as quebradas dos montes reproduzem.

Entretanto, outros, mais maduros, mais filósofos e menos expansivos, discutem o tempo e as luas, as culturas e as colheitas: — a chuva de S. João tolhe o vinho e tira o pão; com a de S. Pedro medra o grande e o pequeno... (1).

(1) *Serra do Gereç*, ao voltar da feira do Penedo (Vieira do Minho) em sexta feira, 14 de Junho de 1912.

UMA EXCURSÃO TÉCNICA (1)

Como fôra estabelecido em 1915, reünia êste ano no Gerez a Conferência Florestal, para uma vez mais, desde a sua instituição, se dar cumprimento à lei que criou tais convocações de carácter profissional e técnico.

Assim foi que em 29 de Abril partia de Braga para aquela Serra, pela ponte do Pôrto, a caravana de automóveis, conduzindo quantos funcionários das matas ali iam, na maior comunhão de interêsses pelos serviços em que mourejam, trocar idéas, discutir assuntos, estabelecer votos pelos progressos e pelo futuro da silvicultura portuguesa.

É difficilmente melhor escolhido poderia ser o local do que aquele do Gerez, onde se levanta uma das mais

(1) Tendo retido em 1916 no Gerez, em congresso técnico de que fizemos parte, a-pesar-de do Gerez e dos Serviços Florestais termos saído um ano antes, o pessoal dos mesmos Serviços, fomos incumbidos de organizar um pequeno relatório a respeito das excursões realizadas pela serra e que pouco depois apresentámos. É êle que constitui êste capítulo e que reproduzimos do Boletim — *A Voz do Lavrador* — da Associação dos Regentes Agrícolas, onde em tempos o publicamos, por ter saído completamente estropiado e quási ininteligível, por falta de revisão, no *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, para onde oficialmente fôra enviado.

ricas maravilhas da montanha de Portugal, onde a vegetação é mais fértil, mais variada e mais forte.

Já o trajecto desde Braga impressiona pela diversidade e pelo encanto, quer se olhe pelos vales e pelas quebradas, onde a cultura agrícola se enche das manchas de arvoredo por onde a vinha trepa, quer se apreciem os núcleos de pinhal pelas encostas e árvores rompendo das ravinas, quer ainda olhando para aqui e para acolá, ao perto e lá distante, muito ao longe do horizonte, os dorsos de montanha nua a gritar pela companhia e pelos abraços amoráveis de muitas árvores.

Entretanto, o Cávado, lá em baixo, ora sussurra e canta docemente, ora se despenha com loucura em alucinações de suicídios...

Chegados à povoação, pela tarde, todos se instalam e os primeiros preparativos são tomados para os trabalhos a seguir.

As Caldas do Gerez são de moderna data em agregação de povoado, povoado sem brilho e sem estética, feito de hotéis enfileirados, sôbre os quais se debruçam a cavaleiro miseráveis casebres de pastores e gente pobre.

Nem dos romanos, que por ali passaram, nem dos portugueses dos séculos xiii, xiv e xv, que por lá andaram, existe obra ou vestígio de permanência e depois disso, mesmo, só resta a tradição do cirurgião de Covide, do século xvii e o ressurgimento das termas com fidalgos e grandes do século xviii, que ali foram às nascentes milagrosas retemperar os fígados e arejar os pulmões nas lufadas sadias da serra, autênticas riquezas da hidrologia e da terapêutica, que a distância e o isolamento, as dificuldades de trânsito e a aspereza de caminhos deixaram perduravelmente indevassáveis.

Mas sente-se desde logo a pequenês da alma humana, apoucada cá em baixo na estreita fita onde dois lombos altos se vêm quási unir em V, só separados

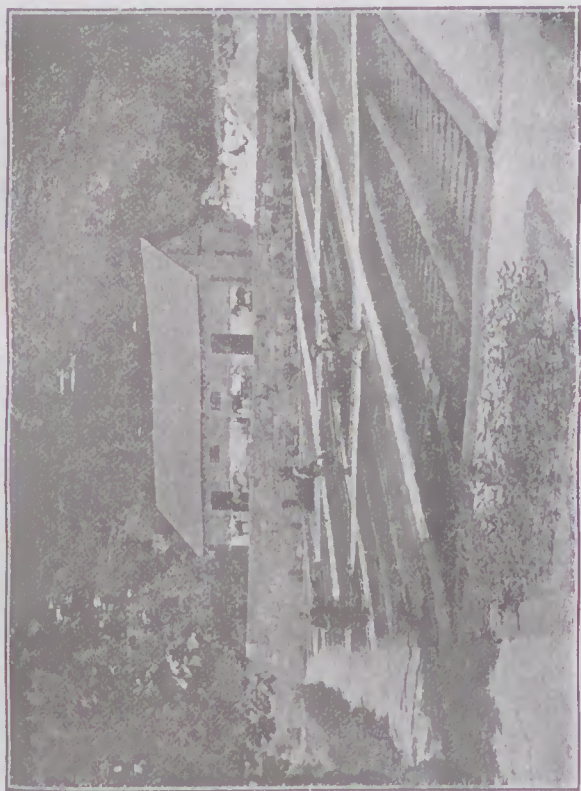


Fig. 31 — Estábulos e Viveiro do Campo das Palas

pela língua de água clara e marulhenta que um e outro alimentam tôda a vida.

Já aqui e desde que ao sul das Caldas e acima de Vilar da Veiga se transpõem as duas extremas, a de Porcas e Assureira, que vem da Pedra Bela, e a do

Escuredo e Françaes, que vem de Lamas, se nota a influéncia do trabalho desde 1888 heróico e persistente — heróico, pelas dificuldades vencidas, persistente pela tenacidade exercida — dos Serviços Florestais, semeando, plantando, defendendo, pois, tôda aquela garganta que até à Preguiça se avista e dali para cima se advinha, está já verde, do verde variado dos pinheiros, dos medronheiros, dos carvâhos e de outras árvores.

Na primeira manhã, antes de almoço, excursiona-se pela primeira vez, subindo ao velho viveiro da Pereira, velho remoçado em 1906 por um longo muro circundante, que tem a seu lado o observatório meteorológico, desde os primeiros tempos instalado para os estudos que tem tido a desempenhar.

Para transpor o rio à saída das Caldas a ponte de cimento armado feita a meias em 1912 pela Câmara Municipal e pelos Serviços Florestais.

No viveiro, canteiros vários povoados de essências em criação, nacionais e exóticas, resinosas e não resinosas; cá fóra uma diversidade grande de vegetação, acácias, eucaliptos, padreiros; *cupressus* e, destacando-se, um grupo de pinheiros silvestres das primeiras experiências do silvestre de Portugal, plantados em 98 ou 99, de sementes dos sobreviventes dos termos de Montalegre, colhidas por 1896.

De onde a onde uma *pseudo-tsuga-Douglassii* a robustecer-se na meia sombra de alguma clareira de pinhal e pelo caminho, por onde agora se desce até à ponte da Assureira, vêem-se com freqüência *cupressus*, o do Buçaco e outros, com porte senhoril de quem quer vir a ser dominador.

Bôas promessas tudo de uma bela adaptação.

O rio transpõe-se por uma ponte de cimento armado,

de 14 metros de vão, construída em 1914 pelos Serviços Florestais, por necessidade dos seus trabalhos e por



Fig. 32 — Grande pilriteiro (*Crataegus oxyacantha*) de Leonte

atender a necessidade de vizinhos, e, uma vez na estrada, à vista a primeira casa florestal vindo do sul, tem-se logo à direita a primeira sementeira de pinhal que o Estado fêz no Gerez, em 1890. A segunda foi

em Estriz no ano imediato e ambas têm vindo a viver a vida angustiada dos primeiros anos, anos de luta, anos de fixação, e a vida mais desafogada de depois, áparte um ou outro incêndio que passa, deixando sobrevivências.

Vêm depois pequenas voltas pelos próximos arredores.

Ao parque da Sociedade de Melhoramentos do Gerez, ainda na fase de criação, para onde os viveiros da mata forneceram bastantes plantas há poucos anos; ao edificio da repartição florestal, concluído por 1904, onde em 1913 se montou uma pequena, mas muito interessante instalação hidro-eléctrica para iluminação, e aos campos de Vidoeiro.

Aqui, onde já havia uma casa de guarda, das mais antigas das construídas pela mata, com terreno anexo, vieram juntar-se em 1910 os campos denominados de Vidoeiro e Palas, adquiridos por expropriação amigável, os quais, por especiais condições de situação, de direitos de usos de águas que possuíam e outros requisitos, tinham para o presente e mais ainda para o futuro dos trabalhos da exploração florestal da bacia de Leonte para sul uma assinalada importância.

Nos terrenos anexos à antiga casa traçou-se em 1907 um pequeno parque, onde, respeitadas árvores existentes, se plantaram muitas outras, que pela sua diversidade tornam já interessante e procurado aquele ponto.

Plátanos, padreiros, *betulas* — a *lenta americana* ao desafio com a *alba* indígena, mas não a levando de vencida —, ulmos, freixos, cedros, ciprestes, pinheiros variados, abetos, taxódios, etc. e um belo grupo de *sorbus aucuparia*, que no verão enche de alegria o local com a alacridade vermelha das suas bagas.

Nos campos de Videiro, destinados a ser o *rond-point* futuro, vêem-se executando trabalhos para a sua melhoria e apropriação ao que depois vier.

Ali há já um belo estábulo, e montureira adjunta, tudo construído de Fevereiro a Agosto de 1911 (1) e ali terão porventura de vir a levantar-se outras edificações, quando imperiosas necessidades o exigirem, desde a turbina geradora de força e de luz, até às oficinas duma grande mata.

Com muito terreno de cultura e muita água, já ali há um espaçoso viveiro, que sobejamente tem por onde se alargar, não faltando ricos pedaços de arborização espontânea, daquela que a serra cria.

*

* *

Noutro dia a caminhada à Pedra Bela, que, sobranceira à povoação, se levanta a 829 metros acima do nível do mar e a cêrca de 400 acima das Caldas do Gerez.

O trajecto faz-se pelo novo caminho florestal, que a tornou acessível a carros e automóveis. Começado em Agosto de 1907, veio a acabar-se, com várias paragens e recomeços, em 1913, com um percurso de 5.020 metros, desde a sua derivação da estrada nacional, no Curral de Videiro, e um custo total de 4.260.790,5 escudos.

O estudo e reconhecimento dêste caminho foi dos últimos trabalhos do falecido silvicultor Lopes Vieira, que o realizou com o regente em meia dúzia de dias

(1) A vacaria foi destruída por um incêndio em fins de Agosto de 1919.

em Julho de 1907, marcando em penedos a tinta vermelha vários pontos de referência, únicos orientadores que serviram para a sua construção.

Tal caminho é de alta importância, quer pelo lado do puro turismo, que sempre e em toda a parte deveu às Matas, principalmente em montanha, um dos seus mais valiosos coóperadores na salvaguarda e vigilância de sítios pitorescos, quer pelo lado dos trabalhos, formando só por si uma extensa linha de rápido acesso para toda a encosta que corta, em casos de urgências a acudir.

*

* *

Dia 3 de Maio, de homenagem ao Brasil, a Conferência suspendeu os seus trabalhos, dedicando-o a simples passeio por todo o dia, aquêle que mais deveria edificar a todos, a todos revelando a alma plena da serra nas suas mais amplas, mais vivas e mais pitorescas manifestações.

Do Gerez, por Vidoeiro à Preguiça, — antes da Preguiça ficando em Sicelo as duas grandes pereiras bravas — fecha-se acima a garganta que se abre depois sobre Leonte, Leonte onde em 17 de Agosto de 1888 o Inspector dos Serviços Florestais, enviado do Governo, hoje director dos mesmos Serviços, presidindo aos trabalhos da Conferência, assinou com o administrador do concelho de Terras de Bouro o auto de posse da Serra para o Estado e onde desde os primeiros anos se levanta uma das mais antigas e elegantes casas dos nossos guardas.

O planalto de Leonte é o ponto culminante de duas bacias hidrográficas, despejando sobre o Homem e

sobre o Cávado. Ali os dois *currais*, ou chãs de apascentamento de gados, de Vilar da Veiga e S. João do



Fig. 33 — Velho carvalho no curral de Leonte de Baixo

Campo, cada qual com seu característico *fôrno*, ou cabana de abrigo dos pastores e um e outro tendo grandes carvalheiras aqui e ali, para sombra do armentio.

No *curral* de Baixo, o do Campo, o melhor exemplar de pilriteiro, de notável forma arbórea e, já recolhido na ravina, talvez o mais volumoso tronco de carvalho.

Pelo nascente a importante encosta de carvalhos, que um caminho zig-zagueia pelo Vidoal até à Borraqueira, um dos pontos máximos da altitude, tendo a seus pés os primeiros zimbros, que só dali para cima se alastram; pelo poente o bifido do Cabril, de cuja altura, custosa de atingir, se alcança um dos mais vastos e apreciáveis horizontes.

Depois, de um lado e outro, a encosta sempre povoada de velho arvoredado, ali posto pela maior força de vegetação que já se viu em Natureza: é a Água da Adega e depois Maceira, esta ravina, bifurcada ao fundo por outras que de águas a alimentam.

Lá está recolhido um bom *curral* de Rio Caldo e mais para cima, quasi inacessível, um bellissimo teixo, que só para ser visto merecia as honras de um carreiro aberto para pé e para cavalo, a não ser que o torná-lo conhecido o fizesse correr riscos...

Cagademos, Rio do Fôrno, águas vertentes para o rio de Maceira, que em Albergaria se funde no rio Homem, que ali passa.

O rio Homem, irmão gémeo do Cávado — filhos dilectos da Serra — quer quando vem da raiz das Abrótegas, o mais alto e dos mais vastos *currais* da Serra, ali por 1:500 metros, até S. Miguel, quer dali por diante, depois, tem um percurso encantador, a que as asperezas de S. Miguel para cima e o bucolismo verdejante e sombreado da Ponte Feia, a jusante, dão um particularíssimo encanto.

Albergaria, com sua antiga casa florestal, centro de futuro na exploração da Serra, a que as águas vizinhas darão eficaz ajuda, é uma clareira aberta, onde diversos vales se vão fundir, dando ao local um conjunto de beleza apreciável.

Melhor local se não podia porisso escolher para levantar a espumante taça de saüdação à Natureza e



Fig. 34 — Cascata do Torgo

a todos quantos ali e ausentes, graduados e modestos funcionários das Matas, têm dado ao Gerez o seu trabalho e o seu amor.

Melhor local se não podia escolher também para

assinalar a passagem da Conferência, plantando-se, como plantadas foram, as árvores comemorativas, a do Director, a dos Silvicultores e a dos Regentes.

Ali perto passou a Geira, a velha geira dos legionários de Roma, de milha a milha assinalada pelos marcos que os imperadores lá puzeram, para que a dureza da pedra rija do granito pudesse pelos séculos fóra vincular à tradição o poderio de uma das maiores raças da velha humanidade.

E êles lá estão de pé, acompanhando-nos sempre pela Bargiela adiante até à Bouça da Mó, velho barracão de madeira, nova casa de guarda florestal.

Já antes ficára a Portela do Homem, a histórica Portela que nos separa da Galiza, ali tendo o quartel do fisco e, perto dêle, de pé, magestoso e imponente, como sentinela vigilante, um dos mais perfeitos marcos miliários de poucos anos depois de Cristo.

Passada a Bouça da Mó transpõe-se a linha extrema do Estado e entra-se na desoladora nudez do monte baldio, nu de vegetação, quási nu de terras em muitos sítios, deixando a rocha descarnada.

Sobe-se, passado logo o Sarilhão, alto e profundo, onde a águia real faz ninho, sôbre S. João do Campo, à vista de Vilarinho da Furna, aquela furna de Vilarinho, onde se acantona um dos mais rudes povos da Serra, hoje um tanto conformados com a vizinha floresta.

Depois as duas ou três carvalhas e *fôrno de curral*, anunciando a vasta planura de Lamas — lá em baixo Covide, mais adiante Carvalheira, ao longe Brufe — com o morro da Calcedónia à vista, e galgada ela, a cavalgata descendo de roldão pela encosta da Pereira ao observatório e viveiro, à Cascata das Caldas e à

povoação das termas, onde toca a dispersar e aos preparativos para o último prândio confortador.

E aqui está, alinhavada por mau cronista, o que foi a excursão florestal da Conferência de 1916 à Serra do Gerez.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Já no livro *Serra do Gerez* deixamos indicados vários livros e publicações referentes ao Gerez; mas, porque a lista é numerosa e convém não a perder de vista, vamos repeti-la de novo, acrescentando-lhe agora outras da mesma natureza e de importância igual, crendo bem que, a-pesar-disso, a lista total, mesmo com algumas citações referidas no decorrer dêste livro e aqui registadas, ficará ainda incompleta.

Temos, pois, tôdas citadas na *Serra do Gerez*: em 1726 o *Aquilégio medicinal* do dr. Francisco da Fonseca Henriques; em 1738 as *Antiguidades da chancelaria de Braga*, de Contador de Argote; em 1763 o *Método prático para se tomarem os banhos das Caldas do Gerez*, por António Martens Beleza; em 1779 as *Reflexões experimentais metódico-botánicas*, de Fr. Cristóvão dos Reis e em 1799 a *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, de Link, cuja versão francesa é de 1803.

No século passado aparece em 1807 a *Flore Portugaise*, de Link e Hoffmannsegg; em 1848 a *Notícia do Gerez e das suas águas termais*, pelo dr. José Pinto Rebelo de Carvalho; em 1857 publica o professor Barbosa du Bocage a sua *Memória sobre a cabra montês da Serra do Gerez*; em 1884 aparece *O Gerez presente*

e futuro, pelo dr. J. A. Marques; em 1885 *A vegetação da Serra do Gerez*, pelo professor dr. Júlio Henriques; em 1886 as *Notas a lápis*, de Sanches de Frias e em 1889 aparecem nos n.ºs 6 e 11 do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, os primeiros artigos, que não tiveram seguimento, de uma narrativa de Brito Capelo e dr. Leonardo Tôrres.

Em 1888 e 1891 são publicados os dois notáveis livros do professor dr. Ricardo Jorge, *Gerez termal e Guia termal* e em 1895 os *Milliarios do conventus bracharaugustanus*, por M. Capela.

Vêm depois o *Guia da cura gereziãna* (1895 e 1906), *Águas e termas do Gerez* (1901), *Breve notícia sobre as Caldas do Gerez* (1902) e *Les eaux thermales de Gerez dans le traitement des cirrhoses du foie* (1906), todos do então médico director das termas, o dr. Augusto Santos Júnior.

Em 1903 já seu irmão e depois sucessor, o dr. Fernando Santos, publicara a sua tese sobre o *Estudo das águas termais e potáveis do Gerez*. Em 1907 e 1908 apareceram na *Portugalia* os nossos estudos sobre o *Regimen pastoril dos povos da Serra do Gerez* e em 1908 aparecem na *Ilustração Portuguesa*, nos seus n.ºs de 127 a 142, numerosos artigos ilustrados ao Gerez referentes, publicando também a *Brotéria* do mesmo ano uma notícia do estudo realizado pelos naturalistas seus redactores reverendos José da Silva Tavares, Afonso Luisier, Oliveira Pinto e Camilo Torrend.

A mais do que estas devem citar-se: *Experiência termométrica das águas das Caldas do Gerez*, por José dos Santos Dias, no *Jornal de Coimbra*, volume 3.º (1813); *Ensaio físico-médico das Caldas do Gerez*, por J. A. da Fonseca Benevides, no *Jornal da Sociedade*

das Ciências Médicas de Lisboa, t^omo XI, páginas 205 a 285 (1840); *Análise das águas minerais do Gerez*, por Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (Visconde de Vila Maior), nas *Memórias da Academia Real das Ciências*, volume 15.^o, t^omo 3.^o da 2.^a série, 2.^a parte (1851); *Descrição das Caldas do Gerez*, por José Firmino da Silva Boavista (1867); *Exposition Universelle de 1867, à Paris-Renseignements sur les eaux minérales portugaises*, (Paris, 1867); *Roeder Lexi Kon*, por dr. R. Flechsig (2.^a edição — Leipzig, 1889); *As águas do Gerez*, por Leonardo Tôrres, no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas*, n.^o 1, página 23 (1889); *Análise da água da Serra do Gerez*, por Emílio Dias, na *Gazeta de Farmácia*, 2.^a série, 6.^o volume, Fevereiro de 1889; *Estudo sôbre a litiase biliar — Clínica termal do Gerez*, pelo professor Ricardo Jorge na *Medicina Contemporânea* (1890); *A questão do Gerez*, por Adolfo de Sousa Reis (1890); *Águas minero medicinais de Portugal*, por Alfredo Luís Lopes (1892); *Promenade au Gerez*, por Paul Choffat, no *Boletim da Sociedade de Geografia*, 14.^a série, n.^o 4.^o (1895); *Hypericum androsœmum*, por Manuel Fernandes Costa, estudo sôbre o hipericão, tão abundante na Serra do Gerez (1904); *Águas Minerais*, por Tenreiro Sarzedas (1907); *Sanatórios da Serra do Gerez*, tése, por António da Conceição Dias Martins Paredes (1907); *Minéraux portugais*, por A. de Oliveira Belo, no *Boletim da sociedade portuguesa de sciências naturais*, volume 2.^o, fascículo 3.^o (1908); *Gerez*, pequeno folheto para distribuição na Exposição do Rio de Janeiro (1908); *A tradição, o valor e o culto da árvore* (1913) e *A serra, as pastagens e os gados* (1914), por Tude M. de Sousa; *Le bouquetin du Gerez-notes sur une*

espèce eteinte, por Carlos França (1916), publicada no *Arquivo da Universidade de Lisboa*, volume 4.º; *As águas termais do Gerez* — Estudo químico e bacteriológico, por A. J. Ferreira da Silva e José Pereira Salgado (sem data — talvez 1921); *Relatório clínico da estação de 1923*, pelo médico director clínico Manuel Soeiro de Almeida (1924); *As Caldas do Gerez*, conferências científicas em 10 e 11 de Julho de 1926, no Gerez, por diferentes professores e médicos (1926) e *O médico-peçonha*, por Campos Monteiro (1926), ambos em desagravo de uma publicação anti-gereziana; *Mata do Gerez*, subsídios para uma monografia florestal, por Tude M. de Sousa (1926).

Sôbre os insectos do Gerez há os estudos realizados e registados pelo falecido naturalista dr. Manuel Paulino de Oliveira.

*
* *
*

A simples título de curiosidade reproduzimos aqui uma interessante comunicação que nos fêz em 1915 o illustre e já falecido bibliófilo sr. Manuel de Carvalhais, do Paço de Cidadelhe (Mezão Frio), referente a uma publicação italiana em que aparece *Gerez* como apelido de um dos autores:

«... Sempre forrageando nos livros, tocou a vez agora ao seguinte:

«*I Giuochi Olimpici / Celebrati dagli Arcadi per l'Ingresso / dell'Olimpiada MXXVI. / In Lode / Della Sacra Real Maestà / di / Giovanni V. / Re di Portogallo. / (aqui o emblema, gravado em cobre, dos Arcades, por F. V.)*»

«In Roma, 1726. Nella Stamperia di Antonio de Rossi. / Com Licenza de'Superiori».

É um volume in-4.^o, de 23 × 16 centímetros por página, e estas são 175, e mais uma, mas branca, no fim. Tem uma portada gravada por Vasconi, ao Conde das Galveas, D. André de Melo de Castro, Embaixador.

Trata-se duma colecção de poesias em latim, italiano e francês, dividida em 5 *Jogos*, o 4.^o dos quais, intitulado *Le Transformazioni*, contém, na página 149, quanto segue:

TRASFORMAZIONI IN FENICE
DI GIO. CARLO AGOSTINO GEREZ (1)
DA CORREGGIO,
DETTO VALMINTO TALAMITE
P. A. DELLA COLONIA ESTENSE.

Soneto

• Signor, che imperi, ove il terren disparte
Il ricco, e nobil Tago, e di superno
Valor ripieno per natura, ed arte
Soave porgi al popol tuo governo;

Qual potrà mai sublime ingegno in carte
Render tuo Nome, e in poche rime eterno,
E la gran mente, in cui di Palla, e Marte
Unite l'opre, e i fregi illustri io scerno?

Oh perchè non son'io l'Angel, che cento
Lustri oltrepassa, e che l'autica e frale
Spoglia dal cener suo rinovar sento!

Che sovra d'ogni età fermo sull'Pale
Colla tua fama, oltre le vie del sento
Nota farci tua gloria alta, e immortale».

(1) *Gerez*; o sublinhado é meu, assim como o de *Britto*

«Pareceu-me curioso vêr o *Gereç* posto em apelido, de mais a mais dum italiano, que poderia ter parentes em Portugal como talvez também, o autor dos versos italianos das páginas 107 a 112: «Abate Don Antonio Sisto de *Britto* Napolitano, dé Duchi di Celia». O livro, no qual não encontro outra referência gereziana, é todo dedicado ao nosso D. João V. (Arete, na Arcad.) — De V. etc. — *Manuel de Carvalhais*».

A tradução do soneto, que agradecemos ao favor do illustre professor da Escola de Medicina-Veterinária, nosso amigo sr. dr. José Miranda do Vale, é a seguinte:

« Senhor que imperas sôbre-o terreno distante, do rico e nobre Tejo e de superior valor cheio por natureza e arte, suave impões ao povo teu govêrno.

{ Quem poderá jámais, sublime engenho, tornar teu nome eterno em papel e poucas rimas, e a grande mente em que eu distingo unidas as obras e os méritos de Palla e Marte?

| Oh porque não sou eu o Anjo que ultrapassa cem lustros e cujo antigo e frágil despojo sinto renovar das cinzas!

O qual sôbre tôdas as idades, firme sôbre as àzas, além da senda do sentimento conhecida faz aqui a tua glória alta e imortal».

ÍNDICE

ETNOGRAFIA

I. Aspectos da vida social

	Pág.
O comunalismo na serra (<i>Regimen pastoril</i>)	3
O abrigo pastoril na serra	37
As montarias (<i>Animais daninhos e caça grossa</i>)	45
Contratos	54
Alimentação e vestuário	56

II. Formas da vida religiosa e mental

Religiosidade dos povos do Gerez.	63
Cercos, clamores e resadas.	93
Cruzeiros e alminhas.	104
As calhandras.	111
O Nascimento do Menino (<i>Autos do nascimento</i>).	114
As domingos na quaresma.	135
Termos, ditados e credices populares.	143

HISTÓRIA

Uma lenda. Notas arqueológicas. Datas e factos históricos

A casa da freira.	151
Os romanos no Gerez (<i>A Geira</i>)	157
As Caldas. (<i>Origens e movimento da população. O Gerez Velho. A estância de cura</i>).	171
A Portela do Homem na história (<i>Emigrações e incursões políticas</i>)	202

APÊNDICE

	Pág.
Da Terra Alta (<i>Notas duma excursão a Barroso</i>)	227
A Feira do Penedo	243
Uma excursão técnica	249
Notas bibliográficas	262

ÍNDICE DAS GRAVURAS

	Pág.
Fig. 1. — Vezeira das vacas no curral ou chã de Leonte.	11
Fig. 2. — Chã de Leonte	21
Fig. 3. — Rebanho de ovelhas e silha (colmeal) na serra.	33
Fig. 4. — Fôrno ou cabana de pastores na chã de Lamas.	39
Fig. 5. — Fôrno ou cabana de pastores em Leonte (a porta baixa e tapada com ramos para evitar a entrada de gados	41
Fig. 6. — Corço de 3 anos de idade, morto na encosta da Água da Adega (Leonte) em 10 de Novembro de 1912. (Actualmente no Museu Florestal do Parque da Pena — Sintra)	47
Fig. 7. — Águia Real do Gerez	52
Fig. 8. — Santuário de S. Bento da Porta Aberta, em Rio Caldo.	67
Fig. 9. — Devotos de S. Bento cumprindo promessas em volta do Santuário	83
Fig. 10. — Santa Eufémia, padroeira das Caldas do Gerez.	95
Fig. 11. — Cruzeiro de Covide, sôbre um marco miliário da Geira.	105
Fig. 12. — Cruzeiro de S. João do Campo sôbre um marco miliário da Geira (Mon. Nacional).	106
Fig. 13. — Alminhas da Candorca, em Rio Caldo.	109
Fig. 14. — Môrro do Zanganho, junto do qual se diz ter sido a casa da freira, ou do castelhano.	155
Fig. 15. — Ponte florestal sôbre os encontros de uma ponte romana, em Albergaria.	165
Fig. 16. — Capela mandada construir por D. João V, tendo a sacristia e campanário nos seus primitivos lugares, antes de serem mudados para onde	

	Pág.
agora estão, por motivo do corte feito pela estrada	179
Fig. 17. — Vista geral da povoação das Caldas do Gerez (1926).	185
Fig. 18. — Francisco José da Silva, <i>O Botequim</i> e sua mulher Rosa Maria Martins, primeiros moradores que se fixaram no Gerez, onde morreram com cêrca de 90 anos cada um	188
Fig. 19. — Balneário de 1. ^a classe	197
Fig. 20. — Ponte feia sôbre o Homem, perto da Portela . .	205
Fig. 21. — Grande colunata, em acabamento (1927).	209
Fig. 22. — Ponte de S. Miguel, sôbre o Homem, perto da Portela.	215
Fig. 23. — Avenida das Termas	219
Fig. 24. — Cascata das Caldas. (Antes da abertura do caminho para Chã de Lamas).	229
Fig. 25. — Em Leonte. (Em plena neve).	233
Fig. 26. — Um casal na Serra	235
Fig. 27. — Planalto da Pedra Bela.	239
Fig. 28. — Repartição Florestal	245
Fig. 29. — Viveiro e Observatório Meteorológico da Chã da Pereira	246
Fig. 30. — Ponte das Termas construída em 1912 a expensas dos Serviços Florestais e da Câmara Municipal Terras de Bouro	247
Fig. 31. — Estábulos e viveiro do Campo das Palas.	251
Fig. 32. — Grande pilriteiro (<i>Cratægus oxyacanta</i>) de Leonte. .	253
Fig. 33. — Velho carvalho no curral de Leonte de Baixo. .	257
Fig. 34. — Cascata do Torgo.	259

ERRATA

<i>Página</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Deve lêr-se</i>
58	11	terras	Terras
71	2	sera	serra
89	31	MDCCCVII	MDCCCVIII
154	32	publicava	publicara
157	20	restes	restos
158	2	recolhendo-lhe	recolhendo-lhes
173	18	Abutireiras	Arbutireiras
•	19	arbustus	arbutus
201	4	de	se
205	gravura	Feira	Feia
212	12	a	e

Índice Geral

Prefácio por António José Ferreira Afonso.....V

Introdução:

Tude de Sousa, um alentejano apaixonado pelo Gerês,
por Henrique Barreto Nunes.....VII

Gerez (Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas)
por Tude M. de Sousa.....IX a XIX e 1 a 273

